

CHINA E BRASIL

50 ANOS

DE AMIZADE E PARCERIA



1974-2024

中国巴西50年
BRASIL-CHINA 50 ANOS



EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL
中国驻巴西使馆

巴西
中国

RBCChina

Rede Brasileira
de Estudos
da China

China e Brasil 50 anos de amizade e parceria





ORGANIZAÇÃO
Embaixada
da China no Brasil

Ana Tereza Lopes Marra
de Sousa
Giorgio Romano Schutte

Apoio

Rede Brasileira de Estudos
da China



Produção Editorial
Nastari Targets Ltda.

Editores

Alfredo Nastari
alfredo@nastaritargets.com.br
Jussara Goyano

Revisão

Jussara Lopes
Lessandra Carvalho

Edição de Arte

Leda Trota

Pesquisa Iconográfica

Mônica Biondi

Capa

Embaixada da China no Brasil

Os textos aqui reunidos são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião dos organizadores desta coletânea.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

China e Brasil : 50 anos de amizade e parceria /
organização Embaixada da China no Brasil , Ana
Tereza Lopes Marra de Sousa, Giorgio Romano
Schutte. -- São Paulo:2024.

ISBN 978-65-997197-1-4

1. China - Comércio - Brasil 2. Brasil - Relações

- China 3. Economia 4. Relações internacionais
I. Embaixada da China no Brasil. II. Sousa, Ana
Tereza Lopes Marra de. III. Schutte, Giorgio Romano.

24-212203

CDD-327.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Relações internacionais 327.81

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

- Alexandre César • Alexandre Pedro Schenkel • Alexandre Silveira • Aloizio Mercadante • Ana Carolina Costa Porto • Ana Tereza Lopes Marra de Sousa • Antonio Martins • Argemiro Procópio • Arthur Lira Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho • Cecília Mello • Célio Hiratuka • Clezio Marcos de Nardin • Concepta McManus • Cunha Leite • Daniel Almeida • Diego Pautasso • Dilma Rousseff • Durval de Noronha Goyos Jr. • Eduardo Bartolomeo • Elias Jabbour • Elmano de Freitas da Costa Enrique Huelva Unternbäumen • Evandro Menezes de Carvalho • Fabio Costa Morosini • Fausto Pinato • Francisco Gomes Neto • Giorgio Romano Schutte • Giulia Marianna Rodrigues Di Marco • Gleisi Hoffmann • Isabella Barbosa Loiola • Isis Paris Maia • Javier Vadell • Jean R. M. Taruhn • Jerônimo Rodrigues • Jorge Viana • José Medeiros da Silva • José Pio Borges • José Reinaldo Carvalho • José Renato Nalini • José Ricardo dos Santos Luz Júnior • Kelly Ferreira • Larissa Wachholz • Lauro Henrique Accioly • Luciana Santos • Luís Antonio Paulino • Luiz Augusto de Castro Neves • Manuel Marcos Maciel Formiga • Marcelo Zero • Marco Aurélio Alves de Mendonça • Marcos Caramuru de Paiva • Marcos Cordeiro Pires • Marcus Vinícius De Freitas • Margareth Menezes • Maria Luiza da Silva Laranjeiras • Mauro Vieira • Melissa Cambuhy • Michelle Rattton Sanchez-Badin • Milena de Moura Barba • Nanahira de Rabelo e Sant'Anna • Nelsinho Trad • Niels Olsen Saraiva Câmara • Paulo Okamoto • Pedro Steenhagen • Penildon Silva Filho • Rafael Almeida Ferreira Abrão • Ranielly Veloso • Rogério Fernandes de Macedo • Rúbia Marcussi Pontes • Samuel Spellmann • Sergio Castanho • Teixeira Mendes • Taís Bahia • Tatiana Prazeres • Teresa Cristina Furtado Matos • Thais Moretz • Ticiane Gabrielle Amaral Nunes • Tom Dwyer • Vinicius Lummertz • Vladimir Milton Pomar

China e Brasil

50 anos de amizade e parceria

1ª Edição – 2024



EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL
中国駐巴西使館



Rede Brasileira
de Estudos
da China

As relações sino-brasileiras na vanguarda das tendências do nosso tempo

O estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, em 15 de agosto de 1974, inaugurou um novo capítulo histórico de cooperação amistosa entre os dois maiores países em desenvolvimento dos hemisférios Oriental e Ocidental. Ao longo dos últimos 50 anos, com os esforços contínuos de várias gerações, as relações sino-brasileiras resistiram às mudanças na conjuntura internacional e estão mais maduras, ganharam crescente influência global, estratégica e abrangente, criando um modelo de respeito, igualdade e cooperação de benefícios recíprocos entre países. Hoje, no 50º aniversário das relações diplomáticas, as características de um futuro compartilhado entre a China e o Brasil

se evidenciam ainda mais, e a parceria se torna cada vez mais resiliente.

A China e o Brasil são parceiros de firme confiança mútua. Ambos os países sempre seguiram os princípios básicos das relações internacionais, observaram a “regra de ouro” de não interferência nos assuntos internos de outros países, e respeitaram as realidades nacionais, os interesses centrais e os caminhos de desenvolvimento de cada um. Historicamente, a China e o Brasil têm abordado suas relações a partir de uma visão estratégica e de longo prazo. Em 1993, os dois países estabeleceram a parceria estratégica que foi alçada em 2012 para a parceria estratégica global, elevando continuamente as relações bilaterais



Zhu Qinqiao
Embaixador da
China no Brasil

a novos patamares. A bem-sucedida visita do presidente Lula à China em abril de 2023 deu um forte impulso à expansão e ao aprofundamento da cooperação abrangente entre os dois países. Sob a liderança do presidente Lula e do presidente Xi Jinping, abriu-se um novo futuro para as relações sino-brasileiras na nova era.

A China e o Brasil são parceiros de interesses entrelaçados. Ambos os países sempre buscaram o desenvol-

vimento comum como objetivo, enxergaram o progresso do outro como uma oportunidade para si mesmos e promoveram a cooperação com base no espírito de consulta extensiva, contribuição conjunta e compartilhamento de resultados. A China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil por 15 anos consecutivos. O Brasil, por sua vez, é o maior parceiro comercial da China na América Latina, que exporta à China mais de US\$ 100

bilhões anualmente. A China é uma das principais fontes de investimento no Brasil, e a cooperação entre os dois países em áreas como finanças, energia e mineração, infraestrutura, agricultura, telecomunicações e manufatura continua a se aprofundar. A cooperação econômica e comercial entre a China e o Brasil, caracterizada por seu grande volume e vitalidade, é de grande importância para a manutenção do crescimento econômico estável de ambos os países. O projeto conjunto de satélites de recursos terrestres, iniciado na década de 1980, é conhecido como um caso exemplar da cooperação Sul-Sul em alta tecnologia, e a cooperação tecnológica e industrial entre os dois países está avançando de forma acelerada sob novas circunstâncias. A cooperação em novos campos, centrada na transformação digital e na transição energética, está em plena expansão, com o surgimento de projetos de cooperação em tecnologia da informação, energia eólica e solar, veículos elétricos e transporte moderno, os quais apoiam fortemente a modernização e o desenvolvimento sustentável de ambos os países. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), estabelecida em 2004, desempenha um papel fundamental na coordenação da cooperação substancial entre os dois países. Em junho deste ano, os vice-presidentes Han Zheng e Geraldo Alckmin copresidiram a sétima reunião da Cosban em Pequim, onde renderam resultados profícuos. Na terceira sessão plenária do 20º Comitê Central realizada em julho, o

Partido Comunista da China propôs aprofundar ainda mais as reformas abrangentes e promover a modernização ao estilo chinês, e delineou um plano estratégico para o futuro desenvolvimento da China. Isso também trará oportunidades importantes para a sofisticação da cooperação sino-brasileira nos diversos setores.

A China e o Brasil são parceiros na aprendizagem mútua entre civilizações. Ambos os países sempre mantiveram um espírito de abertura e inclusão. Ao valorizar a bela cultura do outro, os dois lados contribuíram para o desabrochar de ambas as culturas. As universidades brasileiras já estabeleceram 12 Institutos Confúcio, o maior número entre os países da América Latina. Ao mesmo tempo, o número de universidades e instituições chinesas que ensinam português e estudam o Brasil continua a crescer. Tudo isso promove o entendimento e a amizade entre os povos dos dois países. Mantemos ricos e variados intercâmbios no setor cultural e assíduas interações entre partidos políticos, poderes legislativos, governos locais, câmaras de comércio, think tanks, mídia e juventude. Essas interações reuniram mais forças em prol da cooperação bilateral. A comunicação de políticas e troca de experiências em áreas como redução da pobreza, proteção ambiental e saúde pública contribuem para a melhoria da governança social e o bem-estar nos dois países. Diante de desafios como a pandemia de Covid-19, a China e o Brasil sempre se apoiaram mutuamente e demonstraram a fra-

ternidade solidária e cooperativa que os dois países possuem na superação dos momentos difíceis.

A China e o Brasil são parceiros responsáveis e proativos. Como membros importantes do Sul Global, os dois países compartilham amplos interesses comuns e posições semelhantes nas principais questões internacionais. Ambos buscam autonomia estratégica, defendem o desenvolvimento pacífico, o benefício mútuo, a justiça e a equidade, e se opõem à formação de blocos antagônicos, à dissociação e corte das cadeias e à intimidação e opressão hegemônicas. Diante dos sucessivos desafios globais, os dois países desempenham um papel construtivo na promoção de soluções políticas para questões internacionais e regionais críticas, tendo emitido os entendimentos comuns de seis pontos entre a China e o Brasil sobre uma resolução política para a crise na Ucrânia. Juntos, conseguiram a histórica ampliação do BRICS, promovendo a unidade e a cooperação do Sul Global. Com estreita coordenação multilateral, atuam como uma força central na manutenção da paz, uma força ativa no desenvolvimento e abertura e uma força construtiva na governança global.

Segundo o Confúcio, “aos cinquenta anos, conhece-se o mandato do Céu”. A China está disposta a permanecer firmemente ao lado do Brasil e esforçar-se para construir uma comunidade de futuro compartilhado entre a China e o Brasil, fortalecer a sinergia de suas estratégias de desenvolvimento, promover a nova cooperação estraté-

gica voltada para o futuro, estimular a implementação da Iniciativa de Desenvolvimento Global, da Iniciativa de Segurança Global e da Iniciativa de Civilização Global, impulsionar a multipolarização mundial de maneira equitativa e ordenada e levar adiante uma globalização econômica inclusiva e universalmente benéfica. Esses esforços visam trazer felicidade aos povos dos dois países, adicionar impulso ao desenvolvimento de ambos e injetar mais estabilidade e energia positiva em um mundo marcado por turbulências e transformações.

Este livro reúne textos de 63 brasileiros, incluindo representantes de diversos setores que prestaram contribuições notáveis para o aprofundamento das relações sino-brasileiras, bem como jovens amigos que se dedicam ativamente à cooperação e ao intercâmbio entre a China e o Brasil. Suas análises sobre a trajetória dos últimos 50 anos e suas perspectivas sobre o futuro promissor das relações sino-brasileiras são um reflexo do crescimento robusto e da continuidade da amizade bilateral. Como apontou o vice-presidente Geraldo Alckmin no prefácio deste livro, em um cenário global cada vez mais complexo, Brasil e China devem dar contribuições positivas na construção de sociedades mais prósperas e justas. Olhando para o futuro, esperamos sinceramente poder trabalhar de mãos dadas com toda a sociedade brasileira na direção apontada pelos líderes de nossos países para que as relações sino-brasileiras continuem avançando na vanguarda das tendências do nosso tempo.

**Geraldo José
Rodrigues
Alckmin Filho**

Vice-presidente
da República
Federativa
do Brasil e
ministro do
Desenvolvimento,
Indústria, Comércio
e Serviços.



Brasil e China: 50 anos de relações diplomáticas

Conta-se que a construção da Grande Muralha da China não se deu de modo contínuo e seguindo uma direção predefinida, e os segmentos concluídos não se juntavam diretamente com outros construídos a partir de pontos distintos do território. Mas gradualmente tornava-se visível a todos que algo imponente estava sendo erigido, com o esforço de muitos, ao longo dos séculos.

Assim quer parecer a construção paulatina das relações entre Brasil e China, os maiores países em desenvolvimento, respectivamente, dos hemisférios Sul e Norte. A construção segue seu ritmo pró-

prio, por vezes mais lenta, por vezes mais rápida, mas deixando sua marca e aproximando países que a geografia distanciou.

Há 65 anos Gilberto Freyre chamava o Brasil de a “China Tropical” e vaticinava que “a presença [dos dois países] no mundo moderno tende a tornar-se cada vez mais significativa”.

Afastados pela geografia e ainda com um oceano de desconhecimento entre nós, Brasil e China – Baxi (巴西) e Zhongguo (中国) – têm diante de si, como contraponto, um amplo horizonte futuro de relacionamento e de desenvolvimento recíproco. Nesse processo de aproximação serão ba-

lizas claras o respeito mútuo, a disposição em ousar, a vontade de aprender, o desejo de integrar-se ao mundo de modo assertivo, independente, inovador e pacífico.

Nesses 50 anos de relações diplomáticas – que na verdade encontra antecedentes já no final do Segundo Império brasileiro – os dois países lograram construir algo admirável.

Já na década de 1980 lançamos juntos um programa de satélites, ainda hoje em vigor, simbolizado no projeto CBERS, indo agora para sua sexta versão. Em 2013, as relações entre os dois países foram elevadas ao status de uma parceria estratégica abrangente, destacando a importância mútua e aprofundando a cooperação em diversas áreas, incluindo comércio, investimento, ciência e tecnologia, educação e cultura.

Em cerca de 20 anos, incrementamos nosso comércio bilateral de US\$ 6.6 bilhões em 2003 para mais de US\$ 157 bilhões em 2023. O Brasil exportava US\$ 1 bilhão para a China em 2000; em 2023 as exportações atingiram US\$ 104 bilhões. Nosso principal parceiro comercial desde 2009, a China tornou-se também nosso quarto maior investidor, com um estoque atual de cerca de US\$ 70 bilhões, especialmente nos setores elétricos, infraestrutura, tecnologia da informação e automotivo.

A presente coletânea de artigos é uma boa mostra dos diversos aspectos dessa evolução, e os autores, cada um à sua maneira, ajudam a decifrar o meio século de relacionamento, estimulando ao mesmo tempo seus intérpretes a descortinar seu potencial futuro.

Embora o cenário mundial seja cambiante, poderemos – Tateando as pe-

dras, em expressão cara aos chineses – avançar no rio que conduz nosso relacionamento, com flexibilidade e foco nos interesses comuns. Assim, abre-se a possibilidade de adensar a cooperação em novas áreas, tais como:

1 - Tecnologia e inovação: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, biotecnologia e energia renovável, que podem impulsionar a competitividade e a produtividade de ambas as economias;

2 - Infraestrutura: o novo PAC oferece inúmeras oportunidades para parcerias para desenvolver projetos de infraestrutura no Brasil, como ferrovias, portos e energia, que impulsionam o crescimento econômico e melhoram a conectividade regional;

3 - Agricultura sustentável: o intercâmbio de conhecimentos e práticas agrícolas sustentáveis pode ajudar a aumentar a produtividade agrícola nos dois países, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental e a segurança alimentar;

4 - Saúde pública: cooperação em saúde pública, incluindo pesquisa médica, desenvolvimento de vacinas e controle de doenças transmissíveis;

5 - Descarbonização: investimentos em energias renováveis, como solar, eólica, biocombustíveis e outras, que modernizam a estrutura produtiva e contribuem para uma matriz energética limpa.

Olhando para a frente, para os próximos 50 anos, num contexto mundial que se mostra complexo e mais imprevisível, Brasil e China serão chamados a fazer prova de discernimento e responsabilidade, de modo a dar a si mesmos, e ao mundo, contribuição positiva na construção de sociedades mais prósperas e justas.



**Ana Tereza
Lopes Marra
de Sousa**

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC) na graduação e pós-graduação em Relações Internacionais, membro da RBChina e do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).



**Giorgio
Romano
Schutte**

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professor Associado na UFABC, membro da RBChina e do Opeb.

Introdução

Amizade para um futuro compartilhado

Como resultado do acentuado pragmatismo e universalismo de suas políticas externas, Brasil e China restabeleceram suas relações diplomáticas formais em 15 de agosto de 1974. Este livro é uma celebração do 50º dessas relações, explorando as múltiplas dimensões, os impactos profundos dessa amizade e perspectivas futuras.

Ao longo dessas cinco décadas, os dois países fortaleceram laços em uma velocidade impressionante nas mais diversas áreas incluindo a política e a diplomacia, a economia, a ciência e a cultura. O Brasil foi, inclusive, em 1993, o primeiro país do mundo a estabelecer uma parceria estratégica com a China. Este livro não apenas relembra a história desses 50 anos, mas também oferece uma análise das estratégias de cooperação, dos desafios enfrentados e das oportunidades aproveitadas por ambos os países. Ele também lança um olhar sobre o futuro dessa relação, ponderando os desafios em um mundo incessantemente mutável.

A obra é coorganizada pela Embaixada da República Popular da China no Brasil e por nós. No ano de 2023 ocu-

pamos a coordenação rotativa da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) e fomos responsáveis pela realização do VI Encontro da RBChina, que ocorreu em São Bernardo do Campo, no campus da UFABC. A RBChina é uma rede científica multidisciplinar, criada em 2018, dedicada à promoção do conhecimento, pesquisa e exercício profissional em torno da China, congregando mais de 400 pesquisadores/as e profissionais envolvidos/as de uma forma ou outra com o estudo da China e/ou da relação China-Brasil.

O interesse da China no Brasil tem várias dimensões. A primeira é a relação bilateral, dominada pela crescente importância da China como parceira comercial, investidora e financiadora do desenvolvimento brasileiro. A segunda é a coordenação e parceria conjunta em iniciativas internacionais como o combate às crises climáticas, à fome e à pobreza extrema. Essa atuação conjunta se dá, por exemplo, no âmbito do G20 ou do BRICS. Terceiro, a dimensão das lições que cada um pode tirar da experiência do outro.

Considerando que foi a China que conseguiu superar sua condição periférica, não surpreende que o interesse em conhecer essa experiência seja grande no Brasil. E, por último, há um interesse cada vez mais difundido na cultura e língua chinesas. Todas essas dimensões estão presentes nas várias contribuições deste livro.

Partindo dos prefácios elaborados por Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e por Zhu Qingqiao, embaixador da República Popular da China no Brasil, o livro explora, na primeira parte, o passado e o presente da parceria estratégica sino-brasileira, destacando o histórico e questões atuais das relações Brasil-China. Na segunda parte, analisa-se o desenvolvimento da parceria econômica entre os países, destacando-se o panorama do comércio e investimentos, e os desafios para o desenvolvimento comum. Na terceira parte, exploram-se múltiplas dimensões da cooperação bilateral, incluindo temas como energia e sustentabili-

dade, agricultura, combate à pobreza e infraestrutura. A quarta parte avalia a colaboração em educação, cultura, ciência e tecnologia, destacando o potencial que os laços nesses setores acrescentam para o progresso mútuo. Na quinta parte, enfim, pondera-se sobre o futuro das relações Brasil-China, as oportunidades e os desafios para a construção de um futuro compartilhado em benefício de ambos os povos.

Os/as mais de 50 autores/as que escrevem nesta obra foram em parte convidados/as pela Embaixada da China, em parte selecionados/as pela RBChina via chamada pública. Estão nomeados/as e apresentados/as no início de cada texto. O mix de vozes, desde pesquisadores/as e acadêmicos/as sobre as relações Brasil-China até autoridades, diplomatas, políticos/as e lideranças empresariais com atuação no front das relações, trouxe uma pluralidade de temas e visões que, certamente, vão enriquecer a leitura e abrir os caminhos para os próximos 50 anos.

Desejamos uma boa leitura a todas e todos!



Os presidentes Xi Jinping e Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do brasileiro à China em 2023, saudados por crianças ao som da música Um Novo Tempo, de Ivan Lins.

Índice

Abertura – As relações sino-brasileiras na vanguarda das tendências do nosso tempo Zhu Qingqiao6	Um destino compartilhado Marcus Vinícius de Freitas41	Uma jornada de cooperação e desenvolvimento Jorge Viana79	e o agronegócio brasileiro – uma visão estratégica Jean R. M. Taruhn108
Prefácio – Brasil e China: 50 anos de relações diplomáticas Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho10	Séculos de amizade e de respeito mútuo Argemiro Procópio45	Parceria por um mundo mais sustentável, solidário e justo Jerônimo Rodrigues83	A infraestrutura como propulsora da cooperação Diego Pautasso112
Introdução – Amizade para um futuro compartilhado Ana Tereza Lopes Marra de Sousa e Giorgio Romano Schutte12	Xi Jinping e as relações sino-brasileiras José Medeiros da Silva49	Meio século de laços diplomáticos: o Ceará na vanguarda da parceria Brasil-China Elmano de Freitas da Costa85	Governança e combate à pobreza: possibilidades de cooperação Brasil-China Isis Paris Maia115
PARTE 1 50 anos das relações diplomáticas China-Brasil: passado e presente	50 anos das relações Brasil-China Paulo Okamoto53	50 anos das relações diplomáticas Brasil e China: cooperação e respeito mútuos Sergio Castanho Teixeira Mendes89	COFCO no Brasil: desafios e estratégias na expansão agroalimentar Alexandre César Cunha Leite, Isabella Barbosa Loiola e Lauro Henrique Accioly118
Brasil e China: 50 anos de amizade e parceria Mauro Vieira22	50 anos de cooperação sino-brasileira Durval de Noronha Goyos Jr55	China, parceira estratégica para o algodão brasileiro Alexandre Pedro Schenkel91	Do império do meio ao centro do extremo oriental : a presença chinesa em João Pessoa Ana Carolina Costa Porto e Teresa Cristina Furtado Matos123
50 anos das relações entre Brasil e China: uma perspectiva do Parlamento brasileiro Arthur Lira25	Há 50 anos o Brasil e a China cultivam uma relação de amizade e prosperidade comum José Reinaldo Carvalho58	A Embraer na China: uma história de parceria e cooperação e um futuro de crescimento conjunto Francisco Gomes Neto94	Uma proposta de matriz analítica de três níveis das regulações que estruturam as relações econômicas entre Brasil e China Michelle Ratton Sanchez Badin e Fabio Costa Morosini126
Um permanente caminho de êxito e de novas oportunidades Nelsinho Trad29	50 anos de uma parceria promissora Marcos Cordeiro Pires61	Vale: 50 anos de parceria com a China para um futuro compartilhado Eduardo Bartolomeo98	A presença da China no setor de petróleo e gás brasileiro: avanços, desafios e perspectivas Rafael Almeida Ferreira Abrão130
Há 50 anos Brasil e China buscam um futuro de paz e desenvolvimento para a humanidade Daniel Almeida32	Relação sino-brasileira: ao infinito e além José Ricardo dos Santos Luz Júnior65	Cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e China Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho, Ticiane Gabrielle Amaral Nunes, Giulia Marianna Rodrigues Di Marco e Marco Aurélio Alves de Mendonça102	Brasil e China: a importância da cooperação bilateral para a governança global do clima Rúbia Marcussi Pontes133
Brasil e China: 50 anos de parceria, estabilidade e desenvolvimento Luiz Augusto de Castro Neves36	China e Brasil: parceria exitosa José Renato Nalini68	PARTE 2 Dimensões múltiplas da cooperação	
Relações Especiais Marcos Caramuru de Paiva38	Parceria entre Brasil e China é estratégica para a transição energética global Alexandre Silveira72	Brasil e China e o “destino compartilhado” do Sul Global Elias Jabbour105	
	Comércio Brasil-China nos últimos 50 anos e os desafios para as exportações brasileiras Tatiana Prazeres75	Como alimentar um dragão: China	

PARTE 3:

A cooperação em educação, ciência, tecnologia e cultura

Lições de uma parceria
Margareth Menezes.....139

A cooperação Brasil-China em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento
Luciana Santos.....142

A cooperação acadêmica e científica entre o Brasil e a China: situação atual e possibilidades futuras
Enrique Huelva Unternbäumen.....146

Brasil e China: um mundo multipolar na educação superior, na ciência e na cultura
Penildon Silva Filho.....150

Cooperação educacional entre Brasil e China
Luís Antonio Paulino.....153

A implantação do Instituto Confúcio da China e sua adequação no Brasil a partir do desenvolvimento econômico
Rogério Fernandes de Macedo.....157

Para além das relações comerciais e de investimento
Taís Bahia.....161

Conquistas e perspectivas de cooperação na área de ciência e tecnologia aeroespacial
Clezio Marcos de Nardin.....165

As ligações científicas entre o Brasil e a China
Concepta McManus e Olsen Saraiva Câmara167

Cooperação Brasil-China em CT&I: tempo de acelerar o vetor tecnológico
Manuel Marcos Maciel Formiga.....171

Cooperação em TIC entre o Brasil e a China: avanços recentes e desafios na era digital
Nanahira de Rabelo e Sant'Anna.....175

De onde vem a curiosidade sobre o Brasil?
Kelly Ferreira.....178

Viver na China é quebrar estereótipos e se surpreender a cada nova experiência
Ranielly Veloso.....181

Relações econômicas entre Brasil e China: desafios para reforçar a cooperação em inovação e conhecimento
Célio Hiratuka.....185

Breve panorama da cooperação Brasil-China no setor audiovisual
Cecília Mello e Milena de Moura Barba.....189

Músicos brasileiros em Pequim e Xangai durante a década de 2010: intermediações culturais, paciência, guanxi e “face”
Tom Dwyer.....193

PARTE 4

Futuro das relações Brasil-China

Brasil e China: uma parceria que avança para o futuro
Gleisi Hoffmann.....198

China e Brasil 50 anos: novas oportunidades da parceria estratégica

Aloizio Mercadante.....201

50 anos de relações diplomáticas Brasil-China: uma parceria para o futuro
Fausto Pinato.....204

50 anos de relação Brasil-China: perspectivas para um futuro sustentável
José Pio Borges e Larissa Wachholz.....206

A iniciativa cinturão e rota e os caminhos cruzados com o Brasil
Evandro Menezes de Carvalho.....212

Brasil-China: por uma nova parceria
Antonio Martins.....215

Agora que sabemos os caminhos, podemos avançar mais rápido
Vladimir Milton Pomar.....218

Sobre o Brasil, a Ásia e o mundo: notas para a cooperação Brasil-China e a reconstrução nacional brasileira
Elias Jabbour e Melissa Cambuhy.....221

A repactuação das relações Brasil-China no novo governo Lula

Ana Tereza L. Marra de Sousa e Giorgio Romano Schutte225

O século do dragão
Marcelo Zero.....229

Revisitando o passado para construir o futuro: a Área da Grande Baía como legado e promessa na parceria sino-brasileira
Pedro Steenhagen.....232

A cooperação sino-brasileira como expressão de modernização e desenvolvimento
Maria Luiza da Silva Laranjeiras.....236

Brasil e China: amigos necessários
Vinicius Lummertz.....239

Brasil e China no limiar de uma nova era
Dilma Rousseff.....243

Uma nova cultura exportadora para a China
Thais Moretz247

Mudanças qualitativas na história do relacionamento China-Brasil
Javier Vadell e Samuel Spellmann250

PARTE 1

50 anos das relações diplomáticas China-Brasil: passado e presente





Mauro Vieira

Ministro das Relações Exteriores do Brasil, desde 2023. As relações sino-brasileiras tornaram-se estratégicas para ambas as partes. Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas em Nova York (2016-2020) e embaixador do Brasil na Croácia (2020-2022). Também foi ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 2015 e 2016.

Brasil e China: 50 anos de amizade e parceria

Com o olhar voltado aos próximos 50 anos, antevejo que temos, Brasil e China, uma trajetória de grandes êxitos a percorrer juntos.

No marco simbólico do cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, convido brasileiros e chineses a uma reflexão sobre o caminho que já trilhamos juntos e nossas perspectivas de futuro. Desde a formalização do nosso primeiro instrumento bilateral, em 15 de agosto de 1974, no contexto histórico do “pragmatismo responsável” da diplomacia brasileira, Brasil e China apresentaram notável desenvolvimento e fortaleceram seu lugar no mundo. Ao mesmo tempo, fomos capazes de identificar crescentes convergências no trato bilateral e ampliar nossos espaços de cooperação, com base no respeito mútuo e em busca de resultados concretos, vantajosos para ambas as sociedades.

Nesse período, o crescente protagonismo internacional da China tornou-se um dos fenômenos mais determinantes da história contemporânea. Exibiu a maior transformação econômica do planeta, havendo seu PIB passado de US\$ 302 bilhões em 1980 para US\$ 32,9 trilhões em 2023, tornando-a a maior economia do mundo, em paridade do poder de compra. Centenas de milhões de cidadãos chineses foram tirados da pobreza em virtude do êxito econômico. O Brasil também

avançou muito desde então, nos planos político, econômico e social. Quadruplicou o PIB per capita de sua população, de US\$ 4,7 mil em 1980 para US\$ 20 mil em 2023. Retirou milhões de pessoas da pobreza, cuja taxa reduziu-se de 30% para 3,5% nas últimas quatro décadas. Com o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recobrou seu papel de ator internacional responsável e ativo na busca de soluções concertadas para os desafios globais.

As relações sino-brasileiras tornaram-se estratégicas para ambas as partes. A visita de Estado à China, em abril de 2023, a terceira do presidente Lula ao país, marcou, no mais alto nível, o relançamento da relação bilateral e o desejo compartilhado de fortalecer nossa parceria estratégica global. Na ocasião, foram assinados 15 acordos entre os governos e 20 novos instrumentos entre os setores privados dos dois países. A adoção de um Comunicado Conjunto robusto evidenciou a multidimensionalidade da nossa relação, registrando avanços e indicando novas avenidas de cooperação em variadas áreas de interesse compartilhado, como comércio, agricultura, indústria, serviços, inovação científica e tecnológica, economia de baixo carbono, economia digital, espa-

ço exterior, combate à pobreza e desenvolvimento social, entre outras.

Em 2024, enxergamos, com legítimo e justificado otimismo, uma perspectiva muito positiva de evolução da nossa parceria estratégica global. Já em janeiro deste ano, representando o marco inaugural das comemorações do cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas, demos início a um ciclo de interações de alto nível, com a visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, quando foi realizado o IV Diálogo Estratégico Global (DEG), no qual tratamos de temas bilaterais, regionais e multilaterais, em que compartilhamos valores e visões de mundo, além da reforma da governança global. Para encerrar o ano, em novembro, teremos a honra de receber, no Brasil, visita de Estado do presidente Xi Jinping.

Este ano também comemoramos os 20 anos de instituição da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a COSBAN, lançada em 2004, no primeiro mandato do presidente Lula, no quadro de sua primeira visita à China. Em 6 de junho, terá lugar a VII Sessão Plenária da COSBAN, com a visita do vice-

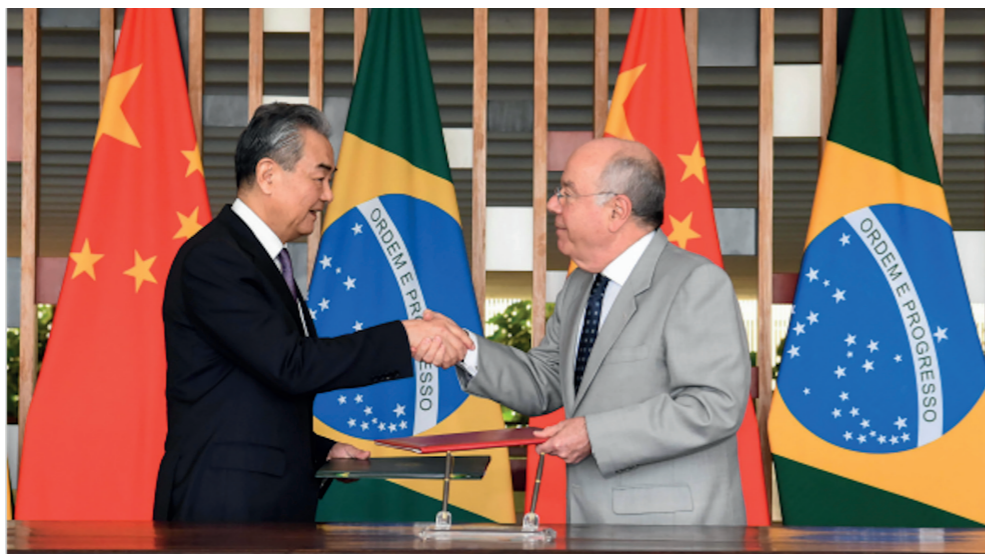
presidente Geraldo Alckmin à China. Trata-se do mais elevado mecanismo bilateral estruturado de concertação governamental entre o Brasil e a China, que figura, hoje, entre os mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com terceiros países. As subcomissões temáticas da COSBAN contemplam o amplo espectro de nossa agenda multidimensional: Política; Econômico-Comercial e de Cooperação; Econômico-Financeira; Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; Agricultura; Temas Sanitários e Fitossanitários; Energia e Mineração; Ciência, Tecnologia e Inovação; Espaço; Cultura e Turismo. A criação da Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima da COSBAN, durante a visita presidencial do ano passado, resgatou a prioridade que os governos brasileiro e chinês atribuem ao assunto nos seus respectivos contextos domésticos e no debate multilateral, evidenciando a pertinência de que o tema passasse a integrar a agenda de nosso diálogo estruturado.

Para além do DEG e da COSBAN, Brasil e China mantêm profícua coordenação em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas



O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, e o vice-ministro do Comércio Exterior da China, Chen Jie, assinam o Comunicado Conjunto para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Em Brasília, 15 de agosto de 1974.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, e o conselheiro de Estado e ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, presidem o IV Diálogo Estratégico Global China-Brasil em nível de chanceleres. Em Brasília, 19 de janeiro de 2024.



(ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), além da cooperação em arranjos plurilaterais, como o G-20 e os agrupamentos BRICS e BASIC.

As relações econômicas com nosso maior parceiro comercial são um dos eixos que mais despertam interesse. A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Em 2023, o comércio bilateral atingiu recorde histórico de US\$ 157,5 bilhões. As exportações à China, de US\$ 104 bilhões, foram superiores à soma das nossas vendas para os Estados Unidos e a União Europeia, de US\$ 83 bilhões. O Brasil, que mantém há sete anos a posição de maior fornecedor de alimentos à China, firmou sua imagem como fornecedor confiável de tradicionais produtos de valor estratégico e, ao mesmo tempo, mostrou seu interesse em diversificar a pauta comercial e de investimentos, inclusive na perspectiva da potencial contribuição chinesa à política de neointustrialização brasileira.

Na vasta gama de áreas de interesse das relações entre o Brasil e a China, atribuo especial relevância à cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação. Consi-

derado um marco da cooperação Sul-Sul em alta tecnologia, o projeto conjunto do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) é emblemático dessa agenda, desde o final dos anos 1980, quando começou a ser negociado. Desde então, o avanço tecnológico da China tornou-se mais uma de suas características distintas. O alto grau de confiança e entendimento que Brasil e China alcançamos em nosso relacionamento permite vislumbrar elevado potencial para fortalecermos nossa cooperação no domínio da C,T & I.

Brasil e China são nações com identidades muito próprias, resultado de suas história e cultura únicas. Estimo que a combinação de nossas experiências singulares pode gerar soluções muito inovadoras para desafios globais, e, ao mesmo tempo, fortalecer a parceria, em busca do desenvolvimento sustentável, da prosperidade e da paz, em um contexto internacional complexo e em transformação. Com o olhar voltado aos próximos 50 anos, antevejo que temos, Brasil e China, uma trajetória de grandes êxitos a percorrer juntos.



Arthur Lira

Deputado federal, 55º presidente da Câmara dos Deputados. Lira começou sua carreira política como vereador em Maceió (1993-1999) e foi deputado estadual por Alagoas (1999-2011).

50 anos das relações entre Brasil e China: uma perspectiva do Parlamento brasileiro

Vistos ao lume da história, 50 anos podem parecer um intervalo muito breve. No caso da amizade entre Brasil e China, no entanto, o período cobre inúmeras áreas de diálogo e cooperação.

A convite do presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular da China, Zhao Leji, tive a honra de chefiar comitiva parlamentar em visita oficial à China, em outubro de 2023, a primeira em quase 10 anos.

Visitamos Xangai e Pequim, para intensa e substantiva troca de informações e experiências do mais alto nível com lideranças políticas e empresariais, reforçando os laços de amizade, cooperação e diálogo entre os dois países.

Em ilustração do excelente nível das relações bilaterais, nossa comitiva foi recebida pelo presidente Xi Jinping, que, na mesma oportunidade, era anfitrião de fórum internacional da Iniciativa Cinturão e Rota.

Durante a missão, testemunhamos in loco a pujança econômica chinesa, a grandeza de uma civilização formada ao longo de milênios de história e o interesse de longo prazo na relação com o Brasil, inclusive em sua dimensão parlamentar.

A essa luz, e ao celebrarmos o cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa

do Brasil e a República Popular da China, em 2024, é oportuno que avaliemos as conquistas alcançadas e os desafios que se alinham para as próximas décadas.

Bases históricas e institucionais

O marco inicial deste cinquentenário é o Comunicado Conjunto, firmado em 15 de agosto de 1974, pelo chanceler brasileiro Azeredo da Silveira e pelo vice-ministro do Comércio Exterior chinês, Chen-Chieh. Nesse documento, além da troca de embaixadores, os Estados se comprometeram a desenvolver relações amistosas, com fundamento nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não intervenção nos assuntos internos, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica.

Desde então, as relações bilaterais evoluíram substancialmente, motivadas pela percepção de que havia interesses comuns nas agendas internacionais e no compartilhamento de certos princípios de política externa, conforme consta do mencionado Comunicado Conjunto e de diversos com-

promissos internacionais de cooperação firmados nas esferas comercial (1978), transportes marítimos (1979), ciência e tecnologia (1982), usos pacíficos da energia nuclear (1984), cultura e educação (1985), medicina e fármacos tradicionais.

Esses instrumentos serviram de base para a celebração de diversos protocolos e acordos complementares em segmentos específicos, como, por exemplo, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, de 1984, o Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica, de 1984, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica, de 1988.

Em 1993, as relações foram alçadas à categoria de parceria estratégica, em cujo contexto, além dos intercâmbios comerciais e econômicos, foram impulsionadas a cooperação espacial (Programa CBERS1) e a venda de serviços e construção de hidrelétricas.

A partir de 2004, a cooperação bilateral fortaleceu-se com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Sob a liderança dos vice-presidentes de ambos os países, a COSBAN é o principal mecanismo bilateral de coordenação e a mais alta instância de diálogo estruturado entre o Brasil e a China.

A consolidação da cooperação sino-brasileira foi reforçada em 2012 com o estabelecimento da parceria estratégica global e do Diálogo Estratégico Global (DEG), este último destinado a promover discussões em nível ministerial.

O planejamento de longo prazo também desempenhou um papel crucial nas

relações bilaterais, como evidenciado pelo Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC) e pelo Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC).

Recentemente, em 2022, durante a VI Sessão Plenária da COSBAN, as relações sino-brasileiras receberam novos estímulos, em conformidade com o Plano Estratégico 2022-2031 e o Plano Executivo 2022-2026. Esses documentos, juntamente com a reestruturação da COSBAN, estabeleceram uma base sólida para a cooperação bilateral, delineando objetivos e metas para os próximos anos.

As relações diplomáticas e os compromissos internacionais delas derivadas formam os alicerces que impulsionaram diversas iniciativas concretas entre Brasil e China, que, além de estreitar laços de amizade, são geradoras de riqueza mútua.

Comércio bilateral

Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil. Para se ter a dimensão da relevância do mercado chinês para as exportações brasileiras basta observar que, em 2023, o Brasil exportou para a China o valor recorde de US\$ 105,7 bilhões. Segundo notou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), foi a primeira vez que as exportações brasileiras para um único parceiro comercial ultrapassam a casa dos US\$ 100 bilhões.

Ainda com base no ano de 2023, dados informam que o volume total de comércio foi de US\$ 158,9 bilhões, o que representou também um recorde histórico.

Muito além das cifras, o que mais impressiona no comércio bilateral foi sua aceleração. No período de 1997 a 2023, a corrente de comércio entre Brasil e Chi-

na saltou de US\$ 2,24 bilhões para incríveis US\$ 158,9 bilhões.

Ciência, tecnologia e infraestrutura

Embora as trocas comerciais sejam a esfera mais visível das relações sino-brasileiras, é certo que as iniciativas de cooperação bilateral se estendem para um número significativo de áreas, como ciência, tecnologia e infraestrutura.

Além dos acordos bilaterais vigentes, que têm por objeto a cooperação no campo da ciência e tecnologia, o MDIC informa que foram assinados, em abril de 2023, três memorandos de cooperação entre Brasil e China. Tais memorandos abarcam diversas áreas como: exploração e utilização de energias renováveis; infraestrutura e logística; indústria de transformação e de alta tecnologia; biotecnologia e tecnologias verdes; e nanotecnologia. O MDIC informa, ainda, que os dois países cooperarão em iniciativas relacionadas à economia digital, à identificação de prioridades e ao compartilhamento de conhecimento para novos formatos e modelos de negócios².

Diplomacia parlamentar bilateral

No mundo atual, as relações institucionais de cooperação entre os Estados não mais se restringem às ações da diplomacia tradicional. Ao lado dessas, destacam-se as iniciativas de intercâmbio entre os órgãos legislativos, que vêm contribuindo para expandir a cooperação entre os povos.

É fato inequívoco que os parlamentares têm voltado cada vez mais sua atenção para os assuntos relacionados à política externa. O interesse dos legisladores é plenamente justificável, haja vista que diversos temas, que repercutem diretamente sobre os cidadãos, são decididos no

seio de organismos internacionais, como a Organização Mundial de Comércio e fóruns como o G20 e o BRICS.

No âmbito da denominada diplomacia parlamentar, os Parlamentos de Brasil e China têm atuado de modo constante e decisivo no intercâmbio de experiências entre os respectivos membros, bem como na identificação de novas áreas de cooperação bilateral. Nesse contexto, vale destacar o Mecanismo de Intercâmbio instituído em 2006, com vistas ao aperfeiçoamento dos sistemas de cooperação entre os Parlamentos do Brasil e da China.

Vale mencionar, ainda, os contatos mantidos entre os Parlamentos dos nossos países para a cooperação no enfrentamento à Covid-19.

Também são dignas de nota as visitas de alto nível, como a mencionada missão parlamentar brasileira à China em outubro de 2023 e a visita do presidente da Comissão de Supervisão e Justiça do parlamento chinês à Câmara dos Deputados em novembro de 2023.

Perspectivas e desafios

Vistos ao lume da história, 50 anos podem parecer um intervalo muito breve.

No caso da amizade entre Brasil e China, trata-se, no entanto, de período de grandes e importantes realizações, que cobrem inúmeras áreas de diálogo e cooperação, da agricultura à produção conjunta de satélites.

Os desafios de cooperação bilateral estão relacionados à busca de soluções dos graves problemas que integram a agenda internacional, como o enfrentamento às mudanças climáticas e à preservação ambiental. Nesse contexto, as atividades de cooperação entre Brasil e China devem

estar inseridas na denominada pauta verde, como o mercado de créditos de carbono, a energia eólica e o hidrogênio verde.

Nossos Parlamentos também devem contribuir para que as já densas e diversificadas relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a China se beneficiem do atual cenário de rearranjo das cadeias globais de comércio e de valor.

Nesse mundo que precisa alimentar 8 bilhões de pessoas e prover acesso a energias limpas e renováveis, poucos países como o Brasil reúnem condições tão propícias para se tornar um ator ainda mais relevante.

Queremos que a parceria entre o Brasil e a China sirva, mais e mais, para gerar empregos de qualidade abundantes, produzir tecnologias avançadas e criar novas oportunidades para investimento produtivo.

A celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China ocor-

rerá, por uma dessas felizes coincidências da história, no mesmo ano em que o Parlamento brasileiro estará à frente da Presidência do P20 – a vertente parlamentar do G20 –, quando esperamos poder retribuir a acolhida calorosa que tivemos do Parlamento chinês.

Brasil e China têm um longo e auspicioso caminho a trilhar juntos. Nossos Parlamentos, como representantes dos nossos Povos, são também artífices e parte essencial deste futuro.

1 - O Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) tem origem acordo de parceria entre o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial), assinado em 6 de julho de 1988. Essa parceria precede a assinatura do Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, firmado em 05/03/1993. Fonte: <http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php>. Acesso em 20/02/2024.

2 - <https://bit.ly/4eGbdQR>



Nelsinho Trad

Foi eleito senador da República pelo (PSD) Mato Grosso do Sul em outubro de 2018. No Senado Federal, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (2019-2020), membro de 21 comissões e líder do PSD (Partido Social Democrata) de 2021 a 2022. É presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) desde 2019, membro do Observatório da Democracia do Parlasul desde 2019 e presidente do Parlamento Amazônico desde 2021. Atualmente é o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Índia e presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça.

Um permanente caminho de êxito e de novas oportunidades

Em 2024, ano em que comemoramos meio século de relações diplomáticas entre Brasil e China, é importante destacar a perspectiva permanente de novos caminhos e oportunidades.

As relações entre Brasil e China são de relevância indiscutível e, cada vez mais, vêm se configurando como uma parceria estratégica tanto para o crescimento como para o fortalecimento da inserção de ambos os países no cenário internacional.

Como representante do estado de Mato Grosso do Sul no Senado Federal, tenho a honra de presidir o Grupo Parlamentar China-Brasil, braço interparlamentar e diplomático entre os dois

países, no qual priorizamos o diálogo, o intercâmbio de experiências, o poder de argumentação e a vontade política para cumprir o objetivo de fortalecer as relações bilaterais.

Há 50 anos, o reatamento das relações diplomáticas entre as duas nações, bem como a aproximação comercial, coincidiu com o período de ampliação da industrialização da China e com a expansão do seu comércio exterior. Ao longo das décadas, as relações bila-



Trad é homenageado por 20 anos de amizade entre Brasil e China. Em Brasília, 2023.

terais com o Brasil se ampliaram a tal ponto que, em 2012, foi estabelecido entre as duas nações um Plano de Diretrizes Decenal. Esse compromisso elegu prioridades, escolheu os campos em que era possível avançar com mais rapidez e criou mecanismos para superar barreiras então existentes.

É bom ressaltar que, nos campos de ciência, tecnologia e inovação, o desejo é o de que os projetos se desenvolvam com consistência, em especial aqueles vinculados a pesquisas em agricultura e em biotecnologia.

Paralelamente aos estudos para ampliação da cooperação científica, tecnológica e comercial, é necessário lembrar da proximidade entre os dois povos. A história da imigração chinesa para o Brasil remonta a iniciativas de D. Pedro II em 1880. Daquele ano em diante, novas levas chegaram a terras brasileiras, sendo que 1900 foi outro marco importante nesse processo. Os imigrantes chineses continuaram chegando, e hoje a comunidade chinesa no Brasil conta com cerca de 300 mil pessoas, incluindo os muitos brasileiros descendentes de imigrantes originários. Além disso, ficamos felizes em saber que a língua portuguesa é bem procurada pelos estudantes da China, do outro lado do mundo.

O volume de comércio entre a China e o Brasil é de uma magnitude considerável: no primeiro bimestre de 2023, 23,4% das exportações brasileiras se dirigiram à China, sendo que a celulose, o petróleo bruto, a soja e o minério de ferro estão entre os principais itens exportados. Do lado de cá, é preciso

considerar que a China tem sido, desde 2019, o nosso principal parceiro comercial, representando, em 2022, 21,9% do total de bens adquiridos do exterior e que chegaram a nossos portos e aeroportos.

Verifica-se também que o Brasil importa conjuntos de produtos de dois dos principais itens vindos do gigante asiático. Um deles é o painel solar, essencial para o momento que nosso país vive em busca de produzir energia limpa a preços socialmente justos. Outro conjunto de produtos está ligado ao comércio eletrônico, cuja demanda é alta entre nossos cidadãos, interessados em se conectarem a aparatos de comunicação e entretenimento, principalmente.

O fato de ambos os países comporem o BRICS amplia ainda mais a parceria Brasil-China. A importância estratégica desse bloco se revela, por exemplo, no volume de recursos do Novo Banco de Desenvolvimento, cujos US\$ 100 bilhões de capital têm servido, também, a relevantes projetos em cada um desses países.

Em 2024, ano em que comemoramos meio século de relações diplomáticas entre Brasil e China, é importante destacar que, apesar de consolidada e exitosa, essa parceria é caracterizada pela perspectiva permanente de novos caminhos e oportunidades.

Assim, é importante mencionar a perspectiva da Rota Bioceânica, projeto de infraestrutura regional que une o estado de Mato Grosso do Sul aos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, perpassando o Paraguai e

a Argentina. Trata-se de um projeto que fortalecerá ainda mais as relações entre o Brasil e a China.

No nosso entendimento, a Rota Bioceânica é mais um caminho para novas oportunidades não só para o Brasil, mas para a América do Sul, junto à China. Essa versão moderna do canal do Panamá, que interliga Atlântico e Pacífico, pode reduzir significativamente custos de transporte e tempo de viagens para a exportação de produtos ao mercado asiático. No caso do Brasil, pode aumentar a nossa competitividade na arena global. Oportunidade única para nosso país reduzir sua dependência do comércio com os Estados Unidos e a Europa e diversificar suas exportações tanto para a China como para outros países da Ásia. Sem dúvida, a Rota Bioceânica facilitará a consolidação das relações comerciais e dos planos de cooperação sob a bandeira da iniciativa chinesa Cinturão e Rota.

No Legislativo, foi criada a Frente Parlamentar Internacional pela Rota Bioceânica, com a participação de representantes do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Foi promovido ainda o 1º Fórum “A integração dos municípios do Corredor Bioceânico”, para discutir a participação coordenada dos setores público e privado nas áreas de infraestrutura, logística, transporte, comércio, turismo, aduana, entre outros. A Rota Bioceânica é o único projeto de infraestrutura regional a dispor de governança compartilhada entre os níveis federal, estadual e municipal, integrando ainda um “braço” parlamentar.

De nossa parte, no Senado Federal, seguimos em busca de fortalecimento e ampliação das relações entre o Brasil e a China, que têm sido tão frutíferas até o momento. Aproveitamos esse ensejo para desejar ainda mais prosperidade, sempre acompanhada da renovação dos esforços e do propósito de desenvolvimento de ambas as nações.



Daniel Almeida

Historiador e técnico em Instrumentação Industrial. Foi vereador de Salvador e desde 2002 é deputado federal. Atualmente é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China e vice-líder do Governo no Congresso.

Há 50 anos Brasil e China buscam um futuro de paz e desenvolvimento para a humanidade

Que o desenvolvimento de nossas nações possa ser parte da construção de um mundo de paz e justiça social para todos.

Brasil e China alcançaram, em 2024, o cinquentenário do estabelecimento de suas relações diplomáticas da melhor forma possível. Tendo na liderança dois estadistas de altíssimo nível, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Xi Jinping. Ambos membros de partidos comprometidos com a classe trabalhadora de seus países, provenientes do seio das lutas por desenvolvimento e justiça social, contra a pobreza, a miséria e a fome, não somente para seus povos, mas para a humanidade.

Ao longo do último meio século, as relações entre os dois países evoluíram de forma significativa, abrangendo um grande arco de áreas, desde comércio, tecnologia e investimento até a cooperação política e cultural. O vigor do intercâmbio está expresso especialmente no fato de que a China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, além de ser um importante investidor em projetos de infraestrutura, energia, agricultura, programas espaciais e outros. Igualmente, as empresas brasileiras estão encontrando

oportunidades de investimento na China, que possui grande mercado consumidor e é também um grande portal para o continente asiático.

Todo esse desenvolvimento foi possível pelo altíssimo nível da condução das respectivas áreas diplomáticas do Brasil e da China. O Brasil ainda se encontrava em período de ditadura militar, em 1974, quando o chanceler Azeredo da Silveira e o secretário-geral do Itamaraty, Saraiva Guerreiro, promoveram no dia 16 de agosto uma cerimônia com o vice-ministro do Comércio da China, Chen Chien, para reconhecer o governo de Pequim como o “único governo legal da China” e atribuir a Taiwan, com quem havia relações de Estado estabelecidas, o reconhecimento da condição de “parte inalienável” da República Popular da China.

Poucos anos mais tarde, Saraiva Guerreiro, já como ministro das Relações Exteriores, foi também o primeiro diplomata brasileiro a ir à República Popular da China após o estabelecimento das relações diplomáticas e em



Almeida, em cerimônia para celebrar a construção do Edifício Português em região alfandegária chinesa. Estrutura beneficiará mais de uma centena de empresas latino-americanas.

1982 assinou um acordo de cooperação com seu homólogo Huang Hua na área de ciência e tecnologia. Este passo abriria passagem para os acordos futuros para projetos nucleares e espaciais. Neste período, o Brasil atravessava importantes mudanças políticas e uma nova abertura para o mundo. Na China, sob a liderança de Deng Xiaoping, era executado o plano das “Quatro Modernizações”, com grandes investimentos no desenvolvimento da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia. Se hoje as áreas de ciência, tecnologia e inovação de ambos os países aprofundam suas relações é porque nos anos 80 estabeleceram importantes fundamentos.

Após os anos 80, outro grande marco, dentro deste intervalo de 50 anos, foi o ano de 2004, quando o presidente Lula visitou a China e o presidente Hu Jintao visitou o Brasil. Na época, o

presidente Lula afirmou em Pequim que desde o início do seu governo, em 2003, havia determinado que “fosse dada prioridade às relações sino-brasileiras”. Tal visita hoje completa 20 anos e as palavras de Lula ainda são atuais, ao dizer que as relações entre Brasil e China se fortaleciam “pelo propósito compartilhado de contribuir para o equilíbrio e a equidade do sistema internacional e para a estabilidade e a paz mundiais”, além da consolidação de uma parceria estratégica impulsionada pelo aumento do volume das transações econômico-comerciais.

Como fruto dessa aproximação de propósitos entre Brasil e China, foi possível, por exemplo, a criação de uma plataforma de cooperação da magnitude do bloco BRICS, em que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul atuam em sintonia de propósitos e objetivos em prol do desenvolvimento

Comitiva parlamentar em visita ao Banco do BRICS, em Xangai, China, presidido pela ex-presidente Dilma Rousseff.



humano. Prova da importante colaboração entre Brasil e China, hoje o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), conhecido como o Banco do BRICS tem na sua presidência a ex-chefe de Estado brasileiro, a economista Dilma Rousseff. Foi tão grande o avanço dessa iniciativa que hoje fala-se abertamente de um processo de desdolarização das transações financeiras e comerciais no plano global, em respeito à soberania dos países e especialmente como alternativa aos métodos hegemônicos de manuseio do crédito e pagamentos no plano internacional pós-Segunda Guerra e os acordos de Bretton Woods.

Outra área profícua de cooperação é a do intercâmbio cultural entre os dois países, com aumento do intercâmbio de estudantes, visitantes, turistas,

apresentações artísticas, exposições, centros de estudos de línguas, cooperação universitária e acadêmica em geral. Como presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, por exemplo, tive a oportunidade de acompanhar a criação e o início da execução de um convênio entre a Universidade Federal Rural da Amazônia e a Universidade de Hohai na área dos estudos e aplicação de biofertilizantes, que pode beneficiar enormemente a regeneração de áreas degradadas da região amazônica brasileira e expandir os avanços da tecnologia chinesa em biofertilizantes para a América Latina. Além desse exemplo, há muitos projetos em curso para aprofundar a cooperação em áreas como inovação tecnológica, energia renovável, saúde, agricultura sustentável e outros, na medida em que ambos

os países buscam em parceria impulsionar seu desenvolvimento econômico perante os desafios globais.

Hoje, enquanto comemoramos o 50º Aniversário das relações, outras questões globais se apresentam como desafio para a humanidade e sobre as quais os dois países, a partir de sua parceria estratégica, têm se debruçado. Algumas que se destacam são as mudanças climáticas e ambientais, a segurança alimentar e o sistema de governança global rumo ao mundo pacífico. Brasil e China estão altamente comprometidos com uma transição energética e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas que vitimam aquelas populações que já se encontram em situação vulnerável e de privação de recursos. O esforço da China para cumprir sua meta de alcançar a neutralidade de carbono em 2060 vem acompanhado do seu avanço em tecnologias e políticas que podem ajudar outros países. Estamos convictos de que durante a COP 30, que vai ocorrer no Brasil entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, vão sobressair os esforços realizados por nossos dois países para encontrar soluções para este que é um grande desafio da humanidade hoje.

Com relação à segurança alimentar global, Brasil e China são os dois grandes países do Sul Global mais bem preparados para atuarem em conjunto. Isso ficou muito claro, por exemplo, na última reunião de ministros da Agricultura do BRICS, na África do Sul, em 2023. Durante a reunião foram anunciadas medidas conjuntas para proteger a cadeia global de abasteci-

mento de alimentos contra os efeitos de conflitos geopolíticos que são uma realidade do nosso tempo, vide as situações geradas pela guerra na Ucrânia, o massacre do povo palestino, os bloqueios no mar Vermelho contra Israel, as insurgências na região africana do Sahel. Esta é uma pauta também afetada pelas mudanças climáticas, que citamos, as dificuldades econômicas, a pobreza e a expansão populacional em algumas regiões do mundo e que afetam o abastecimento de alimentos e a segurança alimentar das populações. Como disse o presidente Lula em recente visita à África, a única guerra que vale a pena ser feita é a guerra contra a fome.

Diante de tantos desafios comuns e que têm impacto na estabilidade de nossas regiões e do mundo, cresce em importância o encontro que os presidentes Lula e Xi Jinping terão no Brasil no próximo mês de novembro, quando o Rio de Janeiro sediará a cúpula do G20. Como grupo parlamentar de amizade entre Brasil e China, estaremos atentos e participando ativamente das conversações e da construção dos entendimentos como aqueles que envolvem projetos de grande envergadura para os dois países, como a Iniciativa Cinturão e Rota, para a China, e a integração regional latino-americana para o Brasil. Aos 50 anos de nossas profícuas relações, podemos dizer que olhamos para o futuro da humanidade pela mesma janela com a esperança de que o desenvolvimento de nossas nações possa ser parte da construção de um mundo de paz e justiça social para todos os povos do mundo.



Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China.

No Ministério das Relações Exteriores, foi secretário-geral adjunto das Relações Exteriores e diretor-geral do Departamento das Américas. É membro do Conselho de Administração do grupo Pão de Açúcar, onde preside o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, e vice-presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Integra também o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Brasil-China: 50 anos de parceria, estabilidade e desenvolvimento

Não obstante as transformações geopolíticas havidas ao longo dos últimos 50 anos, verifica-se que as relações sino-brasileiras têm seguido um padrão constante de estabilidade e desenvolvimento, descobrindo, explorando e expandindo novos campos para a cooperação entre ambos países.

A espetacular ascensão da China ao longo das últimas décadas constitui, sem dúvida, um dos fatos mais relevantes a condicionar as relações internacionais neste início do século XXI. A presença chinesa é percebida de forma cada vez mais ostensiva em todos os quadrantes do mundo e, como não poderia deixar de ser, também na América Latina. Com efeito, as consequências dessa crescente presença chinesa na região, especialmente na América do Sul, têm atraído a atenção de estudiosos, acadêmicos e diplomatas, que há bem poucos anos consideravam a China um ator periférico no cenário latino-americano. Nesse contexto, era apenas natural que o Brasil, país com a maior economia, população e território da região, passasse a ter uma elevada prioridade no âmbito da política exterior chinesa para a região.

Em agosto de 2024, estaremos a comemorar, chineses e brasileiros, o 50º Aniversário do estabelecimento de relações entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Ainda que

correndo o risco de repisar ad nauseam os múltiplos êxitos da relação bilateral, o que vem à mente em primeiro lugar é o crescimento espetacular do comércio entre os dois países, particularmente nas duas últimas décadas, consolidando a posição da China como nosso principal parceiro comercial. Com efeito, a corrente de comércio entre os dois países passou de US\$ 9 bilhões em 2004 para US\$ 157,5 bilhões em 2023. Caberia ainda registrar que, ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil foi um dos pouquíssimos países a manter um considerável saldo comercial em seu favor nas trocas com a China, chegando a um superávit de US\$ 51 bilhões no ano passado, não obstante a instabilidade da economia mundial.

Da mesma forma, os investimentos chineses no Brasil, diminutos no início deste século, hoje já superam o estoque de US\$ 70 bilhões, com parte substancial desses aportes sendo dirigida a setores estratégicos da economia brasileira, como transmissão de eletricidade, geração de energias renováveis e indústria manufatureira.



O autor participa em Pequim da abertura do Seminário Econômico Brasil-China. Em 5 de junho de 2024.

Cabe ainda ressaltar que esses investimentos estão presentes em praticamente todos os estados da federação, mantendo e criando empregos, aquecendo e conectando economias locais e adicionando valor à indústria nacional.

Os 50 anos da relação sino-brasileira têm como pano de fundo a percepção generalizada de que o mundo está marchando em direção a uma nova ordem internacional, cujos contornos ainda não estão claros. As referências que caracterizavam as relações internacionais a partir da Segunda Guerra Mundial ficaram obsoletas: a União Soviética desapareceu, a Alemanha reunificou-se, a ascensão da China como potência global foi decisiva para mover o centro de gravidade da economia mundial do Atlântico Norte para a Ásia do Leste. Não aconteceu o “fim da história” previsto por alguns. Ao contrário, novos problemas têm surgido e as relações internacionais, sem referências claras, não têm criado condições que permitam encaminhá-los adequadamente.

Não obstante as transformações geopolíticas havidas ao longo dos últimos 50

anos, verifica-se que as relações sino-brasileiras têm seguido um padrão constante de estabilidade e desenvolvimento, descobrindo, explorando e expandindo novos campos para a cooperação entre ambos os países. Dentre essas áreas de colaboração, vale mencionar o avanço recente no diálogo sobre sustentabilidade, incluindo agricultura e pecuária de baixo carbono e finanças verdes, bem como a presença cada vez maior de empresas chinesas de tecnologia da informação no mercado brasileiro.

A primeira conclusão a ser explicitada é a de que Brasil e China têm preservado um viés estratégico em sua relação. Na realidade, as relações entre o Brasil e a China ganham outra dimensão quando examinadas sob um olhar de longo prazo. Mesmo com a instabilidade da conjuntura internacional e com os desafios enfrentados por ambos em seus processos de progresso econômico e social, a relação entre os dois países tem sido capaz de explicitar seus aspectos estratégicos e contribuído de maneira importante com o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento.



Marcos Caramuru de Paiva

Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Foi cônsul-geral em Xangai e embaixador em Pequim.

Relações especiais

O futuro do bom relacionamento Brasil-China não suscita dúvidas. O que se alcançou em 50 anos é sólido e tem valor estratégico elevado para ambos os países.

Na visita que fez a Pequim, em 1988, o presidente José Sarney sugeriu a Deng Xiaoping, então presidente do Comitê Central de Assessoramento do PCC, que o Brasil e a China deveriam ter mais do que relações diplomáticas formais, deveriam ter relações especiais. Deng Xiaoping teria respondido: “isso virá com o tempo”. A conversa entre Sarney e Deng ofereceu um bom sentido de direção para o futuro do relacionamento entre os países.

Nos primeiros anos, havia a ideia de que os dois países nutriam ambições semelhantes nos seus planos de desenvolvimento e de inserção no contexto mundial. Se trabalhassem juntos, teriam muito a ganhar. Ao longo do tempo, a trajetória não foi exatamente a mesma, mas a China e o Brasil souberam garantir estabilidade na interação e potencializar os ganhos, tanto no plano econômico como no da política externa.

Tudo começou em uma direção promissora. O primeiro presidente brasileiro a viajar à China foi João Figueiredo, em 1984. Sarney foi o segundo, em 1988. Já nessas duas visitas, alinharam-se temas que marcaram as cinco décadas de relacionamento e até hoje, de forma renovada, são prioritários na pauta. Figueiredo assinou três acordos no segmento científico e tecnológico. Assinou também um acordo comercial, que listava em detalhe os itens

que deveriam ser transacionados entre as duas economias e, assim, oferecia o mapa da rota do comércio. As trocas comerciais, até então sem grande expressão, deram um salto, chegando à casa dos US\$ 2 bilhões quando Sarney embarcou para a China quatro anos depois, levando uma comitiva de cerca de 200 pessoas: dois Boeings cheios, relatavam os jornais da época, com um misto de surpresa e admiração.

Sarney chegou à China entusiasmado. “Queremos aproveitar todas as potencialidades do nosso desenvolvimento em cooperação franca e desimpedida”, disse durante o discurso em que agradeceu ao banquete que lhe foi oferecido pelo presidente Yang Shangkun. Assinou acordos nos segmentos de tecnologia industrial, energético e de transportes, ainda hoje segmentos promissores no contexto bilateral, e lançou, com as autoridades chinesas, o programa mais emblemático dos 50 anos de cooperação: o programa CBERS, para a construção e lançamento de satélites de sensoriamento remoto. Além disso, Sarney incluiu em seu programa uma visita a Xangai para conhecer a siderúrgica de Baoshan, que já comprava minério de ferro de Carajás antes mesmo do estabelecimento oficial de relações diplomáticas. Uma nova extensão do CERBS foi anunciada na visita do presidente Lula a Pequim, em 2023.

O Brasil foi o primeiro país com quem a China estabeleceu uma parceria estratégica, em 1993. A proposta de parceria, definida em uma conversa entre o chanceler Luiz Felipe Lampreia e o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, retomava a ideia de relações especiais aventada em 1988. Só três anos depois, a China escolheu um segundo parceiro estratégico: a Rússia. E só nove a 15 anos depois, o conceito de parceiro estratégico foi estendido a países europeus, a outros latino-americanos e a asiáticos.

Quando a China iniciou investimentos externos, o Brasil tornou-se rapidamente foco de atenção das empresas. A State Grid, um gigante chinês na área energética, hoje proprietária da CPFL em São Paulo e grande operadora da transmissão de energia em longas distâncias no Brasil, fez o seu primeiro investimento externo não asiático na economia brasileira. A Huawei chegou ao Brasil há 25 anos, logo que começou a se expandir no mercado global e vem, desde então, ampliando suas atividades e operando o treinamento de profissionais para atuar nas telecomunicações. A economia brasileira segue atraente para segmentos industriais chineses que agora se lançam no exterior com mais apetite, como demonstram os recentes investimentos para a produção de veículos elétricos.

Algumas empresas brasileiras, por sua vez, foram sofisticando sua estratégia de inserção no mercado da China. Empresas que originalmente só mantinham um relacionamento comercial com compradores passaram a ampliar o escopo de sua interação com a realidade chinesa e, em alguns casos, investir com criatividade em centros de pesquisa tecnológica ou em operações logísticas.



Uma palavra sobre o petróleo: o petróleo sempre esteve na pauta bilateral. Inicialmente, ainda sob reflexo das duas crises do petróleo dos anos 1970 e bem antes da descoberta das colossais reservas brasileiras, o Brasil importava petróleo chinês e, por isso, acumulava um expressivo déficit comercial nas transações bilaterais. Tentava compensá-lo, com exportações de produtos siderúrgicos, químicos, derivados de petróleo e alimentos. Mais tarde, a Petrobras passou a explorar óleo em território chinês. Hoje, as petroleiras chinesas estão prospectando petróleo em águas brasileiras e exportando para a China.

Em suma, se fizermos um corte dos primeiros passos até o momento e olharmos pontos-chaves da cooperação, veremos o quanto a construção do relacionamento seguiu uma direção determinada e não se afastou dela. Os temas de entendimentos centrais durante a visita do presidente Lula em 2023 só confirmam isso: comércio; novos investimentos; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; novas interações no campo econômico, como os acordos relacionados à agilização das trocas diretas em moedas locais; e o grande tema novo: sustentabilidade.

Desde os primeiros momentos, a co-

Representantes do setor aeroespacial dos dois países assinam acordo sobre o desenvolvimento do satélite CBERS 01 em 1988.

operação Sul-Sul e a cooperação para o desenvolvimento estiveram na pauta de conversas bilaterais. “Acreditamos na necessidade de construção da nova ordem econômica internacional e reconhecemos que, a par de um diálogo franco e eficiente conduzido com os países do Norte, é essencial a cooperação Sul-Sul”, afirmou o presidente Sarney em um de seus discursos na visita de 1988. O Brasil e a China parecem se orgulhar de, pela montagem e operação de um programa expressivo em campo avançado, como o do sensoriamento remoto, terem dado uma boa mostra da cooperação Sul-Sul aos demais países do mundo em desenvolvimento.

A ideia de fomentar o diálogo político sobre temas internacionais também esteve presente desde o início. Ganhou força com o lançamento do Diálogo Estratégico Global de Chanceleres, em 2012. As conversas sobre a realidade internacional e a inserção do mundo em desenvolvimento já haviam adquirido dimensão anteriormente e obtido ganhos visíveis, como foi o estabelecimento do BRICS, em 2009, que coincidiu com os 35 anos de reatamento diplomático entre o Brasil e a China. Essa dimensão se amplia ainda mais agora, com a entrada de novos membros no bloco a partir de 2024.

O futuro do bom relacionamento Brasil-China não suscita dúvidas. O que se alcançou em 50 anos é sólido e tem valor estratégico elevado para ambos os países. Deverá nortear o aprofundamento da cooperação em temas tradicionalmente presentes na pauta, assim como orientar novos esforços para trazer ao tratamento bilateral temas prementes do momento, como a transição energética, o caminho para a economia de baixo carbono, o impacto da inteligência

artificial na vida dos países, das sociedades e das empresas. Segue vigente, com mais força do que antes, uma outra afirmação atribuída a Deng Xiaoping nos anos 1980: quando o Brasil apertar uma mão, nós, chineses, apertaremos também porque ali estará um amigo.

Para além do contexto bilateral, o Brasil e a China terão que lidar com uma realidade internacional que está rapidamente ganhando novos contornos. Tudo leva a crer que a liderança mundial será mais fragmentada, o regionalismo terá um papel mais proeminente, o entendimento sobre questões globais encontrará mais dificuldades do que no passado.

Isso reforça ainda mais a importância do diálogo político e faz crer que o BRICS desempenhará um papel crescentemente importante para os dois países, assim como para os demais parceiros. Será uma instância cuja relevância mundial deve crescer também.

A política externa chinesa dá relevo a dois conceitos: o destino comum da comunidade de nações e a construção de um futuro compartilhado entre os países. Os conceitos, eminentemente filosóficos, contêm implícito um chamado à procura de valores e à ação. O Brasil, por sua vez, sempre se viu como um país com preocupações globais e capacidade de forjar alianças em todo o globo. Neste momento, está, como nunca esteve antes, mais próximo do continente asiático. Além disso, preside o G20 e escolheu como lema a frase: “construindo um mundo justo e um planeta sustentável”. Os dois países terão muito a acrescentar um ao outro na sua visão do futuro e na busca de trabalharem juntos para construir um mundo mais estável e, de todos os pontos de vista, melhor.



**Marcus
Vinicius de
Freitas**

Professor visitante,
China Foreign Affairs
University Senior
Fellow, Policy Center
for the New South.

Um destino compartilhado

Brasil e China têm posições compartilhadas quanto à governança global, clima e níveis mais elevados de cooperação Sul-Sul.

A China passou por profundas reformas nas últimas cinco décadas. De um país agrícola e subdesenvolvido, que sofreu humilhações por parte das potências ocidentais e o Japão nos séculos XIX e XX, à maior economia global em termos de paridade do poder de compra, a saga chinesa para se reinserir no cenário global não é um milagre. É resultado de trabalho árduo, liderança visionária e utilização de sua commodity mais importante: o seu povo trabalhador. O histórico de inclusão social e desenvolvimento é admirável. O modelo econômico, que pode não ser reproduzível em todos os países, tem alcançado resultados efetivos. E uma das lições fundamentais aprendidas com o desenvolvimento chinês é que uma liderança visionária pode ser transformadora.

A ascensão da China vem transformando o mundo de duas maneiras fundamentais: em primeiro lugar por tratar-se de um país com mais de 1,3 bilhão de pessoas, que tem crescido, em média, 10% nos últimos 30 anos. Em segundo, porque, pela primeira vez na história moderna, o principal país do sistema global será um em desenvolvimento e do Oriente – não do Ocidente –, com raízes civilizacionais diferentes daquelas que conhecemos atualmente. Em razão de sua longa história,

cultura e tradição, a China tampouco se ocidentalizará. Ademais, o país sempre acreditou no importante papel desempenhado pelo mercado e pelo Estado.

A preeminência econômica da China não é novidade. No século XVIII, Adam Smith reconheceu que “o mercado chinês é maior, mais desenvolvido e sofisticado do que qualquer mercado da Europa”. Enquanto na China se construíam grandes obras de infraestrutura, como a Muralha e o Grande Canal, na Europa se construíam castelos para a proteção no contínuo processo de guerras infundáveis. Paz e harmonia, valores universais chineses, são refletidos na vocação de paz que o país possui.

Ao celebrar 50 anos de relações diplomáticas, a cooperação, parceria e amizade entre Brasil e China constituem elementos essenciais para a construção de uma nova ordem global, com os dois gigantes do Sul Global. A partir de 15 de agosto de 1974, o Comunicado Conjunto feito em Pequim estabeleceu formalmente as bases relevantes dos laços do relacionamento. Nessas cinco décadas de interação, a parceria global entre os dois países floresceu e atingiu níveis impressionantes de horizontalidade e verticalidade. A China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, superando

os Estados Unidos da América, que por décadas havia ocupado essa posição. O Brasil tornou-se o grande fornecedor de commodities como soja, ferro e petróleo ao país asiático, em uma relação que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico e social dos dois países. A partir de 1993, a relação bilateral foi elevada a um novo patamar com a parceria estratégica, em que novos campos de cooperação foram incluídos, aprofundando a relação entre os países.

Essa cooperação tem-se estreitado em fóruns multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, o G-20 e, principalmente, o BRICS, uma nova e relevante formatação de organização da governança global. Nesses fóruns, Brasil e China têm posições compartilhadas quanto à governança global, clima e níveis mais elevados de cooperação Sul-Sul. Diante da necessidade de melhoria na infraestrutura doméstica brasileira, haverá intensificação desse relacionamento, que deverá aprofundar-se particularmente dentro da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), com um aumento substancial do investimento chinês na infraestrutura brasileira, criando mais possibilidades de crescimento econômico para o Brasil.

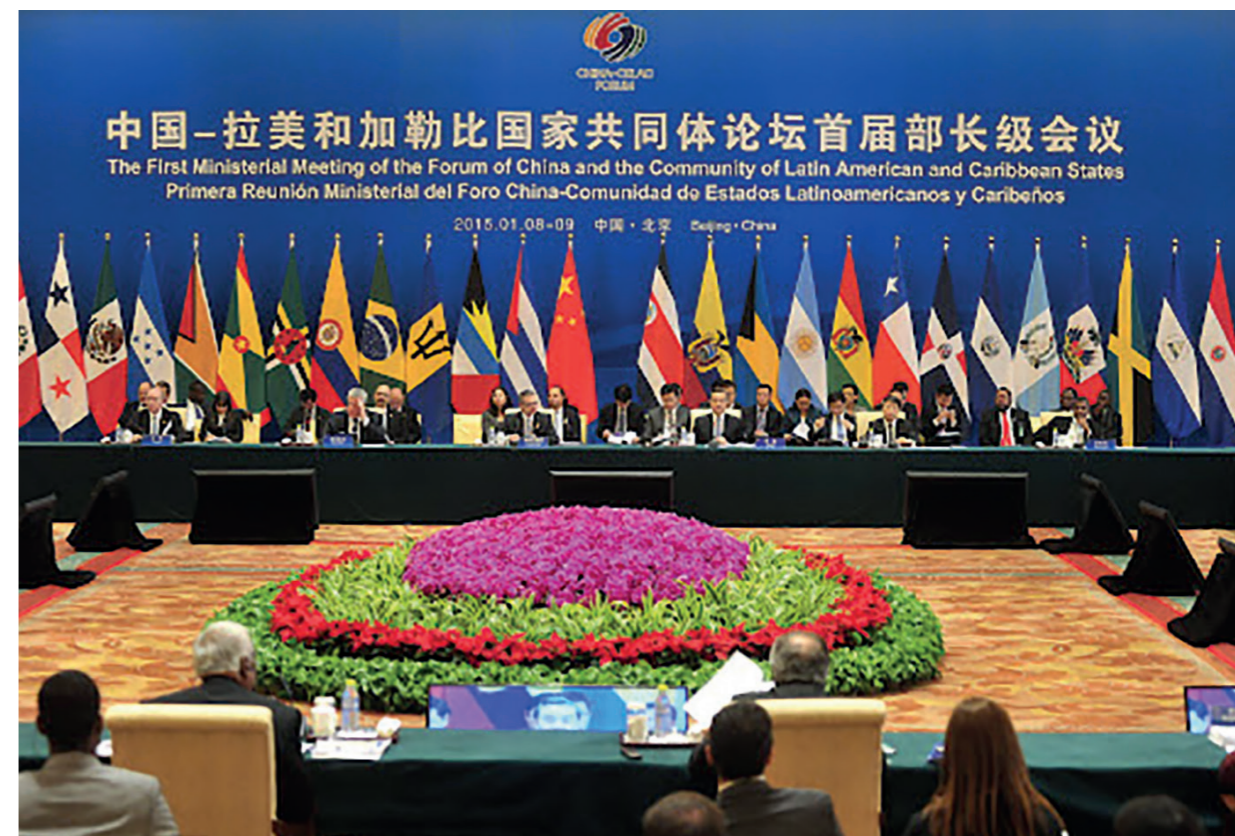
À medida que a China implementa a perspectiva do presidente Xi Jinping de construir uma comunidade de futuro compartilhado, com o objetivo de promover maior cooperação entre os países, o impacto desta será ainda mais significativo na parceria sino-brasileira. O conceito de uma comunidade internacional de destino compartilhado visa promover a cooperação de desenvolvimento entre as nações, promovendo uma governança global mais inclusiva,

independente de diferenças políticas e ideológicas, através do diálogo intenso, aprendizado e cooperação de mútuos benefícios, reduzindo a pobreza e, ao máximo possível, a lacuna existente no desenvolvimento dos países. O respeito a soberania, igualdade e integridade territorial, além da não intervenção, constituem elementos basilares dessa perspectiva, que rejeita, ademais, a questão do recurso ao unilateralismo, buscando sempre o diálogo para resolução pacífica de controvérsias.

A perspectiva do destino compartilhado é particularmente importante para o Brasil, que semelhantemente à China, entende necessário ocorrer uma reforma profunda das instituições internacionais, a fim de fortalecê-las e prepará-las para os desafios do século XXI. Para tanto é necessário reformá-las, para que se tornem mais representativas, democráticas e tenham maior nível de eficiência e eficácia a fim de consolidar a paz, o desenvolvimento e a maior cooperação global para atender aos interesses coletivos da humanidade. Também a questão ambiental assume papel de destaque no futuro compartilhado, diante de um mundo que enfrenta o desafio da sustentabilidade e da mudança climática, além da utilização de energias renováveis para a redução da emissão de carbono.

China, uma prioridade para o Brasil

Durante as últimas duas décadas, em particular, observou-se um aumento substancial na colaboração econômica entre Brasil e China, com um incremento no investimento, comércio e atividades empresariais conjuntas em setores como infraestrutura, tecnologia, agricultura, energia e manufatura.



A China, que desde 2009 tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil, oferece inúmeras potencialidades, que ultrapassam – em muito – quaisquer possibilidades ou expectativas que o relacionamento com Estados Unidos ou Europa poderiam proporcionar. A China apresenta possibilidades exponenciais de ganho, enquanto os parceiros do Atlântico Norte oferecem apenas oportunidades marginais.

Além disso, a expectativa de crescimento da renda chinesa – cujo objetivo é atingir de US\$ 20 a US\$ 25 mil per capita em 2049, quando a República Popular da China completar seu centenário –, é um fator extremamente auspicioso, particularmente devido à complementaridade econômica existente entre Brasil e China. O aumento da renda chinesa implicará alterações mais profundas na dieta chinesa, que deverá incluir,

ainda mais, proteína animal, por exemplo. O Brasil, que é um grande produtor de proteína animal em razão da abundância de terra, sol e água, poderá beneficiar-se ainda mais com o crescimento da demanda chinesa por produtos do setor agropecuário. A recente mudança, por exemplo, na política de filhos – agora três – também oferece oportunidades na indústria de alimentos infantis. Ao buscar acrescentar valor às commodities primárias produzidas no Brasil, com uma parceria mais intensa entre os dois gigantes, as possibilidades econômicas tornam-se ainda maiores.

O Brasil também é um oceano de oportunidades para a China em matéria de projetos de infraestrutura. O país asiático logrou construir, nas últimas cinco décadas, uma infraestrutura para produção e exportação que não tem correspondente

A Primeira Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC é inaugurada no Grande Salão do Povo. Em Pequim, 8 de janeiro de 2015.

no Ocidente. Os chineses investiram pesadamente na fluidez da movimentação dos produtos em seu território, particularmente fomentando uma integração cada vez maior dos modais de transporte. Brasil, Chile e China poderiam construir, por meio de uma joint venture, por fim, um corredor unificando Pacífico e Atlântico, o que daria acesso aos dois oceanos, ampliando substancialmente as possibilidades econômicas.

Conclusão

Brasil e China têm muitas sinergias. À China interessa um parceiro forte nas Américas em sua estratégia de ascensão

global. Ao Brasil interessa dar um salto qualitativo em sua competitividade e produtividade. A China possui os recursos econômicos e tecnológicos que o Brasil precisa, além de um vasto mercado.

Ambos devem caminhar lado a lado para construir um futuro compartilhado, uma nova ordem global como parceiros iguais. Como bem afirmou Confúcio, “transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha”. Os dois países podem trabalhar juntos para construir essa montanha. É da Ásia que surgirão grandes oportunidades para o Brasil. É lá que a nova ordem mundial será reorganizada.



Argemiro Procópio

É professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Desde o início dos anos 1980 escreve artigos e livros sobre sociologia e política da China. Estuda o trabalho conjunto e a cooperação chinesa com os oito países membros da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica).

Séculos de amizade e de respeito mútuo

Transparência e benefícios recíprocos constituem princípios das diplomacias de Pequim e Brasília em uma aproximação solidária.

Uma resumida avaliação das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China mostra que a trajetória de amizade entre as duas nações escolheu a aproximação solidária como melhor caminho.

O respeito mútuo, ganhos compartilhados, transparência e benefícios recíprocos constituem princípios das diplomacias de Pequim e Brasília. Ambas conhecem os riscos do pragmatismo circunstancial e do acoplamento político oportunista nas relações internacionais. Lições seculares da cooperação sino-brasileira ensinaram a singrar por correntezas cujas águas conduzem ao desenvolvimento.

Atualmente, sob o guarda-chuva da sino-diplomacia, a criação do Belt and Road Forum for International Cooperation contou com representantes de 140 países e 30 organizações internacionais. No primeiro encontro, foram produzidas aproximadamente duas centenas de documentos de cooperação. O desiderato eram relações econômicas, políticas e culturais bem internacionalizadas. Os participantes priorizariam os compromissos de cooperação e o aperfeiçoamento de sabedorias coletivas. Sabedorias favoráveis ao desenvolvimento sustentável e à paz.

Nos dias atuais, os perigos oriundos da

baixa credibilidade do dólar somados aos imprevisíveis desdobramentos de conflitos armados na Europa, África e Ásia afetam múltiplas regras do jogo internacional.

A União Europeia e os Estados Unidos da América perdem velozmente seus mercados cativos na África e na América Latina. Tal fato desacelera a expansão da cooperação internacional. diminui os espaços de cooperação.

Ao criar, através do Belt and Road Forum, uma engenharia de peças geopolíticas menos unilaterais, a República Popular da China conquistou substantiva credibilidade no Sul Global. Lembrou que antes do futuro comum é necessário o terreno comum.

A abertura de portas do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para novos membros, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, também acompanhou a filosofia do Fórum do Cinturão e Rota. De uma forma ou de outra, as mencionadas iniciativas ampliam a fileira dos que alertam para o fato de que a história pode se repetir.

Em geral, os avanços na comunidade das nações servem de lição para o trabalho conjunto. Por exemplo, aqueles trazidos por mercadores da Rota da Seda, por

comerciantes através dos mares e por estrategistas da Grande Muralha. Pequim sabe disso e multiplicou esforços para mostrá-las aos parceiros do Fórum.

Nos séculos XIII e XIV, período no qual europeus patinavam nos equívocos do medievo, o Império do Meio já navegava em direção a um sistema de trocas desvendador de novas paisagens do mundo. Era um multilateralismo que levava a China para mercados distantes na África, Américas, Eurásia e Oceania.

Os gigantescos navios bambus, assim chamados por seus compartimentos para evitar naufrágios, o leme e as velas móveis, o conhecimento de mapas estelares na orientação e busca de rotas náuticas, a bússola e a pólvora, todas essas tecnologias chinesas beneficiavam o comércio mundial.

Camelos utilizados pelas caravanas como meio de transporte na Rota da Seda levavam e traziam tesouros. Para afastar inimigos e ladrões, foi criado um impressionante cinturão de defesa, conhecido como a Grande Muralha.

No passado como no presente, o comércio internacional dos chineses vitaliza a globalização. Novos mercados são acompanhados de investimentos, sólidas plataformas de cooperação, pontes, rodovias, ferrovias, silos para grãos, portos secos, canais fluviais, marítimos e outras notáveis obras de integração. E uma vez que a cooperação jamais caminha separada do respeito mútuo e do trabalho conjunto, chegou a hora de o Brasil rever sua posição de país não signatário e aderir ao Fórum do Cinturão e Rota.

Inversões chinesas aceleraram, entre outros, o desenvolvimento do parque industrial vietnamita, cambojano

e laotiano. Novas inversões também poderiam introduzir o Brasil no seleto mercado exportador de tecnologias. Para alcançar a sustentabilidade, a economia brasileira necessita desatar laços que a amarram em demasia às exportações de commodities.

A construção de uma economia livre de pendências e com mercados abertos deve ser acompanhada de políticas que satisfaçam as necessidades básicas da população.

Priorizando os cuidados ambientais, o Belt and Road Forum lembrou-se da importância do trabalho conjunto, no qual a língua chinesa é instrumento básico. Hoje seu ensino está a cargo do Instituto Confúcio, atuante em distintas geografias.

Entre os signatários da Iniciativa Cinturão e Rota é alvissareiro o aumento de empreendimentos pela melhoria da qualidade das águas, recuperação de terras esgotadas e reflorestamento.

Nos rastros da rede viva Rota da Seda, a parceria entre Brasil e China, dois países baleias, membros fundadores do BRICS, engenha compromissos de extraordinário valor: integral e sustentável, movendo-se no bilateralismo e no multilateralismo, cresce o nosso intercâmbio. O incremento das trocas de produtos agrícolas e o aumento dos esforços pelo trabalho por uma natureza respeitada é estratégico. Daí a urgência do citado intercâmbio seguir o sucesso das relações comerciais. Parceiros em geografias distantes, mas próximos por sonhos e ideais comuns, seus povos escrevem a história do relacionamento sino-brasileiro há cerca de quatro séculos. As cores das nossas iniciativas brilham e sempre resplandecerão.

Por ser festejado nas comemorações



BYD celebra a produção do trem para o VLT da Bahia, o primeiro SkyRail do mundo sobre o mar. Em Shenzhen, abril de 2021.

do meio século de um relacionamento direcionado para o futuro, o atual intercâmbio virtuoso precisa cultivar experiências históricas. Também necessitamos de maiores e melhores espaços conjuntos para pesquisas aeronáuticas, químicas, dos satélites, da biotecnologia agrícola, da biossegurança, dos recursos genéticos, da mineralogia, além de parcerias para o aperfeiçoamento da defesa nacional. Pedras preciosas, nióbio, terras raras, manganês e lítio utilizados em produtos de alta tecnologia demandam particular atenção. As universidades, os parques tecnológicos e as diplomacias de ambos os países se mostram esperançosas pelo aprofundamento da articulação política a favor da cooperação técnica.

Vale lembrar que o esforço comum dos dois países contra o crime organiza-

do está entre os mais antigos do mundo. Dentro de alguns anos, o tratado de amizade promulgado pelo decreto 8.651, de 24 de agosto de 1882, entre os então Império da China e Império do Brasil completará um século e meio de existência. O tratado previa a proibição do comércio do ópio entre seus súditos e em seus portos. Tal gesto pela “paz sem drogas” revelou entendimentos entre duas coroas: uma no extremo Ocidente e outra no extremo Oriente.

Infelizmente pouco estudada, a presença da China no Brasil colonial, entre os séculos 17 e 18, possibilitou engenharias de sofisticados traçados. No período colonial, os portugueses trouxeram para o Brasil levas e mais levas de eruditos do Império do Meio. Em Macau, os colís embarcavam para a América e deixavam por



José Medeiros da Silva

José Medeiros da Silva é professor e diretor do Centro de Estudos sobre o Brasil na Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang.

Xi Jinping e as relações sino-brasileiras

Segundo Xi, “melhor que se conhecerem é se compreenderem, melhor que se compreenderem é se tornarem amigos do peito. A amizade entre povos é fonte de forças para o desenvolvimento das nossas relações bilaterais”.

Este ano de 2024 celebram-se os 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil. Momentos comemorativos como esses são oportunos para relembrarmos o ponto de partida, refletirmos sobre benefícios mútuos e, diante dos desafios do tempo presente, procurarmos no vasto horizonte a direção mais propícia para uma continuidade segura dessa jornada.

A divisão do mundo em dois grandes blocos de poder era para as grandes nações que almejavam um caminho de desenvolvimento próprio uma realidade geopolítica asfixiante. Ou seja, a necessidade de uma ordem internacional multipolar apresentava-se já naquele momento em que o Brasil e a China decidiram estabelecer suas relações diplomáticas como uma questão fulcral de convergência estratégica.

Em 1971, depois que a República Popular da China recuperou seu lugar legítimo na ONU e assumiu sua vaga como membro permanente no Conselho de Segurança, a mudança

do cenário geopolítico internacional começou a se tornar mais palpável. Do lado brasileiro, um dos grandes intérpretes desse potencial de mudança na conjuntura internacional foi Antonio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores no governo de Ernesto Geisel, aliás um dos principais artífices do estabelecimento das relações diplomática com a China. Para Azeredo, havia uma convergência de interesses estratégicos mais profundos, além de necessidade do Brasil construir seu próprio conhecimento próprio sobre a China.

Do lado chinês essa convergência de interesses estratégicos também estava muito clara. Não se tratava de um relacionamento qualquer, mas de uma aproximação estratégica entre os dois importantes países em via de desenvolvimento.

Em essência, tanto do lado brasileiro quanto do lado chinês estavam convencidos de que o diálogo, a cooperação e um trabalho conjunto entre esses dois importantes países em via de desenvolvimento era um imperativo estratégico para se romper com a bipolaridade e para que ambos pudessem avançar de

Empresas chinesas se mobilizam e enviam doações para ajudar pessoas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

aqui suas indelévels impressões digitais.

Na selva amazônica, os reis católicos de Espanha e Portugal edificaram uma constelação de fortalezas. No que é hoje território brasileiro, Lisboa planejou outras dezenas delas. Verdadeiras réplicas da arte militar chinesa, as fortificações faziam parte do projeto de defesa colonial.

Cólera, Covid-19, ebola, febre amarela, gripe aviária, gripe espanhola, síndrome respiratória aguda grave, peste negra, tifo e varíola estão entre as perigosas enfermidades multissistêmicas. Nos últimos anos, Pequim auxiliou muitíssimo no combate às pandemias e epidemias no Sul Global, principalmente com vacinas, oxigênio, laboratórios e hospitais de campanha. E já nos séculos XVI ao XVIII, depois de assolar África, Ásia e Europa, várias das pestes trazidas ao Brasil pelas caravelas eram combatidas com remédios e práticas sino-médicas. No tratamento da população

enferma, especialistas oriundos da cidade de Macau prescreviam o uso de ventosas, sangrias e vesicatórios, entre outros. Não é para menos que a história da cooperação na área da saúde, no período colonial, merece estudos.

Cientistas e comerciantes do Império do Meio dominavam dialetos e línguas latinas, entre as quais a portuguesa. A herança da força amarga conhecida como o legado dos colís está em traduções para o chinês de catecismos, da Bíblia e de livros litúrgicos editados em solo lusitano. Outro campo onde se mede o legado chinês é o das construções, pinturas e esculturas das igrejas barrocas em Minas Gerais, as minas de ouro, a rizicultura e as plantações de chá. Por si só, tal testamento é grandiosa herança! Através dos portais dos séculos, ele introduz a alma e o espírito chinês na formação cultural brasileira.

forma soberana na construção de seus próprios projetos de desenvolvimento.

A título de ilustração, essa trajetória de 50 anos poderia ser dividida em cinco etapas. Aliás, sobre as quatro primeiras etapas, tomo por referência a divisão feita por Chen Duqing, ex-embaixador da China no Brasil (*Pequim, Fanzine* – ed. 48, n. 4, 2014).

A primeira dessas etapas, entre 1974 e 1985, foi a de conhecimento mútuo. Para o embaixador Chen, o encontro entre Deng Xiaoping e o presidente João Batista Figueiredo impulsionou o desenvolvimento das relações. Sobre essa viagem do presidente Figueiredo à China em maio de 1984, ele fez uma interessante observação: “Em certo sentido, chineses e brasileiros visam ao mesmo objetivo: alcançar, pelo esforço próprio, e com o suplementar apoio da comunidade das nações, novos e mais aperfeiçoados patamares de modernização econômica e desenvolvimento social”.

A segunda etapa, de 1985 a 1993, foi a de consolidação das relações. Nesse período, ampliaram-se as trocas comerciais, intensificou-se a interação entre o setor governamental, e o encontro entre autoridades do alto escalão político passou a ser mais frequente. Destacam-se nesse período a visita do presidente José Sarney à China em 1988, ocasião em que foi assinado o Acordo de Cooperação para Pesquisa e Produção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS). Em 1993, com a visita de Jiang Zemin ao Brasil, as relações foram elevadas ao nível de parceria estratégica.

A terceira etapa, de estabilização

das relações, situa-se entre 1993 e 2003. Foi um período onde os encontros entre os altos dirigentes do Estado brasileiro e do Estado chinês se tornaram mais frequentes.

A quarta etapa é caracterizada por uma “rápida expansão dos laços bilaterais”, vai de 2003 a 2012. Nessa fase foram criados importantes mecanismos institucionais para a fomentação do diálogo estratégico, como por exemplo, em 2004, a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e, em 2012, a criação do Diálogo Estratégico Global. Também foi nessa etapa, em 2009, que a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil.

A quinta etapa tem seu início em 2012, depois da elevação das relações para o nível de parceria estratégica global, e está em pleno curso. Política e economicamente, uma das principais características dessa fase é a sua projeção para além das relações bilaterais.

Como se pode observar, nesse meio século de estabelecimento das relações formais entre o Brasil e a China muitos foram os avanços e os benefícios, tanto no campo político quanto no econômico.

Xi Jinping e as relações sino-brasileiras

Desde o 18º Congresso Nacional do PCCh, em 2012, quando foi eleito pela primeira vez para dirigir a China, o pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas na nova era é a força que dirige e impulsiona o processo da modernização socialista do país, a revitalização da na-

ção chinesa e a atuação internacional da China. Esse sistema de pensamento é constituído por um conjunto de partes mais específicas, sobre o estado de Direito, o fortalecimento das Forças Armadas, a economia; a civilização ecológica; a cultura; e o pensamento de Xi Jinping sobre a diplomacia.

O pensamento de Xi Jinping sobre a Diplomacia tem por foco a promoção do diálogo entre os povos e as civilizações e a construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Proposições de alcances globais como a Iniciativa Cinturão e Rota; a Iniciativa para o Desenvolvimento Global, a Iniciativa para a Segurança Global e a Iniciativa para uma Civilização Global são desdobramentos práticos desse pensamento.

Curiosamente, a fase atual das relações sino-brasileiras, iniciada com a elevação das relações para o nível de parceria estratégica global, coincide também com os mandatos do presidente Xi Jinping, ele próprio um grande impulsionador dessa amizade.

Xi Jinping conhece muito bem o Brasil e há muitos anos participa diretamente do fortalecimento dessas relações. Até agora, ele já visitou o Brasil quatro vezes. A primeira dessas visitas ocorreu em janeiro de 1996, quando era vice-secretário do Partido Comunista da China (PCCh) no Comitê Provincial de Fujian. Na ocasião, assinou o protocolo de intenções para o estabelecimento das relações de irmandade entre o estado do Ceará e a província de Fujian. Em fevereiro de 2009, então como vice-presidente da China, esteve em Brasília e em Manaus, reunindo-se

com as principais autoridades políticas do Estado brasileiro, incluindo o então presidente Lula. Já como presidente da China, visitou o Brasil em julho de 2014 e em novembro de 2019, ocasiões em que participou também da 6ª e 11ª Cúpula do BRICS.

Na visita de 2014, Xi Jinping esteve no Congresso Nacional e pronunciou um histórico discurso por ocasião das comemorações dos 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. Segundo Xi, “melhor que se conhecer, é se compreender; melhor que se compreender, é se tornarem amigos do peito. A amizade entre povos é fonte de forças para o desenvolvimento das nossas relações bilaterais”. (Brasília, Congresso Nacional, 16/06/2014).

Já na quarta visita de Xi Jinping ao Brasil, em novembro de 2019, além de importantes acordos nas mais diversas áreas, essa foi uma visita que serviu para dissipar muitas inquietudes e demonstrar o grau de maturidade desse relacionamento. Apenas para recordar, depois dos resultados das eleições brasileiras em 2018, muitos eram os temores sobre o futuro dessas relações.

Além dessas suas visitas ao Brasil, Xi tem frequentemente se encontrado com os representantes principais do Estado brasileiro, tanto nos fóruns multilaterais como na China. O mais recente desses encontros foi em abril de 2023, quando o presidente Lula realizou uma visita de Estado.

Se nos anos 70 o ordenamento internacional bipolar era um fator geopolítico asfixiante para países como o Brasil e a China, na atualidade a su-

peração da assimetria de poder continua na ordem do dia. China e Brasil são dois importantes protagonistas na aceleração desse processo de multipolarização mundial e quanto melhor essa relação fluir, maiores serão as conquistas nessa direção. Para o professor Severino Cabral, um intelectual que trabalhou incansavelmente na consolidação desse relacionamento, “(...) O diálogo intercivilizacional e a cooperação cultural mais densa e próxima ajudarão a fazer com que a relação sino-brasileira se transforme num dos pilares da ordem mundial multipolar pós-hegemônica”.

Apesar de estarmos diante de um

ambiente internacional cada vez mais desafiador, é importante percebermos que também vivemos um momento propício para que essas relações se fortaleçam ainda mais. No Brasil, além do presidente Lula, políticos de distintas matizes ideológicas e representações sociais, diferentes segmentos empresariais e amplos setores da sociedade brasileira estão cada vez mais conscientes sobre a importância desse relacionamento. E na China, a visão de mundo do presidente Xi Jinping condensada no seu sistema de pensamento sobre a diplomacia, amplia ainda mais as perspectivas dessas relações.



Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo (PT) e diretor do Instituto Lula.

50 anos das relações Brasil-China

A visão de um futuro de prosperidade compartilhada nos ajuda a superar paradigmas que necessariamente geram vencedores e perdedores.

No ano que alcançamos o 50º aniversário das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, eu gostaria de lembrar um antecedente que é central para entender os principais temas estratégicos que marcam nossa relação.

Se os contatos diplomáticos só se estabelecem oficialmente em 1974, durante a vigência do governo da ditadura militar, a primeira visita oficial de uma alta autoridade brasileira ao país aconteceu em 1961, quando o então vice-presidente João Goulart visitou a China. Foi durante essa viagem que ele recebeu a notícia da renúncia do então presidente Jânio Quadros e retornou ao Brasil para assumir o Palácio do Planalto.

O Brasil se encontrava em um momento de ebulição política e social e de abertura para o mundo. A construção da nova capital, os grandes planos de desenvolvimento e uma nova política externa não alinhada permitiam ao Brasil ousar em novas formulações e buscar novos aliados. Em um momento em que o Brasil repensava a sua identidade e o modo de se relacionar com as expectativas da cultura ocidental, Jango afirmou em seu discurso ao povo chinês no Congresso do Povo que ali ele se sentia em casa.

Esse é um dos elementos centrais dessa trajetória de décadas de relações diplomáticas, políticas e culturais: apesar das distâncias e das diferenças da formação social de nossos dois países, quanto mais convivemos e nos conhecemos, mais nós nos reconhecemos. Brasil e China são países de dimensões continentais, com grande população, uma cultura vibrante e um povo que é a força do crescimento de nossas economias.

O direito ao desenvolvimento e o combate à pobreza são também marcos da nossa relação. O presidente João Goulart sublinha esse tema em seu discurso. Ele aponta de forma pioneira a importância de América Latina, África e Ásia estreitarem seus laços para diminuir a miséria e alcançar uma sociedade mais justa e fraterna. Lamentavelmente, o presidente Goulart foi cassado em 2 de abril de 1964 e o Brasil viveu duros anos de ditadura militar. Se não houvesse esse interregno, nossas relações poderiam estar hoje em outro patamar e mais fortes.

Mas as demandas atuais seguem no mesmo sentido e, talvez, suas causas e consequências sejam ainda mais gritantes. As instituições de governança globais (sejam políticas ou financeiras), têm sido insuficientes para garantir a paz, a estabi-

lidade e a redução das desigualdades. Os insuficientes resultados no que tange às mudanças climáticas nos chamam atenção para a incapacidade que a atual ordem tem de responder aos desafios que são de todos nós.

O presidente Lula retorna ao governo em 2023 com uma missão gigantesca. Reconstruir um país fracionado e enfraquecido por seis anos de governos anti povo e recolocar o Brasil no mundo após um governo que rompeu relações estratégicas e relegou ao país o papel de pária mundial. “O Brasil voltou”, foi a expressão escolhida para sintetizar esse movimento de volta do Brasil ao cenário mundial para dar suas necessárias contribuições aos grandes debates colocados hoje que podem definir o rumo civilizacional.

Não é à toa que o presidente Lula fez uma das suas primeiras viagens internacionais à China. Nossa agenda bilateral tem hoje um forte componente comercial. Desde 2009 a China é nossa principal parceira econômica, e no ano passado superamos US\$ 100 bilhões em exportação ao país amigo.

Os principais desafios dessa relação derivam das preocupações com o desequilíbrio comercial, sustentabilidade ambiental dos investimentos e a crescente dependência econômica do Brasil em relação à China, que ao final de 2023 representaram 30,7% das nossas exportações, em sua maioria produtos

primários como soja, minério de ferro e petróleo, enquanto as importações são essencialmente de produtos industrializados de alto valor agregado. Debates sobre a influência geopolítica da China na América Latina e as implicações para as relações exteriores do Brasil, especialmente com os Estados Unidos, também precisam ser observados.

Nosso desafio hoje é qualificar nossas trocas com mais transferência de tecnologia e bens de maior valor agregado para aumentar a produtividade do campo e da cidade. Os recentes anúncios de investimentos chineses no país contribuem nesse sentido.

A parceria política com a China é também essencial. A visão de um futuro de prosperidade compartilhada nos ajuda a superar paradigmas que necessariamente geram vencedores e perdedores. A urgência de reforma do sistema ONU e do Conselho de Segurança com maior participação de países do Sul Global e com o fim do poder de veto, é importante para que o Conselho volte a exercer suas competências e recupere sua legitimidade.

Os 50 anos de relação entre Brasil e China que, como comentei, são anteriores a essas cinco décadas, devem ser celebrados não apenas pelo que fizemos até aqui, mas pelo destino compartilhado que nossos países têm na construção de uma ordem global mais justa, com oportunidades e prosperidade para todos e todas.



Durval de Noronha Goyos Jr.

É advogado (Brasil, Inglaterra, Portugal), árbitro do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) da Organização Mundial de Comércio (OMC), do China International Economic and Trade Arbitration Commission (CIETAC) e do Shanghai International Economic and Trade Arbitration Commission (SHIAC), presidente do Noronha Advogados, o primeiro escritório latino com presença na China (2001); autor de 11 livros sobre a China e professor-coordenador do primeiro curso de pós-graduação de Direito chinês na América Latina.

50 anos de cooperação sino-brasileira

Brasil e China compartilham os mesmos princípios de política externa consagrados em suas respectivas constituições.

Em 1974, a República Federativa do Brasil e a República Popular da China encontravam-se em um divisor de águas em suas respectivas relações internacionais, bem como em processo de profundas transformações políticas domésticas. No Brasil, assumia a chefia do Executivo o general Ernesto Geisel, representante da ditadura implantada com o decisivo apoio dos EUA. O regime brasileiro, inicialmente alinhado com a política externa daquele país, alterava a sua posição, consciente de que o imperialismo beneficiava apenas os imperialistas. Na esfera interna, crescia a oposição política ao regime militar, em reação a uma crise econômica.

Por sua vez, o regime democrático chinês havia, a duras penas, sobrevivido ao boicote econômico, comercial e financeiro, resultado da oposição imperialista após a fundação da República Popular em 1º de outubro de 1949. Como já escrevi, “a criação da República Popular da China resgatou a dignidade do povo chinês e representou um golpe severo ao regime colonial global, e às forças imperialistas, da mesma forma que trouxe uma nova dimensão à cooperação internacional”.¹

A cruel oposição imperialista internacional ao regime democrático chinês, sob a inspirada liderança do camarada Mao Zedong, trouxe graves repercussões

econômicas, sociais e políticas à ordem interna chinesa. Para agravar a situação, em 1974 os camaradas Mao Zedong e Zhou Enlai encontravam-se seriamente enfermos, e se iniciava um processo de transferência de responsabilidades executivas no governo central para o camarada Deng Xiaoping.

Assim, os formuladores da política externa do Brasil e da China reconheceram, em 1974, a oportunidade de oficializar as relações diplomáticas bilaterais, visando a uma colaboração estratégica de curto, médio, mas principalmente longo prazo. Naquele ano, o comércio bilateral sino-brasileiro era de apenas US\$ 19 milhões. O governo brasileiro tinha interesse na exportação para o mercado chinês. As autoridades chinesas interessavam-se em estudar o planejamento estatal do Brasil, que possuía 70% do PIB pertinente ao setor público.²

Todavia, em comum, brasileiros e chineses tinham, para além da índole benigna e do histórico de exploração colonial e imperialista, os mesmos princípios de política externa consagrados nas respectivas constituições. No caso do Brasil, esses princípios foram consagrados na Constituição democrática de 1988, incluindo a independência nacional, o respeito aos direitos humanos, a autodeter-

minação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.³

Por sua vez, a Constituição da República Popular da China, de 1954, estabeleceu em seu preâmbulo⁴ os seguintes princípios afirmativos de sua política externa: independência, respeito à soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica e cooperação. Como princípios reativos, a Constituição chinesa elencou: a oposição ao imperialismo e ao colonialismo, o trabalho pela união com os povos de outros países, o apoio às nações oprimidas e aos países em desenvolvimento, a luta pela paz mundial e a promoção da causa do progresso humano.⁵

Tanto os diversos governos brasileiros quanto os chineses têm mantido uma firme observância de seus princípios constitucionais, que têm formatado a estreita colaboração entre os dois países em termos bilaterais, multilaterais e internacionais. Em um livro branco publicado em 2011, o governo central chinês afirmou que “o país deve procurar benefício mútuo e desenvolvimento comum com outros países, buscando uma paz duradoura e a prosperidade geral, num ambiente de respeito recíproco”.⁶

Até o final do século XX, a China esteve excluída do regime multilateral de comércio do GATT e, a partir de 1994, da OMC, por pressão dos países imperialistas. Essa situação discriminatória não apenas impedia o país de atingir o seu potencial, mas também, como consequência, que

terceiros pudessem se beneficiar a partir das relações comerciais com a China. Depois de 15 anos de árduas negociações, a China aceitou o regime multilateral em 4 de dezembro de 2001.

Naquele momento, a China já havia alterado nada menos que 9 mil leis e regulamentos, introduzindo reformas legislativas a fim de conduzir o país para uma economia “socialista de mercado”, um regime capitalista com planejamento estatal.⁷ A partir de 2002, sem as discriminações tarifárias a que era submetida, a economia chinesa passou a crescer a taxas superiores a 8% ao ano e, assim, a alavancar a prosperidade dos demais países em desenvolvimento, inclusive a do Brasil.

Aquele foi um momento de transformação da OMC, que havia sido estruturada como um organismo multilateral para a promoção de vantagens aos países imperialistas e seus clientes, em detrimento das nações emergentes. Unidos, Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul impediram a continuação do exercício da rapina institucionalizada contra os países em desenvolvimento.

A respeito, escrevi na ocasião que “sob a perspectiva dos países em desenvolvimento, a acessão da China à OMC representa um reforço nas tentativas de aumento da juridicidade do sistema multilateral de comércio, de tal forma que as arbitrariedades, as ilegalidades, as injustiças e o exercício arbitrário das próprias razões pelas principais potências econômicas, notadamente pelos EUA, sejam eliminadas”.⁸

A partir daquela data, ampliaram-se as trocas comerciais sino-brasileiras, da mesma forma que a colaboração com outros países, em promoção dos ideais de

prosperidade coletiva e de humanismo, negados pelo imperialismo. Em 2006, iniciou-se uma colaboração informal, mas oficiosa, entre Brasil, Rússia, Índia e China, a qual, posteriormente, com o ingresso da África do Sul, resultou na formação do chamado BRICS, um bloco que traz esperanças para o futuro da humanidade.

Ao proferir uma conferência para a Federação das Mulheres da China, em 2005, para celebrar o decurso de 30 anos das relações diplomáticas sino-brasileiras, eu declarei que “as relações bilaterais têm evoluído de maneira crescente. Os dois países votam no mesmo sentido em mais de 99% das oportunidades na ONU e, há cerca de 10 anos, estabeleceram uma parceria estratégica que resultou em dezenas de acordos bilaterais de cooperação, nas mais diversas áreas”.⁹ Em 30 anos, o comércio bilateral evoluiu de US\$ 17 milhões em 1974 para US\$ 9,1 bilhões em 2003.¹⁰ Nos anos que se seguiram, a cooperação intensificou-se. Em 2008, foi instalado, na Unesp, o primeiro Instituto Confúcio no Brasil, que promove a língua e a civilização chinesas. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, superando os EUA.¹¹ Ela tornou-se também a maior investidora em nosso país. Em 2014, foi fundado o chamado Banco do BRICS, com o objetivo de promover a prosperidade dos países em desenvolvimento sem as condicionantes melífluas do imperialismo. Em 2023, o Brasil exportou um montante de US\$ 104 bilhões para a China, mais do que para EUA e União Europeia juntos.

As perspectivas de colaboração futura sino-brasileira continuam excelentes na área bilateral, como também na regional e internacional. Elas incluem a



eliminação da tirania do imperialismo como força política, econômica e comercial e a promoção da cooperação para uma prosperidade coletiva e do humanismo em escala global.

O Instituto Confúcio na Unesp, primeiro do Brasil, celebra o Festival das Lanternas. Em São Paulo, fevereiro de 2023.

1 - GOYOS JR., Durval de Noronha; *inter alia*. *Introdução à Revolução Cultural na República Popular da China*. Editora UBE, São Paulo, 2016, p. 22; e *As Guerras do Ópio na China e os Tratados Desiguais*. Observador Legal Editora, São Paulo, 2021, p. 147.

2 - O mesmo percentual da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3 - *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, artigo 4º, I a IX.

4 - *Constitution of the People's Republic of China*. Foreign Languages Press, Beijing, 2004, p. 6 e 7.

5 - Sobre o tema da Constituição da República Popular da China, proferi mais de 10 palestras nos países Brasil, China, Argentina, Portugal, Itália e Reino Unido. Disponível em: www.professornoronha.adv.br

6 - GOYOS JR., Durval de Noronha. *O Crepúsculo do Império e a Aurora da China*. Observador Legal Editora, São Paulo, 2012, p. 183.

7 - GOYOS JR., Durval de Noronha. *O Novo Direito Internacional Público*. Observador Legal Editora, São Paulo, 2005, p. 291 et seq.

8 - Goyos Jr., Durval de Noronha, “China Pós-OMC: Direito e Comércio”, Observador Legal Editora, São Paulo, página 11.

9 - GOYOS JR., Durval de Noronha. “Brasil e China, uma parceria estratégica”. Palestra proferida para a delegação da Federação das Mulheres da China. São Paulo, 18 de janeiro de 2005. Disponível em: www.professornoronha.adv.br

10 - GOYOS JR., Durval de Noronha. *A Marcha da História – Notas sobre Direito e Relações Internacionais*. Observador Legal Editora, São Paulo, 2008, p. 33 e 34.

11 - GOYOS JR., Durval de Noronha. *Diário da Crise*. Observador Legal Editora, São Paulo, 2010, p. 116.



José Reinaldo Carvalho

Jornalista, escritor, presidente do Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz), editor internacional do Brasil 247. Ex-vice-presidente do PCdoB (2001-2006).

Há 50 anos Brasil e China cultivam uma relação de amizade e prosperidade comum

A visão do presidente chinês Xi Jinping sobre uma comunidade de futuro compartilhado é uma proposta que transcende fronteiras e visa criar um mundo mais interconectado e cooperativo.

Ao comemorar o jubileu de ouro dos seus laços diplomáticos, o Brasil e a China olham para o passado com alegria por terem percorrido um bom caminho e encaram com otimismo a perspectiva para o futuro. São 50 anos de notáveis conquistas mútuas. Neste período, Brasil e China estão trilhando um caminho de paz, prosperidade e desenvolvimento comum. As palavras-chave que caracterizam estes laços são amizade, cooperação mútua e parceria estratégica global.

Um marco original importante para o estabelecimento destas relações foi a visita no ano de 1961 do então vice-presidente do Brasil, João Goulart, a convite do governo chinês, que estava em processo de consolidação das conquistas de sua revolução.

O Brasil começava a praticar uma política de não alinhamento automático aos Estados Unidos, buscava posicionar-se de maneira independente e dava os primeiros passos para a interação internacional voltada para os países em desenvolvimento e os esforços iniciais para a instauração de uma “nova ordem econômica internacional”. As relações diplomáticas

com a China foram estabelecidas em 15 de agosto de 1974. Cinco décadas de uma parceria que se consolidou como um pilar fundamental para ambos os países.

Ao longo do tempo transcorrido, a cooperação se fortaleceu em diversas áreas, com acordos comerciais, culturais e científicos. Esses laços evoluíram e foram ganhando sucessivamente novos patamares. Em 1993, os dois países estabeleceram a parceria estratégica. Em 2012, as relações sino-brasileiras foram elevadas ao status de parceria estratégica global. A China é, desde 2009, o principal parceiro comercial brasileiro e tornou-se também o principal investidor externo direto no Brasil, fator estratégico para o desenvolvimento econômico porque gerador de crescimento, emprego e renda.

A última década viu um salto qualitativo na cooperação entre Brasil e China. Investimentos chineses em infraestrutura, como o setor de transportes e energia, tornaram-se cruciais para a expansão econômica brasileira. Além disso, parcerias em pesquisa e desenvolvimento impulsionam inovações em setores estratégicos.

Durante os primeiros 15 anos do século XXI, as relações entre a China e o Brasil viveram o seu melhor momento histórico. Com a cooperação bilateral, Brasil e China se afirmaram como economias importantes. Juntos, principalmente no âmbito do BRICS e da ONU, defenderam no plano global os interesses dos países em desenvolvimento.

A parceria estratégica abrangente entre o gigante asiático e o gigante do Cruzeiro do Sul, para além das áreas econômica e comercial, se expressaram também no plano geopolítico, com a defesa por ambos os países do multilateralismo, do diálogo, da valorização da ONU, da paz e da democratização das relações internacionais, aspectos fundamentais na construção do mundo multipolar.

À medida que celebramos o 50º aniversário das relações Brasil-China, é necessário também olhar para o futuro.

À medida que as dinâmicas globais evoluem, é imperativo que Brasil e China mantenham um diálogo aberto, enfrentem desafios de maneira colaborativa e explorem novas oportunidades para garantir uma parceria dinâmica e sustentável nas próximas décadas.

É notável como as iniciativas chinesas para o desenvolvimento global, a segurança global, a da civilização global, a política de construção da comunidade de futuro compartilhado, o Novo Cinturão e Nova Rota da Seda e as políticas de fomento à modernização podem ser benéficas à humanidade ao exercerem impacto positivo na dinâmica econômica e geopolítica global, e por conseguinte benéficas também ao Brasil. Afinal, da parte do nosso país, a partir do terceiro mandato do presidente Lula, volta a ser praticada uma política

externa inclusiva e abrangente, focada na inserção soberana do país na realidade global, que se mostra desafiadora. Hoje o Brasil se pauta por um relacionamento externo cooperativo e o país volta a reunir condições de ser um protagonista no soerguimento de uma nova ordem econômica e política, o que pressupõe dar passos decisivos em seu progresso interno econômico e social. É necessário para tanto explorar as possibilidades que a cooperação com a China oferece.

O rápido crescimento econômico chinês transformou o país em um ator central nos assuntos mundiais. Para o Brasil, essa ascensão representa oportunidades significativas.

Cinquenta anos de relações Brasil-China demonstram não apenas uma história de sucesso econômico, mas também uma convergência geopolítica que moldou e continua a moldar o panorama internacional. A modernização da China não apenas influencia positivamente o desenvolvimento brasileiro, mas também abre portas para uma parceria mais robusta e dinâmica. À medida que enfrentamos os desafios do futuro, é imperativo que essa aliança se baseie na inovação, sustentabilidade e uma compreensão compartilhada das complexidades geopolíticas que moldarão o século XXI.

A China e o Brasil se tornaram parceiros confiáveis. As iniciativas de um e outro são bem acolhidas. A visão do presidente chinês, Xi Jinping, sobre uma comunidade de futuro compartilhado é uma proposta que transcende fronteiras e visa criar um mundo mais interconectado e cooperativo. Esta ideia é benéfica também para o Brasil, abrindo portas para uma cooperação mais profunda e promissora.

A proposta de uma comunidade de futuro compartilhado enfatiza a interdependência econômica entre as nações. O Brasil, como uma potência econômica emergente, pode se beneficiar significativamente desse conceito ao fortalecer laços comerciais e investimentos bilaterais. A integração mais estreita das economias pode resultar em oportunidades de crescimento sustentável para ambos os países.

No ensejo das celebrações do jubileu de ouro das relações bilaterais com a China, será útil considerar positivamente a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”, proposta pela China, porque se trata de um projeto de grande envergadura conectando diversas regiões do mundo por meio de infraestrutura, comércio e cooperação. Para o Brasil, a participação ativa nesse empreendimento pode trazer uma série de vantagens e oportunidades estratégicas. Isto pode traduzir-se em investimentos e parcerias que impulsionem o desenvolvimento de setores-chave, como transporte, energia e telecomunicações. A participação na iniciativa pode significar investimentos substanciais

em projetos de infraestrutura no Brasil.

A iniciativa proporciona ao Brasil a chance de fortalecer seus laços comerciais e atrair investimentos significativos. Ao participar ativamente dessa iniciativa, o Brasil pode se beneficiar do aumento do comércio internacional, com a ampliação das exportações e a diversificação de mercados. No contexto do anúncio do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialistas apontam que o Brasil poderia encontrar vantagens significativas ao se tornar parceiro na Iniciativa Cinturão e Rota.

Ao celebrar o jubileu de ouro das relações diplomáticas, Brasil e China fortalecem também suas responsabilidades perante o mundo. Como dois países soberanos relevantes no palco internacional, contribuem para a construção da paz, da multipolaridade e da prosperidade comum dos povos e são exemplos vívidos do significado do encontro de civilizações. O futuro desse relacionamento é brilhante e digno da grandeza das duas nações.



Marcos Cordeiro Pires

É professor nos cursos de graduação em Relações Internacionais e pós-graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” - Unesp - PUC - SP - Unicamp. Tem experiência nas áreas de História Econômica e Economia Política e Economia Política Internacional. Atualmente pesquisa as relações entre a China, o Brasil e a América Latina e também aspectos políticos e culturais da população de origem latino/hispânica nos Estados Unidos. É coordenador do Grupo de Pesquisa do BRICS (CNPq). É membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, coordenador do Latino Observatory e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

50 anos de uma parceria promissora

Sinergia remonta ao período colonial e aos primórdios do cultivo do chá no Brasil para o comércio internacional.

A China é um país e um povo que marcam a história do homem, da civilização e das grandes descobertas. A China tem que ser vista com olhos de irmão, de amigo, de amor. São esses os olhos do Brasil para com esta fascinante nação. (Presidente José Sarney, Pequim, 4 de junho de 1988).

As relações entre o Brasil e a China completam 50 anos em 2024. Trata-se de um relacionamento bastante consolidado, que se estende por diversas áreas, como comércio, investimentos, ciência e tecnologia, meio ambiente, agricultura, esportes, cultura e academia, a concertação em assuntos internacionais e, mais recentemente, o grupo do BRICS. Ambos os países atuam em parceria em diversos fóruns internacionais, como na OMC, FAO, OMS, IPCC, COPs etc., na defesa do desenvolvimento econômico e de uma ordem internacional democrática e inclusiva. Essa parceria estratégica, criada em 1993, atingiu o nível “estratégico global” em 2012 e continua a gerar frutos.

Neste texto, iremos tratar de uma etapa essencial na construção desses laços bilaterais, ocorrida na década de 1980, quando os presidentes João Baptista Figueiredo e José Sarney visitaram a China e firmaram acordos basilares para o

desenvolvimento ulterior das relações sino-brasileiras. Naquela década, em que ainda existia a Guerra Fria, quando o neoliberalismo tomava os seus contornos e a palavra “globalização” não figurava nos manuais de economia, parecia improvável a cooperação entre países tão distantes, com estruturas sociais bastante complexas e com diferentes sistemas políticos. No entanto, as relações avançaram e chegaram ao nível atual, em que no Brasil se tornou uma política de Estado, marcada pelo pragmatismo e a estabilidade.

Relações históricas

As relações entre os povos da China e do Brasil remontam ao período colonial, quando as caravelas portuguesas vindas de Macau paravam no país no seu trajeto para Lisboa e iniciaram um vigoroso processo de troca cultural, como ressaltou o sociólogo Gilberto Freyre. Posteriormente, no começo do século XIX, chegaram as primeiras famílias chinesas ao Brasil com o intuito de introduzir o cultivo de chá. Em 1880, uma missão brasileira visitou Pequim, criando os primeiros laços diplomáticos entre os Impérios da China e do Brasil. Os eventos que se sucederam na China do final do século XIX a meados do século XX dificultaram os avanços da



Colheita de soja no Centro-Oeste brasileiro.

relação bilateral. A instituição da República Popular da China, em 01 de outubro de 1949, e os eventos da Guerra Fria retardaram ainda mais esta aproximação.

Finalmente, em 15 de agosto de 1974, por meio de um Comunicado Conjunto¹, os governos de Brasil e China anunciaram o estabelecimento de relações diplomáticas. O Brasil reconheceu o princípio de uma só China e ambos os governos “concordaram em desenvolver relações amistosas com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica”.

Naquele contexto, o governo brasileiro buscava avançar uma política externa mais autônoma que pudesse apoiar o seu desenvolvimento industrial, rom-

pendo com o alinhamento automático aos Estados Unidos que caracterizaram os primeiros 10 anos do regime militar. A política externa de “pragmatismo responsável” levou o governo do general Ernesto Geisel a estabelecer relações com Pequim, a reconhecer prontamente a independência das colônias portuguesas na África e a assinar um acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, fato este muito criticado pelo governo de Washington, que buscava impedir o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil.

Já a China, que havia sido incorporada à ONU em 1971, dava os seus primeiros passos rumo a uma maior integração com a comunidade internacional e iniciava o processo de modernização econômica que seria acelerado a partir de 1980. Naquele período, ocorria um processo de transição política, quando

Figueiredo, em maio de 1984, e do presidente José Sarney, em julho de 1988. Na primeira, num contexto emblemático que marcava o final do ciclo dos governos militares, Figueiredo ressaltou a necessidade de uma maior cooperação entre os países do Sul para o enfrentamento da grave crise econômica que afligia os países em desenvolvimento por conta do endividamento externo.

De acordo com Figueiredo: “Num mundo em crise, o Brasil está entre os países que rechaçam a fatalidade da estagnação e não conformam com as atitudes passivas ou reflexas. Pensamos que a crise pode e deve ser vencida. Acreditamos na necessidade da construção de nova ordem econômica internacional e reconhecemos que, a par de um diálogo franco e eficiente conduzido com os países do Norte, é essencial a cooperação entre os países do Sul. (...) Diante de tão grave quadro, a cooperação internacional, fundada necessariamente na vontade soberana das partes, é um dever imposto à comunidade das nações. Tal cooperação não pode prestar-se para abrir caminho às pretensões de domínio ou hegemonia. Ao contrário, deve servir para fortalecer as regras de boa convivência e de respeito mútuo, o mais sólido alicerce de relações internacionais saudáveis”²

Nesse sentido, é importante destacar que aquela visita avançou bastante a cooperação e a confiança recíproca entre os países. Foram assinados acordos e protocolos nas áreas de ciência e tecnologia, comércio, energia, entre outros. O intercâmbio avançava para campos estratégicos como a troca de conhecimentos nos processos de enriquecimento de urânio e, posteriormente, no desenvolvimento

o país se estabilizava após os eventos relacionados à Revolução Cultural e à morte dos dois principais dirigentes do país, Mao Zedong e Zhou Enlai. Do ponto de vista externo, o país enfrentava as crises políticas e militares que marcaram o contexto mundial na década de 1970, particularmente com relação à Guerra do Vietnã e seus desdobramentos no Sudeste Asiático.

Paz e o desenvolvimento

Apesar dos avanços nos campos diplomático e comercial, as relações diplomáticas sino-brasileiras somente avançaram com mais vigor na década de 1980, quando os governos de Brasília e Pequim apresentaram uma grande coincidência acerca dos principais problemas mundiais. Nesse sentido, é importante destacar as visitas à China do presidente João Batista

de satélites, cujo acordo foi assinado na visita de José Sarney, em 1988.

Durante a segunda visita presidencial do Brasil à China, em discurso de agradecimento ao banquete oferecido pelo presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, em 4 de julho, o presidente Sarney ressaltou a grande convergência política de ambos os países em fóruns internacionais: “A nossa identidade de pontos de vista é demonstrada pela coincidência de nossos votos nos fóruns internacionais. As questões que aí são submetidas, em 95% dos casos são vistas da mesma maneira pelos nossos países. Brasil e China podemos orgulhar-nos de não sermos caudatários de potências estrangeiras, nem prisioneiros de pequenos conflitos. Construímos nosso próprio destino, em função de nossas realidades e dos verdadeiros interesses de nossos povos em favor da paz e do desenvolvimento. Necessitamos para tanto superar e remover as barreiras existentes na ordem econômica internacional, que frustram a plena inserção de nossas economias nos mercados mundiais”.³ No mesmo dia, desta vez em palestra proferida na Universidade de Pequim, o presidente Sarney ressaltou a importância do desenvolvimento científico e tecnológico de ambos os países, justamente quando firmava um protocolo de cooperação para a construção de satélites, o China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS), programa que continua dando os seus frutos até os dias de hoje. De acordo com Sarney: “Os países que, como a China e o Brasil, aspiram a oferecer a suas populações todos os benefícios do sistema industrial moderno, inclusive participando do comércio mundial de bens e serviços, devem igualmente do-

minar todas as etapas do processo de elaboração do conhecimento técnico-científico. O progresso tecnológico não pode ser simplesmente importado: ou ele permeia todas as fases da formação dos recursos humanos num determinado país, ou ele será sempre uma cópia servil de produtos estrangeiros, sem estender-se ao próprio processo de produção”.⁴ Naquela visita, Sarney se mostrou visionário sobre o futuro de nossa cooperação, ao vaticinar o que, de fato, ocorre hoje em dia nas nossas relações bilaterais. “Estou seguro de que o futuro das relações entre o Brasil e a China será assinalado por grandes realizações. Temos uma contribuição a dar para o aperfeiçoamento da ordem internacional.” O atual estágio do relacionamento é fruto dessas ações visionárias, tanto por parte do governo brasileiro quanto do chinês. Nesse aspecto, é alvissareiro o fato de que os atuais dirigentes de ambos os países compreendem a importância dessa parceria estratégica e já estão pavimentando um caminho seguro e próspero para os próximos 50 anos.

¹ - Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (Brasília, 15 de agosto de 1974). Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/20314>. Acesso em 03/fev/2024.

² - Discurso do presidente Figueiredo no banquete oferecido pelo presidente da China. Pequim, 28 de maio de 1984. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/visita-do-figueiredo-a-republica-popular-da-china-maio-1984>. Acesso em 3/fev/2024

³ - Discurso do presidente da República, José Sarney, por ocasião da Visita Oficial à República Popular da China, Pequim, 4 de julho de 1988. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/58.pdf/@download/file/58.pdf>. Acesso em 03/fev/2024.

⁴ - José Sarney. Palestra sobre Ciência e Tecnologia, Universidade de Pequim. 4 de julho. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/57.pdf/@download/file/57.pdf>. Acesso em 3/fev/2024.



José Ricardo dos Santos Luz Júnior

Advogado que viveu na China por cinco anos, com MBA pela Peking University. É co-chairman e CEO do LIDE China. Pesquisador do Gebrics/USP e membro da Comissão China-Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Relação sino-brasileira: ao infinito e além

Benefícios mútuos e coexistência pacífica marcam a parceria.

A relação China-Brasil é uma relação duradoura, que exitosamente completa 50 anos em agosto de 2024, marcada por uma relação bilateral estratégica abrangente, cujos pilares são a reciprocidade, relação ganha-ganha, benefícios mútuos e coexistência pacífica. Prova disso é a elevação da parceria estratégica global Brasil-China numa nova era, potencializada pelo intercâmbio na esfera da tecnologia, sustentabilidade e inclusão.

A visão estratégica de longo prazo, o diálogo respeitoso e a construção de uma relação de confiança firme e sólida fizeram com que as relações bilaterais sino-brasileiras evoluíssem, consolidando a base política das relações sino-brasileiras e demonstrando que essa relação profícua está apenas começando.

Nessa esteira, é indispensável analisarmos o histórico das relações sino-brasileiras e a evolução da cooperação pragmática entre o Brasil e a China, fortalecendo esses laços históricos e mutuamente benéficos para ambas as nações e seus povos.

Em 1974 Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas e, dada a intensificação e evolução dessa relação diplomática, Brasil e China estabeleceram parceria estratégica em 1993, parceria essa considerada a primeira entre

países em desenvolvimento.

Resultado de tamanha parceria foi a constituição da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mecanismo de diálogo político estabelecido em 2004 para o desenvolvimento de contatos regulares entre altos representantes dos dois países, com o objetivo de incentivar e promover o relacionamento bilateral em diversos campos, incluindo-se político, econômico e comercial, tecnologia e inovação, dentre outros.

Em 2012, as relações sino-brasileiras foram elevadas à parceria estratégica global (ou abrangente).

Em virtude da redefinição geopolítica global e dado o amadurecimento da relação sino-brasileira, China e Brasil firmaram em maio de 2022, durante a VI Reunião Plenária da COSBAN (i) o Plano Executivo (2022/2026), com definição de ações prioritárias e áreas de cooperação bilateral a curto prazo, bem como (ii) o Plano Estratégico (2022/2031), com futuras iniciativas de longo prazo.

Lastreados na confiança e na estabilidade da relação bilateral estratégica, referidos planos, indiretamente, por meio do pragmatismo e flexibilidade, instituirão políticas voltadas ao desenvolvimento do Brasil, num processo doméstico de rein-

A COFCO International desenvolve no Brasil um sistema de rastreabilidade de produtos agrícolas para garantir que nenhum de seus fornecedores esteja envolvido no desmatamento.



dustrialização sustentável ou “neointustrialização” e transição da matriz energética brasileira, havendo enorme potencial de promoção de integração do plano de desenvolvimento do Brasil com a Iniciativa Cinturão e Rota, programa transcontinental chinês de política e investimento de longo prazo, estabelecido pelo presidente Xi Jinping em 2013, que visa o desenvolvimento de infraestrutura, tecnologia e saúde, bem como maior intercâmbio entre os povos e a aceleração da integração econômica dos países ao longo da rota terrestre e marítima da histórica Rota da Seda, política essa já abraçada por mais de 140 países signatários, representantes de 40% do PIB mundial.

Em que pese o Brasil ainda não ser signatário da Iniciativa de Cinturão e Rota, a China e o Brasil são interdependentes e essa relação Sul-Sul é vista por ambos os países como uma relação estratégica de longo prazo, pacífica e sem histórico de guerras, sendo nítida a intensificação do comércio e o aumento do fluxo de investimentos.

No ano 2000, por exemplo, comércio exterior sino-brasileiro totalizou a módica cifra de US\$ 2,303 bilhões. Já em 2023, a relação comercial sino-brasilei-

ra bateu um novo recorde histórico: foram US\$ 157,4 bilhões comercializados pelos dois países, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Brasil.

Se acompanharmos com a devida atenção a importância dada pela China aos conceitos de sustentabilidade (Environmental, Social e Governance – ESG), inovação e tecnologia, além de inclusão, três pilares do 14º plano quinquenal de metas de desenvolvimento econômico e social vigente na China (2021-2025), seguramente Brasil otimizará as oportunidades com o país, a começar pelo agronegócio brasileiro que já tem a China como seu maior mercado, país responsável pela compra de 1/3 de todas as exportações de commodities agrícolas brasileiras, além de atrair cada vez mais investimento estrangeiro direto chinês para solucionar os gargalos em logística e compartilhamento de tecnologia de ponta, incluindo-se manufatura inteligente, inteligência artificial, internet das coisas (IoT), telecomunicação 5G, cidades inteligentes, comércio eletrônico, infraestrutura digital, agricultura sustentável de baixo carbono, energia limpa, aeronáutica, aeroespacial, saúde, dentre outros potenciais intercâmbios.

E o Brasil, importante parceiro da China quanto à segurança alimentar e energética, pode contribuir profundamente com a concretização do Chinese Dream, desejo da China em celebrar exitosamente dois centenários fundamentais ao país (*Liang ge yibai nian*), a saber (i) ter se tornado uma sociedade moderadamente próspera em 2021, ano que marcou o 100º aniversário do Partido Comunista Chinês, com ênfase na redução da pobreza e medidas de alívio e (ii) a meta de modernização, tornando-se uma nação totalmente desenvolvida até 2049, ano em que também será comemorado o 100º aniversário da sua fundação, oportunidade em que o governo chinês pretende construir um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso.

A “modernização chinesa” ou a modernização ao estilo chinês é um novo conceito centrado nas pessoas, ou seja, a meta é melhorar o padrão de vida dos chineses, melhorar o sistema de seguridade social e promover a equidade social, além de promover uma economia mundial mais aberta e o compartilhamento de recursos, estabelecendo um novo paradigma para o desenvolvimento pacífico, de forma a defender a justiça internacional e promover o multilateralismo, expandindo a amizade e a cooperação com outros países com base nos princípios de coexistência pacífica e promovendo valores comuns para construir um futuro mais promissor para a humanidade.

Nessa esteira, a China lançou três grandes iniciativas globais nos últimos dois anos, baseadas no desenvolvimento, na segurança e na civilização, nomeadamente Iniciativa de Desenvolvimento Global,

Iniciativa de Segurança Global e Iniciativa de Civilização Global, tendo como objetivo a reforma da governança global.

De certo não há uma única maneira de modernização e cada país deve encontrar seu próprio caminho, adaptado à sua história e condições nacionais.

Assim, a parceria estratégica global Brasil-China precisa ser desenvolvida de forma aberta, inclusiva, cooperativa e mutuamente benéfica, ao mesmo tempo em que deve aprofundar a cooperação em diversas áreas, como redução da pobreza, desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente, combate às mudanças climáticas, dentre outras áreas indispensáveis para, juntos, não só atingirmos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030 da ONU, sob as dimensões social, ambiental, econômica e institucional, de forma que ninguém no mundo seja deixado para trás, como também colaborarmos na construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade.

Sem sombra de dúvidas é um momento de o Brasil intensificar a relação com a China, inclusive avançando os debates sobre a interrelação da política de neointustrialização brasileira com a política chinesa da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative), com o objetivo de juntos construirmos a ponte econômico-comercial, política e social sino-brasileira.

Brasil precisa promover parceria de alta qualidade com China, inaugurando uma nova era de desenvolvimento global, inclusão e abertura, com fluidez em tecnologia e conectividade.

Esses são os novos capítulos que começam a ser definidos nessa profícua relação sino-brasileira!



China e Brasil: parceria exitosa

Mercado de carbono se tornará realidade tão logo os laços desses países se estreitem também nesse campo.

José Renato Nalini

Mestre e doutor em Direito Constitucional pela USP. Juiz durante 40 anos, presidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi secretário da educação e hoje é secretário-executivo de Mudanças Climáticas de São Paulo.

A mais antiga dentre as grandes nações é uma fonte permanente de inspiração para uma outra, relativamente nova: o Brasil. A milenar história chinesa é um repertório de obras magníficas: a Grande Muralha, o Canal Imperial e a drástica redução da pobreza, com superlativo salto educacional.

O modelo de aprendizado chinês se vale de uma sabedoria consolidada, ancorada na autoridade dos mais idosos e no culto ao diálogo, instrumento de persuasão. A experiência agrícola das famílias chinesas é modelo para um Brasil que precisa incrementar sua produtividade e, simultaneamente, preservar o que remanesce de cobertura vegetal em todos os biomas.

Aprender com a China como explorar bem a terra, suas técnicas de uso de fertilizante, a economia de água, potencializar os ganhos com a agricultura familiar e treinar os trabalhadores do agronegócio para a absorção da cultura digital é oportunidade preciosa para o Brasil.

É admirável o que os chineses conseguem fazer na construção civil. A rapidez e a eficiência com que edificam grandiosas estruturas chega a espantar os ocidentais, cujos métodos ainda são rudimentares.

A China obteve avanço formidável na pesquisa, o que resultou em desenvol-

vimento de tecnologias que a tornaram líder no setor automotivo e dos equipamentos para a comunicação e informação.

A vastidão continental chinesa – há quem afirme existirem ao menos quatro Chinas – a fez aprender com a natureza. Há espaços em que se conseguem duas ou três colheitas de arroz. Em outros, as planícies se destinam ao cultivo de trigo. Os diferentes cenários suscitam a criatividade de um povo ordeiro e disciplinado. Convive harmonicamente com os contrastes. As regiões mais hostis ao cultivo são propícias a convertê-la no maior potencial hidrelétrico do planeta.

Outra esfera em que os brasileiros podem se espelhar na China é a coexistência de inúmeras etnias. E a navegabilidade fluvial do rio Yangtze ostenta uma similaridade com os nossos leitos d'água que também podem ser utilizados para transporte, inclusive como providência redutora da emissão de carbono.

Nessa área, o Brasil precisa se aliar à China para que o mercado de carbono deixe de ser uma quimera e se transforme em realidade. A superioridade da pesquisa chinesa e o sucesso obtido em todas as iniciativas ali levadas a efeito hão de servir de efetiva possibilidade de atuação conjunta, para benefício de ambas as nações.

Para estreitar ainda mais o relaciona-

mento entre chineses e brasileiros, não só entre os respectivos governos, mas para que a população de cada país se entrose melhor com os costumes, a cultura, as tradições do outro, é imprescindível que se intensifiquem as relações com vistas a um projeto comum de aprendizado.

Sabe-se que a transmissão de conhecimento para todos os chineses, principalmente pela escrita, tem sido um poderoso fator de unidade cultural. Apesar dos inúmeros dialetos, utilizados pelas distintas etnias, todos os chineses são capazes de ler os mesmos livros. Por isso é que *wenhua*, que significa “civilização”, quer dizer “a influência transformadora da escrita”.

Impossível deixar de recordar que a impressão de livros talvez tenha sido a mais significativa criação chinesa. Enquanto a Europa ainda era analfabeta, a impressão dependeu de três invenções: o papel, a tinta e os tipos. Os tipos móveis surgiram por volta de 1050, quatro séculos antes de Johann Gutenberg reinventá-los na Alemanha.

Algo que realmente distingue os chineses é o seu amor pela poesia. É longeva a tradição que atribui a cada indivíduo respeitável o dever de exhibir talento literário. Essa tradição tem sido robustecida pelo pensamento do presidente Xi Jinping, cujo mérito foi tornar “cultura” uma preocupação real e concreta para todos os chineses.

Mais um ponto de contato que pode gerar consequências benéficas para a nação brasileira. A China de hoje protege e enaltece o seu patrimônio histórico. Não se despreza o longo e exuberante trajeto do povo chinês pela história. Assim é que na província de Zhejiang, museu com a tecnologia RA torna vivas as cenas da vida cotidiana e do trabalho

de oito mil anos atrás. A saborosa cozinha chinesa está presente nos museus da província de Shaanxi, recuperando a culinária tradicional que os antigos poetas eternizaram em sua obra.

Feliz a nação que tem a presidi-la alguém que seja idealista cultural e que se proponha a disseminar a cultura para o seu povo. Estudante que levou a sério sua formação, Xi Jinping é um leitor inveterado, não apenas de autores chineses mas também conhecedor da literatura ocidental.

Ele experimentou a vida rural, mostrou-se solidário com os mais carentes e deles cuida enquanto governa o maior país da Terra. Impressiona e incentiva o seu empenho em preservação ambiental e patrimonial histórica. Desde a proteção conferida a antigas árvores de alfarroba em 1982 até o fechamento das minas em Liangzhu, para conservar – com vistas ao interesse das presentes e futuras gerações – o testemunho de mais de cinco mil anos de civilização chinesa.

O Brasil é uma nação que se considera muito jovem, se comparada com a China. A colonização aqui chegou em 1500, embora os originais moradores da terra estivessem aqui talvez há milênios. Durante o período de chegada do colonizador luso, perdeu-se a memória ancestral.

Hoje, o Brasil precisa oferecer a seu povo tudo aquilo que consta da Constituição Cidadã de 1988. Uma lei fundamental pródiga em explicitar direitos, mas pouco eficaz na missão de assegurar sua fruição.

A China conseguiu eliminar a pobreza absoluta e está em novo patamar civilizatório: a obtenção da prosperidade comum. A lição de Confúcio – “o problema reside não na escassez, mas na

A China prioriza o desenvolvimento agrícola e rural, promove a revitalização rural de forma abrangente e acelera a modernização da agricultura e das áreas rurais.



distribuição desigual; não na pobreza, mas na insegurança” – é plenamente aplicável ao Brasil.

A China soube enfrentar seus desafios e vencê-los. Tem condições de estender a mão para o Brasil, para que ele também o faça. É urgente e imprescindível o apoio chinês em todas as áreas: agricultura, agronegócio, indústria de base, indústria tecnológica, infraestrutura, educação, redução da miséria, construção civil, governança estatal. Ecologia, que é um tema sensível para o Brasil, que já foi considerado “promissora potência verde”, é algo que a China pratica, ao adotar a filosofia tradicional de “Tian-ren-he-yi”, ou “unidade da natureza e do homem”. Aqui também necessitamos de mais consciência ecológica. O desmatamento acelerado é responsável pela crescente emissão de gases venenosos causadores do efeito estufa.

Pouco se fala do que a China poderia contribuir para tornar mais eficiente o Estado brasileiro, inclusive em relação ao Poder Judiciário. O sistema de Justiça tupiniquim tem sido bastante criticado por

seu excessivo custo, comparado com sua precária eficiência.

Talvez a assimilação da racionalidade e da singeleza chinesa pudessem trazer ao Judiciário a noção de que ele é “serviço” e que o seu destinatário merece as melhores soluções, à luz do consequencialismo. Qual o concreto impacto das decisões na vida das pessoas?

Pessoas, este o foco. Chineses e brasileiros integram a mesma categoria de seres humanos sensíveis. Portadores de idênticas necessidades, movidos pelos mesmos sonhos, atribulados por dores iguais. Se “construir amizades entre pessoas é crucial para promover relações positivas entre Estados”, que este momento histórico prenuncie o adensamento de relações entre nossos povos.

China e Brasil têm todas as condições de intensificarem amizade fraterna entre seus povos. Amizade que se traduzirá em ganhos recíprocos, não apenas na ordem financeira e material, mas no aprimoramento de um convívio que ambos almejam, seja justo, equitativo, fraterno e solidário.

PARTE 2

Dimensões múltiplas da cooperação





Alexandre Silveira

Natural de Minas Gerais, Alexandre Silveira é bacharel em Direito e delegado de polícia. Foi diretor do DNIT, deputado federal, secretário de Estado de Minas Gerais e senador da República. Em 2023, assumiu o Ministério de Minas e Energia.

Parceria entre Brasil e China é estratégica para a transição energética global

A combinação de forças, recursos e capacidade de inovar e empreender de ambos os países pode catalisar grandes transformações em direção a um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

Iniciamos um novo tempo, uma nova era. A era da transição energética justa e inclusiva como um novo paradigma de desenvolvimento socioeconômico que oferece oportunidades significativas para a reindustrialização do país em bases mais sustentáveis e tecnológicas. Novos mercados, como o do hidrogênio de baixa emissão de carbono e da mobilidade elétrica, têm o potencial de criar cadeias produtivas inovadoras e gerar empregos de alta qualidade, impulsionando o crescimento do país.

As relações políticas e comerciais entre o Brasil e a China têm crescido de forma significativa e reforçam a importância de ações conjuntas para enfrentar os desafios globais, como o combate às mudanças climáticas, a garantia da segurança energética e a superação da pobreza energética. Especialmente por meio da transição energética, os dois países emergem como protagonistas, fornecendo recursos, tecnologias, soluções diversas e inovadoras para o mundo.

A transição energética global e os desafios na promoção do desenvolvi-

mento sustentável requerem esforços colaborativos e parcerias estratégicas entre países e empresas, buscando aprendizado compartilhado, sinergias, complementaridades e ganhos de competitividade. Países ao redor do mundo estão buscando transformações significativas em suas matrizes energéticas como parte da estratégia para cumprir com os compromissos climáticos assumidos. Entretanto, não podemos subestimar os enormes desafios da transição energética, entre os quais a necessidade de adaptar e ampliar as infraestruturas, os investimentos substanciais em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e o adequado tratamento da dimensão social desse processo para não deixar segmentos da sociedade para trás.

Brasil e China são países de dimensões continentais e que têm suas próprias circunstâncias, sejam as sociais, econômicas, políticas, ambientais. Apesar da distância, são países complementares e que compartilham objetivos de desenvolvimento e combate à pobreza e às desigualdades. Além disso, compartilham o compromisso



A “Rodovia da Energia”, construída pela State Grid na segunda fase da linha de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte em 2018.

de construir um mundo mais sustentável. Se esses dois países unem forças para moldar um futuro energético global mais justo, inclusivo, seguro, limpo e sustentável, isso tem um imenso poder de transformação.

O Brasil se destaca por sua matriz energética, com quase 50% de fontes renováveis, e por sua matriz elétrica, que chega a superar 90% de renovabilidade. Esses excepcionais números são resultado de políticas corajosas, capitaneadas pelo presidente Lula, como aquelas para desenvolvimento dos biocombustíveis, valorizando a diversificação e a integração dos sistemas de energia.

O sistema de transmissão brasileiro é exemplar, conferindo flexibilidade e grande capacidade de aproveitar os

recursos energéticos, entre os quais o eólico, solar, hidrelétricas e bioeletricidade, com ganhos para a segurança, resiliência e sustentabilidade. Já o etanol, biodiesel e o biometano compartilham infraestruturas e logística com os combustíveis fósseis, ajudando a descarbonizar e ampliar a oferta de energia, com segurança e elevados padrões de sustentabilidade. Mas o Brasil não está acomodado e continua apostando em novas tecnologias, como as de hidrogênio, etanol de segunda geração, diesel verde e combustíveis sustentáveis de aviação, além de estar avançando em investimentos em cadeias minerais estratégicas para a transição energética.

Assim como o Brasil, a China tem sido um grande líder nos investimen-

tos em energias limpas, além de ser uma grande exportadora de equipamentos e tecnologias para a transição energética, como baterias e insumos da indústria solar. A China também tem sido provedora de soluções inovadoras para os sistemas de transmissão, na esteira de investimentos massivos realizados como parte de sua estratégia de desenvolvimento energético.

Nesse contexto, chama atenção a participação ativa de empresas chinesas nos investimentos em infraestrutura no Brasil. Estão presentes nos maiores projetos de transmissão no Brasil, nos investimentos acelerados em expansão da geração solar fotovoltaica, na expansão e modernização do setor de distribuição, no avanço da eletrificação da mobilidade, na modernização de usinas hidrelétricas, entre outros. Essa grande parceria em investimentos em infraestrutura define a força das relações entre os dois países. Mais do que isso, demonstra a natureza estratégica e de longo prazo dessa relação.

Essa colaboração estratégica não apenas impulsiona a transição para uma matriz energética mais limpa, mas também promove a modernização da infraestrutura, contribuindo para um futuro mais sustentável e eficiente no cenário energético brasileiro.

A atuação conjunta de Brasil e China pode influenciar positivamente a agenda global, ajudando a mobilizar outras nações a colaborarem na construção de soluções diversificadas para os desafios da transição energética, contemplando de maneira cada vez mais efetiva a perspectiva de países em desenvolvimento.

Em 2024, na presidência rotativa do G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo, o Brasil lançou como mote a “construção de um mundo justo e um planeta sustentável”. Em especial no grupo de trabalho sobre transições energéticas, do qual presido, propus um esforço conjunto dos países para acelerar e reduzir o custo do financiamento da transição energética, especialmente em países em desenvolvimento e economias emergentes. Além disso, vamos trabalhar para ampliar a consideração da dimensão social da transição energética e impulsionar o desenvolvimento dos combustíveis sustentáveis.

A parceria com a China será determinante nessa importante agenda e o apoio chinês pode elevar ainda mais o status da nossa cooperação, diálogo e investimentos conjuntos. Brasil e China têm políticas públicas que podem inspirar a ação em outros países, e mais do que isso, mostrar que os países em desenvolvimento são parte fundamental da solução dos problemas globais.

A combinação de forças, recursos e capacidade de inovar e empreender de ambos os países pode catalisar grandes transformações em direção a um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Podemos criar oportunidades de investimento e emprego, promovendo a prosperidade e a paz. O Brasil e a China, ao figurarem entre os maiores destinos de investimentos para energia limpa do mundo, desempenham papéis cruciais na construção de um futuro mais seguro, sustentável e que garanta um futuro melhor e mais digno para todos.



Tatiana Prazeres

Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Comércio Brasil-China nos últimos 50 anos e os desafios para as exportações brasileiras

Ao longo desses 50 anos de relações diplomáticas, o comércio bilateral cresceu mais de sete mil vezes, ao mesmo tempo que a corrente de comércio brasileira cresceu 27 vezes.

Foi extraordinária a evolução do comércio entre Brasil e China nos últimos 50 anos, assim como foi excepcional a transformação econômica pela qual passou o país asiático nesse período. Em 1974, a China respondia por 0,24% das exportações brasileiras, sendo nosso 50º parceiro comercial. Em 2023, o país foi o maior destino das nossas exportações ao responder por 30,7% das vendas externas brasileiras. Do lado da importação brasileira, a China respondeu por 0,02% em 1974, sendo o 75º maior fornecedor do Brasil. Em 2023, o país foi a maior origem das importações, com participação de 22,1% no total.

Em 2009, a China se tornou o primeiro exportador mundial, ao passo em que, em 1974, detinha apenas 0,8% do comércio mundial. Nos últimos anos, passou a responder por mais de 15% da exportação do mundo. Nenhum outro país alcançou essa participação no comércio mundial nos últimos 50 anos. O ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, acelerou reformas já em curso no país, preparando-

-o para a concorrência estrangeira, mas também para aproveitar oportunidades em outros países.

Ao longo desses 50 anos de relações diplomáticas, o comércio bilateral cresceu mais de sete mil vezes, ao mesmo tempo que a corrente de comércio brasileira cresceu 27 vezes. Em 1974, a exportação nacional para a China foi essencialmente de tapetes e revestimentos para pavimentos e fibras têxteis. Em 2023, em que pese a concentração de valor em commodities, o Brasil exportou para a China bens de praticamente todos os 97 capítulos do Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias.

É do lado da importação, porém, que a diversificação impressiona. Em 1974, a importação brasileira da China foi essencialmente de produtos químicos inorgânicos, principalmente óxido de zinco. Em 2023, também foi importada toda sorte de bens, principalmente máquinas, equipamentos e suas partes e insumos e bens eletroeletrônicos. A China é a maior origem de bens de capital

importados pelo Brasil, tendo respondido por 27,4% das compras externas desses produtos em 2023.

A complementaridade econômica e o perfil do comércio bilateral

A complementaridade econômica entre os dois países, associada ao crescimento chinês e ao processo de modernização e abertura do país, fez com que a demanda por importações de produtos brasileiros crescesse de maneira expressiva, sobretudo a partir de 2000. O Brasil era o país que, como poucos, podia fornecer os produtos de que a China necessitava em abundância.

Puxado pela demanda chinesa, o chamado boom das commodities, nos anos 2000, contribuiu para o equilíbrio macroeconômico, para as contas externas e para a formação de reservas no Brasil, o que posteriormente veio a se revelar extremamente útil inclusive para que o país pudesse lidar relativamente bem com os desafios da crise financeira de 2008-2009.

As exportações brasileiras para a China seguem crescendo de maneira expressiva. O Brasil nunca havia exportado mais de US\$ 100 bilhões para um único parceiro comercial, e essa barreira foi rompida em 2023, com o valor histórico de US\$ 104,3 bilhões em vendas para a China. As relações com o país asiático contribuem sobremaneira para o saldo da nossa balança comercial. O superávit recorde de US\$ 98,8 bilhões, alcançado em 2023, está diretamente relacionado ao comércio bilateral com a China.

Por outro lado, nas últimas décadas, a China tornou-se cada vez mais competitiva, ganhando posições no ranking

de maiores exportadores do mundo até atingir o topo em 2009. A China é a principal origem de importações de um número elevado de países, incluindo o Brasil, desde 2018 (mais precisamente, em relação ao Brasil, a China ocupou essa posição entre 2012 e 2015, perdeu-a para os EUA em 2016 e 2017 e voltou para o primeiro lugar em 2018).

A partir dos anos de 2010, as importações chinesas passaram, de maneira mais evidente, a pressionar a manufatura no Brasil. A indústria brasileira passou a buscar, de forma mais intensa, insumos e bens de capital chineses, e os fabricantes desses bens intermediários no Brasil passaram a se ressentir da presença chinesa no país. Ao mesmo tempo, a própria competitividade da indústria brasileira passou a depender de insumos, maquinários e componentes chineses. No caso de bens de consumo, a presença chinesa se deu de forma mais intensa a partir de confecções e calçados para, no período atual, ser marcada também por veículos (e, cada vez mais, veículos eletrificados), em um avanço notável de agregação de valor.

Em boa medida, a China representa uma oportunidade para setores exportadores ao mesmo tempo em que é percebida como um risco para parte importante da indústria doméstica. Essa dualidade da dinâmica bilateral é algo que deve seguir marcando a relação comercial Brasil-China pelos próximos anos e, em grande medida, é reflexo da complementaridade econômica entre as duas economias. A China tende a seguir sendo um mercado importantíssimo para produtos nos quais o Brasil é historicamente competitivo. Para ilus-



trar a situação atual: em 2020, o Brasil foi o maior exportador líquido de produtos agrícolas do mundo, e a China foi justamente o maior importador líquido mundial, segundo a FAO. Ao mesmo tempo, as importações provenientes da China devem seguir sendo relevantes na composição das nossas aquisições, impondo desafios e gerando oportunidades. A complexidade é inescapável.

A questão da diversificação das exportações brasileiras

Muito se fala que o desafio do comércio exterior com a China é diversificar e agregar valor às exportações, porque, afinal, há vários anos, os complexos da soja e do petróleo, além do minério de ferro, correspondem a cerca de 75% das nossas vendas para o país asiático. Essas aspirações, absolutamente legítimas, precisam ser corretamente compreendidas no contexto do comércio bilateral.

Dados os valores muito expressivos de vendas de petróleo, soja, minério, celulose e carnes para a China, a estrutura e o perfil da pauta exportadora para o país asiático não mudarão no curto prazo mesmo que o Brasil passe – como deve – a exportar outros produtos. Os esforços do governo brasileiro devem ser no sentido de, pragmaticamente, buscar gerar oportunidades para produtos e firmas com maturidade exportadora que ainda não se beneficiam como poderiam das oportunidades geradas na segunda maior economia do mundo, e que ainda seguirá em expansão considerável dado o tamanho de seu PIB per capita.

Além disso, os esforços do governo brasileiro devem estar voltados ao aumento da produtividade da indústria do Brasil, como se busca com a política industrial lançada em 2024, fazendo com que produtos de maior valor agregado e conteúdo tecnológico sejam mais com-

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, assina memorandos de entendimento para a promoção do café brasileiro na maior rede de cafeterias da China, a Luckin Coffee, e para a criação de um hub de inovação brasileira em Xangai. Em Pequim, junho de 2024.

petitivos, inclusive em mercados externos. Como segundo maior importador mundial, a China adquire volumes expressivos de produtos industrializados; em 2022 também foi o segundo maior importador mundial de bens manufaturados, o que com frequência passa despercebido de muitos no Brasil, que enxergam na China apenas um importador de commodities. Em 2022, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), a importação chinesa de manufaturados foi de US\$ 1,5 trilhão.

O problema não está naquilo que o Brasil já vende – e vende bem – para a China. Mas naqueles produtos e firmas que poderiam se beneficiar do mercado chinês e que ainda não estão lá, ou não como poderiam. Em 2023, quase 3 mil empresas direcionaram seus produtos ao país. Dessas, 657 são micro e pequenas empresas. Para os EUA, segundo destino das exportações brasileiras, esses números são 10 mil e 3,7 mil, respectivamente. Para a Argentina, terceiro destino, 5,3 mil e 812.

Para exportadores, por exemplo, de aviões, máquinas agrícolas, alimentos processados, bebidas, cosméticos e produtos de beleza, produtos da moda brasileira, a abertura ou a ampliação de oportunidades na China pode ser revolucionária. A diversificação deve ser compreendida, portanto, no sentido de garantir que mais empresas, produtos, marcas e serviços brasileiros se beneficiem das oportunidades na China, mesmo que isso não vá, a curto prazo, mudar o fato de que commodities seguirão tendo enorme peso na composição das nossas exportações para o mercado chinês.

Em paralelo aos esforços de tornar a produção industrial do Brasil mais

competitiva, uma estratégia de promoção comercial sustentada no tempo é fundamental para transformarmos oportunidades em negócios na China. Evidentemente que a competitividade da nossa produção é determinante no esforço exportador. Mas faltam também investimentos com o foco em promoção comercial e desenvolvimento de negócios no mercado chinês – por exemplo, maiores esforços de imagem-país, além de promoção e inteligência comercial.

Salvo honrosas exceções, empresas e setores com alta exposição ao mercado da China investem muito pouco em entender a realidade local, em ter presença física no país, em construir relacionamentos – algo altamente valorizado pelos chineses. O ecossistema digital chinês, por exemplo, é completamente diferente do que existe fora da China. Qualquer empresa que pretenda acessar o consumidor final na China precisa conhecer como funcionam a lógica e as ferramentas de e-commerce do país.

Finalmente, a agenda de sustentabilidade oferece oportunidades importantes no relacionamento bilateral, inclusive sob o ponto de vista comercial. Posicionar os produtos e as marcas brasileiras a partir de seus atributos de sustentabilidade pode contribuir de maneira significativa para a agregação de valor nas exportações de uma gama importante de bens.

Esforços público-privados são fundamentais para uma estratégia de promoção comercial bem-sucedida na China. Esses esforços exigem mais investimento do que em outros mercados, mas os resultados podem ser significativamente maiores também.



Jorge Viana

Professor do Mestrado do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Ex-governador do Acre e Senador, tendo sido vice-presidente do Senado, em 2013. Dentre os projetos que tocou no Senado, ele foi relator do Novo Código Florestal Brasileiro, da Nova Lei de Acesso à Biodiversidade, do Código da Ciência, Tecnologia e Inovação. Suas atribuições como senador incluíram titular da Comissão de Meio Ambiente e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, entre outras missões oficiais no Brasil e no exterior. Ao longo de sua carreira, recebeu o prêmio de “Líder para o Novo Milênio” da revista Times e TV CNN, por sua atuação na área de meio ambiente. Pelo mesmo motivo, a organização WWF (World Wildlife Fund) concedeu o prêmio Gift to the Earth, em 2003.

Uma jornada de cooperação e desenvolvimento

As trocas comerciais alcançaram patamares históricos, refletindo a complementaridade de nossas economias.

Há meio século, Brasil e China deram início a uma parceria que transcendeu fronteiras geográficas, unindo nações distantes em prol do desenvolvimento econômico e da cooperação global. Nesses 50 anos de relações diplomáticas, tivemos uma jornada marcada por amizade duradoura e conquistas significativas para os dois países, que certamente nos conduzirá a um futuro de prosperidade e colaboração cada vez mais estreita entre nossos povos.

Desde os primeiros passos dessa colaboração, Brasil e China estabeleceram alicerces sólidos, com acordos

comerciais pioneiros e investimentos que impulsionaram setores estratégicos, como infraestrutura e energia. O intercâmbio cultural e educacional também floresceu, fortalecendo os laços entre nossos povos.

Importantes mecanismos bilaterais, como a COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), foram criados, proporcionando diálogo aberto e construtivo ao reunir atores em torno de planos de trabalho organizados em torno das principais vertentes de desenvolvimento. Com isso, as décadas passadas foram marcadas por projetos conjun-



Viana, em mais uma tratativa formalizada com os chineses: Apex abriu seu escritório na China em 2009, e desde então foram fortalecidos os laços de comércio e investimentos.

tos em áreas como agricultura, tecnologia e energia, contribuindo para o crescimento sustentável global.

A ApexBrasil abriu seu primeiro escritório na capital do país em 2009, mesmo ano em que a China se tornava o principal parceiro comercial do Brasil. A partir daí, foram inúmeros projetos e ações fortalecendo os laços de comércio e investimentos, construindo pontes entre as empresas brasileiras e chinesas. O crescimento de nossas iniciativas conjuntas nos levou a instalar um novo escritório em Xangai.

Hoje, celebramos os frutos dessa parceria sólida. As trocas comerciais alcançaram patamares históricos, refletindo a complementaridade de nossas economias. Setores como agricultura, mineração e infraestrutura receberam investimentos expressivos, impulsionando o desenvolvimento e gerando empregos em ambas as nações.

Em 2023, o fluxo de comércio entre Brasil e China teve valor recorde, totalizando US\$ 157,5 bilhões. Nesse contexto, a China não só foi o maior destino das exportações do Brasil, mas também o maior fornecedor de suas importações. O Brasil é o principal exportador de soja, carne bovina, celulose, açúcar e frango para o mercado chinês, ao passo que a China é a maior fornecedora de componentes eletrônicos, autopeças, compostos organo-inorgânicos e equipamentos de telecomunicações do mercado brasileiro. Existe, portanto, uma relação comercial simbiótica entre os dois países.

Esse interesse dos exportadores brasileiros pela China se reflete nas atividades da ApexBrasil. A agência

tem 19 projetos setoriais com foco no mercado chinês, abrangendo uma ampla variedade de complexos produtivos, como moda, casa e construção e alimentos, bebidas e agronegócios. São diversas ações de apoio ao empresariado brasileiro, incluindo a prospecção, abertura e consolidação do mercado da China para as exportações brasileiras, assim como a promoção de imagem dos produtos brasileiros perante o consumidor chinês.

É importante destacar, porém, que a parceria econômica sino-brasileira não se restringe à seara comercial. A China é o maior investidor asiático no Brasil, com estoque de investimento estrangeiro direto (IED) de mais de US\$ 37 bilhões. Entre os principais projetos chineses anunciados no Brasil, há diversos investimentos sustentáveis, incluindo montadoras de veículos elétricos e uma fábrica de componentes de painéis fotovoltaicos. Há, também, importantes projetos de infraestrutura liderados por empresas chinesas, como o projeto do monotrilho de Salvador.

As relações entre Brasil e China passam hoje por um momento especial. O retorno da diplomacia presidencial do presidente Lula – e, portanto, do protagonismo brasileiro no cenário internacional –, sua excelente relação com o presidente Xi Jinping e a reabertura da China após a pandemia marcaram a retomada dessas relações econômicas com novas agendas e desafios globais. Entre eles, a mudança climática, a questão do aquecimento global, as profundas modificações que a tecnologia imputa à sociedade e, sobretudo,



a paz. Nesse último quesito, é importante ressaltar o papel de Brasil e China e seus esforços para promover a estabilidade geopolítica de suas regiões.

Um futuro desafiante e promissor

Juntos, os dois países caminham para um futuro repleto de desafios, mas também promissor, que poderá inaugurar uma era de oportunidades ainda mais amplas. A cooperação em inovação tecnológica, energias renováveis e ciência promete levar nossa parceria a patamares inéditos. Com nossa parceria, enfrentaremos a nova agenda global, buscando soluções que, sabemos, transcendem as fronteiras nacionais.

Brasil e China encontram-se no limiar de uma nova era, impulsionada pela inovação tecnológica. A transformação digital tem sido um catalisa-

dor de novas oportunidades de colaboração, abrindo portas para avanços em inteligência artificial, internet das coisas e 5G. A cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento vem se intensificando, e instituições acadêmicas e empresas de ambos os países unem forças para impulsionar descobertas e avanços tecnológicos. Projetos conjuntos em áreas como ciência da computação, biotecnologia e nanotecnologia têm fortalecido os laços científicos.

A urgência das questões ambientais, por sua vez, coloca Brasil e China em posição crucial para liderar a transição global para energias renováveis e práticas sustentáveis. Ambos os países têm vastos recursos naturais e expertise em energias limpas, proporcionando base sólida para parcerias estratégicas. Investimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita o centro de pesquisa e desenvolvimento da Huawei, empresa de tecnologia que atua há 25 anos no Brasil. Em Xangai, abril de 2023.

conjuntos em projetos de energia solar, eólica e hidrelétrica têm potencial não apenas de impulsionar nossas economias, mas também de abordar desafios críticos relacionados às mudanças climáticas.

A transição para uma economia verde é crucial para enfrentar os desafios do século XXI. Brasil e China têm o potencial de liderar esse movimento, explorando oportunidades em setores como agricultura sustentável, preservação ambiental e gestão de resíduos. A colaboração em tecnologias verdes e práticas sustentáveis impulsionará nossas economias e promoverá um futuro mais saudável. Também a busca por combustíveis sustentáveis é uma prioridade global, e nossa cooperação pode ser ampliada para desenvolver e implementar tecnologias inovadoras em biocombustíveis e energia renovável, acelerando a transição para fontes de energia mais limpas e reduzindo nossa dependência de combustíveis fósseis.

O intercâmbio cultural e educacional também vem desempenhando papel vital na construção do entendimento mútuo entre nossos povos. Programas de intercâmbio estudantil, eventos culturais conjuntos e colaborações acadêmicas têm fortalecido os laços culturais entre Brasil e China, enriquecendo nossas sociedades. A diversidade de perspectivas e experiências proporcionada por essas iniciativas contribui para uma compreensão mais profunda e empática entre nossos cidadãos. A cultura é uma ponte que conecta corações e

mentes, transcende barreiras linguísticas e promove uma apreciação mútua de nossas tradições e valores.

Brasil e China também têm desempenhado papéis proeminentes diante de desafios globais, trabalhando juntos para enfrentar questões como pandemias, segurança alimentar e governança global. São parcerias estratégicas fundamentais para a construção de um futuro mais justo. Diante de questões complexas, a diplomacia do Brasil e da China se destaca como exemplo de cooperação eficaz, sempre buscando abordagens multilaterais, baseadas em princípios que pregam a construção de um sistema internacional mais equitativo e sustentável.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que a colaboração entre os dois países no contexto do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é fundamental para fortalecer as nações em desenvolvimento na geopolítica global. Brasil e China, como membros influentes do BRICS, vêm trabalhando em conjunto e ainda vão contribuir muito mais para um sistema global mais justo e inclusivo.

Neste aniversário significativo, portanto, olhamos para o futuro e reiteramos nosso compromisso com uma parceria equitativa e mutuamente benéfica para os nossos povos, mas também fundamental para todo o mundo, tendo a ApexBrasil integralmente engajada nessa agenda. Unidos, Brasil e China estão prontos para trilhar uma jornada de prosperidade compartilhada nos próximos 50 anos – e, certamente, mais além.



Jerônimo Rodrigues

Professor, engenheiro agrônomo e político brasileiro. Governador do estado da Bahia desde 2023.

Parceria por um mundo sustentável, solidário e justo

Nesse cenário de cooperação, a Bahia já atende a mais de 20% do comércio bilateral Brasil-China.

A celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China não é apenas um marco histórico de colaboração e entendimento, mas também a abertura de um horizonte de possibilidades e cooperação entre as duas nações. Essa parceria transcende as fronteiras tradicionais, oferecendo uma plataforma para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

A China, com uma população de 1,4 bilhão e um PIB de aproximadamente R\$ 88,79 trilhões, é o principal parceiro comercial do Brasil, com um comércio bilateral que atingiu cerca de R\$ 785,77 bilhões. Nesse contexto, a Bahia desempenha um papel significativo, representando 21,2% do comércio bilateral entre Brasil e China, com um volume de cerca de R\$ 20,95 bilhões. Destaca-se principalmente a exportação de soja, que compõe 58,5% das vendas baianas para o gigante asiático. A diversidade dos produtos exportados pela Bahia, que inclui, além da soja, milho, minério de ferro, cobre, algodão, café, celulose, ferroligas e minerais metálicos e não metálicos,

aponta para um vasto leque de oportunidades no mercado chinês.

Em abril de 2023, liderei uma missão comercial à China e pude ver de perto sua impressionante pujança do país. Realmente, é um exemplo para as nações do mundo. Conversamos com vários empresários, com resultados promissores que já se transformam em investimentos em nosso estado.

Grupos como o Goldwind, Sinoma Blade e CGN Brazil Energy, que atuam na montagem de equipamentos e na produção de energia eólica e fotovoltaica, já estão com operações no Brasil, fortalecendo o protagonismo baiano na geração de energias limpas. Com a Huawei, que já oferece soluções para as áreas de segurança pública e educação, estamos trabalhando em uma cooperação, envolvendo a Universidade Federal da Bahia, para o melhoramento genético em espécies agrícolas para que suportem o clima semiárido.

Também fizemos acordos profícuos com a BYD. A gigante global na fabricação de veículos movidos a energia limpa está investindo R\$ 3 bilhões para erguer um complexo indus-

trial em Camaçari, Bahia. O projeto contempla três linhas de produção focadas em chassis para ônibus e caminhões elétricos, uma variedade de veículos de passeio elétricos e híbridos, além de uma linha dedicada ao processamento de materiais essenciais, como lítio e ferro fosfato. A expectativa é que, ao final de 2024 ou início de 2025, a planta comece a operar com uma capacidade inicial de produzir aproximadamente 150 mil veículos anualmente. Essa iniciativa deve gerar cinco mil novos empregos e também estabelecerá um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Salvador, focado no avanço de tecnologias sustentáveis, como o motor híbrido que alia o etanol à eletricidade. E com o consórcio formado pelos grupos CR20 e China Communications Construction Company finalizamos detalhes para o início das sondagens estruturais do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Itaparica, que já estão acontecendo. Será um novo vetor de distribuição de renda a impulsionar a economia de toda a Bahia, com geração de sete mil empregos. Serão contemplados 10 milhões de baianos em cerca de 250 municípios, tendo como obra principal uma ponte de 12,4 km sobre a Baía de Todos os Santos. Esse grande investimento vai fomentar o desenvolvimento econômico a partir da atração de novos empreendimentos em áreas como logística, indústria, comércio, serviços e mercado imobiliário. O novo sistema irá também impulsionar de maneira sustentável o turismo na Bahia e represen-

tará R\$ 9 bilhões de investimento.

Também estamos empolgados com a parceria mantida com a Academia de Pesquisas Macroeconômicas de Shandong, tendo como objeto um estudo colaborativo para explorar as potencialidades econômicas e de negócios que surgiriam a partir da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e sua conexão com o complexo portuário da Baía de Todos os Santos. Esse estudo visa identificar oportunidades de novos negócios e atração de cargas que beneficiem tanto a economia da Bahia quanto a economia chinesa, alavancando a posição estratégica do estado como um novo ponto de acesso aos mercados brasileiro e latino-americano.

Sem esquecer da parceria entre o Instituto Confúcio e a Universidade Federal da Bahia para o ensino da língua e da cultura chinesas. Uma cooperação entre o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação da mesma universidade e a BYD oferecerá cursos técnicos aos universitários.

A parceria entre a Bahia e a China é um testemunho do poder da cooperação internacional e do desenvolvimento mútuo. A colaboração contínua promete não apenas reforçar os laços econômicos e culturais, mas também pavimentar o caminho para avanços significativos em tecnologia, sustentabilidade e bem-estar social. Com espírito de respeito mútuo e objetivos compartilhados, antecipamos um horizonte cheio de oportunidades enriquecedoras para a Bahia e para a China, marcando um capítulo vibrante da nossa história conjunta.



Elmano de Freitas da Costa

De Baturité (CE). Formou-se advogado na Universidade Federal do Ceará (UFC). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1989, eleger-se deputado estadual duas vezes. Atualmente, é governador do Ceará, comprometido com o progresso do estado.

Meio século de laços diplomáticos: o Ceará na vanguarda da parceria Brasil-China

A parceria entre o Ceará e a China é um exemplo brilhante de como a colaboração internacional pode impulsionar um crescimento econômico e social.

A relação entre Brasil e China, que se desenha como uma verdadeira tapeçaria de interações diplomáticas, sociais e econômicas, é um exemplo emblemático de como nações de continentes distintos podem forjar uma aliança mutuamente benéfica. Desde o seu estabelecimento, essa parceria tem evoluído de maneira notável, refletindo as mudanças geopolíticas e econômicas globais e exercendo influência no desenvolvimento de ambos os países.

Após um hiato nas relações diplomáticas entre o Brasil e a China, um acordo bilateral em 1974 marcou a retomada e normalização desses laços. Assim, o 15 de agosto de 1974 se tornou um marco significativo, inaugurando uma era de cooperação intensa e diálogo político entre as duas nações.

A inauguração das embaixadas em Brasília e Pequim simbolizou um esforço conjunto para fortalecer as relações internacionais e a influência global de ambos os países. Este movimento foi precedido por importantes

transformações internas e globais.

A decisão de fortalecer as relações diplomáticas foi, assim, o culminar de um processo influenciado por dinâmicas políticas e econômicas, evidenciando a importância de uma cooperação bilateral mais profunda. Destaca-se, de maneira particularmente auspiciosa, a consolidação das raízes de um acordo de irmandade entre o Ceará e a China. Esse pacto teve início em 1996, no Ceará, quando o atual presidente da China, Xi Jinping, na época vice-governador da província de Fujian, assinou um protocolo de intenções. Esse acordo adquiriu uma significância especial com a ascensão de Xi Jinping à liderança nacional. A atuação do Ceará nesse contexto ilustra o papel vital de entidades subnacionais na diplomacia e no comércio internacionais, mostrando que parcerias estratégicas são essenciais para o desenvolvimento regional e a globalização.

No âmbito econômico, a cooperação entre o Brasil e a China é um pilar

robusto dessa aliança, sendo a China o maior parceiro comercial do Brasil. O Ceará desempenha um papel relevante nesse intercâmbio, especialmente pelo enorme potencial de energia renovável, evidenciado pela presença de empresas chinesas no estado, como Eletra Energy (grupo Hexing), Power China, CGN Energy International Holdings Co. Limited e State Power Investment Corporation. Essas empresas não apenas contribuem para a economia local, mas também representam fontes de inovação e tecnologia avançada.

O relacionamento interpessoal, fundamental para relações duradouras entre estados e províncias e entre nações amigas, vai além do comércio. A cooperação social e cultural entre o Ceará e a China intensificou-se, com programas de intercâmbio educacional e cultural promovendo uma maior compreensão mútua e troca de experiências.

Além da relação bilateral entre estado e província, o Brasil e a China compartilham outra conexão especial por meio do BRICS. Ambos foram sedes de cúpulas do BRICS – a do Brasil em Fortaleza e a da China em Xiamen. A Cúpula do BRICS em Fortaleza resultou na decisão de estabelecer o Novo banco de Desenvolvimento, o banco do BRICS, uma das principais iniciativas concretas e pragmáticas desses países. Nós, cearenses, temos muito orgulho de termos participado dessa história.

O Ceará destacou-se como um dos primeiros estados brasileiros a produzir hidrogênio verde, um marco al-

cançado por meio da EDP Energias do Brasil S.A., empresa em que a China Three Gorges Corporation é a maior acionista individual. Essa conquista reforça o protagonismo do Ceará no mercado emergente de energias renováveis. Curiosamente, Fujian, nosso estado irmão na China, também demonstra forte inclinação para a utilização de energias renováveis e hidrogênio verde. Essa afinidade cria um terreno fértil para a colaboração, especialmente considerando o interesse crescente de empresas chinesas atuantes nesses setores em Fujian, explorando oportunidades de investimento no Ceará.

Projetando nosso olhar para o futuro no dinâmico cenário mundial do século XXI, onde a China desempenha um papel crucial na economia global, com um crescimento econômico impressionante e iniciativas ambiciosas como a Belt and Road Initiative, o Ceará se destaca como um parceiro estratégico para um futuro sustentável e promissor. Esta parceria deve se alinhar especialmente com as áreas estratégicas e prioritárias de desenvolvimento chinês, abrangendo setores relevantes como infraestrutura, transição energética e transformação digital.

Em minha recente visita ao Parque Eólico Offshore Três Gargantas, um verdadeiro símbolo de inovação e colaboração internacional, pude observar diretamente o impacto de um investimento voltado para infraestrutura sustentável. O Parque Eólico Offshore Três Gargantas é um exemplo emblemático de como a tecnologia pode ser



Complexo solar de Panati, no Ceará, construído pela State Power Investment Corporation (SPIC), empresa chinesa do setor elétrico.

empregada para gerar energia de maneira limpa e renovável, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o combate às mudanças climáticas. A magnitude e a eficiência desse projeto são testemunhos do potencial que a energia eólica offshore possui, especialmente quando consideramos a urgente necessidade de transição para fontes de energia mais sustentáveis. Essa visita ganha relevância no contexto da transição energética do Ceará, que já se destaca pelo grande potencial de geração de energia por fontes renováveis, representado por uma matriz energética composta em 90% por fontes limpas, e agora busca novos parceiros e investidores para o desenvolvimento de projetos de energia eólica offshore.

Atualmente, o Ceará mantém acordos de cooperação com gran-

des empresas da cadeia de energia renovável da China, visando investir e implementar projetos inovadores em áreas como a produção de hidrogênio, amônia, metanol e etanol verdes. Adicionalmente, memorandos de entendimento foram assinados com empresas chinesas renomadas, como Mingyang e Goldwind. Essas parcerias não só são estratégicas para o avanço tecnológico, mas também para a geração de empregos, marcando um passo significativo na direção do desenvolvimento sustentável e da inovação tecnológica no estado. Essas iniciativas reafirmam o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável e o posicionam como um polo central de inovação e tecnologia no setor de energias renováveis.

No tocante à transformação digital,

a presença da Huawei, uma gigante tecnológica chinesa, no Ceará, focada em projetos que abrangem desde infraestrutura até a vanguarda da transformação digital, é um testemunho do dinamismo e da capacidade de adaptação do estado no cenário global. Essas iniciativas são promissoras não apenas para o desenvolvimento econômico, mas representam um passo significativo em direção a um futuro mais sustentável e tecnologicamente avançado.

A parceria entre o Ceará e a China é um exemplo brilhante de como a colaboração internacional pode impulsionar um crescimento econômico e social, ao mesmo tempo em que aborda questões cruciais como sustentabilidade, inovação tecnológica e inclusão social, um grande desafio do

nosso governo. Ao celebramos os 50 anos de reestabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, olhamos com esperança para os próximos 50 anos, antecipando um cenário de crescimento e avanços extraordinários para ambas as nações.

Essa parceria estratégica promete benefícios econômicos e também avanços significativos para as sociedades de ambos os países, com um forte foco no desenvolvimento abrangente e acessível. Brindemos, então, a um futuro onde essa colaboração continue florescendo, trazendo prosperidade, inovação e oportunidades equitativas para o Ceará, para o Brasil e para a China, garantindo que todos os segmentos da sociedade se beneficiem e contribuam para este crescimento compartilhado.



**Sérgio
Castanho
Teixeira
Mendes**

Ocupa, atualmente, o cargo de diretor geral da Anec – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – e da Anea – Associação Nacional dos Exportadores de Algodão. Representa essas duas entidades na Câmara Temática de Logística e a Anec na Câmara Temática da Soja, do Ministério da Agricultura.

50 anos das relações diplomáticas Brasil e China: cooperação e respeito mútuos

A China milenar e o Brasil tropical representam dois países emergentes com grande potencial para expandir e influenciar a evolução pacífica do globo.

Para a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) é uma grande honra participar das comemorações dos 50 anos das relações diplomáticas sino-brasileiras. A China milenar e o Brasil tropical representam dois países emergentes de grande potencial para expandir e influenciar a evolução pacífica do globo. Nos últimos 50 anos, as relações entre os dois países passaram por diversas fases e desafios sociais e econômicos, mas sempre mantiveram a convivência cooperativa e de respeito mútuo.

O setor exportador de grãos representado pela Anec vem acompanhando de perto os avanços pujantes do comércio bilateral dessas nações.

De um lado, o Brasil na condição de grande fornecedor de produtos agrícolas para a China, como soja, milho, algodão e carne. De outro, a China entre os principais investidores no Brasil, com projetos importantes nos setores de infraestrutura, energia, mineração e tecnologia. Essa complementaridade econômica

contribui para a segurança alimentar e sustentável das suas populações.

O Brasil se destaca como um dos principais fornecedores de soja para a China, atendendo à crescente demanda por alimentos no gigante asiático. Historicamente, o país importa, em média, 70% da soja brasileira. No último ano essa relação comercial trouxe ao Brasil uma receita estimada em US\$ 38,9 bilhões.

Em 2022, outro importante marco estreitou as relações sino-brasileiras. Foi assinado o protocolo que permite a exportação de milho brasileiro para a China. A partir disso, ainda em novembro de 2022, as exportações tiveram início, sendo que no ano seguinte a China superou os demais importadores e foi o principal destino do cereal, trazendo ao Brasil US\$ 3,6 bilhões.

Somente em 2023, foram exportados US\$ 104,3 bilhões ao país, ao mesmo tempo, importamos US\$ 53,2 bilhões em produtos chineses. A participação da soja na pauta de exporta-

ção representou 37%, e o milho, 3,5% das exportações totais ao país.

Essa interdependência comercial fortaleceu os laços entre os dois países, resultando em uma cooperação mútua que se estende para além do setor agrícola.

Além do comércio e dos investimentos, a China e o Brasil cooperam também para ampliar as áreas globais de ciência, educação e tecnologia. Membros do BRICS, do G20 e de outras organizações multilaterais, os dois países defendem o multilateralismo, a paz e a solidariedade internacional.

Graças ao processo de modernização da China, foram estabelecidas novas oportunidades para aprofundar esta parceria bilateral. Ao implementarem reformas estruturais para melhorar a qualidade do crescimento econômico, estimular a pesquisa em inovação e o consumo interno, os chineses promoveram um salto na abertura e integração com o mundo.

Para o Brasil, o reflexo foi o surgimento de novas demandas para a diversificação das exportações de produtos com

alto valor agregado e atração de investimentos chineses expressivos.

Neste contexto, destacamos a Iniciativa Cinturão e Rota do governo chinês, que completou uma década. Trata-se de um dos maiores programas de comércio internacional do mundo e um grande avanço da China na configuração geopolítica mundial. O Brasil ainda não faz parte da iniciativa, mas, ao que parece, a adesão é uma questão de tempo.

Com o fortalecimento do diálogo político, econômico e cultural, Brasil e China convergem planos e semeiam confiança recíproca baseada no respeito e na amizade. A celebração dos 50 anos de relações diplomáticas marca ocasião propícia para refletir sobre o passado, avaliar o presente e planejar o futuro dessa parceria de sucesso.

Como representante do setor de exportação de grãos, a Anec reafirma o compromisso de sustentar cada vez mais os laços sino-brasileiros. Esses passos básicos são fundamentais para o desenvolvimento dos nossos países e a construção de um mundo mais justo, pacífico e próspero.



Alexandre Pedro Schenkel

Foi presidente da Cooperativa dos Produtores de Campo Verde (Cooperverde) e da Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Agronegócio (Comdeagro), assim como diretor-administrativo da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT). Na defesa da cotonicultura, foi presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), do Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt) e do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e é presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), biênio 2023/2024.

China, parceira estratégica para o algodão brasileiro

Manter o diálogo e a cooperação e avançar em parcerias benéficas para os dois países é a diretriz que tem pautado a relação bem-sucedida entre o setor do algodão brasileiro e a China.

Nos últimos 50 anos, as relações entre Brasil e China no setor agrícola, especialmente no que diz respeito a alimentos e fibras, têm desempenhado um papel significativo no comércio internacional e na economia de ambos os países. A China, como um dos maiores importadores mundiais de commodities agrícolas, tem sido um parceiro crucial para o Brasil, que é um dos principais exportadores globais de produtos agrícolas.

O aumento do intercâmbio comercial Brasil-China no setor de agronegócios remonta à década de 1970, quando a China começou a se abrir para o comércio exterior e expandir sua base industrial. O ano de 1974 é marcado pela criação das Embaixadas da China em Brasília e do Brasil em Pequim. No entanto, será a partir dos anos 1990 que haverá um aumento significativo no comércio de commodities agrícolas entre os dois países, impulsionado principalmente pela complementaridade entre o crescimento econômico chinês – especialmente de sua indústria – e a disponibilidade brasileira de alimentos e fibras.

Especificamente com o algodão, a China se tornou um importante parceiro estratégico comercial para o Brasil devido a uma série de fatores. O pri-

meiro é a demanda crescente por matérias-primas para sua pujante indústria têxtil, em volumes que requerem uma quantidade da pluma para além do que é cultivado internamente. Outro fator é a capacidade brasileira de produzir de forma responsável e fornecer algodão de alta qualidade, durante todos os meses do ano, cumprindo com a regularidade nos aspectos mercadológicos que o setor têxtil chinês demanda.

A exportação de algodão brasileiro para a China cresceu significativamente nas últimas duas décadas. Nos anos 2000, a China se tornou o destino principal das exportações brasileiras de algodão, com um aumento constante ano após ano. Dados históricos mostram um aumento acentuado dessas exportações, especialmente a partir de meados dos anos 2000, quando a China buscou diversificar suas fontes de suprimento e garantir acesso a matérias-primas confiáveis para sua indústria têxtil em constante expansão. A partir de 2010, ano em que o Brasil estabeleceu os números de produção para cerca de 2 milhões de toneladas/ano, as relações comerciais evoluíram de forma constante e sustentável.

Nos últimos 10 anos, o Brasil aumentou a exportação de algodão para



Abrapa recebe a delegação da Chinatex, trading estatal chinesa com foco na indústria têxtil, que veio ao Brasil para conhecer a produção brasileira de algodão. Agosto de 2023.



a China em praticamente cinco vezes, saindo de 91 mil toneladas em 2014 para 431 mil em 2023. Para a temporada comercial 2023/24, período que corresponde a agosto de 2023 a julho de 2024, os números já confirmam o recorde histórico de pouco mais de 860 mil toneladas da fibra brasileira exportadas para o país asiático até janeiro de 2024.

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) desempenhou um papel ativo no fortalecimento das relações comerciais sino-brasileiras, com ênfase no setor de algodão. Uma das principais iniciativas foi a realização de missões comerciais internacionais, nas quais a China sempre teve destaque. Seja levando comitivas de exportadores brasileiros para o país, a partir de 2015 com a chamada “Missão Vendedores”, seja trazendo compradores chineses ao

Brasil, com o início das “Missões Compradores” a partir de 2015.

Entre as metas, a Abrapa visava intensificar o relacionamento comercial e institucional entre os países e também mostrar o modo de produção e a qualidade do algodão brasileiro. Nesses nove anos, cotonicultores abrem as portas de suas propriedades para receber os parceiros chineses, compartilhando o cotidiano da fazenda, os cuidados agrônômicos e as boas práticas de cultivo e beneficiamento responsável.

Essa transparência no relacionamento tem permitido uma compreensão mais profunda da capacidade de produção do Brasil e das práticas sustentáveis adotadas pelos agricultores brasileiros. Também tem sido útil para fortalecer os laços comerciais e estabelecer parcerias de longo prazo. Hoje, os importadores e uma grande parcela da indústria têxtil

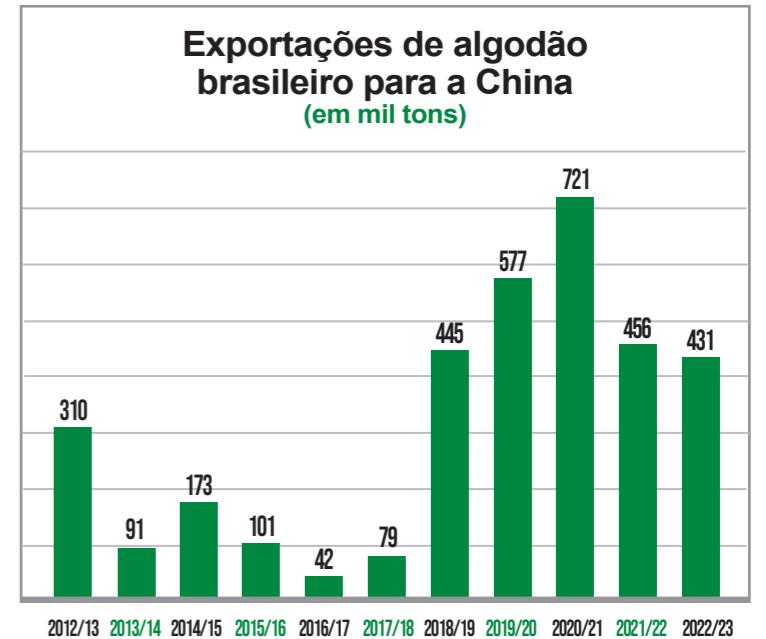
e dos órgãos de controle de chineses têm acesso direto ao produtor brasileiro, obtendo informações atualizadas e fazendo a rastreabilidade do algodão gratuitamente, online, em tempo real e com alta confiabilidade.

Com base nessa parceria de longa data e nas iniciativas empreendidas pela Abrapa, o comércio de algodão entre Brasil e China fortaleceu-se ainda mais, crescendo de forma sustentável ao longo das últimas duas décadas e estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento futuro do agronegócio entre os dois países.

Em abril de 2021, por exemplo, foi estabelecida parceria entre Abrapa e China Cotton Association (CCA), a partir da assinatura de um memorando de entendimento que formaliza os esforços conjuntos na aproximação ainda maior entre os cotonicultores representados pela Abrapa e o mercado industrial têxtil chinês reunido na CCA.

Outro exemplo da relação de confiança entre ambas as nações e da prioridade estratégica dada pelo Brasil à China no mercado do algodão ocorreu em abril de 2023. O Programa de Qualidade do Algodão Brasileiro (PQAB) – certificação oficial do governo brasileiro para atestar a qualidade da pluma nacional – foi lançado em primeira mão para o mercado chinês durante o Industry Development Conference, evento realizado pela China National Cotton Exchange (CNCE), em Pequim.

Uma comitiva técnica formada por lideranças da Abrapa, pelo próprio ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, Carlos Fávaro, e por técnicos do ministério, apresentou para a



Fontes: USDA PS&D, ABARES, COMEXSTAT

agência chinesa de Inspeção e Quarentena, em detalhe, o funcionamento do programa oficial. Com o objetivo de aumentar as garantias de qualidade e, com isso, agilizar os trâmites da exportação do produto, o PQAB também foi apresentado para executivos e técnicos da Chinatex Corporation e da China National Cotton Group Corporation (CNCGC) na ocasião.

Manter o diálogo e a cooperação e avançar em parcerias benéficas para os dois países é a diretriz que tem pautado a relação bem-sucedida entre o setor do algodão brasileiro e a China. A complementaridade entre as necessidades chinesas por matérias-primas e a capacidade brasileira de produzir e fornecer esses produtos de alta qualidade tem gerado uma parceria mutuamente benéfica, impulsionando o desenvolvimento do setor de agronegócio e fortalecendo os laços econômicos sino-brasileiros.



**Francisco
Gomes Neto**

Presidente & CEO da
Embraer S.A.

A Embraer na China: uma história de parceria e cooperação e um futuro de crescimento conjunto

A presença há mais de 20 anos na China, o pioneirismo na parceria industrial com a indústria local e os esforços para renovar os termos de uma cooperação ampla atestam o compromisso da Embraer com o desenvolvimento do setor aeronáutico chinês.

As relações comerciais no setor aeronáutico e a cooperação entre a Embraer e a indústria aeronáutica chinesa possuem uma dimensão estratégica para o fortalecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, que em 2024 comemoram 50 anos desde seu estabelecimento. Esse fato foi reconhecido e consolidado na Declaração Conjunta dos Chefes de Estado na ocasião da cúpula entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping em abril de 2023. A declaração reconhece a importância do intercâmbio estratégico no setor, ao mesmo tempo que os países concordaram em reforçar o diálogo nessa área e promover ampla cooperação industrial. A declaração ainda saúda a parceria entre a Embraer e companhias aéreas chinesas.

Com base nessa visão estratégica entre os governos que a Embraer desenvolveu sua história de cooperação e sucesso com a China, que completa no ano que vem um quarto de século. Esse artigo descreve rapidamente as etapas dessa trajetória

e explicita os fatores que impulsionam a estratégia da empresa no país.

O histórico de cooperação da Embraer com a China

A história da Embraer na República Popular da China começa em 2000, com a exportação de uma aeronave ERJ-145 para a empresa aérea chinesa Sichuan Airlines. No mesmo ano, a fabricante brasileira inaugura, em Pequim, seu primeiro escritório.

Naquela época, a China já havia montado – em poucas décadas – um parque industrial diverso e sofisticado, que habilitaria a sua economia e suas empresas a absorver os benefícios de parcerias como a que a Embraer viria a estabelecer nos seus primeiros anos no país.

De fato, apenas três anos depois, a Embraer firmou com a AVIC II, importante indústria aeronáutica chinesa, uma joint-venture para o estabelecimento, em Harbin, de uma linha de montagem final das aeronaves ERJ-145. A joint-venture, nomeada Harbin Embraer Aircraft



Indústria brasileira na China: modelos da Embraer na Exposição BRICS sobre a Nova Revolução Industrial em Xiamen.

Industry Co. Ltd. (HEAI), foi a primeira parceria industrial entre um fabricante ocidental e a China no setor aeronáutico.

Paralelamente, a presença da Embraer no país se intensificou, por meio da venda de jatos comerciais da família E-Jets com a entrega do primeiro E-190 à Grand China Express em 2008. Com o crescimento da presença da frota Embraer na China, a empresa estabeleceu, em 2010, uma subsidiária em Pequim, com funções mais amplas, incluindo equipes dedicadas de recursos humanos, financeiros, vendas, comunicação, marketing e serviços ao cliente.

A parceria com a AVIC II se estendeu até 2016, tendo sido entregues no período 46 aeronaves – inclusive cinco aeronaves executivas Legacy 650 –, cuja montagem final foi efetuada na unidade de Harbin. As aeronaves ERJ-145 e Legacy 650 seguem os mesmos padrões de qualidade daquelas produzidas pela Embra-

er no Brasil, garantindo aos clientes altos níveis de confiabilidade, desempenho e baixos custos operacionais.

Com a maturidade desses programas ao longo da década de 2010 e com a falta de novos pedidos por essas aeronaves no país, a joint venture encerrou suas atividades em 2016. Durante esses 13 anos, a HEAI foi essencial para solidificar a cooperação Sul-Sul entre Brasil e China em projetos de alta tecnologia e valor agregado, fato esse que foi reconhecido e apoiado em múltiplos encontros de governo a governo. Nesse período, o ERJ-145 e os E-Jets se tornaram peça fundamental para o desenvolvimento da aviação regional no país asiático, totalizando mais de 200 aeronaves entregues no país.

Desde então, a Embraer se mantém totalmente comprometida em atender seus clientes no país, contando com um escritório corporativo em Pequim e uma

importante rede de serviços e apoio à operação de seus clientes.

Atualmente, visando um novo ciclo de crescimento e exportações, a Embraer tem envidado esforços para estabelecer uma parceria ampla e estratégica com atores da indústria aeronáutica chinesa.

Um novo ciclo de crescimento e parceria

A presença há mais de 20 anos na China, o pioneirismo no estabelecimento de uma parceria industrial com a indústria local e os esforços para renovar os termos de uma cooperação ampla com atores da indústria chinesa são elementos que atestam o compromisso da Embraer com o desenvolvimento do setor aeronáutico naquele país. O objetivo da Embraer vai, portanto, além do interesse comercial de acesso ao mercado chinês, mas se expande pelo interesse em uma parceria mais ampla com transferência de tecnologia em projetos conjuntos. A Embraer tem mais de 50 anos de experiência aeronáutica, mais de 8 mil aeronaves entregues e clientes operando em mais de 100 países no mundo.

E a estratégia da empresa brasileira não poderia ser diferente. O setor aéreo chinês está em vias de se tornar o maior do mundo, tendo em vista características como o vasto território do país, crescimento econômico e as dificuldades de acesso a regiões remotas, bem como o grande potencial de crescimento de acesso da população ao transporte aéreo.

No caso do segmento em que operam as aeronaves da Embraer – jatos –, de corredor único, com capacidade para 100 a 150 passageiros – esse segmento necessitará de até 1.300 novas aeronaves

dessa categoria nos próximos 20 anos.

A Embraer percebe nesse potencial oportunidades para retomar sua cooperação e fornecimento de aeronaves para a China, visando atender uma demanda doméstica que cresce de forma acelerada.

Por outro lado, a Embraer não ignora que o crescimento da demanda doméstica é também uma grande oportunidade para o desenvolvimento da capacitação industrial e tecnológica do país. Com isso, a Embraer tem avançado em um diálogo com parceiros chineses para um amplo esquema de cooperação na esfera industrial e de provisão de serviços especializados que possa contribuir com esse objetivo do país.

Considerando suas características, os E-Jets E2, nova família de jatos comerciais da Embraer, representam uma excelente oportunidade de complementação das aeronaves comerciais fabricadas pela indústria chinesa. De fato, as aeronaves brasileiras e chinesas se complementam perfeitamente. Enquanto a Comac, indústria aeronáutica chinesa, oferece os modelos ARJ21 na faixa abaixo de 100 assentos e C919, acima de 150 assentos, os E-Jets E2 da Embraer possuem configurações que vão de 114 a 146 assentos. Dessa forma, as linhas de produtos e segmentos de mercado em que atuam são diversas e não concorrentes entre si, o que exclui a possibilidade de que exportações de aeronaves da Embraer afetem negativamente o espaço de mercado a ser ocupado pelos fabricantes locais. Muito pelo contrário, uma frota diversa e composta por aeronaves que preencham todos os segmentos tende a fomentar o crescimento da malha aérea e da aviação como um

todo. Neste caso específico, a aviação de 100 a 150 assentos funciona como um importante alimentador para a aviação com mais de 150 assentos, visto que as aeronaves menores levam passageiros a partir de cidades com menor densidade para os aeroportos mais centrais com maior densidade, de onde partem voos de longo curso, gerando assim um efeito positivo para o transporte aéreo do país, assim como ocorre em mercados mais maduros do mundo como Estados Unidos e Europa.

Finalmente, é importante observar que a estratégia da Embraer com a China também está alinhada com os objetivos de neoindustrialização do governo brasileiro, como recentemente apresentado no plano Nova Indústria Brasil (NIB). Como se sabe, as exportações brasileiras para aquele país estão em forte momento e crescentemente concentradas em um pequeno número de produtos agropecuários e minerais. Em função dessa característica da pauta brasileira de exportação bilateral, sucessivos governos do país têm buscado diversificar a composição dessas exportações, sobretudo favorecendo as vendas de produtos manufaturados – se possível, com conteúdo tecnológico relevante, o que é o caso das aeronaves da Embraer.

O esforço da Embraer na China vai claramente na direção de diversificação, que é importante para o fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas entre os países. O estabelecimento de um novo ciclo de cooperação industrial envolvendo a Embraer na China significará claramente um resultado de ganha-ganha para nossos dois países, tendo em vista seus interesses respectivos.

Conclusão

A presença da Embraer no mercado chinês sempre endereçou uma visão estratégica mais ampla além das exportações, reafirmando o compromisso da Embraer com o desenvolvimento do setor aeronáutico na China.

Esse projeto se estendeu por 13 anos e a Embraer tem envidado esforços para iniciar um novo ciclo, mais profundo e diversificado, de cooperação, em linha com o potencial e as características específicas do mercado chinês, bem como com os objetivos dos governos brasileiro e da República Popular da China.

A Embraer conta com o apoio do governo chinês para avançarmos nesse novo ciclo de cooperação com a indústria aeronáutica chinesa, acompanhado de maior abertura comercial para as aeronaves brasileiras, assim, complementando a oferta de aeronaves chinesas e oferecendo uma solução de frota completa e diversa para as empresas aéreas do país.

Para a China e suas empresas produtoras de aeronaves, um novo ciclo de cooperação Sul-Sul com a Embraer significaria, entre outras coisas, um movimento de diversificação de parcerias e elevado potencial das oportunidades geradas pela complementaridade entre os produtos da Embraer e os chineses.

Por fim, esse projeto estratégico de cooperação no setor aeronáutico talvez tenha sido um dos mais emblemáticos no momento em que Brasil e China completam 50 anos de relações diplomáticas e 20 anos de atividade da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN) e a empresa permanece comprometida em aprofundar os laços nesse novo ciclo de relações bilaterais que se inicia.



Eduardo Bartolomeo

Presidente da Vale desde 2019. Executivo sênior com sólida experiência em operações integradas de commodities a granel, cadeia de suprimentos e turnaround de negócios.

Vale: 50 anos de parceria com a China para um futuro compartilhado

Os últimos 50 anos testemunharam um compromisso de longo prazo e o desenvolvimento da Vale está intimamente ligado ao crescimento da China.

A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, assim como um investidor relevante no país. Essa realidade é fruto de uma relação de meio século entre ambos os países, a qual a Vale se orgulha de ter ajudado a construir.

Em 2023, a Vale completou 50 anos de uma parceria de longo prazo com a China ao comemorar o aniversário do primeiro embarque de minério de ferro para o país asiático, ocorrido antes mesmo do restabelecimento de relacionamento diplomático formal entre o Brasil e a China.

Um ano depois, o restabelecimento dessas relações demonstra como um relacionamento comercial ético e baseado no mútuo respeito pode incentivar e influenciar o relacionamento entre países.

Para viabilizar a primeira exportação de minério de ferro para a China, além de arranjos comerciais e logísticos, foi necessária coragem diante de um negócio ainda desconhecido. Ao final dos anos 1960, a Vale havia criado uma empresa em Nova Iorque, a Itaco (Itabira International Company), por meio da qual faria seus primeiros movimentos em busca da internacionalização, e foi justamente

esse escritório o responsável pela primeira venda para a China.

O pioneirismo da Vale entrou para a história do comércio internacional e deu ao Brasil o título de primeiro país do mundo a exportar minério de ferro para a China. Naquela época, as siderúrgicas chinesas consumiam apenas o minério de ferro produzido no próprio país, que atendia às necessidades locais, embora apresentasse baixo teor de ferro. O produto de alta qualidade oferecido pela Vale mudou a dinâmica industrial local ao longo das décadas, pois o desempenho produtivo com o minério exportado pela Vale era melhor.

Já em 1978, a China era o quinto maior produtor de aço do mundo. Em 1996, o país alcançou o importante marco de ser o número um em produção de aço global. Como resultado de seu desenvolvimento econômico, a partir de 2000 a China se tornou o maior consumidor de minério de ferro do mundo. Desde 2006, o maior mercado desse produto para a Vale e desde 2014 é o destino de mais de 50% do minério de ferro produzido pela companhia.

Com o maior peso na estratégia da empresa, a Vale abriu, em 1994, seu primeiro

escritório em território chinês, em Xangai. Em 2015, a Vale inaugurou seu escritório em Pequim e, em 2019, em Qingdao. Ao longo desses 51 anos, a Vale tem testemunhado o crescimento econômico da China, com papel decisivo na cooperação econômica e comercial Brasil-China.

Importante destacar que, em 1973, o PIB chinês era inferior a US\$ 140 bilhões, representando menos de 3% do PIB mundial. Atualmente, a China ocupa a segunda posição no ranking de maiores economias do mundo com um valor de US\$ 18,6 trilhões, cerca de 17% do PIB mundial.

Nós, da Vale, temos muito orgulho em fazer parte dessa história e ter contribuído para que a China alcançasse tal marco. Desde 1973, nossa exportação acumulada de minério de ferro para o mercado chinês ultrapassou a

marca de 3 bilhões de toneladas.

Os últimos 50 anos testemunharam um compromisso de longo prazo e o desenvolvimento da Vale está intimamente ligado ao crescimento da China. Guiados por esta parceria, investimos no complexo minerário S11D, no estado do Pará, que inclui mina, usina, logística ferroviária e portuária e trouxe um novo impulso ao desenvolvimento econômico e social na região. Esse empreendimento representa um marco na indústria de minério de ferro.

Introduzimos o uso de grandes navios graneleiros para o transporte do nosso minério, como os Valemax. Esse tipo de embarcação possui capacidade para transportar 400 mil toneladas de minério de ferro e sua utilização foi responsável por aumentar significativamente a efi-

O CEO Eduardo Bartolomeo, ao lado de outros líderes da Vale, propõe um brinde aos convidados do jantar comemorativo dos 50 anos da parceria Vale-China. Em Xangai, 4 de agosto de 2023.



ciência e a capacidade de transporte de minério do Brasil para a China e outros mercados. Além de proporcionar menores custos, o Valemax está entre os mais eficientes do mundo em termos de consumo de energia e emissões de carbono. Os Valemax de primeira e segunda geração podem reduzir as emissões em 35% e 41%, respectivamente, em comparação com os navios Capesize tradicionais.

Também nos orgulhamos de ser a primeira mineradora a iniciar operações de blendagem de minério de ferro em portos chineses, o que nos permite aproximar nossas minas de nossos clientes no país.

Temos o compromisso de melhorar a vida das pessoas nas regiões onde atuamos. Desde 2008, apoiamos a construção de seis escolas primárias chamadas Vale Hope Schools em parceria com a China Youth Development Foundation (CYDF). Nos últimos anos, não apenas realizamos doações adicionais para melhorar continuamente o ensino dessas instituições e as condições de vida dos alunos, mas promovemos o engajamento dos nossos colaboradores nas atividades escolares. Em 2019, fomos reconhecidos como “Contribuidor Extraordinário” pela CYDF no 30º aniversário do Projeto Hope.

Seguindo esse exemplo, vemos que a parceria da Vale com a China testemunhou significativa evolução. Hoje, essa relação extrapola os laços comerciais e é baseada no intercâmbio de inovação e tecnologia, visando atingir a descarbonização da indústria siderúrgica.

Em 2020, a China se comprometeu a atingir o pico de emissões de carbono até 2030 e a alcançar a neutralidade até 2060. O país está acelerando uma nova industrialização, impulsionada pela inovação e

baseada na economia de baixo carbono.

Na Vale, compartilhamos o compromisso com o país sobre mudanças climáticas e estabelecemos metas ousadas, incluindo a redução em 33% de nossas emissões diretas e indiretas de CO₂ (escopos 1 e 2) até 2030 e a ambição de zerarmos nossas emissões líquidas em 2050, além de buscarmos redução de nossas emissões de escopo 3 em 15% até 2035.

A siderurgia é responsável por cerca de 8% das emissões globais de gases de efeito estufa, de acordo com a World Steel Association, e é um dos setores mais difíceis de descarbonizar. A transformação do setor siderúrgico é essencial para que a China possa atingir suas metas nacionais de redução de emissões.

Nossa empresa está comprometida em contribuir com um futuro mais sustentável. Hoje, a Vale fornece alguns dos melhores mix de produtos de alta qualidade do mercado de minério de ferro, que demandam menor uso de energia no alto-forno siderúrgico, reduzindo emissões. O minério encontrado em Carajás, por exemplo, tem 67% de teor de ferro e é considerado o de melhor qualidade do planeta.

Os briquetes de minério de ferro são um marco nesse sentido: fruto de quase duas décadas de estudos, eles têm o potencial de revolucionar o setor siderúrgico, reduzindo as emissões de CO₂ em até 10% dos alto-fornos dos clientes de siderurgia.

A combinação de produtos de alta qualidade e o desenvolvimento de soluções tecnológicas próprias de baixo carbono agregam valor às exportações brasileiras de minério de ferro para a China.

O relacionamento com a China é uma via de mão dupla que possui a



Pacific Longevity Valemax acostado no Porto de Shulanghu, China.

inovação e a sustentabilidade como eixos transversais dessas interações. Atualmente, a China é também grande fornecedora de equipamentos, materiais e serviços para as áreas de mineração, infraestrutura e logística das operações globais da Vale.

Um dos exemplos recentes desse relacionamento é a presença de tecnologia chinesa em alguns de nossos projetos mais importantes de utilização de energias alternativas renováveis e mais ‘limpas’, o Sol do Cerrado, considerado um dos maiores parques de energia solar da América Latina. Com capacidade instalada de 766 megawatts-pico, equivalente à energia demandada por uma cidade de 800 mil habitantes, o empreendimento suprirá 16% de toda a energia consumida pela Vale no Brasil.

Esse projeto, somado a outros que também estão sendo executados em nossa jornada de descarbonização, contribuiu para que a meta da Vale de utilizar 100% de energia renovável no Brasil até 2025 fosse alcançada já em 2023.

A Vale entende que a verdadeira criação de valor de uma empresa está nos relacionamentos de longo prazo que ela é capaz de estabelecer com seus parceiros. Relacionamentos que vão além de contratos e acordos comerciais, que se baseiam na cooperação e no entendimento mútuo e, assim, contribuem para o desenvolvimento de pessoas e nações.

Por isso, nos orgulhamos por ter construído uma relação de respeito, confiança e amizade com nossos parceiros chineses, com um olhar, agora, para os próximos e promissores 50 anos de parceria.



Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho

É pesquisador da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Coordena o projeto “Panorama da China: economia, sociedade e relações internacionais”.



Ticiano Gabrielle Amaral Nunes

Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.

Cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e China

Presença chinesa na América do Sul é fonte de oportunidades e desafios, que demandam estratégias para evitar assimetrias e potencializar benefícios.

Nas últimas décadas, a China se consolidou como ator central nas dinâmicas políticas, econômicas e securitárias globais, com papel destacado e mesmo de liderança do ponto de vista comercial, financeiro e tecnológico. O país asiático tornou-se o principal parceiro comercial de diversos países sul-americanos, incluindo o Brasil, despontando também como investidor, financiador e construtor de obras de infraestrutura na região.

A análise do quadro geral das relações econômicas sino-brasileiras é tema relevante e instigante no âmbito da Economia e das Relações Internacionais. Ao constatar que a extroversão global das inversões chinesas combina interesses estratégicos do país e também de mercado, evidencia-se a indissociabilidade entre acumulação de riqueza e projeção de influência no exterior.

Sob este ponto de vista conceitual, fica claro que a presença da China na América do Sul, e no Brasil em particular, é fonte de oportunidades e desafios, sendo, portanto, relevante a elaboração de estratégias domésticas para reduzir as assimetrias, qualificar as relações de comércio e investimento e promover sinergias em

agendas estruturantes e centrais ao desenvolvimento brasileiro, em particular tecnologia, infraestrutura e finanças, além da sustentabilidade enquanto imperativo transversal.

Os laços comerciais e de investimento entre Brasil e China se mostram robustos e movidos por fortes relações de complementaridade. Em 2023, a China foi destino de 31% das exportações brasileiras e responsável por 52% do superávit comercial do país. O país asiático ainda foi a principal origem das importações brasileiras, totalizando US\$ 53,2 bilhões.

Os investimentos externos diretos (IED) oriundos da China cresceram de forma relevante a partir de 2010. Entre 2007 e 2022, os chineses investiram US\$ 71,6 bilhões na economia brasileira, dos quais 45,5% se direcionaram ao setor elétrico e outros 36,8% para as áreas de extração de petróleo e de minerais metálicos (Cariello, 2023). Nestes segmentos, predominaram as operações de fusão e aquisição (brownfield). Para os novos investimentos (greenfield), observa-se maior diversificação setorial.

Da perspectiva brasileira, a manutenção de um diálogo político ativo e a

construção de molduras institucionais e regulatórias são essenciais para diversificar e agregar valor às exportações, bem como para atrair investimentos de natureza greenfield, que trazem consigo possíveis implicações positivas em termos de ampliação e complexificação da estrutura produtiva.

A parceria com a China também poderia contribuir para o Brasil progredir em sua própria agenda de transição energética, dada a liderança do país asiático em tecnologias emergentes e a presença crescente de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro.

A China Three Gorges (CTG) se destaca como sendo uma das maiores geradoras do país, com capacidade instalada de 8,3 gigawatts (GW). Enquanto isso, a State Grid administra cerca de 14% do mercado de distribuição de energia e possui um dos maiores portfólios eólicos do país, além de controlar cerca de 16 mil quilômetros de linhas de transmissão. Outras empresas, como a China General Nuclear Power (CGN), estão crescentemente envolvidas na geração de energia eólica e solar, seja por meio da aquisição de ativos existentes ou pela proposição de novos empreendimentos, em especial na região Nordeste.

O aperfeiçoamento de canais institucionais de interação poderia contribuir para promover novos investimentos e construir programas de cooperação técnica, agregando atrativos para além dos fatores locais da economia brasileira e das oportunidades conjunturais de mercado. O momento, sem dúvidas, mostra-se oportuno: além da ocasião do 50º do estabelecimento das relações diplomáticas, Brasil e China têm buscado revitalizar o

diálogo político bilateral, merecendo destaque os acordos assinados na visita do presidente Lula à China, em abril de 2023, bem como estreitar a cooperação em fóruns multilaterais, em especial no BRICS+ e no G20.

O avanço da participação chinesa em projetos brasileiros de infraestrutura se tornou evidente na última década, envolvendo portos, aeroportos, estradas, ferrovias, usinas de geração e sistemas de transmissão de energia, telecomunicações, entre outros. Neste campo, sublinha-se oportunidades decorrentes do interesse de empresas chinesas em executar empreendimentos sob a modalidade de concessões e Parcerias Público-Privada (PPP).

Cabe mencionar o ingresso da China Communications Construction Company Limited (CCCC) no mercado brasileiro, principalmente em empreendimentos portuários e rodoviários. Outras companhias, como a BYD e a China Railway 20 Bureau Group (CR20), também se fixaram nos setores de infraestrutura de transportes e mobilidade urbana. Há também possibilidades de atração de investimentos e desenvolvimento de negócios no emergente setor de veículos elétricos, que apresenta significativo potencial de crescimento e que desperta o interesse das companhias chinesas, como a Great Wall Motors e a BYD.

O financiamento de infraestrutura há muito constitui um problema estrutural brasileiro e certamente a China poderia cooperar em reduzir esta lacuna. Nas dimensões da economia digital e da saúde, a parceria entre os países foi renovada devido aos desdobramentos da pandemia, pois o gigante asiático desponta como um



Giulia Marianna Rodrigues Di Marco

Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.



Marco Aurélio Alves de Mendonça

Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea.

China Three Gorges (CTG), uma das maiores usinas hidrelétricas chinesas: Brasil e China com uma agenda potencial para atuação conjunta na transição energética global e de ambos os países.



dos líderes em soluções tecnológicas para o varejo, bem como se sobressai no setor farmacêutico global.

Há evidentes oportunidades relacionadas à expansão da participação brasileira nos ecossistemas digitais da China, ao passo que o convênio estabelecido entre o Instituto Butantan e a farmacêutica Sinovac representou marco importante na cooperação sino-brasileira em matéria de saúde.

Para além do dinamismo comercial e das robustas interações movidas por impulsos de mercado, é importante a manutenção de diálogo político ativo e a construção de estratégias de longo prazo nas relações bilaterais, possibilitando contribuições para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Para tanto, é crucial o aperfeiçoamento

de molduras institucionais e regulatórias, a execução de inserção internacional ativa e a promoção de acordos de cooperação devem colaborar para diversificar e agregar de valor às exportações de ambos os países, qualificar a natureza dos investimentos, fortalecer a cooperação financeira e realizar e projetos de infraestrutura sustentável, bem como celebrar convênios em matéria de cooperação técnica.

1 - Esta é uma versão resumida do Texto para Discussão 2912 do Ipea, disponível em www.ipea.gov.br.

Referências

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil 2022: Tecnologia e transição energética. Rio de Janeiro: CEBC, 2023.

UNGARETTI, Carlos Renato; NUNES, Ticiano Amaral; DI MARCO, Giulia; MENDONÇA, Marco Aurélio. Brasil e China: um caso de geoeconomia híbrida? Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão 2912).



Elias Jabbour

Professor de Direito Internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da FGV Direito Rio. Pesquisador visitante sênior do Instituto de Cooperação e Entendimento Global da Universidade (iGCU), de Pequim.

Brasil e China e o “destino compartilhado” do Sul Global

Países têm elevado o nível das relações e da cooperação nas mais diversas áreas de atuação, desde o comércio até as grandes questões globais.

No limiar do 50^a de aniversário das relações diplomáticas entre Brasil e China, o mundo encontra-se diante de desafios novos, ameaças existenciais e, também, esperanças. A crise financeira de 2008 deixou muito claro que a financeirização e a própria globalização por ela gestada não conseguia entregar soluções aos grandes impasses da humanidade – notadamente estabilidade e desenvolvimento. Foi o canto do cisne do neoliberalismo e sua ordem. Por outro lado, China e Brasil foram parte de uma solução global que manteve a demanda e o crescimento econômico mundiais em patamares capazes de impedir o colapso da demanda global.

Já era um momento interessante. Em 2009 a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, e isso deve ser observado dentro de um processo histórico que começou no início da década de 1980, quando os dois países inauguraram as sementes do que poderíamos chamar cooperação Sul-Sul em nível elevado com o lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). Naquele momen-

to, o Brasil ainda contava com um edifício industrial grande e diversificado e já adaptado às novas tecnologias que emergiam da 3^a Revolução Industrial, e a China já era pioneira, no então Terceiro Mundo, no lançamento de foguetes e satélites. E ambos os países ainda dependiam de imagens de satélites e sensoriamento remoto gerados em outros países. O lançamento do primeiro satélite conjunto ocorreu em 1999, desde então essa cooperação continua com resultados muito animadores.

As duas ocorrências, a crise financeira de 2008 e a história de cooperação entre Brasil e China, deveriam ser melhor estudadas como forma de buscar solução aos desafios que a humanidade tem diante de si. Se a crise financeira de 2008, seguida pela pandemia de Covid-19 e as tentativas de decoupling e derisking por parte dos Estados Unidos em relação à China, colocaram em estado agonizante a globalização gestada pelas finanças e o comércio e esgarçou as cadeias globais de valor, a história de cooperação entre Brasil e China já evidenciava possibilidades que classifico

como paradigmáticas na medida em que mostravam seu potencial de superação das formas tradicionais de comércio e investimento embutidas nas chamadas relações centro-periferia.

Brasil e China atualmente têm elevado o nível das relações e da cooperação nas mais diversas áreas de atuação, desde o comércio até as grandes questões globais. Os países estão de acordo no fundamental tanto acerca do futuro a ser escolhido pelo Sul Global quanto sobre o que a contraparte chinesa chama de comunidade de destino compartilhado. Trata-se de uma chamada profecia autorrealizada e pode servir de resposta diante do recrudescimento do protecionismo dos EUA, ofensiva aberta contra a busca por soberania tecnológica por parte da China, e das operações de guerra de nova geração (“guerras híbridas”) empreendidas contra países como o Brasil – país este ainda em busca de um grande rumo para seu desenvolvimento e independência, e cujas consequências por buscar um projeto nacional autônomo são sentidas a todo momento por meio de pressão política e psicológica vindas do Norte Global. Essa profecia dita autorrealizável está tanto na globalização alternativa que a China oferece ao mundo por meio da Iniciativa Cinturão e Rota quanto nos passos significativos que o Brasil tem dado no sentido de planejar seu comércio exterior com a China, tendo como passo fundamental a decisão de efetivar as operações de comércio entre os dois países utilizando o real brasileiro e o yuan chinês.

Nesse sentido, as possibilidades estratégicas dessa forma de comerciar entre os dois países, a partir de suas próprias

moedas, além de seguir uma tendência mundial de formação, por um lado, de mercados regionais com tendência à utilização de moedas locais, por outro, é fator decisivo para a formação de um grande mercado local no Sul Global. Nesse imenso mercado local, ainda não são quantificáveis as formas de cooperação e aprofundamento que os países da região poderão experimentar. Novamente a experiência do projeto CBERS deve deixar claro como as barreiras ao processo de desenvolvimento e industrialização poderão ser superadas ao elevar as relações entre países como Brasil e China a patamares superiores – muito além do que se chama “parceria estratégica”.

Atualmente o Brasil lança as bases de sua neointustrialização, e novamente observamos um momento no qual as relações entre Brasil e China poderão ser demonstrativas de superação da antiga ordem centro-periferia. A complementaridade econômica entre os dois países poderá alterar o retrato da atual pauta de exportações e importações para algo mais ousado e que inclui cooperação nas áreas de infraestrutura e indústria verde, com a transformação das commodities brasileiras em ativos estratégicos para o salto necessário e que vai ao encontro de objetivos de longo alcance comuns a Brasil e China.

O Brasil pode ser fundamental para a consolidação da soberania chinesa em matéria alimentar e energética. Da mesma forma, o Brasil poderá lançar as bases para a reunificação de nosso território econômico com a instalação de milhares de quilômetros de trens de média e alta velocidade com patente chinesa, mas produzidos em território



Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres: potencial para elevar as relações a outro patamar

brasileiro com políticas claras de transferência de tecnologia. Um Brasil independente, reindustrializado e senhor de seu destino é peça fundamental para a realização do projeto chinês de “comunidade de destino compartilhado”. Vale dizer que, nesse sentido, temos certeza de que todos os povos da Terra, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais, caminham para uma comunidade única. Mas, certamente, essa comunidade única e de destino compartilhado não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos.

O mundo se vê diante de dois gran-

des desafios: os desafios da paz e os da emergência climática. Brasil e China são vanguarda em ambos os aspectos. O princípio da defesa da paz e da autodeterminação dos povos acompanham a trajetória de desenvolvimento de ambos os países. No âmbito do desafio climático, o Brasil é um dos líderes mundiais em matéria de utilização de energia limpa, enquanto a China é líder global nos investimentos em indústrias e fontes renováveis de energia. É irresistível apontar que o futuro indica o papel gigantesco das relações entre Brasil e China – é quase um pressuposto para o sucesso da máxima chinesa da construção de uma “comunidade de destino compartilhado”. Nunca, e em nenhum outro momento histórico, o mundo necessitou tanto do cimento das relações sino-brasileiras.



Jean R. M. Taruhn

Diplomata brasileiro, atuando na China desde 2012. Foi assessor especial do Ministério da Agricultura para temas sobre a China. Opiniões expressas são de caráter pessoal e não representam a posição oficial do MRE ou do Mapa.

Como alimentar um dragão: China e o agronegócio brasileiro – uma visão estratégica

O agronegócio brasileiro busca fortalecer a confiança mútua na relação com a China, visando garantir benefícios de longo prazo para ambos os lados.

As exportações do agronegócio brasileiro para a China consistem em um dos fluxos mais significativos e estratégicos do comércio mundial. Para o Brasil, essa relação tem sido a base de seu superávit comercial, contribuindo para a estabilidade econômica. Para a China, essas importações fortalecem sua segurança alimentar, uma questão de segurança nacional.

Há alguns anos, havia a percepção de que a China tinha clareza sobre seus objetivos na relação com o Brasil, enquanto o Brasil ainda estava buscando definir suas prioridades. No entanto, atualmente, observa-se que o setor do agronegócio brasileiro está consolidando uma estratégia sólida para essa parceria com base em três principais eixos.

Relação de longo prazo

A primeira prioridade para o agro brasileiro é garantir a resiliência da relação com a China, consolidando um relacionamento estável baseado na confiança mútua. Nesse sentido, é salutar buscar a expansão dos canais de

diálogo e de cooperação com a China, tanto no âmbito governamental quanto no privado.

Vale ressaltar que estabilidade não implica alinhamento. É fundamental que ambas as partes possam concordar ou discordar com base em uma relação de confiança, sem surpresas.

No comércio de alimentos com a China, as relações governamentais exercem maior influência do que no intercâmbio com outros países. Felizmente, Brasil e China possuem um dos mais completos mecanismos bilaterais de cooperação: a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Essa comissão abrange diversas áreas, incluindo agricultura e temas sanitários, e proporciona canais para a apresentação de demandas, solução de divergências e desenvolvimento de iniciativas de cooperação. A manutenção da regularidade das reuniões da COSBAN, assim como encontros políticos de alto nível, favorece significativamente o andamento de temas importantes para o agronegó-

cio, bem como para outros setores.

Para consolidar a relação de longo prazo com a China, o agronegócio brasileiro certamente poderia se beneficiar também de uma presença local mais robusta do setor privado brasileiro no país asiático. Isso contribuiria não apenas para aprofundar o conhecimento do mercado chinês, mas também para o desenvolvimento de relacionamentos duradouros com parceiros locais.

O número de empresas e associações do agro brasileiro com presença permanente na China ainda é mais modesto do que o volume comercial poderia indicar, especialmente em comparação com outros países fornecedores de produtos agrícolas. Associações setoriais e representações estaduais são duas alternativas eficazes de parceria que as empresas podem utilizar para iniciar sua presença na China. Entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) têm histórias de sucesso no desenvolvimento da representação do setor privado brasileiro na China, podendo servir como referências. Alguns estados, como Mato Grosso e São Paulo, têm desenvolvido modelos inovadores para apoiar suas empresas e promover a cooperação com os governos regionais chineses. Outras fontes importantes de apoio para empresas que buscam fortalecer sua presença na China incluem os setores de promoção comercial e investimento de nossa embaixada e dos consulados, bem como a Apex (presente em Pequim e Xangai) e a Bracham

(câmara comercial em formação).

Investimentos bilaterais são também um importante mecanismo de fortalecimento das relações econômicas de longo prazo entre Brasil e China, proporcionando benefícios mútuos e reduzindo os riscos associados ao comércio. Além das relações de comércio e investimento, a cooperação em pesquisa e educação agrícola entre Brasil e China oferece oportunidades significativas para o fortalecimento de laços técnicos e sociais de longo prazo.

Diversificação

A segunda prioridade para o agronegócio brasileiro na relação com a China é a diversificação das exportações. Para alcançar este objetivo é necessário manter esforços contínuos de abertura de mercado e acompanhar de perto o planejamento chinês para o setor de alimentos, a fim de identificar e aproveitar oportunidades e complementaridades.

Nos últimos anos, observamos avanços significativos na abertura do mercado chinês para produtos da chamada “segunda safra” brasileira, como milho, amendoim, sorgo e gergelim. Essas aberturas proporcionam aos produtores mais alternativas de cultivo, considerando as oportunidades de mercado, as condições de solo e o clima. Além disso, houve progresso na habilitação de frigoríficos para exportação de proteínas.

O Brasil deve estar atento ao detalhado planejamento agrícola da China, que é atualizado e publicado periodicamente. No setor de grãos, é relevante que o setor agrícola brasileiro se pre-

O açaí e outros produtos brasileiros fazem sucesso na área de exposição de alimentos da 5ª CIIE (China International Import Expo). Em Xangai, novembro de 2022.



pare para aproveitar oportunidades no mercado chinês também em produtos como sorgo, gergelim, amendoim e farelo proteico de milho (DDGS).

Além disso, nos setores de carne bovina, frutas, lácteos e pescados, o planejamento chinês prevê um aumento contínuo das importações. Portanto, o Brasil deve se preparar para ampliar suas exportações também nesses setores.

Na setor de frutas, em particular, há uma grande demanda no mercado chinês tanto para algumas que já produzimos em grande volume (como uvas de mesa e abacates) quanto para outras que poderíamos produzir, por dispormos de regiões com clima propício (como cereja, durian e mangostin).

Além do setor de frutas, a eventual ampliação da participação dos lácteos e de pescados no comércio entre Brasil e China poderia trazer impactos eco-

nômicos e sociais significativos, fornecendo oportunidades comerciais para pequenos e médios produtores, inclusive em regiões menos desenvolvidas, promovendo reformas positivas nestes setores. Alguns produtores brasileiros começam a explorar esse mercado, fornecendo produtos diferenciados, como leite em pó sem lactose, e estabelecendo parcerias para a produção de fórmulas infantis.

No setor de pescados, prevê-se redução da captura oceânica, o que abre oportunidades para o Brasil, tanto em espécies de maior valor agregado, como lagostas e camarões, quanto em produtos de maior volume, como farinha de peixe. A crescente demanda mundial por tilápia também oferece oportunidades para parcerias empresariais, combinando o potencial de expansão produtiva do Brasil e as técnicas da China, maior produtor mundial.

Diferentemente da exportação de commodities, a diversificação por meio da exportação de produtos para o consumidor final exige maior nível de presença local do fornecedor. Neste contexto, as feiras presenciais continuam desempenhando um papel importante na formação de parcerias e no fortalecimento de relacionamentos comerciais, mesmo com a ascensão do comércio eletrônico. A Apex coordena a participação brasileiras em importantes feiras do setor, como SIAL China, CIIE e na Feira de Cantão.

A diversificação das exportações brasileiras de alimentos para a China enfrenta desafios não apenas relacionados à abertura de mercado (processo técnico e geralmente demorado), mas também relativos à competição com países e regiões que contam com políticas tarifárias diferenciadas, tais como acordos de livre comércio.

Imagem e valor agregado

Por último, o agronegócio brasileiro está empenhado em agregar valor às suas exportações para a China. Para alcançar esse objetivo, é crucial fortalecer a imagem do Brasil junto aos consumidores chineses como um fornecedor de produtos saudáveis e seguros.

O mercado de alimentos chinês é altamente competitivo e sofisticado. Para moldar a imagem desejada entre os consumidores chineses é necessário oferecer produtos de alta qualidade que cheguem ao consumidor final com a “marca Brasil”, indo além das commodities destinadas à indústria. A impressão gerada por produtos destinados ao consumidor final tende

a se estender também a outros produtos e serviços do mesmo país.

Em particular, os chineses valorizam o impacto dos alimentos em sua saúde, priorizando produtos naturais e funcionais. O Brasil possui um grande potencial para fortalecer sua imagem como fornecedor de produtos que promovem a saúde e a qualidade de vida.

Os portais de comércio eletrônico se tornaram uma referência para a compra de alimentos importados na China. Portanto, a produção de materiais promocionais em vídeo destaca-se como um meio eficaz de alcançar os consumidores chineses e ressaltar os diferenciais dos produtos brasileiros. A embalagem agora é digital.

Além disso, é importante considerar que o consumidor chinês é também bastante nacionalista. Marcas ou países que tenham ou pareçam ter ofendido a China podem ser alvo de boicotes, fomentados pelas redes sociais.

Como alimentar um dragão

Em resumo, o agronegócio brasileiro busca fortalecer a confiança mútua na relação com a China, visando garantir benefícios de longo prazo para ambos os lados. Simultaneamente, trabalha para diversificar suas exportações, desenvolvendo oportunidades e complementaridades. Por fim, almeja fortalecer a imagem do Brasil junto aos consumidores chineses, visando facilitar a exportação de produtos com maior valor agregado.

Embora a estratégia pareça simples, sua implementação requer esforço e dedicação – qualidades que não faltam a quem trabalha com o agro.



Diego Pautasso

Pós-doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais (2018), doutor (2010) e mestre (2006) em Ciência Política e graduado (2003) em Geografia pela UFRGS. É professor do Colégio Militar de Porto Alegre. Autor dos livros “Imperialismo: ainda faz sentido na era da globalização?” e “China e Rússia no Pós-Guerra Fria”, bem como coautor de “Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas” e de “Domenico Losurdo: crítico do nosso tempo”.

A infraestrutura como propulsora da cooperação

A China, país que faz a mais abrangente transição energética e possui as principais empresas do setor, pode contribuir para fazer avançar o setor no Brasil.

O retorno de Lula ao Palácio do Planalto em 2023 representou um relançamento das relações entre Brasil e China. Ato contínuo a sua eleição, em março de 2024, o presidente Lula visitou Pequim com uma grande delegação, retornando ao país asiático após as visitas de 2004, 2008 e 2009. Essa última visita resultou em mais de 15 acordos e investimentos estimados em R\$ 50 bilhões, além de outras 40 parcerias.

Fato é que as relações geoeconômicas sino-brasileiras vêm progredindo sistematicamente ao longo do século XXI, apesar das mudanças de conjunturas internas e internacionais. Aliás, desde 2002, antes de Lula assumir, o fluxo comercial passou de US\$ 4,4 bilhões para quase US\$ 68 bilhões quando a presidente Dilma foi derrubada do cargo, em 2016. E apesar da diplomacia errática de Bolsonaro, em 2022 o comércio totalizou US\$ 150 bilhões – responsável por US\$ 28,9 bilhões de superávit ou quase metade do total de 61 bilhões. Agora, em 2023, a participação da China nas exportações brasileiras aumentou para 30,7% e as importações brasileiras de produtos chineses representaram 22,1% do total. É a primeira vez que as exportações para a China bateram a marca de mais de US\$ 100 bilhões. Os importantes superávits comerciais do

Brasil com a China têm sido determinantes para a economia nacional. Todavia, a pauta de exportação continua concentrada em poucos produtos de menor valor agregado, tais como soja, minério de ferro, petróleo e proteína animal, colocando o desafio de retomar a industrialização e aumentar a complexidade de tais bens destinados ao exterior. Tudo isso num contexto em que o governo Lula assume premido pela necessidade de retomar o crescimento econômico e melhorar o padrão geral de vida, mas enfrenta um quadro difícil porque não tem maioria no Congresso, há limites orçamentários estreitos decorrentes do teto de gastos e, ainda, a sociedade segue polarizada.

É justamente por isso que a infraestrutura pode ser o elemento chave para alavancar a cooperação entre Brasil e China a outro patamar. Por um lado, a China tem capacidade produtiva em bens de produção, meios de financiamento e expertise em engenharia e construção civil. Por outro, o Brasil precisa gerar empregos, revitalizar a infraestrutura, recuperar as empreiteiras destruídas pela Lava Jato e impulsionar outros setores industriais relacionados com obras públicas. Como sabemos, um grande programa de obras públicas tem potencial multiplicador no impulso ao



desenvolvimento nacional sem paralelo.

Entre os muitos setores carentes de investimentos ou sucateados, podemos destacar o setor ferroviário. Apesar de ser um país continental e com relevos relativamente rebaixados, o Brasil tem uma das piores malhas ferroviárias proporcionalmente do mundo. O país precisa de ferrovias convencionais, de alta velocidade e metrô nas grandes cidades. Além de investimentos e expertise na construção, isso pode ser feito através de joint ventures com empreiteiras nacionais de modo a impulsionar a indústria nacional, transferir tecnologias e proporcionar inovação e empregos em território nacional. A produção de trilhos

e vagões pode ter um efeito significativo para a indústria brasileira, por exemplo.

Ainda no setor de infraestrutura, os investimentos em energias renováveis, sobretudo solar e eólica, têm enorme potencial. O Brasil já tem uma matriz energética relativamente sustentável e tem avançado em energias limpas. A China, país que faz a mais abrangente transição energética e possui as principais empresas do setor, pode contribuir para fazer avançar o setor no Brasil. Uma política pública de instalação de painéis solares em casas e apartamentos, com financiamento público e abatimento tributário poderia gerar um mercado enorme para o segmento também através de joint ventures com ca-

Local da inspeção do projeto Belo Monte.

pitais chineses e obrigatoriedade de conteúdo nacional.

E a chave para impulsionar a cooperação é integrar as obras do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), relançado no ano passado pelo presidente Lula, com os investimentos internacionais da Iniciativa Cinturão e Rota (ou Nova Rota da Seda), conforme sugeriu o ministro das Relações Exteriores, Wang Yi. O ministro chinês ainda propôs impulsionar outras áreas, tais como cooperação agrícola, economia verde, economia digital, inteligência artificial, entre outras áreas.

Através do Brasil, as obras de infraestrutura impulsionariam a integração e o desenvolvimento da América do Sul. Esse pode ser o núcleo para irradiar o desenvolvimento para o subcontinente através da cooperação sino-brasileira. Trata-se, afinal, de um mercado de cerca de 450 milhões de pessoas, cuja plataforma regional é o Brasil.

Ademais, a extensão da Belt and Road para o continente sul-americano também pode ser uma oportunidade singular. O Brasil, país líder da região, poderia impulsionar grandes obras de infraestrutura, levando à integração física da América do Sul. Os investimentos e as empreiteiras chinesas poderiam trabalhar com as empreiteiras brasileiras e fortalecer os mecanismos de financiamento, como o BNDES, mas também o China Development Bank (CDB) e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD). Aí entra a possibilidade de cooperação do BNDES com bancos e fundos chineses, construindo alianças bilaterais para financiar o desenvolvimento nacional e sul-americano.

O programa comum de obras públicas, além de alavancar a cooperação,

altera o lugar da China nas relações exteriores do Brasil. Ou seja, há o potencial de a China vir a ser um promotor da reindustrialização brasileira. Tudo isso converge com a iniciativa do governo Lula com o programa Nova Indústria Brasil, com políticas públicas voltadas ao setor que prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios. E as fronteiras dessa neoindustrialização convergem com os avanços e desafios que a China vem trilhando em setores como agroindústria sustentável; infraestrutura e mobilidade; digitalização das atividades produtivas; descarbonização e transição energética.

Em suma, o fortalecimento das relações entre Brasil e China vai além das prerrogativas bilaterais. São dois grandes países emergentes, com papel fundamental em seus continentes, e decisivos para a nova ordem mundial multipolar e para a construção de uma outra globalização. Aliás, a Iniciativa Cinturão e Rota pode ser o mecanismo de articulação para a construção, como diz Xi Jinping, de uma comunidade com um futuro partilhado para a humanidade.

Isso é particularmente importante tendo em vista a crise econômica mundial e as instabilidades decorrentes de políticas que insistem na lógica neoliberal e do hegemonismo, sob égide de Washington. Enfim, trata-se de um contexto histórico disruptivo de transição sistêmica, cuja liderança da China é decisiva para a consecução de uma ordem multipolar. Cabe, pois, ao Brasil realizar uma leitura acurada das oportunidades e desafios para impulsionar o desenvolvimento e ocupar um lugar no sistema internacional compatível com sua estatura.



Isis Paris Maia

Historiadora, mestre e doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Governança e combate à pobreza: possibilidade de cooperação Brasil-China

Desenvolvimento institucional chinês pode ser a chave para o enfrentamento de desafios brasileiros em políticas públicas.

No ensejo do aniversário de 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China, uma pergunta que muitos de nós, brasileiros e sinólogos, visamos responder é: como aprofundar a cooperação bilateral nas áreas de governança e políticas públicas? No mestrado, tratei das políticas de combate à pobreza extrema e no doutorado tenho me debruçado sobre a temática da governança digital. Em ambos os casos, o desenvolvimento institucional chinês pode ser a chave para o enfrentamento de desafios brasileiros.

No caso da erradicação da pobreza extrema na China em 2020, estamos diante da mais notável mobilização social da contemporaneidade. Ela implicou na retirada de mais de 800 milhões de pessoas dessa condição de vulnerabilidade social em cerca de quatro décadas. Tal acontecimento chama atenção pela complexidade de políticas públicas aplicadas, combinando volumosos recursos e enorme mobilização de quadros governamentais e partidários. Mais do que isso: dada a dimensão territorial e a diversidade populacional, muitas adequações foram necessárias, culminando nas chamadas Políticas Públicas Direcionadas.

A mobilidade social esteve relacio-

nada ao ciclo de desenvolvimento e industrialização que a China experimentou desde a política de reforma e abertura na década de 1970. Isso difere da trajetória do Brasil, cujo ciclo desenvolvimentista se esgota a partir da década de 1980. Sob a agenda neoliberal se impôs entraves à construção do Estado de Bem-Estar Social previsto pela Constituição de 1988.

Desde então, foi na era Lula (2003-16) que o combate à pobreza ganhou mais densidade, articulando uma plêiade de programas e políticas públicas. Tal êxito foi reconhecido por organizações internacionais e serviu de inspiração à China. Quando entrevistei Zhang Qi, diretor do Instituto de Pesquisa de Erradicação da Pobreza da China, ele relatou que a “China usou ativamente como referência a experiência da transferência condicional de renda (CCT) do Brasil na redução da pobreza”. Em 2011, o governo chinês passou a utilizar o CCT em parceria com a Unicef para aumentar a taxa de utilização de cuidados de saúde materno-infantil em áreas atingidas pela pobreza. De acordo com os requisitos de serviços de gestão de saúde para a população-alvo na Legislação Básica em Saúde Pública (2011), o projeto

identificou nove serviços básicos de saúde materno-infantil como requisitos a serem cumpridos. Os beneficiários tiveram de cumprir os requisitos no prazo definido para receber o subsídio correspondente. Cada família foi elegível para receber recursos de até 1.040 yuans.

Essa colaboração entre países do Sul Global seguiu de forma recíproca através da cooperação entre países e organizações internacionais voltadas à redução da pobreza. Em maio de 2005, o governo chinês e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceram conjuntamente o Centro Internacional de Alívio da Pobreza da China, estruturando uma plataforma internacional de intercâmbios, treinamento e cooperação nesse assunto. A iniciativa formou mais de 3.800 funcionários do governo e quadros de mais de cem países da África, Ásia e América do Sul. Em parceria com a ONU, tem ocorrido um conjunto de projetos em áreas diversas, incluindo indústria, proteção ecológica, educação, assistência médica, ciência e tecnologia, emprego, formulação de políticas e capacidade de construção.

De 1980 a 2019, o PNUD realizou um total de 198 projetos de redução da pobreza na China, cerca de dois terços voltados para o setor industrial. Conforme destacamos, a China convergiu com a ONU na implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no âmbito de sua estratégia de desenvolvimento nacional. Mais que isso, o governo de Pequim busca colher os frutos do cumprimento dessa meta para impulsionar sua atuação na governança mundial, ao mesmo tempo em que garante visibilidade às suas realizações

(Maia; Papi; Pautasso, 2022).

No Brasil, o combate à pobreza está no centro da agenda deste terceiro governo Lula (2023-2026). Segundo o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (Sofi), publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹, em 2022 havia no país 70,3 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões em insegurança alimentar grave, caracterizado pela fome. O cenário traz preocupação, pois o Brasil, que havia saído do Mapa da Fome em 2014/2015, voltou a esse quadro após a deposição de Dilma Rousseff. E, em função da condução dada ao combate à pandemia da Covid-19, sob o governo Bolsonaro, tornou-se dramática a situação de pessoas em filas na busca por ossos para a subsistência alimentar. Mais do que algo conjuntural, foi fruto do desmonte de um conjunto de políticas públicas sociais.

Atualmente o Brasil, outrora exportador de técnicas em programas sociais de excelência, também pode aprender com o gigante asiático. Aqui, grifo quatro importantes situações:

1- o mapeamento dos quadros de fome, pobreza e vulnerabilidade social através de instrumentos mais sofisticados como o Big Data e a governança digital;

2- a formulação de políticas públicas que contemplem as singularidades regionais, pois, tal como a China, o Brasil é um país continental com desigualdades e especificidades tanto territoriais quanto sociais.

3- a integração do desenvolvimento às políticas sociais, de modo a garantir sustentabilidade à mobilidade social no médio e longo prazo;



O primeiro lote de melão brasileiro a ser exportado para a China. Em janeiro de 2020.

4- e a continuidade das ações governamentais e das políticas públicas ao longo das décadas para lograr êxito no desenvolvimento e no combate à pobreza.

A China justamente usou a governança digital em sua política de erradicação da pobreza extrema. O big data foi chave no mapeamento dos bolsões de pobreza e de suas especificidades. Para o Brasil, também um país continental, tais ferramentas são decisivas. Aliás, o Brasil tem avançado rapidamente em governança digital desde o ano 2000, sobretudo com o Programa de Governo Eletrônico, a Estratégia de Governança Digital (EGD) e a Lei do Governo Digital de 2021, visando a modernização do Estado e, notadamente, a eficiência e a transparência.

Sendo assim, fica evidente que o horizonte potencial para a cooperação sino-brasileira na próxima década pode

ser a governança digital. São países em desenvolvimento com desafios similares e potencial complementaridade. Experiências de gestão e políticas públicas em diversos campos podem ser compartilhadas. E, claro, a atual fronteira dessa governança com ferramentas de big data e inteligência artificial pode ser chave para ambos os países. Em suma, Brasil e China não apenas têm seus destinos e aprendizados se cruzando nos esforços para promover o desenvolvimento, têm também enorme potencial para a aprofundar a cooperação em governança e políticas públicas. E, inequivocamente, suas trajetórias são decisivas para os demais países emergentes e para o futuro da ordem mundial.

¹ - O relatório pode ser consultado neste link: <https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en>



Alexandre César Cunha Leite

Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pesquisador produtividade PQ2/CNPq, criador do Saciar (@_saciara) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico.



Isabella Barbosa Loiola

Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

COFCO no Brasil: desafios e estratégias na expansão agroalimentar

A segurança alimentar tornou-se um dos principais motores da política externa da China, assumindo um lugar de destaque nas estratégias de atuação no mercado global.

A COFCO, China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation, empresa estatal chinesa do setor agroalimentar, desempenha um importante papel no abastecimento alimentar da China, em consonância com a ênfase desde o período de Deng Xiaoping na Segurança Alimentar. A China tem buscado garantir a oferta de suprimentos alimentares através de investimentos em mercados produtores de insumos alimentícios. É neste cenário que se situa a COFCO, realizando investimentos significativos no setor agrícola brasileiro. Desde os anos 2000, os investimentos chineses no Brasil aumentaram consideravelmente, mesmo diante de adversidades, como a sinofobia global e debates sobre a estrangeirização de terras. O objetivo deste capítulo é analisar a atuação da COFCO no Brasil, identificando e compreendendo as estratégias adotadas pela empresa chinesa para sua inserção no cenário nacional. O foco recai sobre as complexidades relacionadas ao movimento de internacionalização de empresas chinesas e na leitura do que vem ocorrendo no setor agroalimentar brasileiro.

Atualmente, a COFCO situa-se entre as cinco empresas protagonistas no setor agroalimentar global, juntamente com o grupo representado pela sigla ABCD, a saber: ADM, Bunge Ltd, Cargill Inc. e Louis Dreyfus (Oehen & Home, 2017; Wilkinson, Junior & Lopane, 2018; Wesz Jr, Escher & Fares, 2023). A COFCO foi criada, inicialmente, como um organismo estatal responsável por comprar, armazenar e distribuir grãos e produtos alimentícios essenciais para garantir a segurança alimentar da população chinesa (COFCO, 2024). Ao longo dos anos a empresa passou por reformas e expansões, acompanhando o desenvolvimento econômico e a urbanização da China (Huang, 2017). A empresa é atualmente considerada estratégica e prioritária para os líderes do Partido Comunista Chinês, sendo administrada pelo Conselho de Estado (Fares, 2018).

A China é uma nação com uma população que representa um quinto da população mundial, porém possui cerca de 9% das terras agrícolas cultiváveis do mundo, sendo a segurança alimentar da população chinesa um dos grandes desa-

fios para os seus líderes políticos (Banco Mundial, 2021). Para garantir o acesso à alimentação, o governo chinês tem adotado estratégias de buscar novas fontes alimentares em outras partes do mundo, através do comércio, compra e arrendamento de terras estrangeiras, além de fusões e aquisições de empresas estrangeiras (Zhang & Li, 2017).

As transformações pelas quais a China tem passado nas últimas décadas, como o crescimento econômico acelerado, melhoria nos indicadores de desenvolvimento e o processo de abertura econômica, retirou milhões de chineses da pobreza e elevou a renda média das famílias chinesas ao longo dos anos (Leite, 2011; Huang, 2017; Liang et al., 2021). A industrialização e a urbanização da China aceleraram a procura por produtos alimentícios, impulsionou a demanda por alimentos e fomentaram as transformações da COFCO com o intuito de atender a crescente demanda do mercado consumidor doméstico (Zhang & Li, 2017).

A segurança alimentar tornou-se um dos principais motores da política externa da China (Zhang & Li, 2017), assumindo um lugar de destaque nas estratégias de atuação no mercado global. Vale mencionar que a questão da segurança alimentar não é um problema recente, desde o período que antecede a entrada de Deng Xiaoping que os governantes chineses se preocupam com os meios de alimentar sua volumosa população. A COFCO implementou a política neomercantilista tendo como pano de fundo a segurança alimentar que fez com que a empresa direcionasse suas ações para maior participação no mer-

cado do agronegócio global (Belsky & Lawrence, 2019). Através da expansão internacional da COFCO, a China passa a projetar seus interesses para o exterior, contrariando o domínio do setor alimentar pelas empresas do Atlântico Norte e reordenando o regime alimentar em um sistema multipolar (Wesz Jr, Escher & Fares, 2023).

Na visão de Belesky e Lawrence (2019), a estratégia agroalimentar da China é baseada na proteção e controle do seu mercado interno e na internacionalização de empresas nacionais (Wesz Jr, Escher & Fares, 2023) com o objetivo de garantir: (i) participação no mercado produtor global e (ii) buscar fontes de oferta de bens alimentícios destinada à composição da oferta interna. Fares (2018) sustenta que a dinâmica de internacionalização de empresas chinesas objetiva expandir as redes globais de comércio e investimento e garantir o acesso aos recursos naturais e às matérias-primas.

As relações comerciais entre Brasil e China, inicialmente esporádicas, cresceram consideravelmente desde os anos 1990. Rapidamente o Brasil se tornou o principal parceiro comercial da China na América Latina, destacando-se em exportações de minério de ferro, óleo bruto e commodities agrícolas (Acioly, Pinto e Cintra, 2010). Essa parceria foi fortalecida durante o primeiro mandato de Lula, visando à diversificação e à autonomia para fortalecer a capacidade negociadora nacional (Vigevani; Cepaluni, 2007).

O aumento dos investimentos estrangeiros chineses em terras na região da América Latina e Caribe chama atenção pela intensidade e pelos setores prefe-



Lauro Henrique Accioly

Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

renciais. Na região da América do Sul, Brasil e Argentina figuram como os destinos principais desse capital, orientado para investimentos no setor de energia, infraestrutura e em composição acionária de empresas locais (Firmiano, 2022). Apesar de empresas transnacionais com sede em países de industrialização avançada dominarem o setor, as empresas agroindustriais chinesas estão buscando avançar nos investimentos no Brasil, com o objetivo de obter um controle mais abrangente sobre as cadeias de produção e sobre os fluxos de transações, além dos lucros derivados do comércio internacional de soja (Zou, Long e Hu, 2010).

Entende-se que o processo de maior participação das empresas agroindustriais chinesas nos mercados globais, resultado da política de abertura (*going out*) motivaram casos de "sinofobia" global e em alguns países. No Brasil houve (e ainda há) um debate intenso sobre o fenômeno da "estrangeirização de terra" assim como há uma discussão sobre o estabelecimento de uma dependência de demanda externa para produtos prioritários da pauta exportadora brasileira. No governo de Jair Bolsonaro foi possível observar falas e declarações de cunho xenofóbicas relacionadas à China mesmo anterior à ocorrência da pandemia de Covid-19.

Porém, a globalização do capital agroindustrial chinês por meio de fusões e aquisições transnacionais começa a desafiar a hegemonia dos oligopólios no setor agropecuário brasileiro em 2012, ilustrado pela atuação da COFCO ao adquirir duas grandes transnacionais: 51% da Nidera e uma parte significativa das operações de trading agrícola da Noble,

permitindo que a COFCO se posicionasse ao lado das outras grandes do setor (Vieira, Buainain e Figueiredo, 2016).

Alguns desafios ainda persistem na cadeia alimentar global, com os EUA regulando e determinando o preço da commodity para o mundo (Umbelino, 2021). Todavia, o avanço da China no cenário global de commodities evidencia o fenômeno da concentração de recursos em determinadas empresas transnacionais, servindo como mecanismo destinado a atender demandas internas a partir da busca de mercados rentáveis (Busilli e Jaime, 2021). Ainda, a presença chinesa emerge como uma solução para a superconcentração no setor produtivo de rações e processamento (Fares, 2018).

No ano de 2015 ocorre uma inversão de posição entre as tradings asiáticas. Essas empresas, incluindo a COFCO, passam a ser responsáveis por 45% dos grãos exportados pelo Brasil, enquanto as companhias do grupo ABCD ficaram com 37% (Bonato, 2016). A COFCO gradualmente reduziu a fatia de mercado dos concorrentes. Consequentemente, observa-se o grupo ABCD perdendo controle da produção de soja no estado de Mato Grosso (2014-2019) de 80% para 50% do total. Outras empresas chinesas de tradings, tal como a Hunan Dakang, ingressaram no setor de grãos, adquirindo a Fiagril e a Belagrícola, evidenciando a rápida ascensão das corporações chinesas no agronegócio (Escher, Wilkinson, 2019). Ao contrário do grupo ABCD, que dispõe de departamentos específicos de produtos, a COFCO desempenha uma estratégia de diversificação geográfica, somado a uma especialização em diferentes categorias, favorecendo a criação

de expertise em diversas commodities agrícolas (Cunha, 2023).

A ascensão da COFCO como uma das principais protagonistas no cenário global no mercado de commodities agrícolas desafia a tradicional hegemonia das empresas do Atlântico Norte (Oehen & Home, 2017). Seus investimentos no Brasil, por meio de fusões e aquisições, não apenas fortalecem sua presença no mercado de grãos, mas também influenciam as cadeias globais de produção de commodities.

Diante desse cenário, a COFCO obteve sucesso ao ajustar sua estratégia para expandir sua presença no mercado brasileiro. Pode-se dizer que a empresa é um ator significativo na relação entre Brasil e China, com implicações significativas para ambas as economias e para a dinâmica global de comércio e investimentos no setor agroalimentar.

Referências

- ACIOLY, L., PINTO, E. C., & CINTRA, M. A. M. (2010). China e Brasil: oportunidades e desafios. In R. P. F. Leão, E. C. Pinto, & L. Acioly (Eds.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA.
- Banco Mundial (2021). About the data: Population. The World Bank. Recuperado de <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/themes/people.html#population>.
- BELESKY, P., and G. LAWRENCE (2019). "Chinese State Capitalism and Neomercantilism in the Contemporary Food Regime: Contradictions, Continuity and Change." *Journal of Peasant Studies* 46 (6): 1119–1141. Recuperado de https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2018.1450242?casa_token=9ne1ultlspkAAAAA:luEcNkpZQJA6Zig5UNF3h-fmdKlixrUAdLAUsImok5mdnokSezcYlz_VJhe5Dx1fsofrgK-f6yP29uW5f.
- BONATO, G. (2016). New titans on the block: ABCDs lose top Brazil grains spot to Asian rivals. São Paulo, 23. Recuperado de <https://jp.reuters.com/article/us-brazil-grains-idUSKCN0WP19>.
- BUSILLI, V. S., & JAIME, M. B. (2021). Chinese Investments in Brazil: economic diplomacy in bilateral relations. *Contexto Internacional*, 43 (3), 541-564. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019430300005>

COFCO. (2018). History and honor. Recuperado de <http://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/HistoryandHonor/>.

COFCO (2024). Cofco Intl. Recuperado de <https://br.cofcointernational.com/>.

CUI, K., & SHOEMAKER, S. P. (2018). A look at food security in China. *npj Science of Food*, 2(1), 4. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/s41538-018-0012-x>.

CUNHA, R. C. C. (2023). Geoeconomia das grandes tradings companies no mercado exterior da cadeia produtiva da soja. *Geosul*, 38(86), 310-342.

ESCHER, F., & Wilkinson, J. (2019). A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57, 656-678.

ESCHER, F., J. WILKINSON & P. PEREIRA (2018). "Causas e Implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro [Causes and Implications of Chinese Investments in Brazilian Agribusiness]." In *Direction of Chinese Global Investments – Implications for Brazil*, edited by Anna Jaguaribe, 289-336. Brasília: Alexandre de Gusmão Foundation.

FARES, T. M. (2018, October). Why does China go abroad?. In 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, The University of Brasilia. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Tomaz-Fares/publication/372752121_Why_does_China_go_abroad_A_study_case_of_the_methods_and_dynamics_of_COFCO's_expansion_towards_Brazil/links/64c62f178f29e965979850f1/Why-does-China-go-abroad-A-study-case-of-the-methods-and-dynamics-of-COFCOs-expansion-towards-Brazil.pdf.

FARES, T. M. (2023). Food security and power struggle in the Chinese 'battle of the beans'. *The Journal of Peasant Studies*, 50(5), 2024-2049. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2022.2054701>.

FIRMIANO, F. D. (2022). Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro. Belo Horizonte: Editora UEMG. DOI: <https://doi.org/10.36704/9786586832211>

HUANG, P. C. (2017). The Three Models of China's Agricultural Development: Strengths and Weaknesses of the Administrative, Laissez Faire, and Co-op Approaches (中国农业发展三大模式: 行政, 放任, 与合作的利与弊). *Rural China*, 14(2), 488-527. Recuperado de https://brill.com/view/journals/rchs/14/2/article-p488_488.xml.

LEITE, ALEXANDRE CESAR CUNHA. O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos, 2011, 230 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LIANG, L., CHEN, M., LUO, X., & XIAN, Y. (2021). Changes pattern in the population and economic gravity centers since the Reform and Opening up in China: The widening gaps between the South and North. *Journal of Cleaner Production*, 310, 127379. Recuperado de https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652621015985?casa_token=G3IER-V4OKTIAAAAA:HLKJOQy64YOowcEEAaplyVZQMNUG-MI3pF-2zh1aL9AFrO3fhEpvQLEG5HypnN3wKwGmS_wcuGI

OEHEN, B., & HOME, R. (2017). Sustainable Food Systems. van der MEULEN N., WIESEL, J. *Culinary Turn, Aesthetic*

Practice of Cookery. Transcript Verlag, 87-90. Recuperado de https://www.transcript-open.de/pdf_chapter/bis%203399/9783839430316/9783839430316-013.pdf.

UMBELINO, A. C. L. (2021). O mercado da soja para o Brasil, os Estados Unidos e a China sob a perspectiva da interdependência complexa (Trabalho de Conclusão de Curso). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC Goiás.

VIEIRA, P. A., BUAINAIN, A. M., & FIGUEIREDO, E. V. C. (2016). O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. Revista Tempo do Mundo, 2(1), 51-81.

VIGEVAI, T., & CEPALUNI, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, 29, 273-335.

WESZ JR, V. J., ESCHER, F., & FARES, T. M. (2023). Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. The Journal of Peasant Studies, 50(4), 1376-1404. Recuperado de https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2021.1986012?casa_token=5yFvWszTJ7AAAAAA:2XXYnF7u3K9qcVO_L8miW_tCtwkkwiu3Au.

qRorxWRo5m6N9X3YDkkf3oWUAsPqVAc0WX_-anmo370av9.

WILKINSON, J., JUNIOR, V. J. W., & LOPANE, A. R. M. (2018). Brazil and China: the agribusiness connection in the Southern Cone context. In Rural Transformations and Agro-Food Systems (pp. 146-165). Routledge. Recuperado de <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781351008686-9/brazil-china-agribusiness-connection-southern-cone-context-john-wilkinson-valdemar-jo%C3%A3o-wesz-junior-anna-rosamaria-lopane>.

ZHANG, H., & LI, M. (2017). Hunting for food: A new driver in Chinese foreign policy. In China's economic statecraft: Co-optation, cooperation and coercion (pp. 259-291). Recuperado de https://www.worldscientific.com/doi/epdf/10.1142/9789814713474_0011.

ZOU J., LONG H. AND HU Z. (2010) “国际土地资源开发利用战略初探” (A preliminary study of strategies for China's participation in the exploitation of land resources abroad). Ziyuan Kexue (Resource Science) 32(5): 1006-1013.



Ana Carolina Costa Porto

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, com estágio doutoral na Academia Chinesa de Ciências Sociais, em Pequim, vice-curadora de Brics do Ceásia, da Universidade Federal de Pernambuco.



Teresa Cristina Furtado Matos

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Neabi-UFPB e coordenadora do HUN – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais.

Do império do meio ao centro do extremo oriental: a presença chinesa em João Pessoa

Paraíba ocupou o segundo lugar no ranking dos estados que mais receberam asiáticos no Brasil, perdendo apenas para São Paulo.

Este resumo expandido apresenta os achados de pesquisa de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. A investigação, realizada entre 2021 e 2023, consistiu em entrevistas com imigrantes chineses da Associação Chinesa Paraibana do Brasil, criada, em julho de 2021, com o intuito de auxiliar os comerciantes chineses de João Pessoa, Campina Grande e Patos. A pesquisa, de natureza essencialmente qualitativa, teve como objetivos traçar um perfil da comunidade chinesa vinculada à Associação, bem como compreender a escolha de João Pessoa como cidade receptora. Para tanto, realizamos entrevistas presenciais com seis membros desse grupo, aplicamos questionários no Google Forms (25 respondidos e validados), participamos de três eventos da associação e um organizado pela UFPB (que contou com a participação de membros da comunidade chinesa).

A presença chinesa em João Pessoa

A escolha do recorte geográfico na cidade de João Pessoa se deu pelo fato de que, entre 2000 e 2015, de acordo com pesquisa de Fusco e Queiroz (2018) – com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (Sincre) do Ministério da Justiça e da Polícia Federal (2015) –, a Paraíba ocupou o segundo lugar no ranking dos estados que mais receberam asiáticos no Brasil (11%), perdendo apenas para São Paulo (64%). Além disso, nossa investigação se concentrou em João Pessoa por ser a principal cidade do estado e abrigar a sede da Associação Chinesa Paraibana do Brasil.

O perfil dos participantes da pesquisa é predominantemente constituído por indivíduos do sexo masculino, na faixa etária entre 30 e 50 anos, sendo que 56% deles têm origem nas regiões de Fujian e Guangdong, evidenciando a longa tradição dessas regiões como centros de emigração chinesa. Em relação ao perfil socioeconômico, devido

à solidificação das redes migratórias chinesas, eles desfrutam de uma situação socioeconômica relativamente confortável. Na amostra analisada, 80% são proprietários de estabelecimentos comerciais, 12% são fornecedores de produtos chineses para esses estabelecimentos, predominantemente no setor de importação, e apenas 8% são empregados em lojas. A maioria dos interlocutores têm carro, em geral carros mais caros, não fazendo uso de transporte público, acessam o sistema de saúde via rede privada (ou possuem planos de saúde ou pagam consultas particulares) e têm seus filhos matriculados em escolas particulares mais conceituadas da cidade.

Considerações finais

A partir das análises, é perceptível que o aumento de migrantes oriundos da China em cidades já consolidadas ao longo das rotas migratórias tradicionais, como São Paulo e Recife, leva esses imigrantes a buscarem outros locais onde enfrentem uma competição menos acirrada. João Pessoa, por sua vez, emerge como um destino onde o custo de vida mais acessível, combinado com uma boa qualidade de vida, torna-se atrativo para esses migrantes. Daí a relevância de investigar migrações menos numerosas, já que podem revelar nuances que não são observadas em movimentos migratórios em massa.

Outro ponto destacado nas entrevistas é que algumas cidades são selecionadas pelos chineses devido à oportunidade de estabelecerem seus próprios empreendimentos. Nesse

contexto, João Pessoa, juntamente com outras localidades do Nordeste (Dimenstein, 2021; Fusco e Queiroz, 2018; Silva, 2008; Neves; Vasconcelos; Lacerda, 2019; Goes, 2015; Ferreira, 2016), se revela como um lugar menos oneroso para que os imigrantes possam iniciar atividades empreendedoras, em consonância com o que aponta Pinheiro-Machado (2009) em relação ao incentivo ao empreendedorismo por parte do governo chinês.

As conclusões desta pesquisa, nesse sentido, contribuem para a compreensão da estruturação da migração chinesa, frequentemente buscando rotas menos convencionais, não apenas por motivos econômicos, mas também visando a uma melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, evidenciam a penetração e o espraiamento das migrações chinesas pelo país.

Referências

DIMENSTEIN, Marcela. Experiências urbanas da imigração: reflexões sobre chineses e venezuelanos na cidade de João Pessoa/PB. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

FERREIRA, Elidiane Silva. Migração internacional e economia urbana: os chineses no território cearense. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82973> Acesso em: 5 jun. 2023.

FUSCO, Wilson; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Asiáticos no Nordeste brasileiro. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”: Nepo-Unicamp, 2018. p. 526-536.

IBGE. Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 jun. 2023.

NEVES, Taynara Carvalho; VASCONCELOS, Priscila Batista; LACERDA, Norma. Implicações da imigração chinesa nos centros históricos do Brasil: aproximações a partir do caso Recife-PE. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. Anais do XVI Simpurb. Vitória:

Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. p. 1506-1524. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26649>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

OBMIGRA. Portal de Imigração. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/1715-obmigra> Acesso em: 20 jun. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Marcos de Araújo. Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SINCRE. Portal de Imigração. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública - 2015. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/51-sinacre> Acesso em: 29 jun. 2023.



Michelle Ratton Sanchez-Badin

Professora associada na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Direito e Desenvolvimento.

Uma proposta de matriz analítica de três níveis das regulações que estruturam as relações econômicas entre Brasil e China¹

Quais instrumentos jurídicos sustentam essas interações econômicas? Quais deles podem ser qualificados como disruptivos do padrão normativo do sistema econômico internacional?



Fabio Costa Morosini

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e professor associado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Este capítulo visa analisar os instrumentos jurídicos mobilizados para investimentos chineses no Brasil. Para desenvolver a análise, escolhemos a maior operação de investimentos chineses no Brasil: a aquisição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) pela chinesa State Grid, no setor de energia elétrica. Esta análise avalia a estruturação desses investimentos, a partir de três níveis de análise: o macronível, relativo à coordenação bilateral Brasil-China; o mesonível, que considera a estrutura regulatória nacional; e o micronível, relativo à estrutura da governança corporativa na operação. As duas principais questões que orientam a análise são: quais instrumentos jurídicos sustentam essas interações econômicas? Quais deles podem ser qualificados como disruptivos do padrão normativo do sistema econômico internacional?

1. Introdução

O papel que a China desempenha na mudança no sistema econômico internacional tem chamado a atenção da produção acadêmica na área, na tentativa de compreender as inovações jurídicas promovidas pela expansão econômica, com destaque para o papel da regulação doméstica chinesa, contratos privados ou compromissos bilaterais em caráter de soft law.² Neste capítulo, tal como fizemos em outras pesquisas,³ argumentamos que estes não são, necessariamente, instrumentos jurídicos “novos” no cenário internacional, pois muitas vezes integram as estruturas para regulação das relações econômicas mobilizadas por países mais periféricos. Contudo, eles tendem a estar ausentes dos debates e literatura dominantes – o que traz impactos para avaliações mais apressadas que tendem a não localizar a legalização

como parte das relações entre países do Sul Global.

Assim, com base em uma estrutura matricial de análise⁴, levantamos os documentos disponíveis, mapeamos os atores envolvidos e os instrumentos jurídicos mobilizados em uma transação econômica internacional selecionada. Sendo aqui analisada a maior operação de investimentos chineses no Brasil: a aquisição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) pela empresa chinesa State Grid, no setor de energia elétrica.

2. Macronível regulatório: compromissos interestatais entre Brasil e China

No plano do macronível, Brasil e China registram ao menos 128 atos bilaterais assinados⁵. Deste grupo, destacam-se, para o setor de energia elétrica, atos assinados em 2004 que invocam o conceito de “parceria estratégica” entre os países, estabelecida desde os anos 1990⁶. Esta parceria está fundada na cooperação Sul-Sul e em princípios gerais de amizade, respeito mútuo e benefícios recíprocos. Notamos a relevância de alguns Memorandos de Entendimento (“MoUs”, em inglês) para o setor de energia elétrica. O primeiro deles, assinado em 2004⁷, diz respeito à cooperação em matéria de comércio e investimentos e estabelece apoio mútuo e ativo às joint ventures estabelecidas nos setores de: infraestrutura, energia, gás natural, proteção ambiental, transporte, biotecnologia e mineração. Outro MoU importante, assinado em 2006, estabelece a criação de uma subcomissão de propósito específico para energia e recursos minerais na COSBAN.

E, a partir de 2012, as relações bilaterais entre o Brasil e a China assumem uma perspectiva regulatória de planejamento,⁸ reforçando o setor de energia para cooperação bilateral. A reiteração do setor de energia elétrica nestes atos bilaterais traz indicações relevantes do apoio dos Estados a transações na área, de forma a permitir a coordenação de agências subnacionais e dos atores privados.

3. Mesonível regulatório: investimentos chineses diante da legislação do setor de energia elétrica no Brasil

O sistema de energia elétrica brasileiro foi pioneiro no desenvolvimento de uma série de contratos e desenho de modalidades de coordenação do mercado, garantindo tarifas justas, tornando-o um modelo de sucesso paradigmático para a regulação energética e um mercado estável que opera quase que na base de um investimento de renda fixa. Na operacionalização deste mercado, a estrutura regulatória e a atuação dos agentes do mercado são supervisionadas e coordenadas por um grupo de agências governamentais: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Operador Nacional do Sistema (ONS); e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).⁹

O setor elétrico atrai um volume alto de investimento externo direto (IED), principalmente de países europeus, com as empresas chinesas mais atrás, pois começaram a investir no setor de energia elétrica do Brasil a partir de 2010. O IED oriundo da China chegou ao mercado brasileiro com as reformas concluídas

e o sistema de energia elétrica regulado com segurança jurídica. O IED chinês considerou essas características um porto seguro para os seus significativos aportes no Brasil.¹⁰

Atualmente, os investimentos chineses respondem como segundos maiores fornecedores de geração de energia, quinto em distribuição e terceiro em transmissão, longe de exercer controle sobre o mercado brasileiro. Isso porque a estrutura regulatória prevê que as operações de fusão e aquisição sejam analisadas pelo órgão antitruste brasileiro, com regras e limites em leilões definidos pelas agências nacionais e preços controlados, garantindo a concorrência no mercado interno.¹¹ Assim, a análise de mesonível elucida as particularidades do setor de energia elétrica no Brasil que, apesar de altamente dependente do IED, conta com um sistema regulatório nacional relevante para orientar e coordenar os investimentos neste mercado, incluindo os chineses.

4. Micronível regulatório: aquisição da CPFL pela State Grid e sua governança corporativa

A aquisição do grupo de energia elétrica CPFL pela State Grid em 2016-2017 foi a maior no Brasil considerando o valor da operação, a relevância da empresa em seu setor de atuação¹² e a sua relevância estratégica na prestação de serviço público. Além disso, foi o maior investimento chinês mundial no setor de energia elétrica em termos de valor de transação.¹³ A CPFL é um dos poucos grupos no Brasil que prestam serviços em três etapas de transporte de energia elétrica: geração de energia, transmis-

são e distribuição. A CPFL não é apenas um investimento relevante pelo tamanho do investimento, mas também pelos efeitos indiretos que tem no setor de energia brasileiro.

Após a aquisição da CPFL, a State Grid promoveu reformas no nível de governança corporativa, resultando na concentração do controle e na verticalização das operações de energia do grupo CPFL.¹⁴ Um ponto que observamos neste processo é que, embora a maioria dos empregados (brasileiros) tenha sido mantida¹⁵, a State Grid substituiu ex-membros do conselho por cidadãos chineses e implementou a prática de assistentes ou consultores informais de gerentes brasileiros.¹⁶ A existência destes administradores nos bastidores, de nacionalidade chinesa, pode servir como um sistema informal de monitoramento para que os executivos chineses aprendam a cultura comercial local, especialmente um setor de alta complexidade e altamente regulado como o setor de energia elétrica brasileiro, e proporcionem as conexões comerciais com cadeias de suprimento chinesas. Neste sentido, os arranjos societários formais e informais se colocaram como relevantes para a coordenação da relação bilateral.

5. Conclusão

Este capítulo sintetiza as análises em pesquisa anterior sobre investimentos oriundos da China no setor de energia elétrica no Brasil, com base nos investimentos State-Grid-CPFL, para avaliação dos instrumentos regulatórios que se colocam como relevantes nas transações, em uma chave matricial de três níveis. Sustentamos, assim, que a regulação das

relações econômicas pode estar igualmente localizada em outros espaços normativos interligados, como se observa no caso de MoUs, ACs, regulação setorial doméstica e normas de governança corporativa identificados no caso analisado.

1 - Este capítulo é uma versão traduzida, resumida e adaptada do artigo originalmente publicado como SANCHEZ BADIN, M. R.; MOROSINI, F. C. International Economic Law by Other Means: a Three-Level Matrix of Chinese Investments in Brazil's Electric Power Sector. *Harvard International Law Journal*, v. 62, p. 105-136, 2021. Agradecemos o apoio nesta adaptação do texto a Mayra Contin e o apoio das agências de fomento aos projetos de pesquisa que permitiram estes resultados (CNPq 305085/2020-4, FAPESP 2018/00498-2, FAPESP 2019/13980-0, FAPESP 2018/03393-7 e FAPERGS 19/2551-0001811-8).

2 - Cf. Gregory Shaffer & Henry Gao, *A New Chinese Economic Order?*, 23 *J. INT'L ECON. L.* 607-636 (2020); Erie, Matthew S. "China and Comparative International Law: Between Social Science and Critique," *Chicago Journal of International Law*: Vol. 22: No. 1, Article 8. (2021)

3 - Ver, principalmente, SANCHEZ-BADIN; MOROSINI, "The Brazilian Agreement on Cooperation and Facilitation of Investments (ACFI): a new formula for international investment agreements?" (2015); MOROSINI; SANCHEZ-BADIN, "Reconceptualizing International Investment Law from Global South" (2017) e TRUBEK, D.; MOROSINI, F. C.; SANCHEZ-BADIN., *O Brasil face aos novos padrões de comércio e investimento dos acordos internacionais*. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, p. 305 - 333, 2019.

4 - Tomamos a ideia de diferentes níveis de análise do campo da sociologia, e nossa matriz metodológica foi inspirada no trabalho de Gary Gereffi sobre sociologia econômica. cf. GEREFFI, Gary. *The Global Economy: organization, governance, and development*. In: SMELSER, Neil J.; RICHARD, Swedberg (Orgs.). *The Handbook of Economic Sociology*. New Jersey: Princeton University Press, 2005. p. 160 - 182.

5 - Esta referência tem por base os atos disponíveis em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>, em março de 2024. Para estudo qualitativos do perfil dos compromissos,

ver BECARD, Danielly Silva Ramos., *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. 1. ed. Brasília: Funag (2008).

6 - Vide OLIVEIRA, Henrique Altemani de. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica." *Revista Brasileira de Política Internacional*; LESSA, Antônio Carlos. *Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)*. *Revista Brasileira de Política Internacional* (2010); LESSA; OLIVEIRA, "Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais" (2013). O conteúdo das parcerias está disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Último acesso em: 27 fev. 2023.

7 - Vide Memorando, disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5250>>.

8 - Destacam-se aqui: Plano Decenal de Cooperação de 2012, Plano de Ação Conjunta 2015-2021 e Plano Estratégico 2022-2031. Para acesso, v. <https://concordia.itamaraty.gov.br/>.

9 - Vide, em especial, Lei nº 9.427; Lei nº 9.648 e a Lei nº 10.848/2004

10 - Entrevista por teleconferência virtual nº 3 (20/10/2020); nº 4 (23/10/2020); nº 5 (23/10/2020); nº 6 (13/11/2020); entrevista com Debatedor nº 6 no Workshop FGV (18/11/2020).

11 - Entrevista por teleconferência virtual nº 1 (26/03/2020); nº 3 (20/10/2020); nº 6 (13/11/2020).

12 - Vide AEI, 2020.

13 - O valor total pago foi de US\$ 8,35 bilhões. Cf. AEI, 2020.

14 - Cf. COMUNICADO, 2020; CPFL, 2019b; Cf. COMUNICAÇÃO, 2021; vide também CPFL, 2019a.

15 - Cf. Observa-se que a State Grid não operou no Brasil importando mão de obra, como as estatais chinesas costumam fazer em outros mercados de investimento. Ver ZOU, "China and The Belt and Road Initiative: Transnational Labor Law Under State Capitalism 4.0." (2019).

16 - Sobre o desenvolvimento da governança corporativa na China, vide HOWSON; KHANNA, "The Development of Modern Corporate Governance in China and India." V. S. Khanna, co-author. In *China, India and the International Economic Order*. 2010. Cf. Entrevista por teleconferência virtual nº 2 (04/2020); nº 5 (20/10/2020); nº 6 (13/11/2020); Debatedor nº 12 (12/2020).



**Rafael
Almeida
Ferreira Abrão**

Professor de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).

A presença da China no setor de petróleo e gás brasileiro: avanços, desafios e perspectivas

Brasil se tornou um território estratégico por possibilitar a capitalização de novos projetos em áreas fundamentais para o desenvolvimento da China.

No início do século XXI, a China fez sua integração à ordem capitalista global – impulsionada por sua entrada na OMC e um notável processo de industrialização e urbanização –, que foi acompanhada por taxas excepcionais de crescimento econômico. Esse fenômeno, por sua vez, deu origem a um aumento substancial na demanda energética chinesa, criando uma necessidade premente de assegurar fontes estáveis de energia além de suas fronteiras.

As empresas estatais de petróleo da China desempenharam um papel central na estratégia energética do país. Tais empresas se transformaram em importantes players globais no setor de energia e desbravaram novos mercados em todo o mundo, investindo em projetos de exploração e produção de petróleo e gás em diversos países, especialmente da África e da América Latina.

O setor energético do Brasil se consolidou como um dos principais destinos do capital chinês. A transnacionalização

do capital estatal chinês foi facilitada pelo contexto em que o setor energético brasileiro passava por intensa transformação. O capital chinês, conforme destacado por Abrão (2023), encontrou diferentes portas de entrada no mercado brasileiro:

- a necessidade de grande volume de capital exigido para concretizar a exploração do pré-sal, com vários leilões abrindo a oportunidade para que o capital chinês fosse sócio minoritário da Petrobras nos empreendimentos;
- as empresas do setor elétrico tiveram um momento de fragilidade após mudanças regulatórias que prejudicaram seus balanços e se viram na necessidade de capital, o que foi utilizado por empresas chinesas para assumir o controle de companhias de energia elétrica no Brasil;
- a necessidade de transição energética abriu espaço para que empresas chinesas de capital estatal e privado pudessem se inserir no mercado bra-

sileiro, dessa vez não mais a partir de aquisições, mas na instalação de novos projetos de energias solar e eólica, como também na eletrificação do setor de transportes.

No setor de petróleo e gás, não houve a intenção de tomar controle de empreendimentos, com as empresas chinesas não se tornando operadoras dos blocos ofertados. Os interesses estratégicos e corporativos foram guiados pela qualidade dos ativos e pela possibilidade de retornos que os blocos do pré-sal ofereciam. O interesse estratégico – ou seja, político – estava em se colocar como parceiro do Brasil nos esforços de exploração do pré-sal. Além disso, havia o claro interesse corporativo de participar em empreendimentos de alta complexidade técnica, identificado por autores como Babic et al. (2019) que analisaram investimentos chineses em outras regiões do mundo.

Embora possa parecer que os investimentos das estatais chinesas no setor de petróleo e gás fossem movidos pelos interesses do governo chinês de suprir a demanda chinesa de energia e garantir sua segurança energética, a atuação dessas estatais é complexa e engloba também interesses comerciais dessas empresas, além de outras motivações de Estado como a busca por eficiência financeira, a garantia de estabilidade social para a crescente classe média chinesa e o fornecimento de energia barata para a continuidade do crescimento econômico chinês (Amineh & Yang, 2014). Ou seja, apesar da motivação inicial dos investimentos chineses em países ricos em recursos energéticos e da estratégia going global possa ter sido

a segurança energética chinesa, o movimento de transnacionalização dessas empresas carrega múltiplas motivações.

De acordo com De Graaff (2017) e Hogenboom (2014), há uma crescente “hibridização” do setor, com NOCs detentoras de recursos que tradicionalmente operavam exclusivamente dentro de suas fronteiras agora gradualmente se movendo cada vez mais na cadeia de valor do petróleo, atuando com companhias ocidentais e outras empresas estatais a fim de obter know-how tecnológico e experiência em gestão. No caso, o interesse das empresas chinesas era na reconhecida liderança da Petrobras em tecnologia offshore. Ao operar no exterior, as estatais se adaptam à governança e às regras do jogo criadas pelas empresas e países ocidentais, mas em suas operações domésticas permanecem sob regime estatal.

Observa-se, portanto, que os investimentos de empresas chinesas de petróleo e gás são motivados por uma densa mistura de interesses comerciais e estatais. Neste contexto, o Brasil se tornou um território crescentemente estratégico para a expansão do capital chinês por possibilitar o seu escoamento para novos projetos em áreas fundamentais para o desenvolvimento da China. Evidencia-se ainda que a expansão das empresas chinesas no setor de energia faz parte de uma lógica mais abrangente de transnacionalização do capital chinês em busca de se consolidar e multiplicar em novos territórios.

Os principais eventos que podem ser destacados nesse processo incluem a aquisição de direitos de exploração de empresas brasileiras, financiamentos

para a Petrobras, participação em leis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o uso de empréstimos em troca de petróleo. As empresas petrolíferas chinesas demonstraram disposição para assumir projetos considerados com grande necessidade de capital e se adaptaram às condições do Brasil. Além disso, as mudanças nas regras de conteúdo local impulsionaram a importação de equipamentos chineses, especialmente plataformas de perfuração.

Em suma, a relação sino-brasileira no setor de petróleo se fortaleceu devido à necessidade da China em garantir o abastecimento de petróleo, enquanto o Brasil buscava capital para explorar o pré-sal e um mercado consumidor para sua produção. A China se tornou o principal destino das exportações de petróleo brasileiro, e as empresas e os bancos chineses desempenharam um papel crucial ao fornecer investimentos e financiamentos em momentos de crise para a Petrobras. Isso contribuiu para a consolidação da presença chinesa no setor, com a China também se beneficiando das exportações de equipamentos e

serviços de construção relacionados a projetos de petróleo no Brasil. Entre as perspectivas futuras, além do petróleo, há oportunidades para a diversificação dos investimentos no setor de gás natural e em outras áreas da cadeia de valor. Com base na experiência acumulada e nos interesses mútuos, há espaço para o aprofundamento da cooperação Brasil-China em novos projetos e tecnologias.

Referências

ABRÃO, R. A. F. A dinâmica do capital chinês no setor de petróleo e gás brasileiro no contexto da transição energética (2007-2022). Tese de Doutorado (Doutorado em Economia Política Mundial). Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC), 2023.

AMINEH, M. P.; YANG, G. Introduction: Geopolitics of transnationalization of Chinese national oil companies. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 13, n. 5-6, p. 495-535, 2014. <https://doi.org/10.1163/15691497-12341316>

BABIC, M.; GARCIA-BERNARDO, J.; HEEMSKERK, E. M. The rise of transnational state capital: State-led foreign investment in the 21st century. *Review of International Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 433-475, 2020. <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1665084>

DE GRAAFF, N. The hybridization of the state-capital nexus in the global energy order. In: *The State-Capital Nexus in the Global Crisis*. Routledge, 2017. p. 65-79. <https://doi.org/10.1080/14747731.2012.699926>

HOGENBOOM, B. Latin America and China's transnationalizing oil industry: A political economy assessment of new relations. *Perspectives On Global Development and Technology*, v. 13, n. 5-6, p. 626-647, 2014. https://brill.com/view/journals/pgdt/13/5-6/article-p626_9.xml



**Rúbia
Marcussi
Pontes**

Professora de Relações Internacionais na Facamp. Doutoranda e mestra em Ciência Política pela Unicamp. Pesquisadora INCT/Ineu.

Brasil e China: a importância da cooperação bilateral para a governança global do clima

Países em desenvolvimento e biodiversos, Brasil e China se tornaram essenciais nas discussões dos foros internacionais.

O Brasil e a China estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Desde então, a parceria bilateral se intensificou, com a concretização de parceria estratégica em 1994 e de parceria estratégica global em 2012, em reconhecimento da importância de relações cooperativas e da complementaridade entre as duas economias. Vale notar que, em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e a União Europeia e se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, com volume de comércio saltando de US\$ 3,2 bilhões em 2001 para US\$ 150,5 bilhões em 2022. Além disso, o Brasil é um dos principais destinos de investimento direto chinês (Junior, 2010; MRE, 2024).

No âmbito internacional, Brasil e China também atuam de forma próxima em diversas instâncias, como G20, G77 e BRICS, buscando a promoção do desenvolvimento sustentável e de um sistema internacional multipolar e inclusivo. Levando tal panorama em consideração, o presente capítulo tem

como objeto a crescente cooperação entre Brasil e China na governança global do clima, entendida como um mecanismo essencial para lidar com as mudanças climáticas e a preservação do meio ambiente, dada a interdependência ecológica (Lago, 2006; Hochstetler; Inoue, 2019; Santoro, 2022).

Será destacado o papel da Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima, criada em 2023 no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), como uma janela de oportunidade para que Brasil e China liderem, principalmente via cooperação Sul-Sul, um novo impulso entre países em desenvolvimento no tema da cooperação climática, impulso este que pode trazer mudanças cruciais até a realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre as Mudanças Climáticas (COP) de 2025, no Brasil.

Brasil, China e a governança global do clima

Como ocorrido em diversos países,

a industrialização e o crescimento econômico foram prioridades para Brasil e China, em grande parte do século XX, em detrimento da preservação do meio ambiente. Contudo, a degradação ambiental e as mudanças climáticas tornaram-se desafios cada vez mais urgentes, ocupando crescente espaço na agenda de negociações internacionais, principalmente a partir da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que adotou a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (Lago, 2006; Giddens, 2011).

Assim, Brasil e China, países em desenvolvimento e biodiversos, aderiram à Convenção-Quadro, passaram a formular e adotar políticas domésticas voltadas para a preservação do meio ambiente e tornaram-se importantes atores na governança global do clima ao longo dos anos 2000 (Ferreira; Barbi; Giesbrecht, 2016; Hochstetler; Inoue, 2019). A criação do BASIC, integrado por Brasil, África do Sul, Índia e China, em 2009, foi um importante exemplo nesse sentido: seus membros comprometeram-se com mitigação e combate às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que se posicionaram de forma assertiva em relação às responsabilidades históricas dos países desenvolvidos na temática (Hochstetler, 2012; Santoro, 2022).

A China ainda era uma considerável emissora de gás carbônico nesse contexto. Porém, a partir da ascensão de Xi Jinping à presidência em 2012, a postura internacional de combate

às mudanças climáticas se intensificou, o que refletiu na aderência à Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e no aceite de compromissos vinculantes para reduzir emissões de gases de efeito estufa, por meio do Acordo de Paris de 2015 (Gao, 2018; Hochstetler; Inoue, 2019), além do posterior comprometimento para alcançar a neutralidade de carbono até 2060, em uma nova filosofia de desenvolvimento (NDRC, 2021; Huld, 2021).

O Brasil foi um importante ator nas negociações da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, mas fatores domésticos, como alinhamento político e crise econômica, afastaram o país da governança global do clima nos anos seguintes e fizeram com que a China mantivesse uma relação bilateral pragmática. A partir de 2023, a superação desse quadro tem sido um objetivo da política externa brasileira do governo Lula da Silva III, com destaque para a promessa de desmatamento zero até 2030 e de diminuição de emissões em 48% até 2025 e 51% até 2030 (Santoro, 2022; Rodrigues, 2023). A partir dessa breve retomada do histórico de engajamento de Brasil e China na governança global do clima, o próximo item apresentará a institucionalização das relações bilaterais via COSBAN.

A COSBAN e o desafio ambiental

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) foi criada em 2004, nos governos de Lula da Silva I e Hu Jintao. Considerada a mais alta instância

permanente de diálogo e cooperação bilateral, a COSBAN é copresidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China, coordenada pela Secretaria-Geral do Itamaraty e composta por 11 subcomissões¹ temáticas, com sessões plenárias que ocorrem a cada dois anos. Vale notar que a comissão foi concebida a partir de quatro princípios norteadores: fortalecimento da confiança política mútua, intercâmbio econômico-comercial com ganhos mútuos, promoção da cooperação internacional, com foco na coordenação de negociações, e promoção de intercâmbio entre as sociedades civis (MRE, 2004; Ibrachina, 2024).

A COSBAN atuou de forma ativa durante sua primeira década de trabalho. Porém, Santoro (2022) aponta sua posterior estagnação. Nesse contexto, a VI Sessão Plenária, realizada em 2022, apresentou um sopro de renovação com o Plano Executivo 2022-2026 e o Plano Estratégico 2022-2031. Em conjunto, tais documentos renovaram princípios e metas para a cooperação bilateral em três eixos estratégicos: político; economia, investimento, comércio e cooperação; e ciência, tecnologia e inovação (MRE, 2024).

Mas foi na terceira visita de Estado do presidente Lula à China, em abril de 2023, que um salto qualitativo e quantitativo ocorreu, com a assinatura de 15 atos governamentais e 32 acordos empresariais, com destaque para energias renováveis e linhas de crédito verde (MRE, 2023; Secretaria de Comunicação Social, 2023). Brasil e China emitiram Declaração Conjunta

sobre o combate às mudanças climáticas, com destaque para o apoio chinês à candidatura brasileira para a realização da COP30 no Brasil. O papel da COSBAN foi reforçado e foi estabelecida, no âmbito da COSBAN, a Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança Climática (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023a).

No momento de criação da Subcomissão, a ministra brasileira do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, declarou que “a China tem grande experiência com reflorestamento, já recompôs cerca de 70 milhões de hectares de área degradada. O Brasil tem grandes áreas com floresta, mas também grande quantidade de áreas degradadas, e pode se beneficiar da experiência chinesa na recuperação dessas áreas” (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023b). Nesse sentido, a Subcomissão focará em ampliar, aprofundar e diversificar a cooperação bilateral em questões climáticas, como eliminação do desmatamento e promoção da transição energética, sendo uma importante adição à estrutura institucional e ao trabalho exercido pela COSBAN.

Considerações finais

O ano de 2024 é singular para as relações sino-brasileiras, com celebração de 50 anos das relações diplomáticas, 20 anos da COSBAN e planejamento de sua VII Reunião Plenária. É o momento oportuno para resgatar os princípios norteadores da Comissão, principalmente a coordenação em negociações internacionais. As-

sim, a Subcomissão aparece como o espaço ideal para que Brasil e China articulem suas posições e liderem, principalmente via cooperação Sul-Sul, um novo impulso entre países em desenvolvimento no tema.

Nesse sentido, é crucial que tal articulação e liderança ocorram a partir de uma postura ousada, que rompa definitivamente com o uso de combustíveis fósseis, foque em sociedades regenerativas e biodiversas e promova um novo paradigma de desenvolvimento centrado na natureza. Sobretudo, é essencial que o Brasil expanda seu entendimento acerca da civilização ecológica chinesa e que as demandas e experiências dos povos originários e tradicionais sejam ouvidas e incorporadas na preparação para a COP30, na cidade amazônica de Belém, para que a governança global do clima seja verdadeiramente inovadora e construída a partir de uma perspectiva de países do Sul Global (ONU Brasil, 2021; FAO, 2023; Weins, 2023).

Referências

FERREIRA, Leila; BARBI, Fabiana; GIESBRECHT, Marília. Global Environmental Changes: Environmental Policies in China and Brazil. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, 2016, p. 99-122.

GAO, Xiaosheng. China's Evolving Image in International Climate Negotiation: From Copenhagen to Paris. *China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 4, n. 2, 2018, p. 213-239.

GIDDENS, Anthony. *The Politics of Climate Change*. Cambridge: Polity Press, 2011.

HOCHSTETLER, Kathryn. The G-77, BASIC, and global climate governance: a new era in multilateral environmental negotiations. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 22, 2012, p. 53-69.

HOCHSTETLER, Kathryn; INOUE, Cristina. South-South relations and global environmental governance: Brazilian international development cooperation. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 62, n. 2, 2019, p. 01-22.

HULD, Arendse. Understanding China's Action Plan for Reaching Peak Carbon Emissions by 2030. *China Briefing*, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/china-carbon-emissions-understanding-peak-emissions-action-plan/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

IBRACHINA. O que é a COSBAN e qual a sua importância para as relações Brasil-China? Instituto sociocultural Brasil-China, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://ibrachina.com.br/o-que-e-a-cosban-e-qual-a-sua-importancia-para-as-relacoes-brasil-china/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JUNIOR, Oswaldo. A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

LAGO, André. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global. Ministério das Relações Exteriores, 14 abr. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em: 24 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Ministério das Relações Exteriores, 2024. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5172?IdEnvolvido=58&page=5&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). República Popular da China. Ministério das Relações Exteriores, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Declaração conjunta Brasil-China sobre combate às mudanças climáticas, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-conjunta-brasil-china-sobre-combate-as-mudancas-climaticas>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Brasil e China terão ampla cooperação em proteção de florestas, transição energética e rastreabilidade, diz Marina Silva. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-china-terao-ampla-cooperacao-em-protecao-de-florestas-transicao-energetica-e-rastreabilidade-diz-marina-silva>. Acesso em: 24 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU Brasil). Conhecimento indígena pode indicar o caminho na prevenção de crises ambientais. Nações Unidas Brasil, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/140293-conhecimento-indigena-pode-indicar-o-caminho-na-prevencao-de-crisis-ambientais>. Acesso em: 24 mar. 2024.

NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION (NDRC). Working Guidance for Carbon Dioxide Peaking and Carbon Neutrality in Full and Faithful Implementation of the New Development Philosophy. People's Republic of China National Development and Reform Commission, 24 out. 2021. Disponível em: https://en.ndrc.gov.cn/policies/202110/t20211024_1300725.html. Acesso em: 23 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Os povos indígenas e tribais e a governança florestal: uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe. Santiago do Chile, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2953pt/cb2953pt.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RODRIGUES, Meghie. Politics and the environment collide in Brazil: Lula's first year back in office. *Nature*, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-04042-x>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTORO, Maurício. *Brazil-China Relations in the 21st Century: The Making of a Strategic Partnership*. Palgrave Macmillan, 2022.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria. Secretaria de Comunicação Social, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>. Acesso em: 24 mar. 2024.

WEINS, Niklas. Opinion: Brazil can make green gains from China's

'ecological civilisation' aims. *Diálogo Chino*, 3 out. 2023. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/climate-energy/381104-opinion-brazil-can-make-green-gains-from-chinas-ecological-civilisation-aims/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

1 - As subcomissões implementam os acordos bilaterais e identificam possíveis novas áreas de interesse e atuação conjunta. São elas: Política; Econômica-Comercial e de Cooperação; Econômico-Financeira; Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Agricultura; Energia e Mineração; Espacial; Temas Sanitários e Fitossanitários; Cultura e Turismo; e Meio Ambiente e Mudança Climática.

A cooperação em educação, ciência, tecnologia e cultura



Margareth Menezes

Ministra de Estado da Cultura.

Lições de uma parceria

Nós acreditamos muito no potencial do intercâmbio cultural com a China, na força da economia criativa como um motor para auxiliar no crescimento econômico e sustentável dos nossos países.

Ao celebrar 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, é impossível não destacar a rica trajetória de aproximação e de trocas culturais entre nossos povos. Uma relação harmoniosa, que se iniciou, oficialmente, em 1974, e que transcendeu rapidamente os acordos comerciais e políticos, para abrir caminho a uma cooperação cultural profunda e multifacetada.

Berço de uma civilização milenar, a China demonstra compromisso com a preservação da sua memória, suas tradições e seu patrimônio cultural. O Brasil, por sua vez, traz a lição da diversidade cultural, do respeito mútuo e da cultura antropofágica, no sentido de abraçar a riqueza de todas as formas de expressão cultural.

Ao longo dos últimos 50 anos, o Brasil tem procurado fortalecer as relações com a China nas mais variadas áreas estratégicas, um processo que tem sido caracterizado pelo respeito e compreensão mútuos. A cultura é uma dessas áreas, que permite realizar aproximações e projeções para o futuro, construindo uma agenda de fortalecimento das parcerias existentes e das vindouras.

Assim, para além do comércio, sabemos que a promoção e a difusão da cultura são mecanismos que podem apontar para um novo patamar nas relações bilaterais, gerando ganho de complexidade na parceria entre os dois países. Sabemos

que sociedades que possuem um entendimento maior de suas culturas expandem seu campo de visão e de compreensão acerca do outro, realizam mais trocas e geram sinergias que vão além dos ganhos imediatos, pois podemos pensar em ganhos de longo prazo, em iniciativas estruturantes e duradouras.

Buscando retomar o alto perfil das relações entre os dois países, o presidente Lula vem orientando os esforços do governo federal no sentido de buscar uma aproximação que não se baseie apenas em termos econômicos, mas também sociais e culturais, em uma perspectiva de ganhos mútuos, caracterizadas pelo respeito à nossa diversidade cultural como um de nossos maiores patrimônios, e pela valorização de nossas expressões e manifestações artístico-culturais.

Em 2024, temos à frente uma série de ações culturais que buscam aproximar ainda mais nossas sociedades, aumentar o conhecimento mútuo e o respeito pelas nossas tradições e culturas. Em um mundo em que vemos atritos e fraturas nas relações entre os países, queremos dar exemplo de cooperação e amizade, valores tão importantes para nossas culturas.

A fim de favorecer a compreensão e o conhecimento mútuo entre nossas sociedades, temos desenvolvido uma cooperação mais aprofundada na área do audiovisual. Em abril de 2023, quando re-

alizei minha primeira viagem oficial como ministra de Estado da Cultura do Brasil para a China, junto da comitiva liderada pelo presidente Lula, logramos assinar o Acordo de Coprodução Televisiva, entre a Agência Nacional do Cinema (Ancine) e a Administração Nacional de Rádio e Televisão da China, que se soma ao já assinado acordo cinematográfico, que aguarda ratificação. Temos um grande potencial para a difusão do audiovisual brasileiro na China e para aproximação entre nossos mercados. Com esses acordos, queremos impulsionar a indústria audiovisual dos países, aumentando o perfil da nossa relação e fortalecendo nossas relações de entendimento e de amizade.

No cinema, gostaria de destacar ainda a participação do Brasil, este ano, como país homenageado no Festival Internacional de Cinema de Pequim. Será uma importante vitrine para a exibição de filmes brasileiros que fizeram sucesso nas telas brasileiras, e esperamos que também encantem o público chinês.

Além dessas ações, temos a expectativa de poder levar à China o painel *Guerre e Paz*, obra icônica do pintor brasileiro Cândido Portinari, inaugurada em 1957 e doada à Organização das Nações Unidas (ONU). Um dos maiores símbolos da tradição pacifista e do exercício da diplomacia, a obra poderá ser apresentada à sociedade chinesa, potencializando a dimensão do acesso à cultura por meio dessa importante obra do artista brasileiro.

Temos também desenvolvido ações no âmbito do Fórum de Macau, organização criada em 2003 para unir a China aos países de língua portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé

e Príncipe e Timor-Leste. Como uma ferramenta de conexão multilateral, é uma ferramenta potente no sentido de intensificarmos nossas trocas culturais, resgatando um passado histórico em comum, além de contribuir para que as relações bilaterais avancem para além do econômico, qualificando e culturalizando a parceria Brasil-China bem como permitindo maior aproximação com os países falantes de português do continente africano.

Em seus 20 anos de existência, o fórum tem apoiado a tradução, versão e edição de obras literárias, em português e mandarim. Essa iniciativa reforça a importância da literatura como elo de ligação e compreensão entre culturas. A leitura e a escrita têm um magnífico poder de transformação, seja de nossa realidade imediata, seja da realidade do mundo, e nos permite acessar outras realidades, visões de mundo. Além disso, essa iniciativa permite a ampliação do aprendizado e a difusão do português brasileiro.

Na área da música, há um grande potencial a ser explorado. Temos recebido delegações chinesas no Brasil, como a National Center for Performing Arts, que desenvolve parceria com orquestras brasileiras, como a *Osesp*, a Filarmônica de Goiás, o Teatro de Ópera Amazonas e a Cidade das Artes no Rio de Janeiro. Pela música, podemos encantar as pessoas, contar histórias e transmitir nossas ideias e sentimentos.

Nos festivais, há incríveis sinergias na celebração do Ano-Novo chinês e no nosso Carnaval. São festas populares de grande alcance, que envolvem ritmos, fantasias, cores, luzes e as comunidades trazendo mensagens de vigor e de força da cultura.



Lucélia Santos, protagonista da telenovela *Escrava Isaura*, ganha o prêmio de Melhor Atriz Estrangeira na 3ª edição do Águia de Ouro para a Televisão Chinesa. Em Pequim, 3 de abril de 1985.

Nós acreditamos muito no potencial do intercâmbio cultural com a China, na força da economia criativa como um motor para auxiliar no crescimento econômico e sustentável dos nossos países, a qual exerce papel central na geração de novas avenidas de cooperação.

Que esse momento de celebração possa potencializar a retomada da cooperação China-Brasil, a partir, também, da concretização de uma agenda comum no campo cultural, em que reposicionamos nossa rica diversidade cultural como promotora de justiça social, de uma cultura de paz, respeito; e como ferramenta no

enfrentamento à crise climática, às desigualdades. Precisamos explorar esse potencial enorme da cultura na renovação e no fortalecimento desses valores e na construção de uma ordem internacional mais fraterna, solidária, valores tão caros a nossas sociedades.

Em um mundo de crescente complexidade, em que o presente se mostra tão desafiador, é alentador contar com a parceria da China. Espero que o legado da nossa parceria projete um futuro pavimentado pelo respeito, pela amizade e pela prosperidade mútuos das nossas sociedades!



Luciana Santos

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação desde 1º de janeiro de 2023.

A cooperação Brasil-China em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento

A cooperação internacional com a China, nesse sentido, também é fundamental para atingir nossos objetivos comuns.

Os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China representam também 42 anos da cooperação estratégica bilateral em ciência e tecnologia. Marco desse relacionamento é a colaboração entre os países na área espacial. Em 1988, foi assinado o acordo constitutivo do Programa China-Brazil Earth Resources Satellite – CBERS, destinado ao desenvolvimento conjunto de satélites de observação terrestre.

Naquela década, os dois países de dimensões continentais, perceberam a necessidade de gerar e possuir dados de sensoriamento remoto para monitorar seus vastos territórios sem depender de satélites e equipamentos dos países desenvolvidos. Desde então, o programa, que completou 35 anos em 2023, já desenvolveu seis satélites de sensoriamento remoto: CBERS-1 (lançado em 1999), CBERS-2 (2003), CBERS-2B (2007), CBERS-3 (2013), CBERS-4 (2014) e CBERS-4A (2019). Os satélites fazem parte de um sistema completo de sensoriamento remoto, geração e distribuição de imagens para uso em diversos setores, como controle ambiental,

agropecuário, em políticas de desenvolvimento urbano e monitoramento de áreas terrestres em geral.

O Programa CBERS é uma iniciativa inovadora entre Brasil e China e que estabeleceu um novo paradigma de cooperação Sul-Sul, sob bases de tecnologias avançadas. A convergência de interesses para o desenvolvimento da série CBERS resultou em um modelo de colaboração de sucesso. Hoje, os dados que são gerados por essa série de satélites são fundamentais para grandes projetos nacionais estratégicos, como o Prodes, de avaliação do desflorestamento na Amazônia, e o Deter, de avaliação do desflorestamento em tempo real.

Essa cooperação ganhou novo ímpeto no ano passado, quando assinamos o acordo para o desenvolvimento do CBERS-6, que representa uma nova geração de satélites, com módulo de serviço de tecnologia 100% brasileira, a Plataforma Multimissão (PMM) e uma nova carga útil com radar de abertura sintética chinês. A operação desse novo satélite trará um ganho não só quantitativo, ao agregar seus dados aos dos outros três

satélites ainda em operação no Brasil, mas também qualitativo, ao permitir a geração de dados mesmo em dias nublados, que podem chegar a seis meses do ano na região norte do país.

Também neste ano comemoramos os 20 anos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), principal mecanismo da relação bilateral. Instituída em 2004, sua Sessão Plenária reuniu-se seis vezes, sendo a última em 2022, em Brasília. A comissão é estruturada em três níveis, a Sessão Plenária é copresidida pelo vice-presidente do Brasil e pelo vice-presidente da China; a secretaria-executiva cabe ao secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil e ao vice-ministro de Comércio da China; e as subcomissões são coordenadas pelos ministérios de ambos os países.

O Plano Estratégico Brasil-China 2022-2031 estabeleceu três eixos de cooperação: (i) eixo político; (ii) eixo de economia, investimento e cooperação; e (iii) eixo de ciência, tecnologia e inovação. A configuração desse terceiro eixo teve como base o reconhecimento da centralidade da cooperação em ciência, tecnologia e inovação para aprofundar as oportunidades entre as duas economias. Nesse contexto, Brasil e China trabalham em conjunto para explorar seus potenciais tecnológico e industrial.

Coube ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação coordenar, pelo lado brasileiro, as subcomissões Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Indústria e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e Cooperação Espacial.

A cooperação com a China nesses setores também envolve o objetivo geral do atual governo de utilizar as políticas de

ciência, tecnologia e inovação para alcançar o fim da pobreza, da miséria e da fome, a redução das desigualdades, a proteção e conservação do meio ambiente, o combate às mudanças climáticas, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, o aumento de nossa competitividade e a reindustrialização do país.

Temos a real dimensão da necessidade de ter um Estado ativo na política de desenvolvimento sustentável, para lidar com os grandes desafios da nossa geração: as mudanças climáticas. As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação para uma economia de baixo carbono e altamente conectada estão sendo fortalecidas. Como prioridades, estão sendo focadas a transição energética e energias renováveis, com destaque para o hidrogênio sustentável, os biocombustíveis e as energias eólicas e fotovoltaicas.

Apesar de cada país adotar um modelo próprio de desenvolvimento, baseado nas suas características locais, é fundamental o intercâmbio global, que aponte caminhos e tendências a serem considerados pelos governos e que enriqueçam nossas perspectivas de desenvolvimento do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com essas interações externas, buscamos atingir os interesses nacionais de desenvolvimento econômico, social e ambiental, o crescimento alinhado à inclusão, inclusive de gênero, e a geração de empregos, por meio de cooperações internacionais e transferência de tecnologia.

Nesse aspecto, ressalta-se a centralidade da cooperação com países em desenvolvimento, em particular com a China. Temos diante de nós desafios globais, que não reconhecem fronteiras geopo-

Grupo de especialistas do Brasil e da China ao lado do foguete Longa Marcha 4B. Em 1999.



líticas. As mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, as pandemias e outras emergências em saúde, a escassez hídrica e o impacto das novas tecnologias digitais, como a inteligência artificial, as tecnologias quânticas e a internet das coisas, entre outros, são condições que atingem todas as nações, e de forma mais aguda os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. Devemos, portanto, buscar soluções conjuntas, de benefícios mútuos, em uma lógica de paz e prosperidade e, especialmente, baseadas na melhor ciência, tecnologia e inovação.

A cooperação internacional com a China, nesse sentido, também é fundamental para atingir nossos objetivos comuns. Não há saída para os esforços de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, para o combate ao desmatamento ilegal e para o enfrentamento das desigualdades sociais e digitais, por exemplo, sem ciência. A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico são ferramentas fundamentais na busca de soluções para esses desafios. Por isso, temos urgência em produzir mais conhecimento científico, mais tecnologia e mais inovações, para que os resultados sejam revertidos em benefícios para nossas populações.

Por fim, é importante ressaltar algumas

iniciativas em andamento que podem exemplificar a pujança dessa cooperação bilateral, a qual temos como estratégica. Destacam-se as atividades no âmbito do Laboratório Conjunto Sino-Brasileiro de Clima Espacial e o protagonismo sino-brasileiro no projeto do radiotelescópio BINGO, que está em construção na Paraíba. Esse é o maior projeto de cooperação científica internacional na área de estudos do espaço atualmente liderado por brasileiros.

O Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, mantido pela Universidade de Tsinghua e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conta atualmente com ações para planejamento energético, cidades inteligentes, mobilidade – (veículos híbridos), empreendedorismo e inovação. O Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (CBCIN) e já executou 10 projetos conjuntos de PD&I, em áreas como meio ambiente, energia renovável, grafeno e biomedicina, e o Centro Sino-Brasileiro de Pesquisa e Prevenção de Doenças Infecciosas (IDRPC), está em vias de instalação. A participação do Brasil na International Bamboo and Rattan Organization (INBAR), sediada em Pequim, também é digna de nota.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) implementou o Programa Brasil-China de Intercâmbio de Jovens Cientistas para a concessão de bolsas de pós-doutorado a estudantes brasileiros em instituições chinesas por 12 meses. Apesar de ter sofrido impactos da pandemia, é desejo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aumentar e impulsionar o intercâmbio de cientistas brasileiros, notadamente jovens doutores, para a China. Da mesma forma, esperamos receber cada vez mais jovens doutores chineses em nossas instituições de pesquisa.

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e o Instituto de Física de Alta Energia (IHEP, China) firmam, em 2023, memorando de entendimento para cooperação científica no campo de tecnologias aplicadas ao uso de fontes de luz síncrotron. Após a assinatura desse instrumento, houve visitas técnicas mútuas para desenvolvimento de projetos. Essa ação é relevante no sentido de que o Brasil presta cooperação tecnológica aos chineses, por ter estágio mais avançado de desenvolvimento (Laboratório Sirius de luz síncrotron de 4ª geração), ao invés de apenas absorver conhecimento.

Esses são apenas alguns exemplos, em campos diversos de conhecimento, de uma série de iniciativas em que Brasil e China têm cooperado, da pesquisa básica e aplicada, até o desenvolvimento tecnológico de mais alto nível de maturidade. Nosso interesse é de aprofundar a colaboração bilateral nos temas de CT&I nos próximos anos, de modo que nas décadas vindouras possamos colher ainda mais frutos desse relacionamento.

Esses passos já foram dados de cer-

ta forma. Estamos em negociação para o desenvolvimento do satélite CBERS-5, com lançamento previsto para a década de 2030, e definimos as bases de cooperação na área de CT&I e transformação digital, por meio de documento assinado no ano passado em Pequim. Esses instrumentos já apresentam o grupo de áreas nas quais queremos avançar, as quais são citadas a seguir:

Na área de pesquisa e inovação: (i) nanotecnologia; (ii) energia limpa; (iii) inteligência artificial; (iv) biotecnologia; (v) cidades inteligentes; (vi) novos materiais; (vii) ciência e tecnologia espacial; (viii) economia digital; (ix) tecnologia da informação e comunicação; (x) indústria 4.0; (xi) biodiversidade; (xii) ciências polares e oceânicas; (xiii) infraestruturas de pesquisa; (xiv) mudanças climáticas; (xv) ciência e tecnologia agrícola; e (xvi) saúde. E na área de transformação digital: (i) políticas de tecnologias da informação e comunicação para apoiar a estruturação de clusters e ecossistemas de inovação em TIC; (ii) desenvolvimento de tecnologias de comunicação móvel 5G, bem como tecnologias-chave e aplicações em tecnologias de comunicação de próxima geração; (iii) desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, incluindo computação em nuvem, big data, internet das coisas (IoT), semicondutores e energia fotovoltaica inteligente; (iv) tecnologias-chave, algoritmos, padrões e cenários de aplicação em inteligência artificial (IA); (5) aplicação da transformação digital e tecnologia digital, especialmente IoT e IA, na indústria, saúde, cidades e agronegócio; e (vi) algoritmos, segurança cibernética e cenários de aplicação envolvendo tecnologias quânticas.



**Enrique Huelva
Unternbäumen**

Doutor e professor titular de Linguística, diretor do Instituto Confúcio (desde 2009) e vice-reitor da Universidade de Brasília.

A cooperação acadêmica e científica entre o Brasil e a China: situação atual e possibilidades futuras

O projeto bilateral da criação do Centro Brasil-China de Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção de Tecnologia em Mecanização para Agricultura Familiar é um bom exemplo de como abordar, em uma única ação de cooperação, uma área de grande importância social tanto para a China como para o Brasil.

Como é amplamente sabido, a cooperação comercial entre o Brasil e a China adquiriu, nas últimas décadas, uma importância que transcende a dimensão da própria relação bilateral e se estabelece como um fator de importância global para o desenvolvimento no século XXI. A China é o principal parceiro comercial do Brasil, tanto nas importações como nas exportações. O gigante asiático é o destino de mais de um quarto das exportações do gigante sul-americano, superando os US\$ 90 bilhões em 2022, com destaque para commodities como soja, carne bovina, carne suína, carne de frango, celulose, açúcar, algodão, petróleo e minério de ferro. Da China, o Brasil importa especialmente máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, produtos químicos e farmacêuticos, acessórios para veículos automotivos e outros produtos da indústria de transformação. Embora o Brasil ocupe apenas a nona posição da lista dos principais

fornecedores estrangeiros da China (correspondendo a 4% do total das importações), a importância do Brasil como provedor estratégico é facilmente dedutível do conjunto de produtos importados que acabamos de listar.

Contudo, e apesar da inquestionável importância econômica e estratégica das atividades de compra e venda de produtos e bens entre o Brasil e a China, a relevância atual e o potencial futuro de uma relação bilateral (ou multilateral) não se limita às (e não pode ser mensurado apenas a partir das) relações comerciais que existem entre os países. De especial transcendência é também, e sobretudo, a capacidade que possui a relação entre dois ou mais países de serem protagonistas no enfrentamento dos grandes desafios globais que marcam a vida das pessoas e das sociedades no primeiro quarto do século XXI. A centralidade que devemos atribuir a esse fator nas relações bi e multilaterais



se fundamenta em uma característica comum a todos os grandes desafios atuais da humanidade: embora esses desafios – como, por exemplo, segurança alimentar e combate à fome, aquecimento global, sustentabilidade ambiental, preservação da paz no mundo etc. – tenham sempre efeitos e consequências locais nas diferentes regiões e países do mundo, a sua superação só se dará por meio de processos colaborativos e ações conjuntas. Uma dimensão essencial desses processos e ações é a cooperação científica, acadêmica e tecnológica. Cabe à ciência construir uma base de conhecimentos factuais sobre a qual possam ser erguidos processos decisórios adequados, elaborar projetos e propostas tecnológicas e metodológicas aplicáveis à solução de problemas específicos, possibilitar avanços nos campos da saúde, da alimentação, do meio ambiente, da energia, da superação de desigualdades, da justiça social, da educação, do enriquecimento cultural das populações, contribuindo, assim, de modo geral, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das sociedades.

Alguns dados sobre a cooperação científica entre o Brasil e a China

Vejam alguns dados sobre a cooperação científica sino-brasileira.¹ No período de 2018 a 2023, foram publicados 11.427 artigos científicos em revistas especializadas, elaborados no âmbito de cooperações científicas entre o Brasil e a China e publicados em coautoria entre pesquisadores de ambos os países. As áreas científicas de maior destaque nessa colaboração são: Física, com 29,5 % dos trabalhos publicados; Medicina, com 24,3 %; Engenharias, com 15 %; Bioquímica, com 10,9 %; Ciências Agrárias, com 9,9%. Em contraste com os resultados dessas áreas, constata-se uma baixa colaboração na grande área de Ciências Sociais e Humanas, com apenas 3,5 % dos registros. Os dados assinalam, ainda, que houve uma evolução positiva da quantidade de publicações ao longo do período, com um incremento paulatino ano após ano, que inicia com menos de 1.500 publicações em 2018 e ultrapassa as 2.000, em 2023. Finalmente, no que concerne à qualidade das publicações, é de referir

Alunos e professores do Instituto Confúcio e do Chinese Bridge Club com o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, na abertura do 23º Concurso “Chinese Bridge” para estudantes universitários brasileiros. Em Brasília, maio de 2024.

que 53,9% dos artigos foram publicados nos 10% das revistas científicas mais citadas no mundo e que 32,1% dos artigos estão entre os mais citados do mundo, no mesmo período. Esses resultados atestam, sem dúvida, uma alta qualidade das pesquisas realizadas no âmbito da cooperação entre pesquisadores e instituições dos dois países.

Por outro lado, é importante contrastar esses resultados com dados provenientes de cooperações com outros países. Só assim alcançaremos um dimensionamento adequado da cooperação sino-brasileira atual e das potencialidades a serem desenvolvidas no futuro. No período contemplado, foram registradas 198.954 publicações de pesquisadores brasileiros em colaboração com pesquisadores de outros países. Dentre os países com o maior número de colaborações destacam-se: (1) Estados Unidos, com 68.478 artigos publicados em colaboração; (2) Reino Unido, com 30.550 artigos; (3) Espanha, com 23.315; (4) Alemanha, com 23.280; (5) França, com 21.324. A colaboração Brasil-China ocupa apenas o décimo lugar, com os já mencionados 11.427 trabalhos publicados. Se observamos a evolução da quantidade de publicações em colaboração no mesmo período, constatamos um aumento das publicações até 2021 (aproximadamente 27.000 em 2018 e 36.000, em 2021) e uma leve tendência de queda a partir desse ano até 2023 (com um volume ligeiramente acima de 34.000). No que tange à qualidade das publicações, cabe ressaltar que 30,8% dos artigos em colaboração foram publicados em revistas que se encontram entre as 10% mais citadas do mundo, enquanto 13,2% dos

artigos pertencem aos 10% mais citados do mundo no período avaliado. Se comparamos esses indicadores qualitativos gerais com os relativos apenas à cooperação sino-brasileira, constatamos que essa última se destaca positivamente com respeito à qualidade científica dos trabalhos realizados.

Diante desses dados, como conclusão parcial, podemos afirmar que a cooperação científica sino-brasileira dispõe, ainda, de uma margem de crescimento significativa quando comparada com parceiros científicos mais tradicionais do Brasil, como os Estados Unidos e os países europeus. Acrescenta-se a essa observação o fato de que as colaborações estão concentradas fortemente em algumas áreas científicas específicas. Uma maior colaboração em outras áreas de interesse comum e importância global, no sentido exposto acima, seria também, sem dúvida, desejável. Penso, por exemplo, em áreas como Ciências Ambientais, Ciências da Terra, Ciências Sociais e Ciências Humanas.

Um exemplo de cooperação de interesse comum e impacto global: segurança alimentar, combate à fome e sustentabilidade

A Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Agricultura da China (Chinese Agricultural University – CAU) vêm colaborando no desenvolvimento e implantação do Centro Brasil-China de Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção de Tecnologia em Mecanização para Agricultura Familiar. O centro tem como objetivo comum a cooperação bilateral para tratar de questões relacionadas à luta contra a fome e a pobreza e ao desenvolvimento rural, incluindo políticas e troca de experiências para melhorar as trans-



Na cerimônia de lançamento do Projeto de Demonstração de Cooperação em Mecanização Agrícola China-Brasil, 31 máquinas, fornecidas por sete empresas chinesas, foram entregues a organizações de trabalhadores rurais. Em Apodi (RN), fevereiro de 2024.

ferências de renda, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade da produção de alimentos. O centro atua em três eixos principais:

1) Maquinário agrícola e novas energias – Concentra-se nas principais tecnologias e em equipamentos relacionados a maquinário agrícola e energia renovável adequados para a agricultura familiar, área de grande importância em ambos os países;

2) Bioinsumos e agroecologia – Promove a cooperação em pesquisa para o desenvolvimento de novos bioinsumos, incluindo a construção de um laboratório conjunto de microbiologia e biogeoquímica, bem como a construção de uma fábrica experimental de biofertilizantes, com base na demanda por insumos biológicos, sob a perspectiva da agroecologia e da agricultura orgânica;

3) Residência científica e tecnológica – Estabelece residência em diferentes regiões do Brasil para realizar o intercâmbio

de estudantes, pesquisa de campo no local, estudo, treinamento e demonstração.

O projeto bilateral da criação do Centro Brasil-China de Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção de Tecnologia em Mecanização para Agricultura Familiar é um bom exemplo de como abordar, em uma única ação de cooperação, uma área de grande importância social tanto para a China como para o Brasil, como é a agricultura familiar, e, ao mesmo tempo, contribuir para o enfrentamento de desafios de transcendência e impactos globais, como são a segurança alimentar, o combate à fome e a sustentabilidade.

Cabe a ambos os países e as suas instituições de pesquisa e universidades promover mais iniciativas dessa natureza em todas as áreas de interesse comum e importância global.

¹ - Dados extraídos do SciVal em consulta realizada em 24/1/2024.



Brasil e China: um mundo multipolar na educação superior, na ciência e na cultura

**Penildon
Silva Filho**

Graduado em Comunicação Social, mestre e doutor em Educação pela UFBA. Entre 2007 a 2011 foi diretor do Instituto Anísio Teixeira na Bahia, também foi pró-reitor de Ensino de Graduação e hoje é o vice-reitor da UFBA.

A criação de uma nova ordem mundial multipolar é essencial para haver uma economia que possa se desenvolver num ambiente de paz.

Nesse ano de 2024, o Brasil e a China comemoram o reestabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Os dois países estão agora numa quadra histórica onde essas relações aceleram em um sentido extremamente positivo. Desde o início dos anos 2000, a China já é o principal parceiro comercial do Brasil, e isso modificou a situação que já perdurava por mais de 50 anos, quando os Estados Unidos eram o principal parceiro comercial. Mas logo depois em que atingimos esse patamar extremamente importante de parceria econômica, de fluxos de importação e exportação e de inversão de capitais, foi criado o BRICS, que reuniu no mesmo bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e apresentamos à comunidade internacional o nosso interesse coletivo de revermos e redefinirmos as relações internacionais e a governança global.

A criação de uma nova ordem mundial multipolar é essencial para haver uma economia que possa se desenvolver num ambiente de paz, uma economia

que tenha por objetivo a inclusão social, a diminuição da pobreza, da miséria e das assimetrias, desafios que o capitalismo não tem conseguido superar. O capitalismo sempre se caracterizou, e isso se acentuou nos últimos anos, pelo aumento das desigualdades, das assimetrias, da fome e da miséria de forma gritante e pela destruição do meio ambiente de forma irreversível. Também tem se tornado cada vez mais o capitalismo da guerra, o capitalismo que se mantém a partir de uma indústria bélica extremamente potente e pela intervenção em diversos Estados nacionais, rompendo a soberania de muitos países, e pela criação de forma planejada de instabilidades em várias regiões do globo. Uma instabilidade arquitetada justamente com o interesse de dinamizar o complexo industrial-militar dos Estados Unidos e ao mesmo tempo retardar o processo de declínio do imperialismo norte americano e de seus aliados.

Nesse sentido, a estratégia do BRICS é uma continuidade do que foi inaugurado em 1955, com a conferência de Bandung, na Indonésia, de criar um bloco dos países



Estudantes brasileiros de mandarim exibem suas obras de caligrafia.

não alinhados. A reunião conferiu projeção internacional a alguns líderes mundiais: o presidente Sukarno, da Indonésia; Chu En-Lai, o primeiro-ministro da China; e o presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser. Um momento extremamente importante em que a China pôde apresentar, com todo o brilhantismo de seu primeiro ministro, a sua visão sobre política externa e relações internacionais, em que os países do terceiro mundo puderam afirmar que seu interesse estava justamente em combater o colonialismo, promover a soberania dos povos, promover a independência das então colônias, combater o imperialismo e criar alternativas de desenvolvimento econômico soberano, no qual não deveriam estar alinhados automaticamente a nenhum bloco.

A conferência de Bandung, já em 1955, apontava a necessidade de ultrapassar o colonialismo e o imperialismo também do ponto de vista cultural, educacional, do desenvolvimento científico e tecnológico, e promover uma integração do Sul Global. O BRICS hoje também tem papel fundamental no sentido de promover essa integração Sul-Sul.

Do ponto de vista cultural, acadêmico, científico, já existem muitos projetos e programas de integração. Desde a Conferência de Bandung, um resultado efetivo concreto da mesma no Brasil é o PECG

(Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) e o PECPG (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação), programas de integração com países em desenvolvimento para o qual o Brasil com seu Ministério da Educação abre vagas na graduação e na pós-graduação em todas as universidades federais.

Precisamos pensar na criação de um grande programa internacionalista que seja delineado no sentido do PECG/PECPG, mas pensando também em ampliá-lo para as outras áreas. Propomos a criação da Universidade do BRICS, programa com o objetivo de garantir a formação de quadros em graduação e pós-graduação para todos os países do BRICS+ (os países originais do BRICS e também Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã) e deve-se abrir para todos os países da África, da Ásia e da América Latina. Trata-se de uma política de cooperação Sul-Sul de caráter cultural, acadêmico, científico e tecnológico que seja voltada a todos os países em desenvolvimento. Será a nossa contribuição enquanto BRICS+ para o desenvolvimento científico e tecnológico do Sul Global.

Além da formação em graduação e pós-graduação, é importante haver um estímulo aos grupos de pesquisa e às linhas de pesquisa consideradas estratégicas para o Sul Global, com a sua integração para

romper com o processo de colonialismo científico e tecnológico no qual os Estados Unidos e a Europa se tornam o centro com seus projetos e suas universidades e centros de pesquisa, capitaneando a pesquisa global. A Universidade do BRICS pode ter um programa de editais de fomento à pesquisa lançado para estimular os temas considerados estratégicos para os países do bloco e que induzam a integração entre os países do Sul Global, financiando projetos em que os grupos de pesquisa de diferentes países estejam associados, tanto do BRICS+ quanto dos demais países da América Latina, da África e da Ásia.

Os editais devem listar quais são as linhas prioritárias, como transição energética, transição socioecológica, reflorestamento, tecnologia da informação, segurança cibernética, controle e automação, robótica, defesa nacional e regional, indústria aeroespacial, agricultura sustentável, políticas de combate à fome, educação básica e outras. Poderiam se candidatar grupos de pesquisa de notório saber de países distintos que estejam em associação pelo menos de dois países.

Além da política de formação de quadros e do estímulo aos grupos de pesquisa alinhados aos interesses dos países do BRICS+ para a geração de ciência, tecnologia e inovação, visando a Revolução 4.0 em um programa de indução científica e formação de quadros com todas as universidades públicas desses países, seria importante que o programa Universidade do BRICS tenha instituições universitárias constituídas para essas metas, sediadas fisicamente nos países.

O Brasil já tem duas experiências exitosas como exemplo. O Brasil, no primeiro governo Lula, criou a Unilab, Universidade

da Integração Luso-Afro-Brasileira, e reservamos pelo menos 50% das vagas para alunos africanos. Contamos também com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, situada na tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, com muitos alunos vindo de outros países da América Latina. Mas essas não são as primeiras experiências de internacionalização voltadas ao Sul. Nós tivemos na antiga União Soviética a experiência de abrir as suas universidades para os países em desenvolvimento, como a Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba, que até hoje existe em Moscou. As universidades da China já têm um processo de internacionalização intenso, no qual elas acolhem de forma massiva estudantes da Ásia e da África de forma extremamente positiva.

O Programa da Universidade do BRICS pode contar com pelo menos duas universidades sede em cada um dos países do BRICS+, com chamadas para estudantes que se comprometam a voltar para os seus países para contribuir com um projeto de desenvolvimento nacional e mantendo redes de pesquisa e desenvolvimento com os professores e antigos colegas dessas instituições. Essas universidades, além de acolher os alunos, devem se tornar centros de conhecimento, ciência, cultura e artes que discutam justamente a consolidação de um projeto de desenvolvimento global.

Assim como os países do BRICS devem ter projetos de desenvolvimento nacional que não sejam mais capturados pelo neocolonialismo e pelo imperialismo, as universidades do BRICS devem elaborar um novo projeto global de desenvolvimento, de integração econômica, científica e de promoção da paz entre os povos.



Luís Antonio Paulino

Professor vinculado à Universidade Estadual Paulista - (Unesp), diretor do Instituto Confúcio na Unesp, pesquisador do Instituto de Estudos de América Latina da Universidade de Hubei.

Cooperação educacional entre Brasil e China

Implantação de Institutos Confúcio no Brasil, em parceria com as principais universidades brasileiras, é passo importante dessa colaboração.

Desde que Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas, há 50 anos, as relações bilaterais entre os dois países têm avançado de forma constante e abrangente. A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e um dos mais importantes investidores externos no país. As exportações brasileiras para a China alcançaram, em 2023, a extraordinária marca de US\$ 100 bilhões. Entre 2007 e 2022, empresas chinesas investiram US\$ 71,6 bilhões no Brasil por meio de 235 projetos.¹

Na área da ciência e tecnologia a parceria entre os dois países é uma das mais importantes e longevas entre países em desenvolvimento. O marco inicial da cooperação tecnológica entre o Brasil e a China foi o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em 25 de março de 1982.²

Desde então foram assinados mais 50 atos internacionais e declarações conjuntas entre os dois países nas áreas de ciência e tecnologia, abrangendo as áreas espacial, tecnologia de informação e comunicação, biotecnologia,

nanotecnologia, astronomia, ciências agrárias, mudanças climáticas e energias renováveis, parques tecnológicos, dentre outros. O mais importante deles é o acordo de cooperação para o desenvolvimento do projeto Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), de 1988, ainda vigente, considerado o primeiro acordo de cooperação em alta tecnologia firmado entre dois países em desenvolvimento.

No plano das relações internacionais, os dois países estão cada vez unidos graças à sua participação conjunta no BRICS e em outras iniciativas globais visando a reforma do sistema de governança global, a erradicação da fome, o desenvolvimento dos países mais pobres e a construção da paz no mundo.

Nas três importantes iniciativas propostas pelo presidente Xi Jinping – a Iniciativa para o Desenvolvimento Global, para a Segurança Global e para a Civilização Global –, todas voltadas para o desenvolvimento equilibrado, pacífico e inclusivo do mundo, o Brasil tem participado de forma ativa, se somando à China nos esforços para a eliminação global da pobreza, a construção de um mundo pacífico e o estabelecimento de uma civilização global que,

respeitando as diferenças e a história de cada país, possa unir o mundo em torno de valores universais comuns da humanidade.

A busca por um novo modelo de desenvolvimento é uma aspiração das forças progressistas comprometidas com a soberania nacional e o bem-estar do povo em todo o mundo e, pela primeira vez na história, a China oferece uma alternativa viável, que devidamente adaptada às condições e realidades locais pode representar a abertura de um novo capítulo na história dos países em desenvolvimento.

Uma das questões que mais chamam a atenção na evolução recente nas relações bilaterais entre Brasil e China é o aprofundamento das relações educacionais entre os dois países.

Há pouco mais de uma década as relações entre Brasil e China, no campo educacional, eram escassas, nomeadamente no intercâmbio estudantil, quase inexistente. O pouco contato entre universidades brasileiras e chinesas, com algumas poucas e notáveis exceções, e a barreira da língua eram os principais obstáculos para o aprofundamento da cooperação.

Mas esse quadro passou por profundas modificações nos últimos 15 anos. A implantação dos Institutos Confúcio no Brasil, em parceria com as principais universidades brasileiras, foi um passo importante para esse aprofundamento.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação do Instituto Confúcio na Universidade Estadual Paulista – Unesp em parceria com a Universidade de Hubei, em 2008. Depois disso

outros 12 Institutos Confúcio foram implantados nas principais universidades brasileiras, conforme se verifica na tabela abaixo.

Só no Instituto Confúcio na Unesp, nesses 15 anos de funcionamento já registramos aproximadamente 28 mil matrículas, enviamos para a China cerca de 800 estudantes para atividades de intercâmbio estudantil e recebemos 120 professores chineses que permaneceram no Brasil, em média, dois anos cada um, em alguns casos mais de 5 anos.

Só em 2023, abrimos 328 turmas de língua chinesa para 4.523 alunos e enviamos para a China 42 alunos com bolsas do Instituto Confúcio para cursos com duração de seis meses e um ano. Um dado importante é que, no início de nossas atividades, dependíamos apenas de professores chineses enviados pela matriz do Instituto Confúcio e pela Universidade de Hubei e hoje, dos 40 professores de língua chinesa que colaboram com o instituto, 10 já são professores locais, muitos deles formados no próprio Instituto Confúcio na Unesp.

A maior difusão da língua e cultura chinesa entre estudantes brasileiros por meio dos Institutos Confúcio e de outras instituições públicas e privadas no país levaram, naturalmente, ao aumento do interesse e ao surgimento de novas possibilidades de intercâmbio estudantil, não apenas na área de língua chinesa, mas em todas as áreas do conhecimento.

Conforme apontou o conselheiro educacional da Embaixada da China no Brasil, Sr. Wang Zhiwei, a China registra hoje mais de mil estudantes brasileiros em instituições de ensino superior no

Institutos Confúcio no Brasil

Universidade brasileira	Universidade chinesa	Estado	Ano de criação
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Hubei University	São Paulo	2008
Universidade de Brasília (UnB)	Dalian University of Foreign Language	Distrito Federal	2008
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Hebei University	Rio de Janeiro	2010
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Communication University of China	Rio Grande do Sul	2011
Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)	University of International Business and Economics	São Paulo	2012
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Huazhong University Of Science and Technology	São Paulo	2013
Universidade Estadual de Pernambuco	Central University of Finance and Economics	Pernambuco	2013
Universidade Estadual do Ceará	Nankai University	Ceará	2014
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Beijing Jiaotong University	São Paulo	2014
Universidade Estadual do Pará (UEPA)	Shandong Normal University	Pará	2014
Universidade Federal Fluminense (UFF) - Sala Confúcio	Hebei Normal University	Rio de Janeiro	2017
Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Sala Confúcio	Hubei University / Unesp/ Ibrachina	Amazonas	2018
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Sala Confúcio	Hubei University / Unesp	Maranhão	2018
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Hubei University of Chinese Medicine / Tianjin Foreign Studies University	Goiás	2019
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Shanghai University	Bahia	2023

país, que contam também com 17 centros de pesquisa latino-americanos em suas universidades, contemplando estudos sobre o Brasil.

No sentido contrário é cada vez mais comum encontrarmos estudantes chineses em universidades brasileiras. Somente na Unesp, temos recebido todos os anos estudantes chineses de língua portuguesa da Universidade de Hubei e do Instituto de Comunicações de Hebei.

Há obviamente muitas lacunas a serem preenchidas, muitas oportunidades ainda inexploradas e muitos desequilíbrios a serem corrigidos.

Começando pelas lacunas e desequilíbrios, basta notar que enquanto no Bra-

sil temos atualmente um único curso de graduação em língua chinesa, na Universidade de São Paulo, e outro curso em fase de discussão a ser criado na Unesp em 2025 (um curso de dupla diplomação com a Universidade de Hubei onde os estudantes ficarão dois anos no Brasil e dois anos na China), na China há atualmente mais de 30 universidades oferecendo cursos de graduação em língua chinesa. Segundo o conselheiro educacional da Embaixada da China no Brasil, Wang Zhiwei, hoje, na China, há mais de 100 instituições de ensino superior que oferecem cursos de português. Trata-se, portanto, de uma questão que merece mais atenção tanto das universidades

brasileiras quanto das autoridades na área de educação em todos os níveis de governo no Brasil.

A formação local de professores de língua chinesa é um grande desafio a ser superado, uma vez que será muito difícil expandir o ensino da língua chinesa, nomeadamente para os alunos do ensino fundamental e ensino médio, sem que se disponha de professores locais com formação em língua chinesa, tal como ocorre hoje com o inglês.

Atualmente, o Instituto Confúcio na Unesp está discutindo um acordo de cooperação com Prefeitura Municipal de São Paulo com vistas a enviar cinco professores para iniciar a oferta de cursos de língua chinesa nos centros de língua existentes nos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Mas isso, caso se concretize, é apenas uma gota no oceano. Sem a disponibilidade de professores locais de língua chinesa na própria rede pública de ensino, não é possível estender o ensino da língua chinesa para todos os interessados, particularmente os setores menos favorecidos da sociedade, uma vez que algumas escolas privadas de alto nível já oferecem essa possibilidade para seus alunos, ainda que em escala limitada.

As oportunidades para o aprofundamento da cooperação educacional entre o Brasil e China vão, obviamente, muito além do ensino da língua chinesa e do intercâmbio estudantil entre universidades brasileiras e chinesas. A China é um país que se destaca internacionalmente pela alta qualidade de seu sistema educacional. Em grande parte influenciado por seus valores tradicionais herdados da tradição confuciana e pela atenção

que a República Popular da China deu à educação desde sua criação, em 1949, é notório o desempenho extraordinário dos estudos chineses em exames internacionais que avaliam a qualidade de ensino, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

A China obteve o 1º lugar no Pisa 2018, nos três domínios (Leitura, Matemática e Ciência) através de quatro províncias chinesas Pequim, Xangai, Jiangsu e Zhejiang, em Leitura (555), Matemática (591) e Ciências (590), enquanto o Brasil, em um universo de 81 países avaliados, ficou entre os 20 com pior desempenho. É igualmente notória a presença das principais universidades chinesas nos primeiros lugares dos rankings internacionais.

Aprofundar, portanto, a troca de experiências na gestão do ensino e nos métodos educacionais com a China pode ser de grande valia para os gestores públicos e privados brasileiros encarregados de planejar e dirigir as instituições de ensino brasileiras em todos os níveis.

Por último e não menos importante é preciso destacar que ao incentivar a cooperação educacional entre Brasil e China estaremos fortalecendo o relacionamento interpessoal entre chineses e brasileiros, o que certamente será de grande importância no futuro, quando esses jovens estiverem ocupando cargos importantes em governos, empresas e universidades em ambos os países.

1 - *Cariello, T. Investimentos Chineses no Brasil 2022. Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Agosto 2023.*

2 - *PAULINO, L. A. China: a procura do caminho para o desenvolvimento. Tese de Livre-docência. Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Unesp/Marília. 2017.*



Rogério Fernandes de Macedo

É sinólogo, membro da International Confucian Association, doutor em Ciências Sociais (Unicamp), professor de Chinês, diretor da Associação Sunbin de Wushu e Cultura Chinesa.

A implementação do Instituto Confúcio da China e sua adequação no Brasil a partir do desenvolvimento econômico

Avanços são satisfatórios e seguem em constante aperfeiçoamento, apesar da diferença de ritmo e da distância entre os sistemas educacional e econômico no Brasil.

Este artigo apresenta a implementação do Instituto Confúcio no Brasil a partir do desenvolvimento econômico chinês. A hipótese é que, com o crescimento econômico chinês, os interesses pela sinologia no Brasil também aumentaram, gradualmente. A sinologia ocidental busca estudar praticamente tudo sobre a China (Macedo, 2021), e o Brasil segue esse modelo. O atual fortalecimento das relações entre os dois países favorece tanto o sistema educacional como o econômico brasileiro. Nesse panorama os Institutos Confúcio se apresentam como instrumentos de adequação às exigências do mercado por especialistas nas diversas áreas que dominem a língua chinesa para atender a demanda econômica. Um estudo em sinologia comparada destaca a sinologia brasileira atual e sua aproximação com os Institutos Confúcio no país, servindo de modelo para analisar outros países e entender como está sendo resolvido o crescente interesse pela cultura chinesa

e quais as principais dificuldades encontradas, considerando as exigências do mercado global.

Os Institutos Confúcio e a divulgação da cultura chinesa no Brasil

Segundo o Prof. Kong Deli, da Universidade Beijing Jiaotong, China:

“Em 21 de novembro de 2004, o primeiro Instituto Confúcio no exterior foi oficialmente registrado em Hancheng, Coreia do Sul (renomeado “Seul” a partir de janeiro de 2005), isso marcou o lançamento oficial do plano de criação do Instituto Confúcio da China para Estrangeiros. O Instituto Confúcio é uma instituição educacional sem fins lucrativos criada em conjunto pela China e por países estrangeiros, seu objetivo e missão são melhorar a compreensão das pessoas em todo o mundo sobre a língua e cultura chinesas, desenvolver as relações de amizade entre a China e países estrangeiros, promover o desenvolvimento da diversidade cultural no mundo, para fortalecer a construção

de um mundo harmonioso. No final de 2013, 440 Institutos Confúcio e 646 salas de aula foram construídos pelo mundo, distribuídos em 120 países e regiões. A criação do Instituto Confúcio no exterior certamente é mais propícia à propagação do pensamento de Confúcio e da cultura chinesa” (2015, tradução nossa).

A partir dessa citação é possível deduzir que atualmente o número de Institutos Confúcio espalhados pelo Mundo aumentou neste período de 10 anos e seus resultados já podem ser observados pelo surgimento de estudantes brasileiros, no caso, falantes de chinês, principalmente, considerando que desde 2008 o Brasil conta com Institutos Confúcio atuando de Norte a Sul (Ibrachina, 2023).

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, por exemplo, a área de Estudo das Relações China-Brasil, nas Ciências Sociais, a nível de doutorado, exige o conhecimento da língua chinesa para seus temas de pesquisa, ou seja, algo inovador na Universidade Pública do Brasil. Outra novidade que surgiu no Brasil com a cooperação dos governos dos dois países foi o CASS-Unicamp Centro de Estudos sobre a China (2023), inaugurado em 2019, ampliando as pesquisas e facilitando os intercâmbios entre alunos e professores de várias áreas de interesse.

A sinologia brasileira e os Institutos Confúcio: benefícios e limites

A introdução dos Institutos Confúcio nas universidades brasileiras, sem dúvidas, vem beneficiando amplamente os propósitos de ambas as instituições, tanto no aprendizado do idioma chinês pelos brasileiros, como instrumento de pesquisa e contato cultural, quanto na possibili-

dade de estudantes e professores chineses terem acesso aos cursos de português para estrangeiros oferecidos no Brasil. Como parte da cooperação e intercâmbio, muitos estudantes brasileiros, amparados pelos Institutos Confúcio pelo vínculo nos cursos de língua e cultura chinesa, já tiveram a oportunidade de visitar a China e serem inseridos na sua cultura. Considere esse um dos principais benefícios dos sinólogos brasileiros, pois favorece suas pesquisas, envolvendo suas dissertações de mestrado, teses de doutorado e objetivos profissionais.

Uma das principais dificuldades existentes na sinologia brasileira e que limita os avanços da implementação dos Institutos Confúcio no Brasil é que a maioria dos professores e pesquisadores das universidades e estabelecimentos de ensino público e privado é idônea e ocupada com as exigências de suas atividades acadêmi-

cas, ou seja, não tendo tempo suficiente para acompanhar os cursos regulares oferecidos pelos Institutos Confúcio. Ocorre que esses profissionais são especialistas em suas áreas e possuem conhecimento metodológico para orientar pesquisas diversas, com a temática da China. Nesse caso, são eles os orientadores das gerações de estudantes brasileiros que estão aprendendo a língua e cultura chinesa a partir dos Institutos Confúcio. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp é uma exceção no Brasil, pela ótima iniciativa do responsável Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer, Prof. Antonio Florentino Neto, Profa. Leila da Costa Ferreira, Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira da Costa, dentre outros membros do Grupo de Estudos Brasil-China, que atualmente recebe a cooperação do Instituto Confúcio da Unicamp e do CASS-Unicamp Centro de Estudos sobre a China.

Uma solução possível para o referido problema que pode estar ocorrendo em outras instituições no Brasil e no mundo é a tradução de obras antigas e atuais importantes da literatura chinesa para o português, assim como obras fundamentais da literatura brasileira para o chinês, buscando auxiliar os departamentos das universidades e atendendo as necessidades de materiais de qualidade e indispensáveis aos sinólogos brasileiros. Essa proposta já existe na Unicamp e na Unesp, por exemplo, mas ainda não abrange a maioria ou todas as instituições onde atuam os Institutos Confúcio no país. Outra sugestão é o ensino da língua chinesa instrumental, assim como acontece com outros idiomas, facilitadores da leitura de obras científicas e muito úteis aos universitários e professores, possibilitando a inclu-

Estudantes universitários de várias universidades brasileiras celebraram a Festa Junina e o tradicional festival chinês Festival do Barco-Dragão na Embaixada da China no Brasil. Junho de 2023.



são dos especialistas que já atuam nas instituições. Para essa proposta, ainda não vejo iniciativa significativa implementada no Brasil para destacar.

Intercâmbios culturais Brasil-China: aproximações necessárias

O intercâmbio entre a China e o Brasil tem aumentado consideravelmente com os interesses, especialmente pelas parcerias firmadas entre empresas chinesas e brasileiras, pelos Institutos Confúcio, que atuam nas universidades locais, e pela iniciativa de professores e pesquisadores que vinham estudando os fenômenos da China pelo mundo. No Brasil existem agências de apoio ao ensino ligadas ao governo que oferecem bolsas de estudo aos estudantes de baixa renda, além de incentivo financeiro para pesquisas de qualidade e apoio aos intercâmbios com os países parceiros, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) são as principais promotoras de intercâmbios do país.

Os intercâmbios entre o Brasil e a China (GOV.BR, 2023) são absolutamente necessários e precisam ser mais valorizados e ampliados especialmente pelo governo brasileiro, visto que o presidente Xi Jinping tem demonstrado disposição e apoiado o desenvolvimento mútuo das Relações China-Brasil (FM-PRC.GOV.CN, 2023), o que pode atrair investimentos e acordos promissores para o crescimento econômico e impulsionar todo o sistema dependente dele, como é o caso dos projetos acadêmicos que tratam de pesquisas sobre a China,

incentivando o aumento de intercâmbios entre esses países.

Conclusões

Conforme as reflexões apresentadas aqui é possível afirmar que, a partir do desenvolvimento econômico chinês, todo o sistema dependente, ou que é atraído por esse fenômeno, também cresce. No caso das universidades, justamente por serem produtoras de conhecimento e profissionais, como pesquisadores e professores, que desenvolvem pesquisas necessárias para viabilizar o aproveitamento das oportunidades emergentes, a implementação dos Institutos Confúcio chegou em um ótimo momento da história brasileira e tem buscado se adequar ao ambiente cultural do nosso país. As necessidades certamente são muitas e estão surgindo conforme a demanda do mercado global, mas pode-se dizer que os avanços estão bastante satisfatórios e em constante aperfeiçoamento, apesar da diferença de ritmo e distância existente entre o sistema educacional e o econômico no Brasil.

Referências

- KONG, Deli, *Filósofos do Pré-Império*, 2015 (no prelo). Título original: (先秦诸子/孔德立著.-南京: 南京大学出版社, 2014.1 (2015.7 重印).
- MACEDO, Rogério Fernandes de, *Sinologia Comparada: as bases da sinologia ocidental e a construção da sinologia chinesa com Wang Li*, Biblioteca da Unicamp, 2021.
- O que são os Institutos Confúcio - Ibrachina (artigo consultado em 26/05/2023).
- CASS BRASIL – Centro de Estudos sobre a China (cassunicampcenterchinastudies.org) (consultado em 30/05/2023).
- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Linhas de Pesquisa (unicamp.br) (consultado em 31/05/2023).
- Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria — Secretaria de Comunicação Social (www.gov.br) (consultado em 05/06/2023).
- President Xi Jinping Holds Talks with Brazilian President Lula da Silva (fmprc.gov.cn) (consultado em 05/06/2023).



Taís Bahia

达义实: Fundadora e CEO da Xianzai 现在, EdTech focada em capacitar os players do mercado sino-brasileiro. Advogada (M&A e China Desk) com quase 10 anos de experiência em “big law” e doutoranda na Universidade de Pequim (CSC/CGS).

Para além das relações comerciais e de investimento

A cooperação sino-brasileira, especialmente no âmbito da educação, contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e científico de ambos os países.

Desafiando o “status quo”: o novo papel do Sul Global no processo de criação e compartilhamento de conhecimento.¹

De tempos em tempos, questiona-se o “status quo” nas sociedades. Economistas e analistas políticos têm observado países do Sul Global repensando estruturas e instituições impostas há séculos por mecanismos coloniais e neocoloniais. Diante desse contexto, o presente artigo propõe uma análise das oportunidades de internacionalização da educação no contexto das relações sino-brasileiras, pela perspectiva da influência crescente da cooperação Sul-Sul no plano geopolítico.

Em meio a discussões recentes envolvendo a expansão de blocos econômicos, como o BRICS, líderes dos países envolvidos debatem sobre mudanças em dinâmicas preestabelecidas pelo Norte Global. Destaca-se, por exemplo, os estudos acerca da criação de uma moeda comum do BRICS, tendo em vista os possíveis benefícios dessa “desdolarização” para o fortalecimento e facilitação das transações entre os membros do bloco.

Diante do quadro, os gigantes econômicos do Norte, especialmente os Estados Unidos, tentaram tomar a frente do deba-

te alegando estarem se sentindo politicamente ameaçados. Não se trata, contudo, de um revanchismo global ante séculos de exploração. Os países do Sul Global apenas atingiram o nível de influência econômica global necessário para questionar velhas estruturas e, mais, exigir mudanças.

Como salientado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ser questionado pela imprensa, não se trata de um posicionamento “contra o dólar, mas a favor do Brasil”. Em outras palavras, o Sul Global não age contra o Norte Global, mas tem, pela primeira vez, a sua voz ouvida para se colocar a favor e em defesa de si mesmo. Aqui é possível notar os primeiros sinais tangíveis de uma possível ruptura nesse “status quo” global, inclusive nas dinâmicas científicas e internacionais de criação e de compartilhamento de conhecimento.

Diálogo Brasil-China: a diversificação de setores frente à consolidação das relações bilaterais

No decorrer de cinco décadas de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, essa parceria vem remodelando a sua dinâmica econômica e solidificando sua importância, uma vez que tem influência direta no comércio e nos negócios

brasileiros. Cabe destacar as dimensões multifacetadas dessa relação, que apresenta continuamente oportunidades de expansão e desenvolvimento em diversos setores, fortalecidas de forma significativa em 2009 em diante, quando a China passou a ocupar o papel de principal parceiro comercial do Brasil.

Segundo relatório realizado em 2019 pelo Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC, entre 2007 e 2018, os investimentos chineses confirmados no Brasil atingiram cerca de US\$ 58 bilhões (considerando os aportes anunciados, o valor total chegou a US\$ 102.5 bilhões). Em 2021, o Brasil foi o principal destino de investimentos chineses no mundo, tendo recebido US\$ 5.9 bilhões em um único ano (relatório do CEBC divulgado em 2022). No ano seguinte, o número de projetos chineses no Brasil foi o maior já registrado (relatório de 2023).

Em geral, observa-se um crescimento das oportunidades de cooperações com a China em diferentes setores para além dos negócios (e.g., comércio, infraestrutura e energia), como, por exemplo, cultura, esportes e artes. Isso porque, para além dos mercados tradicionais, a China vem diversificando cada vez mais seus investimentos e parcerias na área sociocultural, como nos mercados audiovisual e desportivo, este com destaque para o futebol.

Afinal, ao contrário de outros parceiros comerciais, como os Estados Unidos, a China faz negócios internacionais sem perder suas características chinesas, refletindo a sua forma de se relacionar dentro das dinâmicas confucionistas do “guanxi” (“关系”). Quando a China decide investir em outro país,

geralmente seus investidores buscam construir relações duradouras e, para isso, as cooperações costumam ir além das relações comerciais.

Cooperação sino-brasileira na educação: iniciativas e acordos estratégicos

As parcerias sino-brasileiras na área da educação têm progredido significativamente. Ao longo dos últimos anos, inúmeros acordos bilaterais foram celebrados entre universidades e instituições de ensino brasileiras e chinesas, marcando um avanço nas relações educacionais internacionais. Aos poucos, essas parcerias vêm remodelando a sua dinâmica econômica e solidificando sua importância, uma vez que têm influência direta no mercado brasileiro.

Pelo lado chinês, dentre as iniciativas voltadas para a diplomacia cultural e educacional, destaca-se o Instituto Confúcio, amplamente analisado por pesquisadores ao redor do mundo¹. Por parte dos brasileiros, observa-se um crescimento das iniciativas, dos três setores da sociedade, voltadas para bolsas de estudos, ensino do idioma e divulgação de informações para estudantes.

Notícias e comunicados oficiais enfatizaram a celebração de memorandos de entendimento, programas de intercâmbio acadêmico e iniciativas conjuntas de pesquisa entre instituições educacionais de ambos os países. Essas colaborações abrangem diversas disciplinas acadêmicas, incluindo não apenas áreas de estudo tradicionais, mas também campos emergentes que estão alinhados com o cenário global em constante evolução,



Crianças brasileiras vivenciam a cultura chinesa no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB). Em Brasília, 2022.

como as áreas de inovação e tecnologia.

Cumprido destacar que durante a visita à China realizada pelo presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, de 12 a 15 de abril de 2023, foram assinados 20 acordos bilaterais entre universidades e outras organizações, abrangendo setores como energias renováveis, inovação tecnológica, agronegócio e infraestrutura. Conforme amplamente divulgado pela imprensa e listado pelo Itamaraty, esses acordos ampliam as parcerias anunciadas anteriormente em março de 2023, resultando em mais de 40 contratos.

Internacionalização do ensino superior brasileiro: oportunidades de troca de conhecimento

A internacionalização do ensino superior tem ganhado cada vez mais destaque nas agendas das universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas. Isso ocorre em um cenário em que essas instituições enfrentam cada vez mais as demandas trazidas pela globalização e pela evolução da sociedade do conhecimento. Diante disso, a internacionalização da educação surge como uma resposta estratégica a esses desafios, promovendo a diversidade cultural, a colaboração acadêmica global e a preparação dos estudantes para um mundo interconectado e em constante mudança.²

No Brasil, a internacionalização das instituições de ensino superior concentra-se principalmente em programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Essas iniciativas buscam: ⁽ⁱ⁾ facilitar a colaboração acadêmica; ⁽ⁱⁱ⁾ promover a mobilidade de professores e alunos; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ estabelecer programas de dupla titulação; e ^(iv) promover a pesquisa colaborativa.

Apesar da presença de departamentos de relações internacionais nas universidades, estudos revelam que o processo de internacionalização ainda se encontra em estágio inicial no país, carecendo de iniciativas mais proativas e de uma maior institucionalização.³

Em resumo, a cooperação sino-brasileira, especialmente no âmbito da educação, contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e científico de ambos os países. Para tanto, cada vez mais, entidades brasileiras públicas e privadas devem aliar esforços, promovendo o intercâmbio de dados e informações, organizando debates em eventos internacionais e integrando instituições científicas e governamentais. Vale ressaltar que a cooperação Sul-Sul como um todo é fundamental para um desenvolvimento econômico inclusivo, em que recursos são compartilhados de forma mais equitativa e as soluções são pensadas e implementadas de maneira colaborativa.⁴

¹ - No Brasil, a presença do Instituto Confúcio remonta a 2008, abrangendo todas as cinco regiões do país, com unidades afiliadas a universidades públicas e privadas. Essa iniciativa contribui significativamente para a conscientização sobre sua cultura chinesa em escala global. Quatro pilares principais sustentam o funcionamento do Instituto Confúcio: (i) ensino da língua chinesa; (ii) administração de exames de proficiência; (iii) realização de atividades culturais; e (iv) programas de intercâmbio com oportunidades de bolsas de estudo.

² - BAETA NEVES, C. E.; BARBOSA, M. L. O. (2020). Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. *Sociologias*, 22(54), 144-175. DOI: 10.1590/15174522-99656.

³ - SÁ, C.; GRIECO, J. International Collaboration in Brazilian Higher Education. *Frontiers of Education in China*, v. 10, n. 1, p. 7-22, 2015. DOI: 10.3868/s110-004-015-0002-0.

⁴ - LAW, T.; RODRÍGUEZ, V. G.; WENFANG, W. (Orgs.). A consolidação legal das relações entre Brasil e China. In: BAHIA, T. (Ed.). Políticas e estratégias educacionais chinesas para a realização do sonho chinês: lições e oportunidades pela perspectiva das relações Brasil-China. Editora D'Plácido, 2023.



Clezio Marcos de Nardin

Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) 2009-2024; colaboração sino-brasileira em ciência espacial, culminando com o estabelecimento do Laboratório Sino-Brasileiro de Clima Espacial (Joint-Lab).

Conquistas e perspectivas de cooperação na área de ciência e tecnologia aeroespacial

A criação do Joint-Lab marcou um avanço, permitindo a realização de vários projetos para aprimorar as capacidades de monitoramento do clima espacial.

O projeto do Círculo Meridiano Internacional Chinês, liderado pelo Centro Nacional de Ciências Espaciais (NSSC) da China, é um testemunho da colaboração internacional na busca pela compreensão e mitigação dos efeitos das anomalias do clima espacial. Iniciado com o objetivo principal de cobertura global de sensores para detectar e analisar fenômenos de clima espacial, esse empreendimento ambicioso encontrou um parceiro estratégico no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) do Brasil, através de seu programa Embrace. Um programa de clima espacial monitorando o ambiente espacial Sol-Terra, a magnetosfera, a atmosfera superior e os efeitos das correntes elétricas induzidas no solo para prever possíveis influências nas atividades tecnológicas, econômicas e sociais. A cooperação China-Brasil em clima espacial foi formalmente estabelecida por meio de um memorando de entendimento em 16 de setembro de 2010. Essa parceria lançou as bases para uma colaboração frutífera que, desde então, gerou avanços significativos na pesquisa em clima espacial.

A parceria entre NSSC e Inpe não apenas perdurou, mas floresceu ao longo dos anos, marcada por vários marcos e conquistas importantes. Começando com a instalação de instrumentos chineses no território brasileiro como parte do programa Embrace, a colaboração evoluiu para um intercâmbio robusto de conhecimento e recursos.

Várias conquistas científicas foram alcançadas desde o estabelecimento de um laboratório conjunto no Inpe. Um avanço significativo foi a pesquisa sobre a precipitação de elétrons sobre a Anomalia Magnética do Atlântico Sul, respondendo às questões sobre os mecanismos dinâmicos dentro do cinturão de radiação interno e seu impacto na ionosfera. Eventos como workshops organizados pelo Inpe em 2016 e patrocinados pela NSSC em 2017, seguidos por muitos outros, serviram como plataformas para compartilhar resultados e promover iniciativas de pesquisa cooperativa. Além disso, as reuniões de alto nível entre a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Academia Chinesa de

Os investimentos financeiros em equipamentos, totalizando mais de US\$ 3 milhões da NSSC, somados à grande infraestrutura de equipamentos terrestres do Inpe, ressaltam o compromisso de melhorar a infraestrutura e expandir as capacidades de pesquisa.



Ciências (CAS) em 2019 solidificaram ainda mais o compromisso com empreendimentos conjuntos.

A criação do Joint-Lab marcou um avanço, permitindo a realização de vários projetos para aprimorar as capacidades de monitoramento do clima espacial. As realizações notáveis incluem a construção de Lidar em São José dos Campos, Ionosonda em Santa Maria, receptor GNSS e instalações de magnetômetro em Santa Maria, entre outros. Além disso, a concessão de bolsas de pós-doutorado da Academia Chinesa de Ciências facilitou o intercâmbio de conhecimentos especializados.

Os investimentos financeiros em equipamentos, totalizando mais de US\$ 3 milhões da NSSC, somados à grande infraestrutura de equipamentos terrestres do Inpe, ressaltam o compromisso de melhorar a infraestrutura e expandir as capacidades de pesquisa. O acordo de cooperação proposto significa um compromisso

contínuo com os esforços de colaboração na pesquisa do clima espacial.

O sucesso dessa parceria é evidenciado pela produção prolífica de artigos científicos revisados por pares, com uma média de dezenas de pesquisadores contribuindo para mais de 40 publicações nos últimos três anos. Essa colaboração produtiva promove a compreensão científica e resalta a importância da cooperação internacional na abordagem de desafios globais, como o monitoramento e a previsão do clima espacial. Os artigos publicados no JGR-Space Physics estão entre os 10% mais baixados. Alinhada às recomendações de organizações internacionais, a parceria NSSC-Inpe serve de modelo para uma colaboração eficaz no avanço da pesquisa do clima espacial e na promoção da coordenação global em atividades relacionadas. Atualmente, o NSSC e o Inpe fazem parte dos 23 Centros Regionais de Alerta da organização Ises.



Concepta McManus

Doutora pela Universidade de Oxford, membra da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Mundial de Ciências e Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico (Brasil).



Olsen Saraiva Câmara

Doutor em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo, membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências.

As ligações científicas entre o Brasil e a China

As ligações científicas Brasil-China são diversas, crescentes e estão refletidas em suas ligações comerciais.

O restabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China ocorreu em 1974. A China tem demonstrado um domínio significativo em vários setores industriais, apoiados pela exploração massiva de recursos naturais e construção industrial (Lu, 2018). Com isso, a economia da China tornou-se integrada às cadeias de valor globais, adquirindo matérias-primas a nível mundial e exportando bens para várias regiões. O Brasil fez contribuições significativas a ciências da vida, agricultura, ciências agrícolas, biológicas e da saúde (Fonseca & Salomão, 2017). O país tem base científica forte e tem registrado aumento na produção científica, particularmente nas áreas das ciências da vida e da agricultura. No entanto, há discrepância entre a capacidade das instituições brasileiras de produzir boa ciência e os desafios enfrentados pelas empresas brasileiras para gerar e absorver tecnologia. Assumimos que a interação entre países é causal para a inserção internacional de determinado país. Nesse sentido, a cooperação científica é imprescindível na solução de problemas encontrados mundialmente.

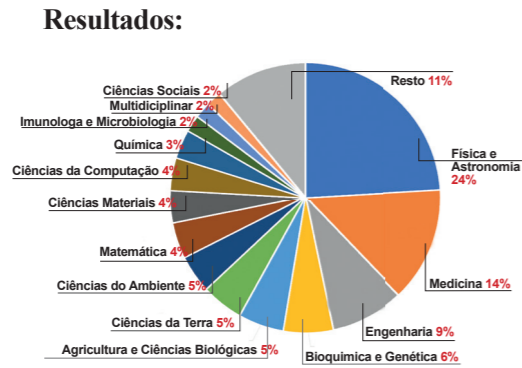
As análises bibliométricas ajudam

a estabelecer interconexões entre artigos e principais tópicos de pesquisa, acompanhando tendências e ajudando a compreender como um campo de estudo está se desenvolvendo e mudando. Essas relações também podem ser uma *proxy* para medir indicadores econômicos e sociais devido ao investimento necessário (tempo, financeiro) para produzir o resultado final e identificar grandes investidores e grupos.

Este artigo analisa as colaborações científicas entre a China e o Brasil, as áreas de conhecimento envolvidas, o impacto dessas colaborações e sua relevância para políticas públicas.

Pesquisamos artigos científicos sobre artigos publicados, de 1975 a 2024, em conjunto por autores brasileiros e chineses na plataforma Scopus de revistas científicas. O arquivo foi carregado no software VOSviewer para análises bibliográficas. Esses documentos foram também importados para o Scival (Elsevier), para análise com o Field Weighted Citation Impact (FWCI) e uso em documentos de política do banco de dados Overton. Comparamos a mudança global no número de documentos com essa colaboração de 1996 a 2023, e em seguida comparamos com o crescimento mundial.

Figura 1. Áreas de conhecimento das publicações escritas por autores chineses e brasileiros



Foram localizados 20.095 artigos publicados (levantamento realizado dia 14 de fevereiro de 2024). No período de 1996 até o presente momento, o crescimento mundial de produção de artigos aumentou 240%, sendo que os artigos escritos em colaboração entre Brasil e China aumentou 5.900%, chegando a 2.200 artigos por ano. O FWCI é de 4.83. As principais áreas de conhecimento são Física e Astronomia, Medicina e Engenharia (Figura 1).

A figura a seguir mostra a importância da Física e da Astronomia, relacionada a publicações na área de hádron colliding, bóson, quarks, entre outras (Figura 2), respectivamente representadas pelas cores lilás, amarelo, azul-claro e laranja. Biológicas e saúde es-

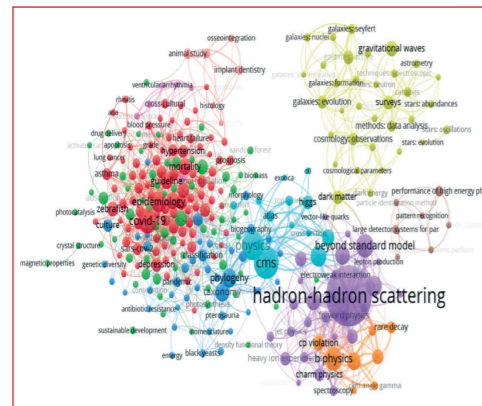


Figura 2. Palavras-chave presentes nas publicações científicas escritas por autores de Brasil e China

tão destacadas pelas cores vermelho, azul-escuro e verde, com as áreas de epidemiologia, biodiversidade e odontologia, respectivamente.

Os artigos localizados foram publicados em conjunto também com, principalmente, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e outros países da Europa. Isso é evidente quando olhamos as instituições colaborando nesse relacionamento, como Institut National de Physique Nucléaire et de Physique des Particules (IN2P3), Institut Fizik Vysokikh Energii e Istituto Nazionale di Fisica Nucleare (INFN), entre outros. O financiamento (Tabela 1) vem de Brasil e China, além de países da América do Norte e da Europa.

A Universidade de São Paulo, seguida pela Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e pela Universidade Federal do

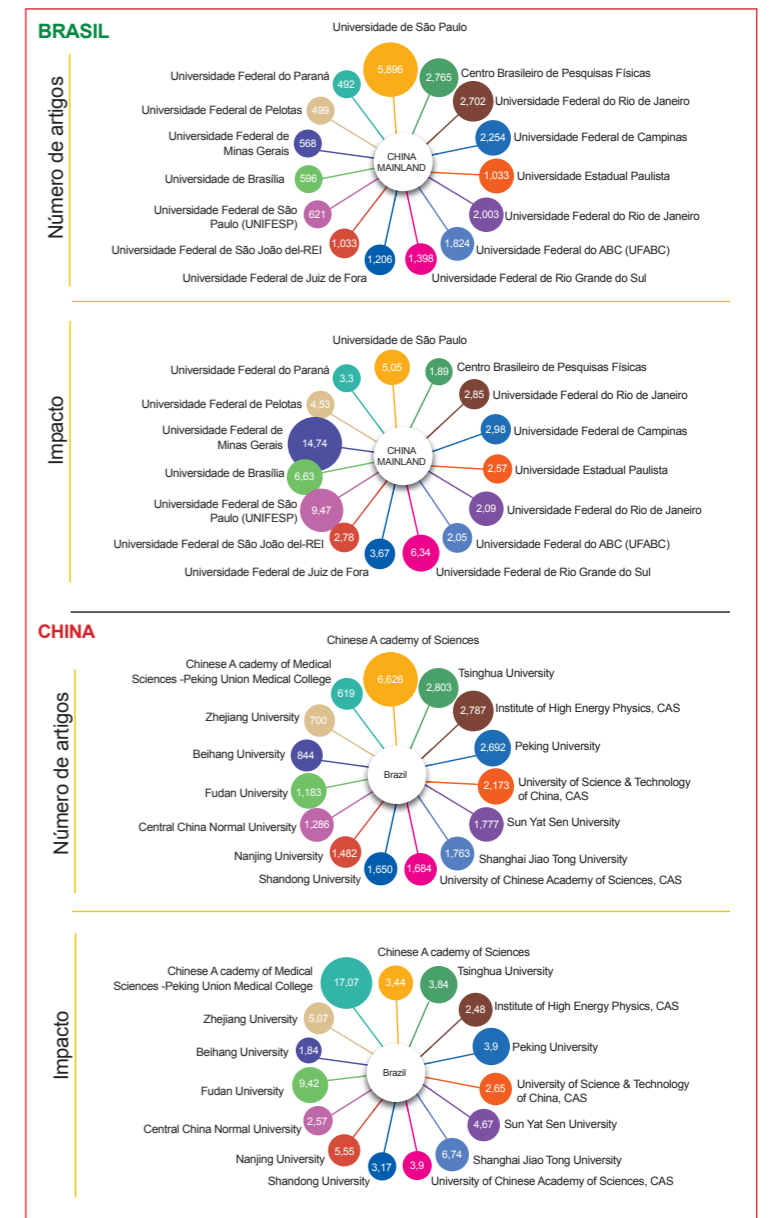
FUNDING SPONSOR	Docs
National Natural Science Foundation of China	5.147
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	4.899
National Science Foundation	4.159
Science and Technology Facilities Council	3.804
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	3.199
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2.560
Bundesministerium für Bildung und Forschung	2.424
U.S. Department of Energy	2.256
Istituto Nazionale di Fisica Nucleare	2.172
Deutsche Forschungsgemeinschaft	2.161
CERN	1.980

Tabela 1. Principais financiadores, fontes de publicação e instituições em colaboração dos artigos escritos por autores chineses e brasileiros

Rio de Janeiro foram os maiores colaboradores brasileiros da China, com o impacto sendo em geral duas a três vezes maior que a média mundial (média mundial = 1). O FWCI global da colaboração foi de 4.63. A colaboração com a indústria é de 12%, maior que a média mundial, e tem FWCI de 12.26. Por parte das instituições chinesas, a Academia Chinesa de Ciências, a Universidade de Tsinghua e o Instituto de Física de Alta Energia da CAS tiveram maior número de documentos, com impacto chegando a 17 vezes a média mundial para a Peking Union Medical College

Os bancos de dados em conjunto são do Global Biodiversity Information Facility (33.052), Data Planet (535), Leibniz Institute for the Social Sciences (26) entre outras instituições. Examinando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o ODS 3 (Saúde e Bem-estar) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) são os mais prevalentemente citados, em termos de número de documentos (Figura 4), com ODS 3, ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 15 (Vida Terrestre) com maior impacto.

Foram citados 2.031 documentos (10% produção total) por 10.677 documentos políticos de 746 corpos políticos em 105 países. O FWCI foi de 18.57, muito maior em comparação a 4.44 (normal) e 1 (média mundial). Nesses documentos políticos incluem-se governos (4.214 documentos), organizações intergovernamentais (3.490), Think Tanks (1.778), entre outras instituições (1.195). As instituições principais incluirão a Organização Mundial da Saúde, FAO, Comunidade Europeia e o Banco



Mundial (Tabela 2).

Além de instituições intergovernamentais, países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Austrália usaram os documentos publicados em parceria entre China e Brasil na criação de políticas públicas. É importante notar que nem o Brasil nem a China aparecem na lista de países que usam essa pesquisa em seus documentos políticos. Em termos de patentes, de 2013 a 2022,

Figura 3. Principais IES brasileiras e chinesas em colaboração com a China: número de artigos e Impacto

Figura 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos artigos escritos por autores chineses e brasileiros



houve 1.672 patentes que citaram 483 pesquisas publicadas em conjunto entre China e Brasil. Isso significa 125 patentes-citações por 1.000 artigos.

Conclusões: As ligações científicas Brasil-China são diversas, crescentes, impactantes e estão refletidas em suas ligações comerciais, sendo o Brasil o maior parceiro comercial da China na América Latina, o que reflete em uma melhoria na cooperação política. Por-

tanto, a colaboração científica pode ajudar na relação entre esses países, com apoio nas áreas de manufatura e inovação para as companhias brasileiras (McManus et al., 2021).

Referências: Fonseca, P. C. D.; Salomão, I. C. 2017. Revista de Economia Contemporânea, 21. Lu, D. 2018. In: Changing China (pp. 83-95). Routledge. McManus, C.; Baeta Neves, A. A.; Prata, A. T. 2021. Scientometrics, 126, 8.887-8.911.

Tabela 2. Instituições que usaram artigos de coautoria brasileira e chinesa em políticas públicas

INSTITUIÇÃO	Número de documentos
World Health Organization	1.316
PubMed Central	1.010
Food and Agriculture Organization	425
European Union	311
World Bank	252
OECD	205
United Nations	181
National Institute for Health and Care Excellence (NICE)	175
Analysis & Policy Observatory	170
Pan American Health Organization (PAHO)	160
World Meteorological Organization	156
UN Environment Programme	150
Arbeitsgemeinschaft der Wissenschaftlichen Medizinischen Fachgesellschaften	129
CGIAR	118
Generalitat de Catalunya	114



Manuel Marcos Maciel Formiga

Foi professor da UFPE, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Federal de Brasília. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foi coordenador do Programa Nacional de Capacitação Docente das Universidades Brasileiras na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi coordenador de Ciências Humanas e Sociais, superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de diretor substituto no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenou o setor de Cooperação Internacional do CNPq e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Cooperação Brasil-China em CT&I: tempo de acelerar o vetor tecnológico

Brasil e China são exemplos para o mundo em busca da paz, solidariedade entre os povos e sustentabilidade do planeta.

Há 40 anos mediamos o pioneiro acordo de cooperação científica interuniversitário entre os dois países: Universidade de Brasília e Universidade de Pequim. Visitava a República Popular China pela primeira vez, acompanhado do colega sociólogo Argemiro Procópio, a convite da Associação Internacional para a Compreensão dos Povos. Em 30 dias vivemos uma intensa experiência de aprendizagem mútua e intercâmbio em CT&I e educação superior.

Esta cooperação foi uma semente germinativa de vindas e idas de professores e estudantes dos dois países, permuta de bibliografia (inclusive em mandarim) e projetos conjuntos de pesquisa. Além da presença de pesquisadores brasileiros residentes na China, em 1988, na gestão do reitor Prof. Cristovam Buarque, a UnB recebeu o primeiro-ministro Zhao Ziyang, culminando com a instalação, em 2009, do Instituto Confúcio no Campus Darcy Ribeiro da UnB-DF.

Nossa visita se estendeu de leste a oeste, de Xangai a Xian, e de norte a sul, de Pequim a Macau. Convivemos com equipes técnicas de planejamento governamental com ênfase na interpretação da realidade macroeconômica dos dois

países, ainda no limiar do relacionamento Sul-Sul. Os técnicos chineses nos transmitiram sólidas informações e análises estatísticas; em contrapartida, traçamos o perfil do Brasil, prestes a retomar a democracia. Os chineses ainda se inspiravam no meteórico “milagre brasileiro” como modelo de crescimento, pois, entre 1930 e 1980, nosso desempenho econômico foi superado apenas pelo Japão, e no ano de 1984 o Brasil atingia um PIB nominal de US\$ 400 bilhões, e a China de US\$ 360 bilhões. Desde então, o Brasil ainda inconsciente, mergulhava em uma letargia e pífio crescimento econômico por mais de quatro décadas. Conquistávamos a liberdade política e perdíamos o dinamismo econômico do longo período.

Os fatos se inverteram, o Brasil emergente e próspero teve seu ímpeto contido por uma série de eventos distópicos, agravados pelo cenário internacional do nefasto Consenso de Washington, com seu excesso de liberalismo: dívida externa, inflação galopante, crises do petróleo, instabilidade política, excesso de burocracia, e sérias limitações na educação que perduram. Em contrapartida, a China, a partir das reformas de 1978, se organizava internamente

para se lançar ao mercado internacional como “fábrica do mundo”. Abriu-se a exportar e importar, com efeito multiplicador do denso investimento estatal, resultando em ganhos de produtividade, migração interna campo-cidade e superação de problemas básicos: saúde, alimentação, educação e desenvolvimento tecnológico, secundado pelo desenvolvimento científico.

Inverte assim o vetor científico tradicional do Ocidente e centra forças na capacidade produtiva autóctone para criar empregos a seu exército de jovens urbanos e camponeses. Em síntese, os grandes avanços da China nas últimas décadas chegam a rivalizar com os EUA e a União Europeia em dimensão econômica e crescente influência mundial. Em 2021, registrou o maior PIB mundial em paridade do poder de compra, alcançando, em breve espaço de tempo, a liderança econômica mundial e superando um ciclo de oito décadas de supremacia dos Estados Unidos. O notável avanço chinês, depois de sua hegemonia nos séculos XVI e XVII, confirma o século 21 como o “Século da Ásia”.

Há quase meio século também, o economista Celso Furtado, preocupado com a crise do modelo de substituição de importações praticado pelo Brasil, prenunciava em seu antilivro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, seu distanciamento dos cânones acadêmicos e das Ciências Sociais, ao constatar que o Brasil e a América Latina não dispunham de conexões fortes entre economia, cultura científica e política tecnológica. Nessa perspectiva, poderíamos acrescentar, o que nos falta no Brasil acontece intensamente na China.

Aí estaria a oportunidade para fortale-

cer e acelerar a cooperação Brasil-China que já vivenciou períodos mais intensos. Vejamos alguns marcos nessa cooperação:

- Acordo CNPq com a Academia de Ciências da China – 1988;
- Acordo Inep com a Academia de Ciências Sociais da China – 1988;
- Parceria estratégica – 1993;
- Ação Conjunta Brasil-China – 2010/2014;
- Plano Decenal de Cooperação Brasil-China – 2015.

Essas atividades bilaterais priorizam: energia, aeroespacial, meio ambiente, saúde, nanotecnologia, ciências agrárias, mudanças climáticas, cidades digitais e inteligentes, computação em nuvem e plataformas de inovação.

Indicariamos dois pontos culminantes dessa cooperação bilateral:

- O programa Ciências sem Fronteiras (2011-2017), quando a China teve um papel de efeito-demonstração na visita da então presidente do Brasil e recebeu cerca de 300 bolsistas brasileiros.

- O Satélite Chino-Brasileiro (CBERS-4) lançado, com sucesso, no final de 2014, ocasião que presenciamos junto com a delegação chefiada pelo então ministro de C&T, Clélio Campolina.

Espera-se que o projeto Bingo – radiotelescópio em instalação no Sertão da Paraíba, torne-se o próximo benchmarking.

Na Cooperação Multilateral, destaca-se o primeiro experimento da vacina CoronaVac no Brasil durante a pandemia da Covid-19, em parceria com o Instituto Butantan, do Estado de São Paulo.

A realidade mundial se transformou radicalmente ao longo desses 50 anos de relação Brasil-China. Saímos de um



Estudantes brasileiros de mandarim praticando caligrafia chinesa.

cenário de “guerra fria”, com duas potências dividindo o protagonismo internacional. Evoluiu-se para uma nova dinâmica de multipolaridade com a ascensão da China, embora persistam ameaças tênues de uma velada “nova guerra fria”. Como contrapeso nessa balança, a China estimula inúmeros tratados e acordos de investimento e intensifica o intercâmbio entre países Sul-Sul, panorama onde o Brasil sempre desempenhou papel de destaque, agora fortalecido pelo conceito “Sul Global”.

Importância crescente para o grupo de países denominados BRICS, expandido de cinco para onze participantes. Brasil e China integram importante fórum das grandes economias e compõem o G20. O Novo Banco de Desen-

volvimento – NBD extrapola os limites do BRICS e torna-se instrumento financeiro ágil para o Sul Global, vide o megaprograma de infraestrutura Cinturão e Rota considerado a maior iniciativa mundial na área, com investimento recorde superior a um trilhão de dólares americanos, para assegurar a presença chinesa em 150 países. Assim se revela o senso de urgência do povo e governo chineses, traduzido na unidade de pensamento e ação.

A partir de 2009, a China se tornou a maior parceira comercial do Brasil, representando, em 2023, US\$ 104,31 bilhões – quase um terço das exportações brasileiras, com a vantagem, agora, de negociar na moeda chinesa yuan.

Há meio século de relacionamento

diplomático e comercial crescente entre Brasil-China, todavia, os tratados técnicos, tecnológicos, científicos e de inovação, são mais recentes, 40 anos. Portanto, a intensidade e o fortalecimento dos laços comerciais bilaterais deveriam projetar-se na cooperação para a inovação tecnológica.

Na CT&I, avaliamos nas principais iniciativas conjuntas que não faltaram instrumentos e interesses explícitos. Registra-se, pelo lado brasileiro, descontinuidade e um ritmo lento e incompleto na implementação, reflexo do pouco dinamismo econômico e questões de financiamento. Pode-se afirmar que o Brasil ainda não conseguiu utilizar todo o potencial de uma cooperação mais intensa e pragmática com a China.

No presente, espera-se retorno do investimento governamental em CT&I para intensificar experiências práticas e bem-sucedidas do setor tecnológico chinês, diretamente para o setor produtivo brasileiro.

Os primeiros 40 anos priorizaram a pesquisa científica básica, e acreditamos, a mudança sugere expandir a cooperação com transferência tecnológica, em particular em tecnologias de maior valor agregado: carros elétricos, telecomunicações de última geração, digitalização, data center, fintechs e robotização.

A opção chinesa em realizar em Salvador, Bahia seu maior investimento industrial fora do país comprova a prioridade para a cooperação tecnológica como novo desafio paradigmático a ambos os países. Na mesma direção, a construção da longa ponte Salvador-Itaparica também aponta um novo tempo de cooperação.

Nota-se, pelo governo brasileiro, o interesse em retornar as atividades de planejamento de médio e longo prazo, lamentavelmente, desativadas nas últimas décadas. Em um sólido e contínuo plano de governo, o papel estratégico da CT&I é partida para a retomada de um crescimento estável de nossa economia, a longo prazo.

Neste período de reestruturação nacional vale ressaltar a experiência acumulada dos planos quinquenais de desenvolvimento da China, a exemplo do atual plano iniciado em 2020, a concluir-se, em 2024. Acentua-se na experiência chinesa de modelo de desenvolvimento a metáfora da Física: o ocidente prefere implementar um modelo em série, enquanto, a China pratica o modelo paralelo ao impulsionar o desenvolvimento de forma simultânea e multisetorial: industrialização, informatização, modernização agrícola e urbanização.

No século XX, ao transferir a capital do Rio de Janeiro no litoral atlântico, o Brasil acelerou seu processo de desenvolvimento com a construção da moderna Brasília, com arquitetura futurista e foco no desenvolvimento da região central do Brasil, à época carente de integração com o leste mais desenvolvido.

No século XXI, a China constrói Xiong'an – cidade do futuro em torno do lago Baiyangdian, com ênfase e respeito à ecologia, para desafogar a concentração da capital e metrópole Pequim.

Brasil e a China são exemplos para o mundo em busca da paz, solidariedade entre os povos e sustentabilidade do planeta.



Nanahira de Rabelo e Sant'Anna

Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Analista em Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento e Orçamento.

Cooperação em TIC entre o Brasil e a China: avanços recentes e desafios na era digital

A China emergiu como uma potência em TIC mediante uma combinação de políticas governamentais, investimentos maciços em P&D e população qualificada em tecnologia.

O setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC), presente em diversos documentos que norteiam a cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) entre o Brasil e a China, ganhou evidência nesse relacionamento com a assinatura de acordos durante visita do presidente Lula àquele país em 2023, abrangendo pesquisa e inovação, economia digital, tecnologias de comunicação sem fio, computação em nuvem, big data, Internet das Coisas (IoT) e inteligência artificial (IA) (Brasil, 2023). O artigo aborda o histórico recente de cooperação bilateral em TIC e apresenta perspectivas para o seu aprofundamento, considerando o panorama e os desafios do setor nos dois países.

Estabelecidas em 1974, as relações entre o Brasil e a China intensificaram-se nos campos científico e tecnológico a partir de 2004, com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mecanismo institucional de coordenação das relações bilaterais¹. O setor de

TIC se destaca no significativo arcabouço institucional construído entre os dois países; além de designar uma das 10 sub-comissões da COSBAN, a Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação, é ressaltado entre as áreas de cooperação no Plano Estratégico 2022-2031 e no Plano Executivo 2022-2026 (Brasil, 2017; 2022a; 2022b).

Na seção sobre TIC do Plano Executivo 2022-2026, está registrado que os governos do Brasil e da China buscarão promover pesquisas conjuntas e o intercâmbio de políticas e experiências em TIC; incentivar o intercâmbio de políticas, normas e práticas relativas à segurança cibernética; e desenvolver ações e projetos conjuntos em tecnologias avançadas de comunicação, computação em nuvem, indústria de semicondutores, redes de banda larga, big data, IoT, IA e gestão de espectro de radiofrequência e monitoramento de satélites (Brasil, 2022b).

Os acordos celebrados na visita presidencial de 2023 contemplam tais metas de cooperação. Os temas de IA, economia

digital e TIC são mencionados entre as áreas de foco do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China (MOST). Por sua vez, o MdE entre o MCTI e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China (MIIT) sobre Cooperação em TIC inclui, em seu escopo, tecnologias de comunicação móvel 5G e de próxima geração, computação em nuvem, “big data”, IoT, semicondutores, energia fotovoltaica inteligente, IA, segurança cibernética e tecnologias quânticas. Essas áreas também são objeto do MdE sobre Cooperação em Informação e Comunicações entre o MIIT e o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao lado de outras como redes de banda larga e “data centers”, segurança e integridade de redes de comunicação, aplicação industrial de redes de internet, computação de borda, equipamentos inteligentes, gestão do espectro de radiofrequência e soluções de satélite, monitoramento e controle (Brasil, 2023)².

Apesar das diferenças significativas em termos de sistema político, economia, história e cultura, o Brasil e a China compartilham pontos de convergência: estão entre os países mais populosos do mundo; apresentam vastas extensões territoriais, grande diversidade geográfica e abundância de recursos naturais; enfrentam desafios relativos a disparidades econômicas e inclusão social; e desempenham papéis importantes nos cenários regional e global. No tocante aos seus panoramas de TIC,

ambos têm mercados internos substanciais para produtos e serviços do setor; apresentam centros de inovação e empreendedorismo e vêm adotando políticas de incentivos fiscais para empresas de tecnologia e apoio a pesquisa e desenvolvimento (P&D). No entanto, enfrentam dificuldades para garantir uma distribuição equitativa dos benefícios da tecnologia, na forma de desafios em infraestrutura e acesso à internet em áreas rurais e remotas.

A China emergiu como uma potência em TIC mediante uma combinação de políticas governamentais, investimentos maciços em P&D e população qualificada em tecnologia. Contudo, enfrenta desafios em segurança cibernética, concorrência global, propriedade intelectual e dependência de tecnologia estrangeira em áreas como semicondutores e software. O significativo crescimento da área de TIC no Brasil foi impulsionado pela expansão da internet e a digitalização de diversos setores da economia. Como desafios, faz-se necessário aumentar os investimentos em P&D, incentivar a colaboração entre empresas, universidades e instituições de pesquisa e suprir a demanda por profissionais qualificados mediante educação e capacitação.

Os acordos firmados em 2023 fortalecem parcerias existentes e abrem novos caminhos de cooperação em TIC. Nesse sentido, espera-se que instituições brasileiras e chinesas, para além do intercâmbio de políticas e experiências, executem projetos que efetivamente promovam a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras de forma

conjunta, em áreas tanto de desafio comum quanto de competências complementares. As diversas oportunidades a serem exploradas incluem investimentos de empresas chinesas na modernização da infraestrutura de redes de comunicação no Brasil, parcerias entre startups e incubadoras dos dois países e transferência de tecnologia mediante pesquisas conjuntas, programas de intercâmbio e acordos de cooperação técnica.

Referências

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. China. 2017. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/openscms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/china.html. Acesso em: 17/03/2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota à Imprensa nº 131. 14/04/2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-e-integra-dos-atos-assinados-no-grande-palacio-do-povo-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china. Acesso em: 17/03/2024.

_____. Plano Estratégico 2022-2031 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. 23/05/2022a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/31627>. Acesso em: 17/03/2024.

_____. Plano Executivo para as Relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China entre 2022 e 2026. 23/05/2022b. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/31626>. Acesso em: 17/03/2024.

DANTAS, A. C. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e China: uma análise das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação. *Revista Tempo do Mundo*, v. 31, p. 257-283, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/435/380/1771>. Acesso em: 17/03/2024.

1 - Cabe mencionar que o início das relações entre o Brasil e a China em CTI ocorre com a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, em 1984. Entretanto, esse relacionamento intensificou-se com a criação da Cosban, em cujas subcomissões são abordados diversos temas de CT&I, especialmente a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação; a Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; e a Subcomissão Espacial (Brasil, 2017; Dantas, 2023).

2 - A área de TIC também está presente em MdEs firmados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) com o Ministério do Comércio da China sobre o Fortalecimento da Cooperação em Investimentos na Economia Digital, e com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China para a Promoção do Investimento e Cooperação Industrial (Brasil, 2023).



Kelly Ferreira

Doutora pelo IRIUSP, mestre pelo Programa San Tiago Dantas, Pesquisadora do Nupri-Ásia da USP e do Observa China e professora da PUC-Campinas

De onde vem a curiosidade sobre o Brasil?

A pesquisa parece ter começado bem longe dos grandes centros, em Wuhan, mais precisamente na Universidade de Hubei.

Ao pensar em estudos sobre qualquer país na China, é natural cogitar, em um primeiro momento, que tais pesquisas se iniciaram em Pequim ou Xangai, fruto de uma reação à migração ou debate político-econômico. No caso do Brasil, a pesquisa começa bem longe dos grandes centros, em Wuhan. Mais precisamente na Universidade de Hubei.

Esta não é apenas a primeira universidade na China a realizar pesquisas e ensino sobre o Brasil, mas é também uma das poucas instituições de pesquisa científica no país a estabelecer um centro de pesquisa brasileiro e está engajada na pesquisa e no ensino de história brasileira.

Após a fundação da República Popular da China, em 1949, há um esforço para contornar os bloqueios impostos por Estados Unidos e aliados aos países comunistas e soviéticos. E as regiões da África e América Latina, cujas várias nações estavam se tornando independentes no pós-2ª Guerra Mundial, pareciam a solução para obter apoio.

O estudo sobre América Latina e Brasil sempre andou lado a lado, antes de 1949, não havia centro de estudos especializados em Brasil ou América Latina na China, devido às limitadas oportunidades de contato e à falta de especialistas chineses nesta área. Durante a década de 1950, informações básicas (geográficas, histó-

ricas e políticas) sobre a América Latina começaram a surgir na China por meio de diversos livros, normalmente traduzidos do russo (Sidel, 1983). Contudo, ainda não foi suficiente para impulsionar a pesquisa. Durante esse período nenhum país latino-americano tinha relações com a China, e como resultado poucos trabalhos acadêmicos sobre essa região foram conduzidos na China.

Alguns fatores contribuíram com a aproximação de chineses com a América Latina. Em uma reunião no final da década de 1950, Mao aponta para a África e América Latina no mapa e pergunta se há alguém estudando essas regiões e a Revolução Cubana, em 1959, que possibilitou a abertura da rádio Xinhua, em Havana (Cuba), facilitando o acesso as informações do que acontecia no restante da América Latina. Além disso, estabeleceu em Havana, em 1959, a Agência de Notícias da Nova China e a embaixada chinesa, em 1960, que representaram as primeiras oportunidades da República Popular da China de enviar diplomatas, jornalistas e estudantes para a América Latina em números significativos (Sidel, 1983). Ao mesmo tempo surgiram na China pequenos grupos no governo para estudar as relações com a América Latina e desenvolver intercâmbios comerciais, diplomáticos e culturais. A maioria dos artigos



O chef Paulo Machado (primeiro à direita) e colega apresentam a comida brasileira na China. Em Pequim, 9 de maio de 2013.

nos jornais chineses na década de 1960 focava nos movimentos revolucionários existentes na América Latina, reformas agrárias e intervenção americana na região. Entretanto, esses materiais eram mais artigos introdutórios ou comentários, não podendo ser classificados como artigos acadêmicos.

Durante a década de 1960, sob recomendação de Mao Zedong para estudar América Latina, foram abertos cursos de História da América Latina nas universidades de Pequim e Renmin. Em 1961, sugeriram pesquisas sobre Brasil no recém-criado Instituto de América Latina da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Já em 1964, foram criadas as Seções de Estudos Históricos Latino-Americanos nas Universidades de Fudan e Nankai, e na Universidade de Hubei surgiu o Instituto de Estudos Brasileiros (Zhou, 2004)¹.

Nesse período, o foco estava principal-

mente na construção básica de materiais históricos brasileiros, inicialmente coletando e traduzindo um lote de materiais históricos brasileiros, incluindo materiais chineses, russos e ingleses, para estabelecer as bases para subseqüentes pesquisas sobre a história brasileira. A eclosão da Revolução Cultural trouxe-lhe um fim abrupto: os departamentos de história foram abolidos, os escritórios de ensino e pesquisa foram desmantelados e os professores foram descentralizados. Essa situação perdurou até o final da Revolução Cultural. A pesquisa da história do Brasil na Universidade de Hubei ficou suspensa por 10 anos.

Em 1978, com a convocação da Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central, a China inaugurou um período de reforma e abertura, e a pesquisa e o ensino da História brasileira na Universidade de Hubei também retomam

as atividades. Sendo Huang Banghe, jornalista nascido em 1920 e formado pela Universidade Sun Yat-sen, o primeiro diretor até sua aposentadoria em 1988. O Brasil ganha foco por ter a maior população, maior área, recursos naturais, alto nível de desenvolvimento econômico, status internacional importante e está em construção econômica entre países latino-americanos.

Estudar Brasil era uma forma de encontrar aprendizado para as modernizações promovidas na China naquele período e de preencher a lacuna sobre os estudos de Brasil.

Ao longo dos anos, o perfil dos brasilianistas – i.e. acadêmicos especializados em temas referentes ao Brasil – foi modificando, de especialista em história e política, para, desde a década de 1990, observa-se que esses pesquisadores são, majoritariamente, alunos de língua estrangeira que eram recrutados por centros de pesquisa e treinados para pesquisas em ciências sociais e humanas. Com a aproximação entre China e Brasil e abertura dos Institutos Confúcio, esse

perfil vai aos poucos ser modificando e abrangendo com alunos de pós graduação de outras áreas.

Principalmente no Instituto de Estudos de Brasil em Hubei foram realizadas diversas traduções e compilados sobre Brasil. A Academia Chinesa de Ciências Sociais, a Universidade de Pequim e outras instituições estabeleceram centros de pesquisa brasileiros.

Reuniu professores de diferentes departamentos interessados em estudar questões brasileiras no Centro de Pesquisa Brasil para promover o desenvolvimento do trabalho de pesquisa do centro. Atualmente, existem mais de 10 pesquisadores no centro, cujas áreas de pesquisa incluem história, economia, esportes, cultura, relações internacionais e muitos outros aspectos do Brasil. Além de criar a semana sobre Brasil e diversas publicações sobre o Brasil. Com o estreitamento das relações e o surgimento dos BRICS no início do século XXI, as pesquisas sobre Brasil e ganharam um novo impulso, contudo, a criando uma nova geração de brasilianistas por diversos pontos da China.



Ranielly Veloso

Formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), desde 2019 em Brasília, nos Três Poderes do Brasil, como correspondente da TV Meio Norte, à frente de importantes coberturas, como eleições e posse presidencial. Fez uma série de reportagens especiais, em 2021, sobre o Nordeste brasileiro. E em 2023, sobre a China, onde passou mais de quatro meses em um intercâmbio. Em uma só reportagem teve mais de 200 milhões de acessos no país.

Viver na China é quebrar estereótipos e se surpreender a cada nova experiência

Um país que conquistou o meu coração, principalmente pelo seu povo.

Viver na China por quatro meses foi sem dúvida a melhor experiência cultural e profissional da minha vida. Um intercâmbio com 80 jornalistas de quatro continentes a convite da Associação de Diplomacia da China foi o que proporcionou isso. O objetivo era mostrar o país “de verdade”. Entre aulas, viagens, visitas a empresas e eventos do governo, pude ver com os meus próprios olhos como esse país milenar em poucos anos se tornou uma potência econômica, erradicou a pobreza e executou o maior programa de investimentos do mundo, o Cinturão e Rota, que completou 10 anos em 2023.

Para nós, jornalistas, explorar in loco é o melhor dos mundos. E para a surpresa dos que esperavam ver lugares apenas com arranha-céus, as belezas naturais, a começar pelos pandas, conquistaram os internautas e telespectadores que acompanharam as minhas aventuras em mais de 50 reportagens, 60 vídeos curtos para as redes sociais e mais de 130 ao vivo para a TV Meio Norte.

Além de Pequim, conheci mais 12 cidades, dentre elas a província de Yunnan de incríveis belezas naturais com montanhas nevadas e o paradisíaco lago azul; Xangai, a maior cidade do país com 25 milhões de habitantes e o

terceiro maior prédio do mundo.

Até então, quando cheguei, em julho de 2023, tudo que sabia era que a China tem mais de 5 mil anos, é o segundo maior país do mundo em economia e em população, com 1,4 bilhão de habitantes, e o terceiro em território. E, claro, a Grande Muralha da China era o maior e mais visitado ponto turístico do país.

Ao conhecer o regime comunista vi suas peculiaridades, como o próprio governo denomina as características compatíveis com o livre comércio. A mudança ocorreu com a necessidade de reforma e abertura econômica, em 1978, no governo Deng Xiaoping. Fato que favoreceu maior contato com outros países e índices positivos para a economia.

Visitei museus que contam a história do Partido Comunista da China (PCCh). Os fundadores, a exemplo de Zhou Enlai e Mao Tsé-Tung, são declarados heróis e a população respeita o legado que é sinônimo de resistência. A base do regime é de Karl Marx e Friederich Engels no clássico “Manifesto Comunista”. Em dos museus, fiquei impressionada com as mais de 100 versões da obra em diferentes línguas.

Cheguei ao país oriental com grandes expectativas. No Ocidente, temos poucas informações sobre os hábitos dos chine-

Desfile de bateria de samba atraindo público numa rua histórica em Haikou, capital da província de Hainan, 23 de agosto de 2013.



ses, principalmente no que diz respeito à alimentação. Não vi carne de cachorro, como muitos pensam. Frango e porco são o que mais consomem. Sempre com muitos vegetais, pimenta e frutos do mar. O peixe é servido inteiro, significando respeito. O sabor é leve, cozido no vapor.

Os noodles são unanimidade. É possível encontrar em qualquer restaurante e nos trailers de comida de rua. O macarrão é feito e cozido na hora, de arroz e até vegetais. O pão de carne, que eles chamam de baozi, e os dumplings (guioza) são deliciosos. A massa cozida na água envolve a carne temperada em especiarias. E para cada refeição um chá preto ou verde.

Em cada região, uma comida típica. Em Chongqing e Chengdu, a sudoeste da China, eles amam o Hot Pot, refeição na qual você cozinha na hora os alimentos, como carne e vegetais, em uma espécie de sopa. Uma experiência gastronômica que aguça o paladar.

Muitos me perguntaram o prato mais exótico que provei. Carne de rã, abelha, verme do bambu, sangue de porco, vaso sanguíneo e intestino de boi, os três últimos no Hot Pot. Gostei muito da abelha, frita e crocante.

Mas os chineses estão consumindo mais carne bovina, e o Brasil é o maior exportador. Desde 2009 são os principais parceiros comerciais, fechando 2023 com US\$ 157,4 bilhões de balança comercial. Apesar das diferenças políticas com o governo anterior, a relação diplomática é sólida e vem aumentando. Neste ano, comemora 50 anos.

Durante minha estadia, cobri a visita do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a Xi Jinping, que disse na ocasião que a união entre Brasil e China é

fundamental para a economia do planeta e que os países devem se apoiar em um mundo que passa por mudanças.

Enquanto o Brasil exporta commodities, como soja, ferro, petróleo e carne, a China exporta os produtos já industrializados, como carros elétricos e eletrônicos. Tive a oportunidade de conhecer alguns portos.

O de Xian, cidade onde a China foi unificada, também o primeiro ponto de partida da Rota da Seda, é de onde hoje pelo programa Cinturão e Rota partem e chegam mais de 4.630 trens de carga para 22 rotas entre China e Europa.

Foi neste porto que acompanhamos o carregamento de carros elétricos. É possível transportar até 261 veículos por trem.

Em abril do ano passado, a China atingiu o topo em exportação de carros elétricos. Muitos da BYD, que está instalando a primeira fábrica fora da Ásia, em Camaçari, na Bahia, no Nordeste do Brasil. Serão US\$ 600 milhões investidos com a expectativa de produção de 150 mil carros por ano.

O Porto Internacional de Chongqing, o maior do sudoeste da China, alcança 465 pontos no mundo através de barcos e trem. Han Chao, vice-gerente geral do Centro de Logística Internacional, falou sobre o desejo de expandir a importação de frangos do Brasil.

Já o Porto de Tianjin é o primeiro inteligente e carbono zero do mundo com 140 robôs. De acordo com o gerente Li Shang, por ano são importadas 10 milhões de toneladas de pedras mi-nerais do Brasil, assim como 20% do ferro que chega no Porto de Caofeidian, em Tangshan.



Ranielly, durante intercâmbio, em Jinping: explorar in loco é o “melhor dos mundos”.

Outro ponto de conexão entre China e Brasil é o corredor aéreo que liga Chengdu a São Paulo. Com dois voos semanais diretos é possível transportar até 240 toneladas de mercadorias. Muitos chineses não sabiam disso, o que levou a um recorde de acessos à reportagem que fiz com mais de 200 milhões de visualizações no país.

Em comum, todos esses portos têm o Cinturão e Rota, o maior programa de infraestrutura do mundo.

Nos últimos 10 anos, movimentou US\$ 2 trilhões em contratos de construção. Até junho de 2023, eram 200 acordos de cooperação envolvendo 150 países e 30 organizações internacionais. O Brasil ainda não faz parte, mas vem sendo pressionado por isso. E tudo indica que a adesão é uma questão de tempo.

Se a China financia projetos de infraestrutura a outros países, foi porque primeiro teve experiências exitosas, como

o trem-bala. Atualmente, é a maior ferrovia de alta velocidade do mundo com 42 mil km. Em 1h20min percorri 319 km entre as cidades de Chengdu e Chongqing a uma velocidade de quase 350 km por hora, e estável.

Também viajamos de trem de Pequim a Wuhan, onde foi registrado o primeiro caso da Covid-19 no mundo. A Organização Mundial da Saúde investiga a origem da doença que levou a uma pandemia. No lugar, tudo normal, inclusive no mercado de rua com a venda de animais. Os pontos turísticos estavam lotados. Na Torre do Grou Amarelo, fiquei impressionada com a multidão que assistia a um show de luzes na pagoda de mais de 51 metros de altura. Todos estavam em êxtase com o momento que parecia mágico.

Falando em ponto turístico, foi na cidade de Chongqing que vimos a estação de metrô mais famosa do país, a Liziba. É nela que o metrô passa por dentro de um

Robô chinês em forma de panda atua como vendedor durante a Conferência Mundial de Robótica. Em Pequim, agosto de 2023.



prédio residencial. A obra do engenheiro Ye Tianyi de mais de 20 anos já ganhou muitos prêmios.

Chongqing tem recordes mundiais pela sua infraestrutura com mais de 1.400 pontes e túneis. Isso porque é cercada por montanhas e os rios Jialing e Yangtzé, o maior da Ásia e o segundo maior do mundo.

A China conseguiu construir muito em tempo recorde também por causa da sua tecnologia. Era uma das coisas que me deixava ansiosa, queria ver o mais rápido possível um robô. Assim que cheguei tive a primeira experiência. Fui comprar água e quem passou a compra foi um robô ao ler o QR Code no smartphone. Não sabia, mas na China não se usa dinheiro em espécie. Tudo é pago pelo celular. Inclusive o acesso ao metrô.

Na Conferência Mundial de Robôs, vimos muitos tipos: robô cachorro no corpo de bombeiros; robôs humanoides para re-

cepções de empresas, hotéis e em bares; robôs industriais, que fabricam de remédios à carros. Estão por todas as partes, até fazendo sorvete. Uma experiência que o Brasil poderia seguir com cooperação e desenvolvimento de tecnologia.

Difícil é relatar em poucas páginas essas experiências. Conheci uma das 7 maravilhas do mundo [Grande Muralha], a Cidade Proibida e provei o pato laqueado de Pequim. Isso porque quem vai à China e não faz essas três coisas, na verdade não foi à China.

Um país que conquistou o meu coração, principalmente pelo seu povo. Apesar dos 16.622 km de distância do Brasil, em comum tem um povo caloroso. Mesmo com línguas nada similares, alguns gestos são universais. Mas aprender mandarim está na minha lista. Já aprendi algumas palavras. Assim, me despeço com uma frase: xiê xiê, Zhong Guó (China)! Logo estarei de volta!



Célio Hiratuka

Professor do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. Atualmente é diretor do IE-Unicamp, coordenador do Grupo de Estudos Brasil-China da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia (Neit).

Relações econômicas entre Brasil e China: desafios para reforçar a cooperação em inovação e conhecimento

Estratégia para a neindustrialização brasileira passa pela parceria de ambos os países e pela sustentabilidade social e ambiental.

Em 2024, o Brasil completa 50 anos de relações diplomáticas com a República Popular da China. Ao longo desse meio século as relações bilaterais avançaram de maneira significativa. As iniciativas diplomáticas, como o Acordo de Parcerias Estratégicas, firmado em 1993, e o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em 2004, foram acompanhadas, em especial a partir do início dos anos 2000, de um grande salto nas relações econômicas entre os dois países.

Observou-se desde então uma intensificação notável dos fluxos comerciais. Desde 2009 a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Além do comércio, novas dimensões foram ganhando importância, como o aumento da presença de empresas chinesas no Brasil em diferentes setores, inclusive em segmentos de infraestrutura como energia elétrica, além dos fluxos de financiamento.

A despeito do rápido e importante

aprofundamento das relações econômicas bilaterais, também tem surgido preocupações relevantes associadas à necessidade de melhorar qualitativamente o perfil dessas relações. O padrão de comércio observado vem gerando preocupações por parte de vários analistas, que têm destacado o alto grau de concentração das exportações brasileiras para a China em commodities primárias. Do lado das importações, o rápido aumento da penetração das importações de produtos da China no mercado doméstico brasileiro estimulou o debate sobre o impacto da China sobre o perfil de especialização da estrutura produtiva brasileira. A rápida penetração de importações provenientes da China no mercado doméstico de manufaturados brasileiros levantou preocupações acerca da competição e sobrevivência dos produtores nacionais.¹

Do ponto de vista do investimento das empresas chinesas, a preocupação tem sido a concentração em operações

de fusões e aquisições e a pequena participação de atividades industriais.² Preocupações ambientais também têm sido constantes, decorrentes da especialização em commodities com elevado potencial de gerar impactos ambientais negativos. A preocupação principal tem sido com o desmatamento ocasionado pela expansão da produção de soja e da pecuária em biomas importantes como a Amazônia e o Cerrado³.

Os aspectos abordados apontam para a necessidade de avançar nas relações bilaterais em aspectos qualitativos, associados à diversificação na pauta de exportações, aumento da contribuição dos investimentos chineses para a diversificação da estrutura produtiva, em especial em setores mais intensivos em conhecimento, e a incorporação de maneira mais efetiva de tecnologias voltadas para a transição energética. Em outras palavras, apontam a necessidade de repensar a relação com a China como uma alavanca estratégica para fomentar o impulso da economia brasileira em um cenário global onde as mudanças estruturais para incorporação de capacidade inovativa e em direção à maior sustentabilidade ambiental e social sejam aceleradas.

Essas preocupações se associam à necessidade de retomar um processo de desenvolvimento que esteja ancorado em uma estrutura produtiva capaz de enfrentar ao mesmo tempo o desafio de aumentar a geração de renda e emprego de qualidade, avançar em atividades intensivas em conhecimentos acelerados pela difusão da indústria 4.0 e promover a sustentabilidade social e ambiental. Essa questão ficou evidenciada em

artigo assinado pelo presidente Lula e pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin⁴, onde defendem a necessidade de uma estratégia para a neointustrialização brasileira.

De fato, a economia brasileira vem passando por um longo processo de desindustrialização. Entre 1990 e 2020, de acordo com dados da Unido, a participação da indústria de transformação no PIB do Brasil reduziu-se de 14,6% para 10,2%. O desempenho brasileiro se torna ainda mais crítico quando se consideram as mudanças verificadas em nível mundial, com a aceleração das mudanças tecnológicas, resultado da busca por encontrar novos vetores de crescimento depois da Grande Crise Financeira e que tem se concretizado na importância cada vez maior da indústria 4.0 e suas várias tecnologias chave como computação em nuvem, big data, inteligência artificial, 5G, manufatura aditiva. Mais recentemente tem se agregado às tecnologias verdes como chave para garantir retomar o crescimento com sustentabilidade social e ambiental⁵.

É fato bastante conhecido que as atividades de manufatura carregam com ela a possibilidade de explorar efeitos dinâmicos escala, de encadeamentos produtivos e spillovers tecnológicos, capazes de favorecer o aumento da produtividade e de empregos com melhores salários. Mas a nova onda de transformações reforça essas características, com a crescente integração das atividades industriais com os serviços sofisticados, como software e serviços de informação.

As dificuldades associadas à desin-

dustrialização e à falta de competitividade em produtos industriais do Brasil têm causas diversas e complexas. E obviamente a China não pode ser culpada por fatores que dizem respeito fundamentalmente às causas internas do Brasil. As relações com a China apenas tornaram explícitos os problemas relacionados à desindustrialização e à mudança estrutural necessária para elevar a produtividade e o nível de renda do país.

Nesse contexto, como pensar o estreitamento das relações com a China para os próximos anos de maneira a contribuir para a reindustrialização do Brasil? Quais caminhos podem ser trilhados para que os laços se tornem ainda mais sólidos e melhorem qualitativamente, promovendo atividades que estimulem o upgrade industrial e tecnológico da estrutura produtiva brasileira e garantindo sustentabilidade social e ambiental?

Uma das chaves para essa questão está relacionada ao aumento da cooperação na área de ciência e tecnologia e inovação. Para isso, é fundamental reconhecer também a nova fase de desenvolvimento em que a China ingressou.

Além de se tornar uma potência exportadora e manufatureira global, a China vem reforçando sistematicamente seu sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Atualmente a China é o segundo país que mais gasta em P&D globalmente, representando 24,8% do total em 2020, atrás apenas do Estados Unidos com 30,7%.⁶ O avanço chinês também pode ser avaliado pela forte presença de suas grandes empresas em setores-chave das tecnologias digitais, como computação em nuvem, big data,

inteligência artificial, 5G, além dos setores-chave para fazer frente à crise climática e garantir crescimento com sustentabilidade ambiental e social, como energia e biotecnologia e saúde. Desta forma, por parte do Brasil, é importante uma estratégia de longo prazo que viabilize um engajamento que aproveite novas oportunidades abertas por essa etapa.

Vale destacar que esta estratégia não significa abrir mão da posição já consolidada pelo Brasil de grande fornecedor de produtos intensivos em recursos para a China. Ao contrário, para garantir e expandir esta posição, vai ser necessário incorporar cada vez mais conhecimento às cadeias produtivas de commodities, como na área de rastreabilidade, sistemas de monitoramento inteligentes e incorporação de equipamentos avançados, além de avançar em aspectos relacionados à sustentabilidade.

Mas ao mesmo tempo será importante também aproveitar as oportunidades relacionadas à expansão dos investimentos chineses, buscando aumentar os investimentos do tipo greenfield, e reforçar atividades em manufaturas e serviços mais intensivos em conhecimento. Articulados com os investimentos na área de energia renovável, podem significar oportunidades importantes para impulsionar atividades industriais, com maiores graus de encadeamentos produtivos locais, e focados em setores inovadores e sustentáveis.

Finalmente, cabe destacar oportunidades em parcerias em áreas onde os países têm desafios comuns e que envolvem capacitações importantes nos dois países. Além de aspectos já desta-

cados com produção agrícola, segurança alimentar, energia e infraestrutura, é possível também as TICs, o complexo industrial da saúde e soluções inteligentes para o setor urbano.

O estímulo à cooperação em ciência e tecnologia, combinada com incorporação de inovações e aproveitamento de oportunidades empresariais em segmentos industriais e de serviços associados a áreas mais intensivas em conhecimento e voltadas para a sustentabilidade, pode garantir um futuro ainda mais profícuo para o bem-estar das populações dos dois países nos próximos anos.

1 - JENKINS, R. Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil? *Latin American Perspectives*, v. 42, n. 6, p. 42-63, 2015.; HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: Análise dos fluxos de comércio e investimento estrangeiro. IPEA, *Revista Tempo do Mundo*, vol. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

2 - HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil. In: DUSSEL PETERS, E. (Org.). *China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean. Conditions and challenges*. Cidade do México: Universidade Autónoma de México, 2019.; SCHUTTE, G. R. Oásis para o capital. Curitiba, Apris Editora, 2020.

3 - CDP. Decoupling China's soy imports from deforestation driven carbon emissions in Brazil. *Trase/CDP*, 2019.

4 - DA SILVA, L. I. L.; ALCKMIN, G. Neoindustrialização para o Brasil que queremos. *Estado de São Paulo*, 25/5/2023

5 - MAZZUCATO, M. Industrial Policy and the Climate Challenge. *The American Prospect*, December 2019. <https://prospect.org/greennewdeal/industrial-policy-and-the-climate-challenge/>

6 - CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Global Research and Development Expenditures: Fact Sheet. CRS R44283. 2022. <https://crsreports.congress.gov>.



Cecília Mello

Professora livre-docente do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP. É pesquisadora de arte e cultura chinesa, com ênfase em cinema e audiovisual.



Milena de Moura Barba

Cineasta e tradutora. Bacharel em letras com habilitações em português e chinês pela USP, mestre em Direção de Cinema pela Academia de Cinema de Pequim.

Breve panorama da cooperação Brasil-China no setor audiovisual

Am ommor ut pro adhum manum forumus At re ponveribus pato-rit; etium intes iamdiis. Gitrum publiquam, paribus, sed Am om

O segmento audiovisual constitui uma parcela relativamente diminuta e permanece eclipsado pela magnitude das transações econômicas estabelecidas entre o Brasil e a China, que em 2023 atingiram um superávit de US\$ 51,1 bilhões¹. A despeito de figurarem entre os principais mercados e indústrias audiovisuais e criativas globais, as estatísticas relacionadas ao comércio bilateral e à colaboração no referido setor são virtualmente insignificantes. Em vez de interpretar tal cenário como uma fragilidade, um exame do breve histórico de cooperação entre Brasil e China no campo audiovisual pode suscitar uma compreensão aguçada sobre o potencial econômico e a importância artística, cultural e diplomática que ambos os países poderão alcançar ao reconhecerem tais dimensões.

Como é sabido, até o término da década de 1970, notadamente durante os anos da Revolução Cultural (1966-1976), a República Popular da China se mantinha em um estado de relativo isolamento em relação ao mundo ocidental, envolta em uma aura de intangibilidade e mistério. Com o início do processo de “reforma e abertura” (改革开放) a partir do final da década de

1970, liderado por Deng Xiaoping, as indústrias culturais chinesas, notadamente a cinematográfica e televisiva, desempenharam um papel primordial na empreitada de reintegração do país e de sua população com a comunidade internacional, além de propiciarem uma reavaliação crítica de sua própria narrativa histórica. Gradualmente, produções televisivas, musicais, cinematográficas e literárias passaram a articular os anseios e aspirações de uma população imbuída do desejo de reinvenção e renovação: “Naquela época, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ainda não tínhamos televisão. Não tinha celular. A ferramenta de comunicação era o telefone. Depois, a única forma de conexão com o mundo lá fora passou a ser o cinema, por meio da exibição de um ou dois filmes estrangeiros por ano.”²

É inegável o poder do cinema, da música e da televisão em abrir janelas para o “mundo lá fora”, uma experiência retratada de forma magistral pelo diretor Jia Zhangke em seu filme *Plataforma* (站台, 2000). Nele, acompanhamos um grupo de amigos que aos poucos entra em contato com as canções pop de Hong Kong e Taiwan e com filmes e programas de televisão estrangeiros, adquirindo, desse

modo, uma dimensão mais ampla tanto do resto do mundo quanto de si próprios (Mello, 2019). É neste contexto, no início da década de 1980, que divisamos os primeiros indícios do intercâmbio audiovisual sino-brasileiro: a exibição, em 1983 do filme de Nelson Pereira dos Santos *Na Estrada da Vida* (生活之路, 1980), protagonizado por Milionário e José Rico, e o subsequente sucesso da dupla sertaneja na China.

O fato de uma narrativa delineando a trajetória de dois migrantes rurais em busca de seus ideais urbanos ter reverberado além-fronteiras denota de maneira emblemática as raízes camponesas que fundamentam nossas nações, bem como os processos acelerados de urbanização, caracterizados pelo êxodo rural no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, e pela liberalização econômica na China a partir da década de 1980. As repercussões desse êxito na China abrangeram diversos setores econômicos emergentes em um país em processo de industrialização, incluindo uma interpretação instrumental da trilha sonora do filme pela Orquestra Sinfônica de Pequim, e uma turnê realizada em 1986 pela dupla sertaneja, percorrendo diversas cidades do país asiático (Bim, 2023, pp. 142-3). Reputa-se à obra o avanço da popularidade do violão na China, bem como a disseminação da figura do cantor trovador, que se tornou uma tendência seguida por uma geração de jovens chineses.³ É igualmente notável que o sucesso do filme e da música antecipa, de certa forma, o futuro da relação econômica entre os dois países, principalmente no contexto agrícola, fundamental para o co-

mércio de commodities como a soja.

Durante os anos 1980, em comemoração ao décimo aniversário do restabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras em 1984, a televisão de Pequim procedeu à dublagem e transmissão de uma versão abreviada da telenovela brasileira *A Escrava Isaura* (女奴), estrelada por Lucélia Santos (卢塞莉亚·桑托斯) (Hu e Roberto, 2020). O êxito alcançado pela veiculação desta obra, originalmente produzida entre 1976 e 1977, foi tal que sua retransmissão foi amplamente difundida por outros canais televisivos na China, culminando na consagração de Lucélia Santos como melhor atriz na premiação do Prêmio Águia de Ouro (金鹰奖) de 1985. Em sequência à exibição televisiva, viu-se a publicação de duas traduções do romance original de Bernardo Guimarães (1984; 1985), além de quatro adaptações da telenovela em formato de história em quadrinhos.

Nos anos subsequentes, testemunhamos a produção (1986) e veiculação (1987) de dois documentários pioneiros acerca da China no Brasil: *De Olho na China*, exibido pela TVT e dirigido por Marília de Andrade, e *China, o Império do Centro*, exibido pela TV Manchete e dirigido por João Moreira Salles. Como parte deste último, a TV Manchete exibiu o filme *Terra Amarela* (黄土地) de Chen Kai-ge, reconhecido como a obra seminal da denominada “quinta geração” do cinema chinês. Tal corrente cinematográfica, posteriormente, chegou ao Brasil por intermédio de festivais renomados, a exemplo da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, que, até os dias atuais, figura como uma plataforma pioneira na exibição de obras cinema-

tográficas chinesas em solo brasileiro.

Enquanto o Brasil renovava seu interesse pela China, Lucélia Santos aprofundava sua colaboração com o país. Em 1992, a atriz participou de um seminário organizado pela televisão da província de Sichuan, o que resultou na produção de dois documentários: um filmado no Brasil em 1995, intitulado *The Beautiful Brazil*, e uma série de cinco documentários realizados em 1996 por uma equipe brasileira na China, sob a direção de Lucélia Santos, intitulada *O Ponto de Mutação – China Hoje*, transmitida pela TV Cultura e TV Manchete. Além disso, houve uma tentativa de produzir uma minissérie ficcional intitulada *Destino*, que, após mais de uma década, se transformou no filme *Um Amor do Outro Lado do Mundo* (2009), dirigido por Moacyr Góes e estrelado por Lucélia Santos e pelo ator chinês Chao Chen. Esse projeto, uma das primeiras coproduções Brasil-China, foi, em muitos aspectos, malsucedido.

Também não obteve o êxito desejado a coprodução *Cidade de Plástico* (*Plastic City*, 2008, Gullane/XStream Pictures), dirigida por Yu Lik-wai, renomado diretor de fotografia associado a Jia Zhangke. Durante uma visita ao Brasil, Yu Lik-wai foi cativado pelo bairro da Liberdade em São Paulo e sua vibrante colônia asiática, composta por japoneses, chineses e coreanos. *Cidade de Plástico* é um filme multilíngue, apresentando diálogos em português, mandarim, espanhol e inglês, além de uma equipe e elenco internacionais. Contudo, a abundância de referências cruzadas pode ter contribuído para dificultar sua compreensão e apreciação.

Esses dois exemplos de coprodu-

ções antecedem o primeiro acordo internacional bilateral Brasil-China de coprodução cinematográfica, o qual foi formalizado em 2017. No ano de 2019, observou-se a celebração de diversos acordos privados entre o Grupo de Mídia da China e operadoras de canais de televisão brasileiras, incluindo a TV Globo, Empresa Brasileira de Comunicação, Band e Box Brasil. Posteriormente, em 2023, um acordo internacional bilateral Brasil-China de coprodução televisiva foi assinado. Embora tais tratados bilaterais ainda não tenham sido plenamente implementados, diversas iniciativas já estão em curso e sendo objeto de debate, promovendo perspectivas inovadoras para a colaboração no âmbito audiovisual. Sob a vigência desses acordos, as coproduções realizadas por empresas do Brasil e da China serão equiparadas a produções nacionais em ambos os territórios, possibilitando o acesso aos recursos públicos de financiamento disponíveis em ambas as nações e conferindo-lhes o status de produtos nacionais em seus respectivos mercados. Dessa forma, China e Brasil almejam impulsionar o setor audiovisual de ambos os países por meio de futuras colaborações.

No contexto da distribuição cinematográfica, de acordo com dados registrados pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, foram lançados no circuito comercial brasileiro, entre os anos de 2009 e 2022, um total de 56 filmes chineses. Entre estes, destacam-se como as principais bilheterias as coproduções sino-americanas, predominantemente representadas por franquias sino-hollywoo-

dianas como *Kung Fu Panda* e *Homem de Ferro 3*. No que tange à distribuição de conteúdos audiovisuais brasileiros na China, os dados ainda carecem de compilação sistemática, no entanto vale mencionar o sucesso alcançado pelas produções da Turma da Mônica, da renomada Mauricio de Souza Produções, a partir de 2007 em um portal educativo,⁴ e a partir de 2010 na Televisão Central China (CCTV). Adicionalmente, destaca-se a distribuição do filme *Amazônia*, dirigido por Thierry Ragobert, nos circuitos comerciais em formato 3D, bem como o lançamento de *Nise: O Coração da Loucura* (Roberto Berliner, 2015), promovido pela iniciativa Aliança Nacional de Distribuição de Filmes de Arte, fomentada pela Cinemateca China.

Este breve relato sobre algumas iniciativas precursoras no campo do audiovisual evidencia o desafio que ainda nos aguarda, caso desejemos efetivamente explorar o potencial de nossa cooperação. Para o Brasil, a proclamação dos acordos de coprodução está intrinsecamente vinculada ao atrativo representado pelo mercado cinematográfico e audiovisual chinês, atualmente o maior do mundo, apresentando um crescimento anual aproximado de 14%, sem indícios de declínio. Por fim, aproveitamos essa oportunidade para enaltecer o pioneirismo de *Na Estrada da Vida*, obra que nos permite reconhecer a capacidade do cinema e da música em delinear e conectar

os sonhos e anseios de milhões de pessoas ao redor do mundo, evidenciando as raízes e o potencial de confluência existentes entre nossos povos, tão heterogêneos e, ao mesmo tempo, tão próximos.

Referências

BIM, J. P. M. B. Cinema popular e música sertaneja em *Estrada da Vida* (Nelson Pereira dos Santos, 1980). 2023. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.27.2023.tde-22032024-121046>>. Acesso em: 2024-4-16.

DE MOURA BARBA, M. Canções em Pequim. Documentário de longa-metragem. Miluspanda Produções e Produtora Jovem (青年电影制片厂). Disponível em: <<https://cultspplay.com.br/video/cancoes-em-pequim/>>. Acesso em: 2024-4-16.

GUIMARÃES, B. A Escrava Isaura. Tradução Weng Yilan & Li Shulian. Nanjing: Jiangsu People's Publishing House, 1984.

GUIMARÃES, B. A Escrava Isaura. Tradução Fan Weixin. Hangzhou: Zhejiang Literature and Art Publishing House, 1985.

HU, Z.; ROBERTO, M. T. A Introdução e Recepção da “A Escrava Isaura” na China. *Gláuks - Revista de Letras e Artes*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 99–123, 2020. DOI: 10.47677/gluks.v20i2.192. Disponível em: <<https://www.revistagluks.ufv.br/Gluks/article/view/192>>. Acesso em: 2024-04-16.

MELLO, C. *The Cinema of Jia Zhangke: Realism and Memory in Chinese Film*. London: Bloomsbury, 2019.

1 - WATANABE, Marta. Superávit com China soma US\$ 51,1 bi em 2023, mais da metade do total brasileiro. São Paulo, Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/05/supervit-com-china-soma-us-511-bi-em-2023-mais-da-metade-do-total-brasileiro.html>>. Acesso em 27 de março de 2024.

2 - Transcrição de trecho da fala de Guan Mu, parte do filme *Canções em Pequim* (Direção de Milena de Moura Barba, Miluspanda Produções e Produtora Jovem (青年电影制片厂)). Disponível em: <https://cultspplay.com.br/video/cancoes-em-pequim/>. Acesso em 24 de março de 2024.

3 - SEM AUTORIA. (吉他) Verbete para Guitarra. Disponível em: <https://baike.baidu.com/item/%E6%9C%A8%E5%90%89%E4%BB%96/6547803>. Acesso em 24 de março de 2024.

4 - OSWALD, Vivian. Um negócio da China para a Turma da Mônica: Revistinhas disputam o maior mercado global. São Paulo, O Globo, 2008. Disponível em <<https://oglobo.com/economia/um-negocio-da-china-para-turma-da-monica-revistinhas-disputam-maior-mercado-global-2808172>>. Acesso em 20 de março de 2024.



Tom Dwyer

Possui graduação na Victoria University Of Wellington (1973), mestrado (BA hons) da Victoria University of Wellington (1975) e doutorado da École des Hautes Études en Sciences Sociales (1978) onde foi orientado por Alain Touraine, pós-doutorado pela University of Canterbury (1983) e pós-doutorado pela Cornell University (1990). Atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Dirigiu o Grupo de Estudos Basil China da Unicamp entre 2013 e 2019, e desde 10 de maio de 2019 é diretor brasileiro do Cass-Unicamp Centro de Estudos sobre a China.

Músicos brasileiros em Pequim e Xangai durante a década de 2010: intermediações culturais, paciência, guanxi e “face”

Um olhar sobre parte de uma população estimada em 16 mil imigrantes.

Piotr Sztompka (2006) disse que é apropriado tratar o tema macro da globalização ao nível micro das experiências mundanas do dia a dia das pessoas comuns. Isso implica que a verdadeira sociabilidade reside nessas experiências e nas relações que elas contêm.

Este artigo centra-se num estudo sociológico de um pequeno subconjunto de seis músicos brasileiros, de um estimado total de 60, que viveram e trabalharam na China durante os anos 2010, todos os entrevistados tinham vivido mínimo de três anos no país, e fazem parte de uma população brasileira estimada em 16 mil migrantes. Das 60 entrevistas feitas, 50 foram validadas, inclusive todas as seis realizadas com músicos. O pesquisador conheceu familiares de alguns entrevistados, observou aspectos do dia a dia de outros e chegou à conclusão de que este grupo tinha adquirido uma percepção única e valiosa sobre a China.

Entrevistando músicos brasileiros

Depois de me sentar com o entrevistado, normalmente em um local como um café, casa ou escritório, eu explicava a pesquisa, o escopo e os objetivos da entrevista e a garantia do anonimato (que resultou em mudanças de nome, moradia, gênero, idade etc. dos entrevistados neste texto).

Via de regra, todas as entrevistas começavam com uma pergunta aberta: “Como você foi parar na China”? Normalmente os músicos eram recrutados com base em indicações pessoais, chegavam à China com visto adequado e emprego garantido.

A partir de sua chegada, os novos recrutados constroem duas séries de redes sociais: a primeira, mais íntima, funciona como uma “grande família” (ou grupo de apoio) e a segunda permite administrar uma variedade de oportunidades de trabalho profissional. Para formar esta se-

gunda rede, os entrevistados confiaram frequentemente em outros latino-americanos e confiantes do grupo, bem como nos intermediários culturais chineses.

Relações com o mercado

Os músicos profissionais da sua categoria vendem seu trabalho e talentos no mercado. Porém, na China todos dizem a mesma coisa, estão sujeitos ao olhar atento do Estado e às incertezas dos controles burocráticos. Cada músico renova o seu visto de residência duas vezes por ano, uma fonte de incerteza e tensão nas suas vidas. A cada ocasião que são contratados para tocar em um local não previsto em seus documentos legais, recorrem a redes especializadas e descobre-se um caminho para ter permissão de executar a tarefa. Ou – para usar uma metáfora do futebol – todos “driblam” o sistema.

Os músicos são móveis, movimentam-se pela cidade e pelo país. Trabalham dentro de um sistema social complexo de redes sobrepostas, sujeito a intermediações, exigências inesperadas, recompensas financeiras e reciprocidades (“uma mão lava a outra”). Alguns elementos desse sistema social com o qual seus agentes – intermediários culturais chineses – têm de negociar são enraizados em tradições centenárias (a burocracia é também uma invenção chinesa), que ainda seguem rituais oriundos do confucionismo e tradições mesmo desconhecidos ao próprio agente. Outras negociações dependem das tecnologias avançadas implantadas na China, por exemplo a relação entre intermediário e músico. Através dos smartphones: o aplicativo multitarefa Wechat, apps de tradução chinês-inglês-chinês, mapas e acesso a suporte local.

O que eles fazem?

Uma vez que saem do mundo limitado da música latino-americana, envolvendo principalmente bares e restaurantes com uma temática latina, os músicos passam a tocar com outros estrangeiros. Quanto mais tempo residem na China, mais ver-sáteis eles parecem se tornar, tocam jazz, música popular europeia e norte-americana, rock e – de vez em quando – bossa nova, samba e MPB. Orgulhosos de serem aqueles que sabem cantar algumas músicas, inclusive sambas, em chinês! Como resumiu um deles: “Eu canto em chinês, italiano, russo, espanhol e inglês”.

Alguns ensinam música (teoria e prática), em inglês ou chinês. Como outros músicos profissionais da década de 2010, muitos aspiravam gravar, participar em ou lançar CDs (que em 2017 não era considerado um produto lucrativo na China). Um músico atua também como produtor, outro como compositor. Viajam individualmente ou em grupo por toda a China para tocar em concertos, restaurantes, casamentos, inaugurações de novos empreendimentos imobiliários, centros comerciais entre outros. Embora seu principal produto seja musical, para terem uma “boa qualidade de vida” – tornam-se capazes de executar “múltiplastarefas” e valorizam versatilidade linguística, ritmos diferentes, mobilidade geográfica.

Como está sendo essa fase chinesa da carreira? Um músico mais maduro revelou que hoje ensina muito mais do que toca, no entanto, se for necessário complementar sua renda, ele faz shows em restaurantes e bares e em festas próximas de sua casa. Ele faz um balanço: “A China me escolheu, estava fora do meu alcance. Insisto que estou muito melhor na China,

sem dúvida, no que diz respeito à qualidade da minha vida, à sequência de trabalho que obtenho e ao status social, nunca teria conseguido isso no Brasil.”

Desafios diários com forças não-mercantis

Há um velho ditado inglês que diz que “a necessidade é a mãe da invenção”. A maioria dos músicos desenvolveu algum conhecimento prático da língua (em um caso, conheceu apenas 300-500 caracteres chineses) e interação com chineses que constroem “pontes de bambu” para grupos específicos de expatriados, fornecendo diversos apoios: linguístico, técnico, jurídico e administrativo-político. Esses intermediários culturais chineses normalmente falam inglês, servem como agentes, conselheiros e bombeiros nessa sociedade complexa e em rápida transformação, muita antiga, multicultural e líquida (Bauman, 2001).

Maria Lígia mora há uma década e meia na China, declarou que a coisa ficou “séria, examinam o DNA, fazem teste para ver se você está usando drogas, estão sempre monitorando os músicos”. Essa impressão foi corroborada por outros. Ela contou que certa vez foi flagrada trabalhando em um outro município sem os documentos apropriados, foi levada à delegacia. (Imagine – por um momento –, caro leitor brasileiro, qual poderia ser a recepção de um músico estrangeiro recolhido pela polícia local no Brasil.) “Me trataram muito bem na delegacia... Tinham até tradutor de português, sabiam que iam me pegar.” Como resultado “tive que mudar meu visto para trabalhar em um bar diferente. A lei muda o tempo todo.” Mas acrescentou que um jogo de

gato e rato, envolvendo autoridades, proprietários de espaços, agentes e músicos, é constante no seu meio.

Incomunicações cotidianas – a importância de guanxi, paciência e “face”

Aprenderam também que as amizades são feitas em bases muito diferentes das no Brasil. “Para ser amigo aqui, para alguém ser considerado ‘guanxi’, no Brasil não é preciso ser importante, na China, sim.” Ele observou que, ao tocar em muitos diferentes locais, “neste setor – que é um setor novo na China e que não está sincronizado com as tradições do país – é necessário ter guanxi para [o estabelecimento] permanecer aberto”. Foi em um canto tranquilo de uma mansão-bar, decorada em estilo decadente, situada na Concessão Francesa de Xangai, que um outro músico explicou que conhecia uma mansão-restaurant propriedade do Exército (PLA), onde sempre que ocorriam problemas envolvendo a polícia local o arrendatário recorria às suas estreitas ligações com a PLA – o seu guanxi – para resolvê-los. Ao surgir tais problemas é preciso que o músico seja: paciente, mantenha a calma, exiba um sorriso e – regra maior – nunca ficar zangado. Ou seja, enquanto os chineses trabalham usando relações de guanxi para resolver seus problemas, é necessário que os outros mantenham a “face”.

Conclusão

Altamente talentosos, nossos entrevistados são estudiosos e possuem uma forte ética de trabalho. Um ditado atribuído a Confúcio nos ajuda a entender: “Escolha um trabalho que você ama e você nunca

terá que trabalhar um dia na sua vida”.

Como pessoas que vivem da sua arte e como estrangeiros, sentem-se respeitados e têm um status social considerável. Embora sintam que vivem constantemente sem privacidade, eles têm muito mais privacidade que os chineses. Como já foi dito, quando confrontados com dificuldades não mercantis no exercício da sua profissão, aguardam e confiam nos intermediários chineses e em suas redes para encontrar soluções. Mais importante, eles percebem que nunca compreenderão completamente o que está acontecendo no seu redor. Para eles, humildade, tranquilidade em relação às diferenças, trabalho e sucesso parecem andar de mãos dadas.

Com referência aos seus múltiplos

contatos com a população brasileira. “O problema é que esses brasileiros não estão aprendendo a negociar com a China.” “Os brasileiros não são bons expatriados, são cheios de preconceitos. O brasileiro precisa ser mais pragmático e menos eufórico em relação à China.”

Bibliografia

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

DWYER, T. Brazilian migrants experience China: Musicians' observations of the promises and limits to Sino-Brazilian Relations, in Hase-Ueta, M., Mathias Alencastro, M., Pinheiro-Machado, R. (Eds.) *How China Is Transforming Brazil*, London, Palgrave, 2023.

NISBETT, R. *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently - and Why*. New York, NY: Free Press, 2003.

SZTOMPKA, P. Introductory remarks to the presidential debate, Durban, World Congress of Sociology, 2006. Available at: https://www.isa-sociology.org/uploads/files/presidential_address_p_sztompka.pdf (viewed: 24.12.2023)

PARTE 4

Futuro das relações Brasil-China





Gleisi Hoffmann

Presidenta do Partido dos Trabalhadores.

Brasil e China: uma parceria que avança para o futuro

Além das áreas específicas de cooperação, Brasil e China têm se unido em busca de soluções para grandes questões globais, como a mudança climática e a governança global.

Os 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China devem ser saudados como um convite ao aprofundamento da nossa parceria estratégica, que já completa 31 anos, e sua expansão em nível global, que vem sendo construída atualmente com mútuo comprometimento. Esse notável avanço, destacado na mais recente visita de estado do presidente Lula à China, em 2023, compõe um cenário que extrapola as excelentes relações entre nossos países e vislumbra o progresso dos povos e nações rumo a uma ordem global mais justa, de paz e desenvolvimento.

Brasil e China dialogam e participam de forma coordenada no âmbito de diversas organizações internacionais e mecanismos multilaterais, destacando-se nossa parceria no NDB e no BRICS, recentemente ampliado e fortalecido. Juntamente com outros países, estamos difundindo experiências, promovendo cooperação em campos diversos, não apenas econômicos, e explorando novas possibilidades, dentre as quais se destaca a Iniciativa Cinturão e Rota apresentada pela China.

Como presidenta do Partido dos Trabalhadores, saúdo o intercâmbio e as re-

lações políticas que desenvolvemos com o Partido Comunista da China. Este ano de 2024 marca também o 40º aniversário da primeira visita oficial de uma delegação do PT do Brasil à China. Aquela visita pioneira desdobrou-se em um sólido relacionamento entre nossos partidos, culminado com a assinatura, em 2023, do Protocolo de Cooperação entre o PT do Brasil e o PCCh.

As relações sino-brasileiras tomaram novo impulso a partir de 2004 e 2009, datas das primeiras visitas de estado do presidente Lula à China, retribuídas em 2014 pelo presidente Xi Jinping, que teremos a honra de receber ao final deste ano. Desde 2009 a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, numa relação que beneficia ambos os países. Com visões compartilhadas e interesses convergentes, a China e o Brasil têm fortalecido esta parceria em áreas como comércio, investimentos, tecnologia, educação e questões globais.

O Brasil tem se mostrado um parceiro confiável no fornecimento de commodities para a China, enquanto a China se tornou um importante consumidor dos produtos brasileiros. A cooperação entre os dois países tem



Comitiva chega a Pequim, em abril de 2024, saudando bodas da relação entre PT e Partido Comunista Chinês.

se expandido para além das commodities, com um aumento significativo no comércio de bens manufaturados e serviços. Nosso intercâmbio abrange diferentes setores, como agricultura, mineração, indústria e serviços.

A China tem sido um importante destino para produtos brasileiros, como soja, carne, minério de ferro e petróleo. Por outro lado, o Brasil tem se beneficiado da importação de produtos manufaturados chineses, como eletrônicos, automóveis e equipamentos. Essa cooperação tem estimulado a economia de ambos os países, gerando empregos e impulsionando o crescimento.

Os investimentos também têm desempenhado um papel fundamental nas relações sino-brasileiras. A China

vem se mostrando um importante investidor no Brasil. Na área de energia, a China tem sido um parceiro crucial para o Brasil. Com suas vastas reservas naturais e experiência em energia renovável, o Brasil tem muito a oferecer. Através de investimentos chineses, projetos de energia têm sido desenvolvidos, tais como usinas hidrelétricas e eólicas, que está contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira. Isso fortalece a segurança energética do país e reduz sua dependência de fontes fósseis não renováveis.

A infraestrutura é um dos setores mais relevantes para o avanço econômico e social de um país. Tanto o Brasil quanto a China enfrentam desafios em termos de infraestrutura, mas também

apresentam grandes oportunidades de desenvolvimento nesse campo. A China tem se tornado uma referência global neste aspecto, sendo pioneira em áreas como construção de estradas, ferrovias de alta velocidade, portos e energia renovável. A cooperação sino-brasileira em infraestrutura tem potencial para impulsionar o crescimento econômico e promover avanços sociais no Brasil. Através de parcerias estratégicas, empresas chinesas têm investido em projetos de grande escala no país, como a construção de ferrovias e portos. Esses investimentos têm contribuído para a modernização da infraestrutura brasileira, facilitando a logística, o comércio e o transporte de mercadorias.

No que diz respeito à tecnologia, Brasil e China têm buscado estabelecer parcerias no desenvolvimento de projetos e na troca de conhecimento. A China tem se destacado como uma potência tecnológica e tem interesses em expandir sua atuação no Brasil, enquanto o Brasil busca aproveitar o conhecimento chinês para impulsionar seu setor de tecnologia e inovação. A cooperação também se estende à área de educação, com a China cada vez mais abrindo as portas para estudantes brasileiros em suas universidades e o Brasil buscando fortalecer seus laços educacionais com a China. Essa troca de conhecimento e experiências é fundamental para o desenvolvimento dos dois países e fortalece ainda mais a parceria bilateral.

Além das áreas específicas de cooperação, Brasil e China têm se unido em busca de soluções para grandes questões globais, como a mudança climática e a governança global. Os dois países têm

assumido um papel de liderança nessas questões e utilizado sua parceria para buscar soluções conjuntas. Estabelecemos uma Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança de Clima em nossas relações de alto nível e temos acordo sobre a necessidade de uma reforma para ampliar e democratizar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, entre outras iniciativas.

Dentro desse cenário, o futuro das relações sino-brasileiras apresenta grandes oportunidades. A modernização da China e seu papel como potência global trazem consigo possibilidades de novas parcerias comerciais e investimentos no Brasil. A Iniciativa Cinturão e Rota, lançada pela China, também pode abrir portas para uma cooperação ainda maior entre os dois países, especialmente no que diz respeito a projetos de infraestrutura.

Diante desse contexto, espera-se que as relações sino-brasileiras continuem a se fortalecer nos próximos anos. A cooperação mútua em áreas como comércio, investimentos, tecnologia, educação e questões globais tende a criar laços cada vez mais sólidos e benéficos para os dois países. A parceria sino-brasileira tem um potencial significativo para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de ambos, e é importante aproveitar todas as oportunidades que surgirem nesse caminho.

É com os olhos voltados para o futuro, portanto, que saudamos os 50 anos das relações entre Brasil e China, nossa parceria estratégica e o aprofundamento dessa construção conjunta em benefício de todos.



Aloizio Mercadante

Presidente do BNDES. Foi ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ministro da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Também foi senador da República e deputado federal pelo PT-SP.

China e Brasil 50 anos: novas oportunidades da parceria estratégica

Os próximos anos serão decisivos para o futuro do planeta e, retomando a declaração conjunta dos dois países quando da visita do presidente Lula ao presidente Xi Jinping, devemos nos unir em torno dos valores de paz, desenvolvimento, equidade, justiça e liberdade.

Brasil e China celebram, em 2024, 50 anos de uma aliança baseada na amizade e nas oportunidades estratégicas entre as duas nações. Os dois países comungam de características que tornam sua aliança singular, a exemplo da amplitude territorial e da liderança regional e como potência econômica do Sul Global. China e Brasil são defensores de um sistema internacional equilibrado, baseado na paz e no multilateralismo, e têm longa tradição de políticas externas independentes e autoafirmativas.

O relacionamento entre os dois países foi formalizado em 1974, em período complexo da geopolítica internacional e caracterizado por uma ditadura militar no Brasil. Nos anos 1980, já no primeiro governo da transição democrática, tem início o primeiro acordo estratégico: o Protocolo de Pesquisa e Produção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres, também conhecido pela sigla em inglês CBERS. Esse acordo resultou em seis lançamentos de satélites, o primeiro em 1999, quatro entre 2003 e 2014 e o último lançamento em 2019. Na visita do

presidente Lula à China em 2023, foi assinado um protocolo prevendo novo lançamento de satélite para monitoramento ambiental até 2028. Essa cooperação representa um marco no relacionamento estratégico porque visa romper a limitação imposta pelos países do G7 à exportação de bens e tecnologias de veículos lançadores de satélites e outros sistemas não tripulados de transporte. Assim, Brasil e China se uniram para contornar essa limitação e desenvolver conjuntamente a tecnologia para lançamento de satélites.

Para além dessa cooperação científico-tecnológica, o Brasil fez uma importante contribuição ao desenvolvimento do setor hidrelétrico chinês. Ao longo dos anos 1980 e 1990, centenas de engenheiros chineses vieram ao Brasil conhecer a Usina Hidrelétrica de Itaipu e outras usinas recém-construídas. Nesse contexto, inaugura-se em 1997 o primeiro capítulo da cooperação entre o BNDES e o Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB), para o financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, na China, que veio substituir a Usina de Itai-

pu como a mais potente hidrelétrica do mundo. Entre 1997 e 2005, o BNDES liberou US\$ 80,2 milhões para empresas brasileiras em financiamentos à exportação de serviços de obras de engenharia para a execução de parte desse projeto.

Em 2004, após nove anos sem visitas de chefe de Estado brasileiro à China, o presidente Lula visitou o país e iniciou um novo período de aproximação, formalizado por meio da criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que é hoje presidida, no lado brasileiro, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

No período de aproximação entre os dois países nos anos 2000, a economia chinesa consolidou-se como uma potência econômica global, passando do status de “fábrica do mundo”, nos anos 90, para uma economia pujante, líder em inovação e pioneira em setores-chave, como semicondutores e eletrificação. A expansão chinesa beneficiou amplamente a economia brasileira, principalmente por meio da valorização do preço das commodities minerais e agrícolas em relação ao preço dos bens geralmente importados pelo Brasil. Em 2009, a China se torna a principal economia exportadora no mundo e o principal parceiro comercial brasileiro. A corrente de comércio salta de US\$ 9 bilhões, em 2004, para US\$ 157 bilhões, em 2023. No mesmo período, a participação das exportações destinadas à China sobre o total exportado pelo Brasil salta de 6% para 31%.

A partir da década de 2010, a China se torna um dos principais países a realizar investimentos diretos em outros países. No Brasil, entre 2010 e 2021, o estoque de investimentos chineses saltou de US\$

7,8 bilhões para US\$ 29,9 bilhões. Esse crescimento, de 279%, foi muito superior ao de outros países grandes investidores no Brasil.

Em 2012, Brasil e China elevaram a sua parceria estratégica ao nível de parceria estratégica global, reconhecimento de que a aliança transcende a relação bilateral e busca contribuir para os grandes temas globais. O relacionamento sino-brasileiro ganha novos contornos com a criação do grupo do BRICS, em especial com o acordo celebrado em 2014, no Ceará, que culminou com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco do BRICS. Atualmente presidido pela ex-presidenta Dilma Roussef, o NDB constituiu-se como uma instituição multilateral de financiamento ao desenvolvimento, pioneira ao ser estrategicamente orientada para o Sul Global. A proximidade da relação entre os dois bancos se destaca com o financiamento concedido ao BNDES, em 2023, no valor de US\$ 1,7 bilhão. Em 2023, o banco de desenvolvimento brasileiro também captou, junto ao NDB, US\$ 500 milhões.

A relação com a China ultrapassou a dimensão protocolar da política externa e passou a ser decisiva para a evolução da economia nacional. Não obstante inúmeros ganhos, há oportunidades pela frente. Os ganhos econômicos têm ampla margem para diversificação. Apesar do significativo saldo comercial em favor do Brasil em 2023, no valor de US\$ 51,1 bilhões, 91% das exportações corresponderam a bens básicos (soja e minério de ferro respondem por 80%). Também no campo dos investimentos externos diretos provenientes da China, 83% foram destinados aos setores de eletricidade e indústria extrativa (petróleo). Ou seja,



O navio Ro-Ro Explorer N° 1, da empresa chinesa BYD para transportar seus carros elétricos, atracado no porto de Suape. Em Pernambuco, 27 de maio de 2024.

nos dois casos há relevante concentração em poucos setores que constituem desafio para aprofundarmos as relações sino-brasileiras, buscando diversificar os setores econômicos nacionais envolvidos nessa parceria.

Outro desafio é a pactuação de mecanismos de defesa comercial, essenciais para a retomada do processo de reindustrialização do Brasil, mas que deve ser parte de um diálogo franco e construtivo.

O mundo vive hoje um momento extremamente delicado do ponto de vista de conflitos militares e ameaças associadas à mudança do clima. O Brasil tem grande potencial para encarar essa nova realidade global, pois é uma nação com longo histórico pacífico e com relacionamento com todos os países membros das Nações Unidas. No campo da transformação ecológica, o Brasil possui vantagens comparativas relevantes, seja pela sua matriz energética limpa em relação ao resto do mundo, seja pelo potencial a ser explorado da sua bioeconomia. O Brasil pode, portanto, consolidar-se não somente como fornecedor de insumos estratégicos e mercado consumidor para a China, mas também como potência industrial e energética verde e parceiro chave no contexto internacional de realocação de cadeias globais de valor.

Um importante setor onde esse futuro de oportunidades já começa a se tor-

nar realidade é o setor de eletromobidade. Quando, em 2014, o presidente Xi Jinping visitou a então presidenta Dilma Roussef, foram formalizados os planos de investimento da primeira montadora chinesa de veículos elétricos a se instalar no Brasil, que efetivamente iniciou suas atividades em 2015. A China é hoje a líder mundial na produção, comercialização e exportação de veículos elétricos e baterias. Diante do imperativo das ações de enfrentamento ao aquecimento global, a descarbonização dos meios de transporte deve ser uma prioridade no Brasil e no exterior. O Brasil tem particular interesse em veículos híbridos, que potencialize o uso de etanol e avance ainda mais na redução de emissões de gases do efeito estufa. Nosso país possui reservas de lítio, uma base industrial automotiva e um mercado consumidor relevante com enorme potencial para, em parceria com os chineses, avançar na difusão da eletrificação de motores híbridos.

Após 50 anos de intenso relacionamento, saudamos a amizade e a parceria com o povo chinês. Os próximos anos serão decisivos para o futuro do planeta e, retomando a declaração conjunta dos dois países quando da visita do presidente Lula ao presidente Xi Jinping, devemos nos unir em torno dos valores de paz, desenvolvimento, equidade, justiça e liberdade.



Fausto Pinato

Advogado, dedicou-se à carreira política. É filiado ao Partido Progressista (PP), atuando como deputado desde 2015. É presidente da Frente Parlamentar Brasil-China do Congresso Nacional.

50 anos de relações diplomáticas Brasil-China: uma parceria para o futuro

Aprofundamento da cooperação em áreas de alta tecnologia e inovação é fundamental para fortalecer os laços entre os dois países.

Neste ano, celebramos um marco notável na história das relações internacionais: os 50 anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China. Este é um momento de reflexão sobre o passado, apreciação do presente e vislumbre do futuro promissor reservado às duas nações.

Como presidente da Frente Parlamentar Brasil-China do Congresso Nacional, é com grande honra e comprometimento que testemunho a evolução e consolidação dos laços que unem nossos países. Ao longo dessas cinco décadas, temos trabalhado incansavelmente para promover o entendimento mútuo, a cooperação econômica e comercial, bem como o intercâmbio cultural e educacional entre nossos povos.

É inegável que as relações entre o Brasil e a China enfrentaram desafios ao longo do caminho. No entanto, é imperativo reconhecer os benefícios mútuos e as oportunidades que essa parceria estratégica oferece a ambos os lados. A China emergiu como o principal parceiro comercial do Brasil, desempenhando papel crucial no desenvolvimento econômico do país, especialmente no setor agrícola e de com-

modities. No entanto, para alcançar um relacionamento verdadeiramente sustentável e equilibrado, é essencial explorar novas áreas de cooperação e diversificar nossa agenda bilateral.

Um aspecto fundamental para o fortalecimento de nossas relações é o aprofundamento da cooperação em áreas de alta tecnologia e inovação. A China é líder mundial em inovação e pesquisa em diversos setores, incluindo inteligência artificial, energias renováveis, biotecnologia e tecnologia espacial. O Brasil, por sua vez, possui uma vasta experiência e recursos naturais que podem complementar os pontos fortes da China, criando uma sinergia poderosa e benéfica para ambas as partes. A promoção de parcerias público-privadas e investimentos em pesquisa e desenvolvimento é fundamental para impulsionar a inovação e o crescimento econômico sustentável em nossos países.

Além disso, é crucial promover o intercâmbio cultural e educacional entre o Brasil e a China. O conhecimento mútuo de nossas respectivas culturas, histórias e tradições é essencial para possibilitar a compreensão e a amizade entre nossos povos. Iniciativas como intercâmbios

de estudantes, programas de bolsas de estudo e eventos culturais conjuntos desempenham papel vital na promoção do diálogo intercultural e na construção de pontes de amizade entre nossas nações.

Durante o período mais expressivo da pandemia de Covid-19, foi papel do Congresso Nacional neutralizar declarações que ameaçaram inclusive a importação dos insumos básicos para a produção de vacinas contra o coronavírus. Em um momento de crise global, a cooperação internacional tornou-se ainda mais crucial. O Brasil e a China, como parceiros estratégicos, enfrentaram desafios significativos, mas através do diálogo e da colaboração conseguimos garantir acesso aos recursos necessários para combater a pandemia. Essa experiência ressalta a importância de uma abordagem pragmática e orientada para soluções em nossas relações bilaterais, especialmente em tempos de crise.

No âmbito político, é fundamental manter um diálogo aberto e construtivo entre nossos governos. Apesar de eventuais divergências, é essencial que o Brasil e a China continuem a buscar soluções pacíficas e diplomáticas para resolver

suas diferenças e fortalecer sua parceria estratégica. O multilateralismo e o respeito ao direito internacional devem guiar nossas interações bilaterais e globais, contribuindo para um mundo mais justo, pacífico e próspero.

Como autor do projeto de lei que instituiu o Dia Nacional da Imigração Chinesa no Brasil, tenho o privilégio de celebrar a contribuição histórica e cultural da comunidade chinesa em nosso país. Esta data, 15 de agosto, não apenas homenageia os pioneiros chineses que ajudaram a construir o Brasil, mas também destaca a importância da diversidade e da inclusão em nossa sociedade.

Na medida em que celebramos esse importante marco histórico, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento das relações Brasil-China. Juntos, podemos enfrentar os desafios do século XXI, promover o desenvolvimento sustentável e construir um futuro de paz, prosperidade e cooperação para nossos povos e para o mundo. Que os próximos 50 anos de nossa parceria sejam ainda mais frutíferos e inspiradores que os anteriores. Viva a amizade Brasil-China!



A Câmara dos Deputados do Brasil realiza evento em comemoração ao "Dia da Imigração Chinesa". Em Brasília, agosto de 2023.



José Pio Borges

Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

50 anos de relação Brasil-China: perspectivas para um futuro sustentável

O desenvolvimento econômico chinês e a ascensão do país como potência global gerou prosperidade ao redor do planeta e em muito beneficiou o Brasil.

A relação Brasil-China celebra 50 anos dando provas continuadas de sua enorme importância para os dois países. A lógica da relação está calcada em questões estruturais e de longo prazo. Independentemente de questões conjunturais, portanto, a relação sino-brasileira atende a interesses vitais de longo prazo dos dois países. Para entender o sentido estratégico dessa parceria, propomos aqui, como ponto de partida, uma reflexão sobre o que são a China e o Brasil no mundo.

A China é a segunda maior economia e a terceira potência militar do mundo. O desenvolvimento econômico chinês e a ascensão do país como potência global gerou prosperidade ao redor do planeta e em muito beneficiou o Brasil. O Brasil é um grande país em território, população e recursos naturais – recursos, a propósito, reconhecidos como fundamentais ao processo de transição ecológica pelo qual passa o mundo. Se a localização em lados opostos do globo resultou em distância física, cultural e linguística, contribuindo para o desconhecimento mútuo que ainda vigora, permitiu,

também, que Brasil e China pudessem desenvolver sua relação sem qualquer disputa territorial ou rivalidade política regional.

A característica comum de serem países em desenvolvimento de renda média alta aproxima os interesses chineses e brasileiros no ambiente internacional, em foros como a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e as negociações sobre mudança do clima, bem como em outros regimes ambientais. Além disso, o Brasil pode ajudar na criação de pontes em meio à rivalidade crescente entre a China e outras potências globais. Há certamente limites para tal atuação, visto que são atores muito maiores do que o Brasil. De forma marginal, contudo, há espaço para que países com o tipo de poder de convocatória do Brasil no cenário internacional ajudem a estabelecer pontes e melhorar o diálogo, em decorrência das boas relações que mantêm com diversos lados. Essa não é uma variável a ser descartada.

Nos últimos 15 anos, o fluxo comercial entre os dois países passou de US\$ 36 bilhões em 2008 para US\$ 157

bilhões em 2023. As exportações do Brasil para a China, que eram US\$ 16,5 bilhões em 2008, alcançaram US\$ 104 bilhões em 2023. O superávit comercial do Brasil em 2023 foi recorde, tendo a China como principal responsável. Foram US\$ 51 bilhões de saldo positivo com o país asiático. Os principais produtos exportados pelo Brasil, entretanto, mantiveram-se quase os mesmos ao longo da última década e meia – minério de ferro, soja e petróleo –, com adição de outros produtos do agronegócio ao longo dos últimos anos, sobretudo açúcar, milho, carne bovina e de aves, café, celulose e algodão.

A entrada expressiva das carnes brasileiras na China foi uma grande marca de agregação de valor aos produtos do agronegócio. A negociação de aprovação de plantas frigoríficas para exportação à China é assunto recorrente nas discussões comerciais sino-brasileiras, dado o grande impacto positivo que as aprovações exercem sobre os resultados financeiros das companhias, bem como a geração de emprego e renda nas localidades em que plantas aprovadas estão inseridas. Olhando para o futuro, o desejo brasileiro seria o de ter seu sistema fitossanitário reconhecido pelas autoridades chinesas – como é o caso do sistema dos EUA –, de forma que a aprovação planta a planta não mais fosse necessária.

O sucesso da China vem resultando em sucesso também para o Brasil. Desde o início do processo de reforma e abertura, mas sobretudo a partir de fins dos anos 2000, na medida em que boa parcela da população chinesa passou da pobreza para a classe média,

formou-se um mercado consumidor cada vez mais exigente em relação à diversificação de sua dieta. O Brasil testemunhou o sucesso do desenvolvimento econômico chinês em suas diferentes fases por meio da exportação de produtos cada vez mais demandados pela China, como a soja, cuja produção vem expandindo-se sistematicamente no Centro-Oeste brasileiro. Atualmente, o esforço do governo chinês é no sentido de aumentar o poder de compra de sua própria população, tornando-se menos dependente do mercado externo. Mesmo diante da conjuntura desafiadora que aponta para maior dificuldade no restabelecimento da confiança das famílias chinesas após a pandemia de Covid-19, Pequim tem dado seguimento a essas políticas, cujo sucesso é certamente benéfico para o Brasil. Existem várias “chinas” dentro da China, o que significa dizer que são variados os níveis de renda e de interesse dos consumidores. O aumento da renda disponível das famílias chinesas serviria ao Brasil, que tem à disposição um número ainda maior de potenciais consumidores para seus produtos processados ou com algum grau de agregação de valor.

O agronegócio foi responsável por mais da metade do total exportado pelo Brasil para a China em 2023, o que se explica por uma clara relação de complementaridade: a China é o maior importador líquido de alimentos do mundo, e o Brasil é um dos principais fornecedores globais. Como resultado de uma interdependência natural, combinada à disputa comercial entre Estados Unidos e China, há seis anos,



Larissa Wachholz

Senior fellow e coordenadora do Grupo de Análise sobre China do Cebri – Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

ou desde 2018, o Brasil é a maior fonte de produtos agrícolas importados pelos chineses, segundo o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China. Em 2023 batemos um novo recorde, exportando US\$ 58,62 bilhões, o equivalente a 24,85% de tudo o que a China importou em produtos agrícolas. Os Estados Unidos foram o segundo maior fornecedor para a China no setor, com uma participação de 13,96%.¹

Ainda que a subsistência do povo chinês esteja garantida pela produção de grãos do próprio país, a diversificação e sofisticação da alimentação da nova classe média conta com a parceria comercial de países como o Brasil, que fornecem ração ou proteína animal. Consequentemente, a China tem uma demanda estrutural por importações agrícolas, mesmo que pudesse se bastar em uma situação extrema. Para além disso, o Brasil é um país amigo e um parceiro confiável, diferentemente de outros exportadores de alimentos em larga escala. Mesmo em tempos difíceis, como durante a pandemia de Covid-19, a manutenção das exportações agrícolas brasileiras foi uma prioridade do governo e das empresas. Poucos países combinam a capacidade de suprimento do Brasil com um perfil político confiável, contribuindo com a segurança alimentar da China de forma competitiva e estável.

O fato de o Brasil exportar commodities – agrícolas, minerais ou energéticas – para a China não é a causa da desindustrialização brasileira. A competição com manufaturados chineses no mercado internacional, sim, guarda relação com a dificuldade da indústria

brasileira em se manter competitiva. São fenômenos paralelos, mas não há relação de causalidade. A solução para o problema reside não na redução das exportações de commodities, mas na promoção de mudanças estruturais dentro do Brasil, como reforma tributária, incremento da infraestrutura, melhoria da educação e capacitação da força de trabalho, entre outros fatores fundamentais à produtividade e à competitividade.

Os benefícios mais óbvios do crescimento do comércio brasileiro com a China são a geração de renda e emprego nas regiões produtoras, bem como a melhora de nosso balanço de pagamentos. Mas esse comércio poderia ser um impulsionador ainda mais significativo do desenvolvimento brasileiro se fosse conduzido de forma mais estratégica. Aqui nos referimos à busca por maior agregação de valor às exportações do Brasil, com o desenvolvimento e a promoção de marcas e produtos mais elaborados no mercado chinês. Estabelecer-se nos corações e mentes do consumidor chinês exigirá boa dose de capital, marketing consistente, presença digital e local, mas valerá a pena. Há grande potencial de agregação de valor e diversificação da cesta de exportação para a China, especialmente para a já tão competitiva agroindústria nacional. A ambição da agregação de valor, portanto, precisa estar no topo da agenda comercial sino-brasileira, ainda que se reconheça que boa parte da ação de transformação cabe ao Brasil, por meio de reformas que promovam a competitividade de seus produtos no mercado internacional.

Brasil e China têm também um relacionamento político tradicional, denso e positivo, que se beneficia das trocas comerciais ao mesmo tempo que as reforça. Não havendo entre si rivalidade ou questões de fronteira, podem focar no que realmente importa: que ambos os países possam alcançar seu ideal de desenvolvimento social e econômico, lidando com os problemas típicos das economias emergentes – déficit de infraestrutura e de saneamento básico; incremento da educação e da produtividade; avanço tecnológico; entre tantos outros – enquanto encaram o desafio coletivo da transição ecológica que o mundo precisa realizar. Ainda que a economia chinesa já seja cerca de oito vezes maior do que a brasileira, o diálogo entre Brasil e China reflete uma relação entre parceiros que se respeitam. Não há subordinação de uma parte à outra nem um país é satélite do outro. O Brasil é para a China um parceiro valioso: amigável, de diplomacia ativa e sofisticada, com peso e reputação internacional.

Um dos maiores temas da atualidade é a mudança do clima, área em que o Brasil é um país bastante influente – até mais do que seria de se esperar, em termos de emissões e PIB. O Brasil já sediou duas cúpulas ambientais, Rio 92 e Rio 2012 (Rio +20), ambas muito importantes. Da Rio 92 saiu a Declaração do Rio e a Agenda 21. A Rio 92 foi, em certa medida, o grande motivador dos dois maiores tratados ambientais da atualidade: a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, da qual derivaram o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, e a Convenção sobre Diversidade Bioló-



gica. Da Rio +20 resultaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2006, o Brasil sediou uma Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica. Neste ano, presidimos o G20, que tem grupos de trabalho sobre sustentabilidade e sobre transição energética, além de uma força-tarefa dedicada ao financiamento climático e uma iniciativa na área de bioeconomia. Em 2025, Belém será sede da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30). Tal currículo faz do Brasil um grande ator internacional na área de meio ambiente e mudança do clima.

O conjunto de responsabilidades assumidas pelo Brasil no plano internacional reafirma a qualificação do país como um parceiro externo de peso para a China. No ano em que Brasil e China celebram 50 anos de relações diplomáticas, o Brasil ocupa, como já dito, a presidência do G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do globo, além da União Europeia, da União Africana e de diversos outros países convidados. No próximo ano presidiremos o BRICS+, hoje um grupamento entre Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã,

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado do embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, participa da cerimônia do embarque da exportação de carne bovina da JBS para a China. Na ocasião, o presidente brasileiro embalou pessoalmente uma caixa de carne destinada ao mercado chinês. Em Campo Grande (MS), 12 de abril de 2024.



A primeira matriz fotovoltaica da Usina de Energia Solar São João, construída pela PowerChina, é conectada à rede com sucesso. Em Paracatu (MG), 14 de novembro de 2023.

Egito, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

A mudança do clima é tema incontornável e uma grande agenda positiva para os próximos 50 anos da relação sino-brasileira. A China é o primeiro emissor mundial de gás de efeito estufa, e o Brasil é o quinto. A China é há vários anos o maior investidor global em energias renováveis, e o Brasil tem um potencial de desenvolvimento de energia limpa virtualmente infinito. O nível de insolação do nosso país permite uma geração solar muito superior à demanda interna, sua efetivação é apenas uma questão de investimento. Nosso potencial eólico é igualmente importante, da ordem de 700 GW, incluindo a geração offshore. A produção de eletricidade no Brasil pode, portanto, ser multiplicada várias vezes, o que representa grande oportunidade para a neoindustrialização que o país almeja.

O potencial de incremento na ge-

ração de energia renovável capacita o Brasil a produzir, de forma sustentável, bens intensivos em eletricidade. A China pode, portanto, ser parte ativa do esforço de neoindustrialização brasileiro, por meio do estímulo a investimentos em cadeias produtivas locais a partir de bases sustentáveis. O Brasil já é um dos mais importantes destinos do investimento chinês no mundo, tendo recebido um valor aproximado de US\$ 80 bilhões. Parte significativa dos investimentos foram direcionados à geração de energia renovável, fazendo com que aqui já operem as maiores empresas chinesas de energia. O adensamento das cadeias produtivas brasileiras relacionadas ao desenvolvimento sustentável poderá ser um passo natural na próxima fase de investimentos chineses no país.

A China é o ator dominante na fabricação de painéis solares e na geração fotovoltaica. Ademais, lidera a fabricação de baterias, ambas tecnologias

vitais e correlacionadas – as baterias estabilizam a geração solar, intermitente por natureza. Os aerogeradores para geração eólica e os eletrolisadores para a produção de hidrogênio também são produzidos de forma competitiva na China, havendo assim potencial para o incremento do comércio bilateral nesses setores. Gerando energia verde de forma competitiva, o Brasil estará bem posicionado para atrair investimentos industriais de cadeias energo-intensivas que precisarão se descarbonizar, por exemplo, a partir da utilização de hidrogênio, o que inclui siderúrgicos, fertilizantes nitrogenados e combustíveis sustentáveis de navegação e aviação. Trata-se de possível parceria ancorada em uma combinação de powershoring e friendshoring, ou seja, a produção em países com grande potencial de geração de energias limpas e com cenário político e institucional confiável, como é o caso do Brasil.²

Cabe destacar o grande potencial de colaboração sino-brasileira na computação sustentável. Como parte de sua estratégia de crescimento econômico de longo prazo, a China tem a ambição declarada de ser uma líder global em tecnologia da informação e inteligência artificial, atividades intensivas em energia. Centros de dados (datacenters) poderão consumir até 21% do fornecimento mundial de eletricidade até 2030,³ o que dá uma ideia do tamanho do desafio frente às metas de redução de emissões. A meta de transformação da indústria em carbono zero, portanto, reafirma a oportunidade de o Brasil tornar-se um destino

para investimentos chineses em busca de energia limpa a custo acessível.

Como se vê, abundam motivos para otimismo quanto ao futuro das relações entre o Brasil e a China. Algumas coisas são certas: o olhar para o futuro tem as lentes da sustentabilidade econômica, social e ambiental. O desenvolvimento econômico de nossas sociedades é um objetivo central. Não há dignidade humana sem desenvolvimento econômico que garanta condições materiais básicas a toda a população. Brasil e China têm clareza sobre isso e podem trabalhar conjuntamente para vencer esse desafio. O crescimento da China não é uma ameaça para o Brasil, é uma oportunidade. Os pilares estabelecidos pelo governo chinês como prioritários para seu desenvolvimento, como aumento do consumo das famílias, transição ecológica e liderança em tecnologia da informação e inteligência artificial, levarão necessariamente ao aprofundamento dos fluxos de comércio e investimento com o Brasil. O relacionamento sino-brasileiro é estratégico para ambos os países, e deve seguir sendo uma das grandes prioridades da política externa brasileira. Além disso, China e Brasil podem e devem unir forças para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, especialmente nas regiões menos favorecidas.

¹ - Global Times. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202401/1306418.shtml#:~:text=In%202023%2C%20Brazil%20exported%202458.62,by%20Thailand%2C%20Australia%20and%20Indonesia>

² - ARBACHE, Jorge. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2022/11/powershoring/>

³ - Laboratório Lincoln, MIT. Disponível em: <https://www.ll.mit.edu/news/ai-models-are-devouring-energy-tools-reduce-consumption-are-here-if-data-centers-will-adopt>



Evandro Menezes de Carvalho

Professor de Direito Internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da FGV Direito Rio. Pesquisador visitante sênior do Instituto de Cooperação e Entendimento Global da Universidade de Pequim (iGCU).

A Iniciativa Cinturão e Rota e os caminhos cruzados com o Brasil

Projeto inclui a cooperação com mais de 150 países para implementar infraestrutura e condições favoráveis ao comércio internacional.

Em 2023, a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) completou 10 anos. Trata-se do maior projeto de cooperação internacional da China, com mais de 150 países participantes.¹ O objetivo principal da ICR é formar uma rede global de infraestrutura conectando os países parceiros por meio de rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos, aumentando o fluxo de comércio e de pessoas. Sua inspiração remonta às antigas rotas da seda estabelecidas durante a Dinastia Han, há 2.000 anos.

Vários projetos já foram implementados no âmbito da ICR. São exemplos a Ferrovia China-Laos, com 1.035 km de extensão, cobrindo mais de dez países e regiões;² a Ferrovia Jacarta-Bandung, projetada para viagens a 350 km/h; a Ferrovia Adis Abeba-Djibouti, com uma extensão de 752 km;³ o Porto de Gwadar para o Corredor Econômico China-Paquistão; e o Expresso Ferroviário China-Europa. Desde o seu lançamento, a ICR implementou mais de dois mil projetos em mais de 120 países parceiros e mobilizou quase US\$ 1 trilhão em investimentos.⁴ No 14º Plano Quinquenal

(2021-2025) do governo chinês há um incremento das diretrizes sobre a implementação da ICR.⁵ O Comunicado Conjunto da Mesa-Redonda de Líderes do Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, adotado pelos chefes de Estado e de governo presentes no Primeiro Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, em 2017, declarou que a ICR “também está aberta para outras regiões, como África e América do Sul”.⁶ Esse comunicado está em linha com o que disse o presidente chinês Xi Jinping: “A glória da antiga Rota da Seda mostra que a distância geográfica não é intransponível”.⁷ Assim, em janeiro de 2018, por ocasião da segunda reunião ministerial do Fórum China-CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), no Chile, aprovou-se a Declaração de Santiago, na qual a China afirma que os países da América Latina e do Caribe são parte da extensão natural da Rota da Seda marítima.⁸ Atualmente, 21 dos 33 países da CELAC assinaram declarações de participação na ICR. Na América do

Sul, têm-se Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Argentina. O Brasil mantém-se distante. Será?

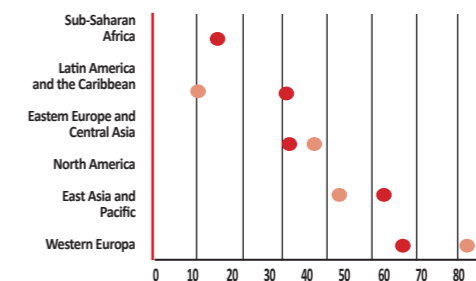
As exportações brasileiras para a China correspondem a 30,7% do total das exportações do Brasil para o mundo. O fluxo de comércio Brasil-China, em 2023, foi de US\$ 157,4 bilhões, tendo o Brasil um superávit de USD 50 bilhões.⁹ Os investimentos chineses tiveram uma significativa queda nos dois últimos anos, mas há um aumento no número de projetos. Brasil e China são fundadores do BRICS e do Novo Banco de Desenvolvimento. Com base nesse cenário, por que participar da ICR?

Em primeiro lugar, países que participam da ICR têm acesso a fundos exclusivos, a exemplo do Fundo da Rota da Seda, que até o final de 2023 investiu mais de US\$ 23,5 bilhões em quase 70 países e regiões.¹⁰ Em segundo lugar, investimentos chineses em infraestrutura de países vizinhos podem contribuir com a integração da América do Sul ao comércio internacional e, por isso, interessar ao Brasil. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) revelam que o comércio na América Latina está travado em razão, sobretudo, de infraestrutura deficiente. Fonte: FMI.¹¹

Por fim, a ICR é também intercâmbio de pessoas. Dentre as medidas anunciadas por Xi Jinping no Terceiro Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, em 2023, há a Coligação Internacional de Desenvolvimento Verde da ICR, que proporcionará 100 mil oportunidades de formação aos países parceiros até 2030; a Conferência do Cinturão e Rota sobre

Less integrated

Latin America's intra-regional trade lags behind other major regions. (Intra-regional trade as a percent of total goods trade)



Sources: IMF, Direction of Trade Statistics; and IMF staff calculations.

Intercâmbio de Ciência e Tecnologia, visando construir 100 novos laboratórios conjuntos nos próximos cinco anos, tendo em conta a Iniciativa Global para a Governança da Inteligência Artificial; e o incremento do intercâmbio por meio da Liga Internacional de Teatros da Rota da Seda, do Festival Internacional de Artes da Rota da Seda, da Aliança Internacional de Museus da Rota da Seda, da Aliança Internacional de Museus de Arte da Rota da Seda, da Aliança Internacional de Bibliotecas da Rota da Seda e da Aliança Internacional de Turismo das Cidades da Rota da Seda. A ICR promove o que denomino de multilateralismo iluminista.

Em janeiro de 2024, o governo chinês propôs unir a ICR às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), relançado pelo governo Lula. O PAC prevê um montante de R\$ 1,7 trilhão, dentre recursos públicos e privados, para obras de infraestrutura. O governo quer atrair as empresas estrangeiras por meio de concessões ou fornecimento de materiais. O Brasil pode aprofundar e ampliar ainda mais a parceria com a China se o PAC se cruzar com o carro-che-

fe da política externa chinesa: a ICR.

A Nova Rota da Seda tem resultados concretos e está em processo de contínua adaptação e expansão. Além disso, não é um “pacote fechado” previamente estabelecido pelo governo chinês ao qual um país deve aderir ou não, sem possibilidade de ajustá-lo segundo as suas necessidades e interesses. Dado que o escopo da ICR é maior que o do PAC, criam-se possibilidades de intercâmbios mais amplos para brasileiros. Fazer parte de um grande círculo de amigos é do interesse nacional.

1- A Iniciativa Cinturão e Rota (em chinês: 一带一路, yīdài yīlù) refere-se ao *Cinturão Econômico da Rota da Seda* e à *Rota da Seda Marítima no Século 21*. Nas palavras do presidente chinês Xi Jinping, são as “duas asas de uma Ásia em ascensão.” XI JINPING. *The Belt and Road Initiative*. 1ª edição. Beijing: Foreign Language Press, 2019, p. 69.

2 - “China-Laos Railway puts travel, trade on fast track”. *Beijing Review*. 5 de dezembro de 2022. (http://www.bjreview.com/World/202212/t20221205_800315187.html).

3- LI XUANMIN. “Addis Ababa-Djibouti Railway a road to prosperity, BRI boost ‘speedy’ transformation in Africa in past decade”. *Global Times*. 14 de julho de 2022. (<https://www.globaltimes.cn/page/202207/1270556.shtml>).

www.globaltimes.cn/page/202207/1270556.shtml).

4- “BRI mobilizes US\$1T in investment, lifts 40M people out of poverty”. The State Council Information Office, PRC. 1º de novembro de 2023 (http://english.scio.gov.cn/m/pressroom/2023-11/01/content_116787821.htm).

5- Um exemplo é a orientação para se “assinar mais Tratados Bilaterais de Proteção ao Investimento”, a fim de evitar dupla tributação, e a incorporação de um novo conjunto de temas, como mudanças climáticas, conservação marinha, proteção da vida selvagem e prevenção da desertificação. 14º Plano Quinquenal, 2021-2025. Seção 12. (<https://www.adb.org/publications/14th-five-year-plan-high-quality-development-prc>).

6- Joint Communiqué of the Leaders Roundtable of the Belt and Road Forum for International Cooperation, item 5. (http://www.chinadaily.com.cn/china/2017-05/16/content_29359366.htm).

7- XI JINPING. *The Belt and Road Initiative*. 1ª edição. Beijing: Foreign Language Press, 2019, p. 243.

8- Declaración Especial de Santiago de la II Reunión Ministerial del Foro Celac-China sobre la Iniciativa de la Franja y la Ruta. (<http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Declaracin-Especial-II-Foro-Celac-China-VF-22-01-2018.pdf>).

9- “Brasil e China batem em 2023 recordes da série histórica no comércio bilateral”. *Comex do Brasil*, 8 de janeiro de 2024. (<https://comexdobrasil.com/brasil-e-china-batem-em-2023-recordes-da-serie-historica-no-comercio-bilateral/>).

10- “Investment Portfolio”. *Silk Road Fund*. Acesso em 25 de fevereiro de 2024. (<http://www.silkroadfund.com.cn/enweb/tzdt/tzgl/index.html>).

11- MOREAU, Flavien; PARENTE, Rafael Machado. “How Latin America Can Use Trade to Boost Growth”. *IMF Blog*. 16 de novembro de 2023. (<https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/11/16/how-latin-america-can-use-trade-to-boost-growth?fbclid=IwAR2ceM86WY8cZyLLAL7mHjll8qe8mECi0DKVF5B8KDMXJO8S2rlyCbESs>).



Antonio Martins

Editor de Outras Palavras.

Brasil-China: por uma nova parceria

Tecnologia de dados, saúde e setor industrial constituem campos férteis para ampliação das relações entre os dois países.

Em setembro de 2023, o Conselho de Estado da China publicou sua proposta para uma comunidade global de futuro compartilhado.¹ O novo conceito sistematiza três pronunciamentos feitos por Xi Jinping em palcos internacionais a partir de 2013. O texto o apresenta de forma discreta. Mas a ideia tem, quando decifrada, enorme capacidade de transformar o cenário geopolítico atual, marcado pela hegemonia norte-americana e suas crises.

Pequim questiona as bases políticas e éticas da ordem internacional eurocêntrica, que domina o mundo há cinco séculos. Relações tidas hoje como naturais – a aspiração à condição de hegemonia, a pressão dos países ricos sobre os pobres para obter vantagens, a competição como mola propulsora principal do progresso, entre outras – são consideradas anacrônicas. Propõe-se, em contrapartida, as noções de que a Terra é a “casa comum”, cujo cuidado precisa prevalecer sobre os lucros e o exercício do poder; de que as riquezas devem ser partilhadas, pois a prosperidade não é aceitável se for excludente; de que um sistema internacional só será democrático se for menos hierárquico; de que as parcerias entre os países podem ser mutuamente favoráveis, em vez de leoninas.

Os próximos parágrafos destinam-se a um exercício de imaginação política. Brasil e China podem estabelecer, a partir do Sul Global, uma parceria extremamente inovadora, caso levem em conta os princípios apontados em 2023 pela liderança chinesa. Essa cooperação seria uma alternativa às relações típicas do capitalismo extrativista, que condena os países da periferia ao papel de eternos exportadores de produtos primários. Ela daria ao Brasil bases para reverter o ciclo de desindustrialização e reprimarização iniciado com a crise da dívida dos anos 1980 e ofereceria à China condições mais favoráveis para enfrentar o cerco econômico, geopolítico e militar que os Estados Unidos procuram lhe impor, por temerem perder seu poder dominante. Eis algumas das dimensões que ela poderia assumir.

1. Neointustrialização do Brasil e espaço seguro para empresas chinesas:

A China tornou-se, há anos, a fábrica do mundo. Estima-se² que seja, sozinha, responsável por 30% da produção industrial do planeta. Mas seu crescimento tem sido ameaçado pela imposição de barreiras tarifárias, pela tentativa dos EUA de negar-lhe acesso aos chips de última geração e pelos processos de *resho-*

ring e friendshoring, por meio dos quais o Ocidente busca realocar indústrias estratégicas em territórios que vê como “seguros”. O Brasil precisa, ao contrário, superar a desindustrialização mais dramática da história,³ ocorrida nas últimas quatro décadas. O país que reunia, até os anos 1980, a indústria mais avançada e diversa entre os países do Sul é agora apenas o 16º produtor industrial do planeta, com mero 1,2% do valor gerado.

O tema voltou à pauta no governo Lula, com o lançamento do programa Nova Indústria Brasil.⁴ Mas os recursos financeiros disponíveis ainda são muito limitados. Uma parceria industrial estratégica com a China deu impulso novo ao projeto. Ela pode assumir múltiplas formas: transferência de tecnologia, facilidade para implantação de indústrias chinesas, sociedades entre empresas dos dois países. O Brasil poderia, inclusive, apropriar-se da vasta experiência acumulada pela China nas relações com o capital externo – cuja presença esteve sempre condicionada a cumprir objetivos econômicos, sociais e ambientais fixados pelo Estado.

2. SUS, tecnologias da saúde e inteligência artificial:

O Brasil construiu, com base em lutas sociais e em produção intelectual de décadas, o maior sistema público de saúde do mundo. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um oásis de igualdade e respeito à dignidade humana, em um país ultra-hierárquico e, às vezes, brutal. Porém, anos de subfinanciamento tornaram-no distante de sua concepção original e desatualizado – em especial em relação às tecnologias da infor-

mação e à inteligência artificial.

A China não tem um SUS. Mas é extremamente eficaz e inovadora em tecnologias ligadas à saúde. Também empregou intensamente a inteligência artificial (IA) no esforço vitorioso de superação da pobreza extrema. A possível parceria chinesa contribuiria para revolucionar o SUS. E examinar a experiência do sistema brasileiro – inclusive sua capacidade de gerar postos de trabalho para as novas gerações –, em intercâmbio com sanitaristas brasileiros, poderia ser muito inspirador para a China.

3. Biocivilização solidária na Amazônia:

No território brasileiro estão 60% da Amazônia, o bioma de maior biodiversidade do planeta. Há cerca de 10 anos, o economista Ignacy Sachs viu a região como um possível laboratório de “biocivilização solidária nos trópicos”. A chave seria substituir as relações predatórias de hoje por atividades econômicas ligadas à manutenção da floresta em pé: produção de fármacos e cosméticos baseados no patrimônio genético e nos saberes indígenas, turismo ecológico, aquicultura, extrativismo sustentável e muitas outras.

Uma parceria entre os dois países pode criar, pela primeira vez, as condições para a realização desse projeto. O Brasil ofereceria à China acesso à região. Ele estaria ligado à construção de novas relações humanas e com a natureza: desmatamento zero, consentimento informado e participação ativa dos povos originários, condições de trabalho dignas, políticas

públicas de excelência, infraestrutura ligada à preservação do bioma.

4. Transição energética:

A China é líder mundial em geração e tecnologias de energia limpa. O território brasileiro tem imenso potencial hídrico, solar e eólico – mas ele é subaproveitado ou, em muitos casos, foi capturado por interesses privados. Por isso, o preço da energia é extorsivo (o segundo mais alto do mundo)⁵, e sua produção está frequentemente associada a pressões sobre comunidades camponesas.

Uma parceria com a China pode mudar esse cenário. Ela envolveria a Petrobras e uma Eletrobrás reestatizada. Tecnologias avançadas, já existentes, permitiriam instalar painéis solares móveis sobre os lagos das hidrelétricas e turbinas eólicas em alto-mar. Nas cidades, um programa de autogeração por placas instaladas sobre os tetos de casas e prédios poderia gerar milhões de ocupações dignas. O Brasil, abundante em petróleo, pode pagar pela tecnologia assegurando à China fornecimento estável do combustível, do qual a humanidade ainda necessitará por algumas décadas. Será uma maneira muito efetiva de usar os combustíveis fósseis para a transição rumo a energias sem carbono.

5. Na internet, a superação das big techs:

O descaso pela soberania digital tornou o Brasil particularmente submisso às big techs e à vigilância dos Estados Unidos. As corporações norte-americanas controlam e impõem

suas lógicas à navegação dos brasileiros na internet. Com um agravante: estão em poder dessas empresas também os dados dos cidadãos brasileiros, do Poder Executivo, da Justiça, das universidades e de muitos outros.

A China tem corporações de internet tão desenvolvidas quanto as estadunidenses. Em uma possível parceria, elas forneceriam tecnologia para uma infraestrutura de armazenamento de dados e rede controlada pelo país e localizada em nosso território. Talvez pudessem cooperar com a criação de plataformas próprias. Em contrapartida, romperiam uma barreira ao terem, pela primeira vez, acesso ao público de um país ocidental relevante e populoso.

Aos exemplos acima poderiam ser acrescentados inúmeros outros: ciência, finanças, moedas internacionais (para superar a ditadura do dólar), relações geopolíticas, forças armadas. As oportunidades para parcerias entre Brasil e China são incontáveis – desde que a relação passe a ser presidida não pelo interesse de lucro, mas pela vontade de construir, de forma consciente, o que Xi Jinping chamou de um “futuro compartilhado”. Possível primeiro passo: o governo brasileiro deveria aceitar o convite generoso feito pela China e somar-se à Iniciativa Cinturão e Rota.

1 - https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202309/t20230926_11150122.html

2 - https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1032.html

3 - <https://www.economist.com/the-americas/2022/03/05/why-industrial-decline-has-been-so-stark-in-brazil>

4 - https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Ind%C3%BAstria_Brasil

5 - <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/11/brasil-e-o-2-pais-com-energia-mais-cara-e-pode-virar-o-1-diz-instituto.htm>



**Vladimir
Milton
Pomar**

Geógrafo, mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas, geógrafo e técnico agropecuário. Autor do livro (2023) “O Sucesso da China Socialista”. Professor de cursos sobre a China.

Agora que sabemos os caminhos, podemos avançar mais rápido

Os próximos 50 anos exigirão do Brasil e da China muito mais esforço conjunto para concretizar a contribuição de cada país para o futuro compartilhado proposto pelo presidente Xi Jinping.

Passaram rápido os últimos 20 anos, desde a ida à China da grande comitiva empresarial e governamental brasileira, em maio de 2004. Nessas duas décadas, houve um salto deveras impressionante nas relações Brasil-China em quase todas as áreas, do aprendizado de português e mandarim às trocas comerciais, investimentos, intercâmbio cultural e cooperação científica e tecnológica. São tantas as universidades hoje, nos dois países, que se relacionam, tanta gente estudando China e Brasil, que certamente ocorrerá significativa mudança de patamar nas relações entre os dois povos nos próximos anos.

Evidentemente, esses acontecimentos recentes tiveram a contribuição decisiva de alguns fatos, dos quais destaco o acordo de cooperação aeroespacial (CBERS), assinado em 1988 e em vigor até hoje; o lançamento do livro “O Enigma Chinês”, de Vladimir Pomar, em 1987; o prêmio de Melhor Atriz, da Televisão da China, para a atriz brasileira Lucélia Santos, em

1985, por seu trabalho na novela *A Escrava Isaura* sucesso de público na China; a exposição da cultura chinesa no Parque do Anhembi, em São Paulo, em 1984, para comemorar os 10 anos das relações Brasil-China; e, nesse mesmo ano, a ida de uma comitiva da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores à China. Importante destacar também o trabalho pioneiro de empresas brasileiras que se instalaram na China nos anos 1970/90: a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), levando o nióbio para melhorar a utilização do aço chinês; a Vale do Rio Doce (minério de ferro); a Embraer, com seus aviões regionais e jato executivo; as catarinenses Embraco, Sadia e WEG, referências mundiais em suas áreas; e cooperativas e empresas exportadoras de soja, carnes e celulose.

Durante esses 50 anos, a contribuição brasileira para o desenvolvimento chinês foi discreta, mas muito efetiva, com bilhões de toneladas de ferro e outros minerais utilizados nos

milhares de quilômetros de ferrovias, em grandes navios e nos alicerces de infinidade de prédios modernos, pontes, viadutos e outras grandes construções em toda a China. E bilhões de toneladas de grãos utilizados na alimentação chinesa nesse meio século.

Igualmente tem sido muito importante a contribuição chinesa para o desenvolvimento do Brasil nesse período, principalmente nos anos 2000, alavancando a economia através de investimentos diretos e mais de meio trilhão de dólares de importações e no fornecimento de produtos com preços melhores, reduzindo assim os custos de vários setores da economia. Pouca gente sabe, mas a feijoada brasileira é preparada há muitos anos com o feijão preto e o alho importados da China, e alguns outros produtos alimentícios chineses também estão hoje no cotidiano brasileiro.

Poderíamos ter avançado muito mais, nos últimos 20 anos, se do lado brasileiro tivéssemos conseguido definir uma estratégia nacional para lidar com o nosso maior parceiro comercial – que chegou a essa condição muito mais por iniciativa própria do que por atuação do Brasil. Essa é a realidade também nas relações de irmanamento: importantes cidades e estados poderiam ter hoje muito mais cooperação efetiva se houvesse do lado brasileiro menos solução de continuidade nos governos e mais engajamento das entidades empresariais.

Felizmente, voltamos à condição de poder avançar nas relações com a China, que segue com as suas três iniciativas globais (civilização, de-

envolvimento e segurança), a partir do conceito do presidente Xi Jinping, divulgado em março de 2013, de comunidade com futuro compartilhado para a humanidade. O Brasil tem muito que aprender com as experiências da China de redução da pobreza, de vitalização rural, de restauração de áreas desérticas e semiáridas e de plantio de árvores em todos os espaços possíveis, nas cidades, margens de estradas e áreas rurais.

Estamos na torcida para que o governo do presidente Lula compreenda a importância do Brasil participar da Iniciativa Cinturão e Rota, ingressando no empreendimento de conectividade mundial realizado pela China. O Brasil depende da redução dos custos e tempo de transporte de cargas por ferrovias e por via marítima pelo Atlântico e o Pacífico, para a sua competitividade internacional, e a China é a parceira natural para a construção dessa infraestrutura de logística. Da mesma forma, sabemos que a cooperação científica e tecnológica com a China poderá proporcionar à indústria brasileira a necessária retomada da importância do setor, essencial à dinamização da economia e à oferta de empregos de qualidade para as novas gerações.

Pensando no mundo nos próximos anos, que prometem ser mais difíceis, aumenta a importância da cooperação em áreas com grande potencial e poucos intercâmbios, como a cultura, esportes, agricultura familiar, aquicultura e meio ambiente. A extraordinária diversidade e riqueza cultural da China são a maior

motivação para quem atua na cultura e na economia criativa no Brasil. A possibilidade de mecanizar pequenas propriedades de agricultura familiar no Brasil a partir da experiência e cooperação com indústrias de máquinas e equipamentos da China já é realidade hoje e tem tudo para ser ampliada para todo o país.

A recuperação das áreas devastadas do Cerrado, Semiárido e Amazônia do Brasil contribuirá de diferentes maneiras para a preservação ambiental que a China realiza. Temos muito a aprender com a longa tradição chinesa de criação de peixes e frutos do mar, e o potencial produtivo proporcionado por nossas águas poderá contribuir para alimentar melhor as populações dos dois países e de muitos outros, na lógica da efetivação na prática de uma comunidade com futuro compartilhado para a humanidade.

Considero que o saldo desses 50 anos está aquém do potencial da cooperação Brasil-China, mas acredito que o desenvolvimento dos dois países poderá continuar a ser muito beneficiado por ela, apesar da eventual evolução desfavorável da conjuntura mundial. Isso porque há muitas complementaridades entre os dois países, e muito mais gente importante na China compreende as diferenças culturais, políticas e ideológicas que dificultam que o desenvolvimento brasileiro ocorra na velocidade e direção essenciais ao bem-estar da grande maioria da população.

Considero também que os próximos 50 anos exigirão do Brasil e da China muito mais esforço conjunto,

para concretizar a contribuição de cada país para o futuro compartilhado proposto pelo presidente Xi Jinping. Isso porque há novas dificuldades, como o envelhecimento populacional e a simultânea redução da natalidade, na China e no Brasil, com impactos consideráveis para a condição de vida de centenas de milhões de pessoas idosas, no mercado imobiliário, gastos com saúde, na automação e redução do mercado de trabalho e na sustentação financeira de toda essa população. Estima-se que os fenômenos populacionais impactarão drasticamente outros países asiáticos, quase toda a Europa, a Rússia, e diferentemente os países africanos (para os quais projeta-se aumento populacional), com os quais Brasil e China têm grande relacionamento.

Quando penso no que a China passou nos últimos 100 anos, em como se transformou na maior economia do mundo, e em tudo o que está fazendo para chegar à condição de maior potência tecnológica mundial até 2049, e penso também no que era o Brasil há apenas 100 anos e na potência econômica, alimentar, cultural, mineral e em biodiversidade que é hoje, com capacidade instalada para fazer muito mais nas áreas científica, tecnológica e em inovação, só posso concluir que um cenário mundial como o previsto no conceito do futuro compartilhado para a humanidade é uma meta factível. Teremos que trabalhar muito para alcançá-la, é verdade, mas nada que não estejamos já acostumados.



Elias Jabbour

Professor associado da UERJ e autor, com Alberto Gabriele, de “China: O Socialismo do Século XXI” (2021) e “Socialist Economic Development in the 21st Century (Routledge, 2022).



Melissa Cambuhy

Pesquisadora visitante na Academia Chinesa de Ciências Sociais, doutoranda em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ), mestra em Direito Político e Econômico (Mackenzie).

Sobre o Brasil, a Ásia e o mundo: notas para a Cooperação Brasil-China e a reconstrução nacional brasileira

A “volta do Brasil ao mundo” passa a ter sentido com a necessidade de escalar as relações com esse gigante asiático em patamares superiores.

Amparados em nossa própria história nacional, essas “notas para a Cooperação Brasil-China e a reconstrução nacional brasileira” neste aniversário de 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil-China incluem apontamentos no sentido de retomar o desenvolvimento econômico do Brasil pela via da mudança qualitativa do papel do Estado, aproveitando as oportunidades abertas pela ascensão chinesa.

A reconstrução não será feita por meio de desejos ou idealizações

A reconstrução nacional brasileira poderá, e deve, ser parte de um longo processo que poderá incluir a superação de nossa secular dependência. Nesse sentido, abre-se diante do Brasil uma grande possibilidade de nos reorganizarmos em duas mãos. A primeira, transformando nossas commodities em ativos estratégicos; as transformando em força para negociar imensos projetos com a República Popular da China, núcleo da “Nova Eco-

nomia do Projetoamento”, formação econômico-social orientada ao socialismo, exportadora de bens públicos e novo centro de gravidade do mundo. É aí que entra a segunda mão: precificar nossa volta ao mundo, usando uma estratégia clara de reindustrialização como conceito-chave desta “volta”. Daí entra uma necessidade nodal de nossa época na planificação do comércio exterior.

Tendências externas e a reconstrução nacional brasileira

O ambiente internacional é propício a escolhas inteligentes visando ao interesse e à reconstrução nacional brasileira. Por incrível que pareça, a história demonstra que quanto mais polarizado e instável o mundo se encontra, maiores são as possibilidades do Brasil. Mas as possibilidades abertas para a manutenção de equidistância em relação à China e EUA devem ser levadas às últimas consequências. O exemplo de Getúlio, no que diz respeito a suas contradições na relação com a Alemanha

Estação conversora do Rio de Janeiro, parte da segunda linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, construída pela State Grid da China.



nazista e os EUA, traduzidas na fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e na tolerância do imperialismo ao nosso pleno desenvolvimento durante boa parte do século XX, deve estar gravado em nossa memória. O Brasil é grande demais para caber no quintal de alguém¹.

O atual acirramento das rivalidades entre EUA e China amplia as possibilidades do Brasil e da precificação de nossa volta ao mundo. Aos EUA não interessa a presença chinesa operando a unificação física do Brasil e da América do Sul. À China não interessa um Brasil fraco, desintegrado e com seu tecido social esgarçado. O Brasil é fundamental ao sucesso da empreitada de um mundo multipolar. O momento é de elevar a um patamar muito superior as nossas relações com a China.

Nesse sentido, muito se tem discutido sobre os termos das relações Brasil-China. Pela direita, seria um exemplo de utilização de nossas “vantagens comparativas”: afinal, indústria e agricultura seriam basicamente a mesma coisa e essas “vantagens” foram amplamente utilizadas pelo governo Bolsonaro, com a concentração de 91% de nossas exportações para o país asiático em apenas dez produtos. Mesmo entre os dez produtos, há uma impressionante concentração em três itens: soja, minério de ferro e petróleo². A questão não se encerra aí. Não há problemas em termos a China como nosso maior parceiro comercial. A contradição está na ampliação do papel deste país em nossas exportações: em 2021, 46,4% das exportações brasileiras foram direcionadas à China³. Detalhe importante é que

nenhum item de nossas exportações tem seus preços criados dentro do país, o que nos deixa vulneráveis ante as flutuações de preços externamente criados.

Pela esquerda, o próprio fato de uma leitura sobre a China estar presa a formas positivistas e a um marxismo acadêmico idealista ainda predomina. Portanto, o fato de se observar aquela experiência utilizando-se de um pleonasmo (“capitalismo de Estado”) impede a percepção de que o surgimento de uma nova formação econômico-social por lá nos obriga a construir novos marcos teóricos, conceituais e categoriais. Sem isso, não se surpreende tomar a nuvem por Juno e aplicar à China a alcunha de país imperialista.

Ora, se o conceito se manifesta no movimento real, a ideia não pode vir antes

da matéria. Essa nova formação econômico-social enseja o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica capazes de elevar a capacidade do Estado, via grande produção e grande finança públicas, de intervir rapidamente sobre a realidade (“Nova Economia do Projeto”) via execução de milhares de projetos simultaneamente; eleva-se o domínio humano sobre a natureza; novas regularidades econômicas surgem e urge descoberta, corrente calamo.

A questão que nos cabe é que essa capacidade não se circunscreve aos marcos nacionais chineses, mas nas possibilidades desta Nova Economia do Projeto ser a base fundamental ao surgimento de uma globalização alternativa à neoliberal patrocinada pelos Estados Unidos⁴. Seu instrumento institucional, a Iniciativa Cinturão e Rota.

Afora o peso da China em nossas pautas de exportações e importações, o esforço de nossa inteligência nacional deve se remeter à criação de instituições capazes de potencializar as relações entre os dois países, tendo como marco uma agenda que priorize nossos interesses estratégicos, sendo o principal deles a reconstituição de nossa base física a novos e superiores esquemas de divisão social do trabalho. É fato que o grau de deterioração de nossas infraestruturas embute um risco à própria integridade territorial do Brasil. Esse é um ponto fundamental e que deveria ser motivo per se para reflexões que vão além dos investimentos em si.

O nó infraestrutural brasileiro é conhecido e reconhecido por todos, mas a falta de visão estratégica e o fiscalismo atrapalham sobremaneira a solução dessa questão.

Assim, a proposta é simples, sem ser

simplista. Diante da tendência chinesa de exportar bens públicos via a Iniciativa Cinturão e Rota, a adesão do Brasil à iniciativa para a recepção de investimentos em infraestruturas como trens de alta velocidade, modernização portuária e aeroportuária desembaraçaria tal nó e promoveria, ainda, efeitos multiplicadores e dinamizadores em outros setores e induzindo ainda outros investimentos.

Para isso, o Brasil, como nação independente e com visão de projeto nacional, deve ter como pressuposto firmar e assegurar condições de acesso ao mercado brasileiro de infraestruturas: instalação de cadeias produtivas relativas a esses itens e garantia de transferência de tecnologia. Algo muito semelhante ao grande acordo que a RPC estabeleceu com a República Islâmica do Irã⁵, que, em uma troca de petróleo por obras públicas e transferência de tecnologias (criação de um departamento novo na economia do referido país), inaugura a viragem para uma época em que a lei da degeneração dos termos de troca não é mais absoluta.

A nossa soberania nacional está em questão desde o momento em que nossas infraestruturas físicas passaram a ser um ponto de estrangulamento profundo ao nosso desenvolvimento. A reunificação de nosso território econômico deve ser o marco zero (como foi na história do capitalismo desde a revolução industrial e suas “vias prussianas”) deste processo e pré-condição a uma abordagem brasileira, não importada, sobre as noções de “transição energética” e “mudança climática”.

A questão da reindustrialização tem comparecido de forma difusa em discursos aqui e acolá e ainda não se manifesta

sob forma de um grande plano. Nesse sentido, importamos de forma acrítica noções como “transição energética” e “mudança climática” e isso tem servido para obliterar questões mais de fundo de soberania nacional. Aqui mora a grande questão: as noções de “transição energética” e “mudança climática” devem ser parte de uma totalidade e não partes que se confundem com o todo.

Aqui urge uma necessidade essencial ao que se tem chamado tanto de “reconstrução nacional” quanto de “volta do Brasil ao mundo”. A nosso ver, a volta do Brasil ao mundo deve ter um preço claro: a nossa reindustrialização. Seu instrumento fundamental: a planificação do comércio exterior. A percepção dos movimentos que a vida nos entrega e como aproveitar ao máximo as possibilidades do mundo.

Assim, a “volta do Brasil ao mundo” passa a ter sentido com a necessidade de escalar as relações com esse gigante asiático em patamares superiores, nos mesmos moldes ao que testemunhamos em várias experiências nacionais que aderiram à Iniciativa Cinturão e Rota.

1 - BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Brasil não cabe no quintal de ninguém. São Paulo: Leya, 2019.

2 - Brasil concentra vendas na China como nenhuma outra grande economia e isso pode ser um problema. Valor Econômico. 22/10/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/10/brasil-concentra-vendas-na-china-como-nenhuma-outra-grande-economia-eisso-pode-ser-um-problema.ghtml>

3 - China é maior responsável por exportação recorde. Valor Econômico. 14/01/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/14/china-e-maior-responsavelpor-exportacao-recorde.ghtml>

4 - Sobre isto, ler Jabbour, E.; Dantas, A.; Vadell, J. (2021). Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. Estudos Internacionais, v. 9, n. 4, p. 90-105.

5 - WATKINS, Simon. China inks military deal with Iran under secretive 25-year plan. Global Research, July 20, 2020. Disponível em: www.globalresearch.ca/china-inks-military-deal-iran-under-secretive-25-year-plan/5718940



Ana Tereza Lopes Marra de Sousa

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC na graduação e pós-graduação em Relações Internacionais, membra da RBChina e do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).



Giorgio Romano Schutte

Professor na UFABC da RBChina e do Opeb. É bolsista produtividade do CNPq.

A repactuação das relações Brasil-China no novo governo Lula

Respeito ao multilateralismo chinês pode ser chave para moldar o relacionamento entre as duas nações.

Entre as muitas viagens internacionais que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez no primeiro ano de seu novo mandato, se destacou a que fez para a China em abril de 2023. Não faltou esforço de ambas as partes para fazer da viagem de Lula para a República Popular da China um momento marcante na relação. Vários analistas classificaram a agenda do presidente brasileiro como uma “retomada”, “renovação” e até como uma “refundação” das relações bilaterais. Afinal, qual é a aposta do Brasil e da China?

Para fazermos essa análise, podemos trabalhar com três dimensões. A primeira é a relação bilateral, dominada pela crescente importância da China como parceiro comercial, investidor e financiador. A segunda é a coordenação e parceria conjunta em iniciativas internacionais, que ganha um peso maior no contexto da rivalidade com os EUA, país dividido em muitos assuntos, mas unido na convicção que a reprodução da sua hegemonia depende de conter a ascensão chinesa. E, terceiro, a dimensão das lições que cada um pode tirar da experiência do outro. Considerando que foi a China que conse-

guiu superar sua condição periférica, não surpreende que o interesse nesse âmbito esteja mais do lado de atores brasileiros.

Foi nos governos Lula que, a partir de meados da década 2000, as duas nações montaram uma estrutura institucional que o Brasil não tem com qualquer outro parceiro fora do Mercosul. Em 2004, criou-se a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), encabeçada pelos vice-presidentes dos dois Estados, para identificar oportunidades de parcerias. Houve uma forte ampliação das relações econômicas, sobretudo no contexto da superação da crise global de 2008, e em 2012 o Brasil e a China elevaram a sua parceria estratégica ao nível de parceria estratégica global.

A COSBAN ganhou um dinamismo forte na década de 2010, com uma série de encontros de alto nível que resultaram em planos conjuntos ambiciosos, que nem sempre estiveram de acordo com as reais condições para a sua materialização, mas sinalizando a vontade de ampliar a parceria.

Com relação ao comércio, há duas características constantes: a existência de

um superávit devido à exportação de matérias-primas, que esconde o déficit na manufatura, e uma concentração da pauta exportadora em três produtos, que correspondem a quase 80% do total das exportações ao longo dos anos (soja, petróleo, minério de ferro).

O Brasil se tornou, também, na segunda década do século XXI, um dos cinco principais destinos de investimentos produtivos chineses, chamado em economês de Investimentos Externos Diretos (IED). Dados do governo brasileiro referentes ao período entre 2003 e o 3º trimestre de 2019 mostraram que o total de IED da China foi de US\$ 80,5 bilhões. Também nessa modalidade há uma concentração em grandes projetos, sobretudo na área de energia (petróleo) e eletricidade. Nos dois casos, as estatais chinesas se posicionaram em poucos anos como um dos principais players no país. Para a State Grid e a CTG, o Brasil é o principal destino de investimentos externos e prioridade das suas estratégias de internacionalização.

Contrário ao que se pode imaginar, essa relação continuou avançando depois do golpe contra a presidenta Dilma em 2016. Durante o governo Bolsonaro, o comércio aumentou em 20% e o Brasil continuou atrativo como um país de destaque para investimentos de empresas chinesas. Em 2021, o Brasil foi o principal destino do investimento externo chinês no mundo. Afinal, não importa se o gato é preto ou branco, desde que exporte soja não processada, petróleo bruto e minério de ferro e não discrimine o capital chinês.

Querendo ou não, a visita do presidente Lula às instalações da Huawei repetiu a visita do vice-presidente Hamil-

ton Mourão em maio de 2019, quando se encontrou também com o presidente-diretor da Huawei e, contrariando a pressão do governo Trump, assegurou a seus interlocutores chineses que o Brasil não iria discriminar a tecnologia chinesa nas licitações do 5G. E assim foi. O Brasil foi o primeiro país onde a Huawei começou a operar na América Latina, em 1998, no governo FHC, e a empresa está envolvida e comprometida com a implementação do 5G no Brasil, atuando também no mercado de energia solar.

De um lado, a China costumava avaliar se tratar-se de um exemplo de diplomacia de ganha-ganha (win-win). Uma relação de complementaridade. Ficou evidente que há por parte da China uma estratégia clara visando a garantia de matérias-primas e exploração de mercados nos quais suas empresas podem ter uma vantagem competitiva. Para o Brasil, as exportações de matérias-primas garantem um superávit muito grande e as importações de manufatura significaram acesso a produtos mais baratos. Para se ter uma ideia, em 2022, no último ano do governo Bolsonaro, o Brasil exportou para China US\$ 91,3 bilhões contra US\$ 61,7 bilhões de importações. Ou seja, um superávit de quase US\$ 30 bilhões em uma América Latina onde a grande maioria dos países é deficitário com o país asiático. No mundo todo só Coreia do Sul, Austrália e Taiwan tiveram um superávit maior em sua relação comercial com a China.

E do lado do Brasil vários setores, principalmente, mas não só, os exportadores de matérias-primas, se enriqueceram com esse comércio. Por que então a necessidade de “refundar” ou



“renovar” se o time está ganhando?

A resposta está numa promessa central do governo Lula: uma nova industrialização, dialogando com a quarta revolução tecnológica em curso e com uma economia ambientalmente sustentável. Para isso é preciso muito mais do que “mais do mesmo”, é preciso garantir que os investimentos tragam parcerias e transferências tecnológicas. Que a China seja convidada para retomar o esforço brasileiro, interrompido pelo golpe, de criar e fortalecer uma base industrial-tecnológica endógena. Que a BYD, maior empresa no ramo de carros elétricos do mundo, não só monte uma fábrica (no caso na Bahia), mas desenvolva tecnologia no Brasil, envolvendo instituições de pesquisa, universidades e fornecedores brasileiros. Que este investimento seja inserido numa política nacional de ele-

trificação do transporte. E com relação às exportações do agronegócio, em particular a soja, que a China seja parceira em garantir uma produção sustentável com cuidado com a terra e água a longo prazo.

Ou seja, não é mais somente comprar painéis solares e equipamentos para gerar energia eólica com os dólares da exportação de matéria prima, mas desenvolver conjuntamente novas tecnologias para energia limpa no Brasil, fortalecendo empresas e centros de pesquisa nacionais. Isso significa ampliar o leque de atores do lado brasileiro que participam da relação com a China e mudar o olhar do país asiático para o Brasil.

O governo Lula entende que o Brasil nunca vai superar sua condição periférica, a pobreza e o emprego precário de milhões ao se acomodar em ser uma grande fazen-

O vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, e o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, em evento de apresentação dos carros elétricos da Great Wall Motors. Em Itacemápolis (SP), 27 de abril de 2023.

da com mineração. Por isso tudo é preciso repactuar a relação com a China. Mas a China estaria disposta? Tudo indica que sim.

A postura dos EUA com relação à China é cada vez mais hostil e, a partir de meados da década de 2010, o tom mudou também na Europa, embora de forma mais amena. As sanções econômicas contra exportações de tecnologia ou o fechamento de Institutos Confúcio em universidades estadunidenses e europeias são exemplos. Enquanto isso, a China aposta em sua ascensão como um país líder do mundo em desenvolvimento ou do Sul Global, oferecendo alternativas práticas para os países e com isso disputando influência com os EUA. A diplomacia da vacina, sobretudo no início da pandemia de Covid-19, é um bom exemplo.

O que o Brasil pode oferecer à China é o reconhecimento e legitimação do multilateralismo com características chinesas. Além da posição estratégica como grande país em desenvolvimento no continente americano, o Brasil dispõe hoje de um outro ativo muito valorizado pela China: uma liderança experiente e carismática com capacidade excepcional de dialogar com os mais diversos setores da comunidade internacional.

Uma alternativa à hegemonia estadunidense liderada pela China se torna muito mais forte e influente se contar com a participação do Brasil e em particular com o Brasil de Lula. Os dois governos têm hoje compromissos compartilhados para lançar, por exemplo, uma aliança pela erradicação da fome e da pobreza ou uma articulação do Sul Global no combate às crises climáticas. Esse é o Brasil que não existiu como opção para a China nos últimos seis anos. A nomeação de Dilma para a presi-

dência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), conhecido como Banco do Brics, é uma valorização da liderança de Dilma, mas ao mesmo tempo do próprio NBD, que é sediado em Xangai.

A visita de Lula nesse sentido foi o começo dessa repactuação. E embora nessa lógica a China teria recebido muito bem uma adesão à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI, na sigla inglesa), isso faz parte do processo. Um processo que deve dialogar com a estratégia de uma nova industrialização e com o processo de integração latino-americano, outra prioridade brasileira para a qual se espera encontrar na China uma parceira.

Agora, tudo isso pressupõe que o Brasil tenha a capacidade de neutralizar a pressão dos EUA, que tende a aumentar com o avanço dessa repactuação com os chineses e com os esforços nacionais por uma nova industrialização. Essa é tarefa única do governo e da sociedade brasileira, que encontrará resistência de parte da classe plutocrata internamente. Aqui entra a terceira dimensão mencionada: estudar a experiência chinesa nas mais diversas frentes, de cidades inteligentes até o sistema de inovação. Com todas as diferenças existentes entre a estrutura política e história do país, há muito para inspirar e orientar os esforços brasileiros. Intercâmbios muito bem direcionados com instituições de pesquisa e universidades são extremamente válidos, como também ampliar o leque de atores empresariais, governamentais e acadêmicos envolvidos.

As oportunidades estão na mesa, tudo vai depender de como o governo e a sociedade brasileira conseguirão aproveitar esse momento da política interna e externa.



Marcelo Zero

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 1955. Filho de diplomata, passou sua infância e adolescência no Brasil e no exterior. Graduado em Sociologia, especializou-se em Relações Internacionais. Desde meados da década de 1990, assessora as bancadas legislativas do PT no Congresso Nacional.

O século do dragão

Ambas as nações compartilham os valores do pragmatismo, do multilateralismo, da não intervenção e da cooperação pacífica e ampla com todo o mundo.

No passado, a futurologia tinha futuro. Era uma grande moda intelectual. Lembro-me que, ainda muito jovem, com 13 anos, li a famosa obra de Herman Kahn e Anthony Wiener, “The Year 2000” (O Ano 2000). Publicado em 1967, o livro fazia previsões de como o mundo seria no alvorecer do século XXI.

Curiosamente, para esses autores a China não estava incluída no futuro do mundo. Permaneceria país pobre e atrasado, ao contrário da Coreia do Sul, por exemplo.

Não podemos, contudo, ser injustos com esses acadêmicos. A bem da verdade, ninguém, ou quase ninguém, no Ocidente, conseguiu prever a ascensão meteórica da China no cenário mundial.

Prever cenários futuros é muito difícil. Como dizia John Kenneth Galbraith: “A única função das previsões econômicas é fazer a astrologia parecer respeitável.”

Zhang Weiwei, diretor do Instituto Chinês da Universidade Fudan, afirma, com razão, que cientistas políticos e acadêmicos ocidentais tentaram prever eventos no mundo, mas, na maioria das vezes, falharam. Eles não conseguiram prever o colapso da União Soviética e a ascensão da China. A imensa maioria dos economistas ocidentais, acrescenta-se, não conseguiu sequer prever a gigantesca crise financeira de 2008”.

No caso da China, no entanto, havia e

ainda há certa má vontade ideológica que contamina a objetividade analítica.

Em anos mais recentes, não faltaram vaticínios “astrológicos” sobre um suposto iminente “colapso” do sistema político chinês ou da economia chinesa.

Como bem observa Yang Sheng em seu artigo publicado na *Global Times*, intitulado “Why Western predictions on China were mostly wrong in past decade”:

Ao comentar sobre a China, alguns no Ocidente apenas veem um país constantemente à beira da crise. Essas previsões incluem a “aterrissagem forçada na China”, o “colapso da China”, a tese da “Covid como o momento Chernobyl da China” e “o fim da economia comunista”. Ao longo da última década, sempre que a China encontrou dificuldades e desafios, alguns políticos ocidentais, acadêmicos e os chamados “especialistas em China” repetiram profecias sombrias sobre o destino da China e do PCCh. Desnecessário dizer que nenhum deles estava nem remotamente certo.¹

Há dois problemas específicos relativos ao fracasso do Ocidente em fazer previsões específicas sobre a China. O primeiro é a crença ideológica de que a China ou qualquer outro país não ocidental terá de se ocidentalizar, desde que queira se “modernizar.” O segundo é que a ciência política ocidental se baseia, é óbvio, na experiência histórica do Ocidente. Por isso, tal

“ciência”, tem limites claros para analisar a China, um país com uma civilização totalmente diferente.

Com efeito, há um certo etnocentrismo ocidental que cria um véu epistemológico, o qual impede análises e previsões mais objetivas e menos “astrológicas” sobre a China. O Ocidente ainda mantém a pretensão colonial de ser modelo para o mundo em tudo: política, economia, cultura etc.

O que Edward W. Said define como “orientalismo”² não afeta apenas os países muçulmanos, afeta o “Oriente” como um todo. A divisão artificial do mundo em dois grandes blocos, o Ocidente (normal, científico, racional, democrático etc.) e o Oriente (exótico, irracional, belicoso, supersticioso etc.) ainda é um forte paradigma hermenêutico que restringe o entendimento sobre a China.

Ironicamente, o racionalismo, a moderação, a planificação e o pragmatismo têm raízes profundas na milenar cultura chinesa.

A obra de Confúcio, em particular, é bem ilustrativa dessa tradição de racionalidade. No seu “Terceiro Livro Clássico” (Livro Segundo-Hia Lun), há uma passagem que nos parece extraordinária:

“Se os conceitos não são exatos, as palavras resultam vagas; as palavras ambíguas carecem de força para induzir a ação; onde há inatividade não pode florescer nem a arte nem a moral...”

Por isso, o nobre (governante) se preocupa sobretudo em ter conceitos claros, para que suas palavras sejam exatas e adquiram, com isso, força para induzir a ação. O nobre busca a máxima precisão em suas palavras; isso é o mais importante.”³

O “Segundo Livro Clássico” de Confúcio

(Chung-Yung ou a “Doutrina do Meio”) é todo dedicado à ideia que o caminho do meio, o caminho entre os extremos, o caminho da sabedoria é sempre o caminho correto.

Essa centralidade da razão e da moderação (a Doutrina do Meio) na cultura militar chinesa, além dos fatores históricos específicos bem conhecidos, ajuda a explicar a política externa extremamente pragmática e não intervencionista da China. Uma política externa que contrasta fortemente com a política externa extremamente ideologizada, intervencionista, hegemônica e belicosa dos EUA e aliados.

A irracionalidade, o extremismo e a belicosidade que o Ocidente costuma atribuir ao “Oriente” estão concentrados, a bem da verdade, na proposta da nova Guerra Fria, que EUA e aliados, principalmente aliados europeus, querem impor ao mundo. A irracionalidade, a falta de moderação e, sobretudo, o hegemonismo estão no “bloco ocidental”.

Na realidade, sempre estiveram

Não se deve esquecer que os países da América Latina, da África e de outras regiões do Sul Global não foram colonizados pela China. Foram colonizados, essencialmente, pela Europa, o que, em alguns casos, deixou cicatrizes difíceis de serem esquecidas.

Na África, continente que se livrou do colonialismo em tempos relativamente recentes, muitas vezes mediante guerras contra os colonizadores europeus, há alguma desconfiança em relação à Europa, mas não há suspeição relativamente à China. Esse país, frise-se, está investindo na África 2,5 vezes mais que todo o Ocidente combinado, o que vem beneficiar-



Um espetáculo de luzes celebra o Ano-Novo Chinês. Em Recife, fevereiro de 2023.

do muitas economias daquele continente. Por qual motivo, então, a África teria de ser hostil à China?

Ou a América Latina? Afinal, a China também nunca interveio nos assuntos internos dos países da América Latina. Nesse aspecto, há uma desconfiança no que tange aos EUA. Motivos históricos concretos não faltam.

O Sul Global, ao contrário, só se beneficia da ascensão global pacífica e não hegemônica da China.

O Brasil, em particular, se beneficiou e se beneficia muito da ascensão chinesa. Na época em que o referido livro de Herman Kahn e Anthony Wiener foi publicado, ninguém conseguiu prever isso. Mas, hoje, é fato histórico.

No momento em que se completam 50 anos da densa e frutífera parceria estratégica entre esses grandes países, a China é, de longe, nosso principal parceiro comercial e comercial, e um crucial parceiro político-diplomático do Brasil.

Ambas as nações compartilham os valores do pragmatismo, do multilateralismo, da não-intervenção e da cooperação pacífica e ampla com todo o mundo. Os dois países convergem, de forma harmônica, na construção de um planeta multipolar e de uma

ordem internacional inclusiva e simétrica.

Como afirmamos no início, fazer previsões sobre o futuro é sempre muito difícil. A futurologia saiu de moda há muito tempo.

Não obstante, a maioria dos físicos concorda em que a “flexa do tempo” ou a “seta do tempo” só flui numa única direção: o futuro. Voltar ao passado é uma impossibilidade física.⁴

Além de ser uma impossibilidade física, é uma impossibilidade histórica. O mundo não voltará ao unilateralismo e à unipolaridade predominante até o início deste século.

As setas do tempo e da história apontam, de modo decidido, para a multipolaridade.

A astrologia chinesa vaticina que este ano (2024), no qual se comemora o 50º das relações Brasil-China, será o ano do dragão.

Ouso dizer, sem receio de fazer futurologia vã e sem pretensões “astrológicas”, que este século é o século do dragão.

1 - SHENG YANG. Global Times, 17/07/2022.

2 - SAID, EDWARD W. Orientalismo, uma criação do Ocidente, Companhia das Letras, 2003

3 - CONFÚCIO, “Los Cuatro Libros Clásicos”, Editorial Brugetra, 1968, página 177

4 - Para tanto, ver CARROL, SEAN. “From Eternity to Here: The Quest for the Ultimate Theory of Time,” Dutton, 2010.



Pedro Steenhagen

É doutorando em Política Internacional e assistente de ensino na Escola de Relações Internacionais e Assuntos Públicos (Sirpa) da Universidade Fudan, além de especialista sênior na Observa China.

Revisitando o passado para construir o futuro: a Área da Grande Baía como legado e promessa na parceria sino-brasileira

A Área da Grande Baía não só deixou um legado para a amizade entre a China e o Brasil, mas também se apresenta como uma promessa para o fortalecimento de sua parceria.

Em 2024, comemora-se o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil. Embora, sem dúvidas, seja um marco digno de reconhecimento e celebração, quem olha apenas para ele perde de vista a real profundidade do vínculo entre as duas partes. Na verdade, o relacionamento entre o Brasil e a China é consideravelmente mais antigo que isso, e a região chinesa conhecida atualmente como Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, direta ou indiretamente, tem um peso histórico relevante para o desenvolvimento da amizade sino-brasileira.

Ainda nos tempos de Brasil colônia e Império, era possível observar desde caravelas oriundas de Macau aportando na costa brasileira até os contrastes entre influências ocidentais e orientais marcando provérbios, plantações e projetos artísticos ou arquitetônicos no território bra-

sileiro. Houve, desde muito cedo, viagens clandestinas entre Macau e o continente americano, e, a partir da primeira metade do século XVIII, existiram contatos explícitos entre aquela região chinesa e o Brasil, inclusive, com o estabelecimento de acordos mercantis entre macaenses e brasileiros (Seabra, 2014).

Em 1881, com o Brasil independente de Portugal há décadas e próximo de se tornar uma República, a crescente aproximação sino-brasileira foi premiada com a assinatura, na atual cidade de Tianjin, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China – o primeiro do tipo entre as duas partes, realizado no contexto da primeira missão brasileira ao país asiático. Vale mencionar que foi durante o século XIX que começou a haver uma importante imigração chinesa no Brasil, destacando-se o trabalho relacionado à cultura do chá e os esforços implementados por imi-

grantes macaenses no Jardim Botânico do Rio de Janeiro – o que fez do Brasil o terceiro país do mundo a dominar as técnicas de plantio de chá, somente atrás da própria China e do Japão (CGTN, 2023).

Já no século XX, em 1971, o diplomata Horacio Coimbra, acompanhado de Geraldo Cavalcanti, então Cônsul Adjunto em Hong Kong, realizou uma missão comercial extraoficial na Feira de Cantão (Guangzhou, capital da província de Guangdong) a convite do governo de Pequim. Sucessivamente, em 1972, a Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), liderada por Giullite Coutinho, promoveu a primeira missão comercial oficial à República Popular da China, seguida, em 1974, de uma segunda (*Folha de S. Paulo*, 1974).

Como se pode perceber, esses e outros tantos movimentos de crescente aproximação sino-brasileira envolveram, de alguma maneira, a Área da Grande Baía. Além disso, contribuíram imensamente para o desenvolvimento positivo e amistoso do relacionamento bilateral ao longo do tempo. Alguns símbolos dessa florescente afinidade são o estabelecimento de relações diplomáticas em 1974, da parceria estratégica em 1993 – a primeiríssima feita pela China no mundo – da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em 2004 – algo singular no contexto brasileiro até hoje – e da parceria estratégica global em 2012, bem como os inúmeros acordos, planos e iniciativas entre as duas nações nos mais variados setores.

O legado deixado pelos contatos entre Brasil e China via Área da Grande Baía é muito extenso para ser esquecido, reduzido ou pouco utilizado nas relações sino-brasileiras hodiernas. Em particular,

por meio da Região Administrativa Especial de Macau (Raem) – que, em 2024, comemora o 25º aniversário da sua reatuação de Portugal para a China – o Brasil possui uma conexão única com a nação asiática no continente americano por meio da Lusofonia. Nesse âmbito, o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau) tem tido importante destaque, mas as iniciativas não se limitam a ele e estendem-se, por exemplo, para a Zona de Cooperação Aprofundada Guangdong-Macau em Hengqin e o Centro de Cooperação e Intercâmbio de Ciência e Tecnologia entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Infelizmente, o Brasil tem dado pouca atenção a esses empreendimentos, enquanto a China tem dobrado esforços e lançado diversas oportunidades nesse contexto.

Finalmente, o português é a língua mais falada no hemisfério Sul e agrega países em desenvolvimento de grande expressão política e socioeconômica. Alguns deles, como o Brasil, encontram-se localizados em regiões com rotas comerciais históricas que tendem a ganhar cada vez mais notoriedade, como é o caso do Atlântico Sul. Trata-se de um espaço que, além de envolver aspectos geopolíticos, geoeconômicos, ambientais, marítimos e de segurança internacional, está crescentemente inserido em iniciativas chinesas, como a Rota da Seda Marítima do Século XXI e a Rota Polar. Não é por acaso que o ensino do idioma tem estado em franco crescimento na China e que Carvalho (2024) chegou a sugerir a criação da Rota da Seda da Língua Portuguesa, de forma a promover uma rede de coo-

peração econômica e cultural entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os demais países da BRI e a fortalecer o pleito para o português tornar-se um idioma oficial da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o Brasil, potencializar os laços com a Raem, considerada um exemplo de sucesso do “um país, dois sistemas”, significa não só explorar com maior intensidade o que ela tem a oferecer, mas também aproximar-se cada vez mais da Área da Grande Baía, um projeto regional, um modelo nacional e uma referência internacional para as conquistas já obtidas e ainda almejadas pela “modernização chinesa”. Indubitavelmente, cada Estado deve encontrar seu próprio caminho de desenvolvimento, e assim deve ser também com o Brasil. Todavia, nessa esfera, a China tem muito a compartilhar com o mundo, especialmente com as nações do Sul Global. Ademais, sua experiência apresenta uma alternativa que pode contribuir com a jornada de cada país, levando-se em consideração suas características e seus desafios próprios.

Um outro ativo para o Brasil prestar atenção é que a Área da Grande Baía está cada vez mais inserida na Iniciativa Cinturão e Rota e nas três iniciativas globais chinesas – Iniciativa de Desenvolvimento Global, Iniciativa de Segurança Global e Iniciativa de Civilizações Globais. Por sua vez, na base dessas iniciativas encontra-se o conceito de comunidade de destino comum para a humanidade. Alinhada com os princípios que alimentam a “modernização chinesa”, esse conceito visa à promoção do desenvolvimento comum e sustentável, do respeito mútuo e da coexistência harmônica entre culturas, da



Vista da Torre de Macau com Henqin ao fundo na Grande Baía. Em 6 de março de 2019

segurança internacional e da paz, da política fundada no diálogo e em consultas, da cooperação mutuamente benéfica e de maior abertura e inclusão na governança global.

Sendo assim, a Área da Grande Baía não só deixou um legado para a amizade entre a China e o Brasil, mas também se apresenta como uma promessa para o fortalecimento de sua parceria e inaugura oportunidades efetivas de cooperação. Não basta que se repita incessantemente que as trocas comerciais entre os dois países – e os investimentos chineses no Brasil – atingem patamares históricos. Mesmo nesses domínios, há muitos pontos a melhorar, e faz-se mais que necessário expandir os horizontes. Campos como pesquisa, tecnologia e inovação, desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 da ONU, políticas industriais e experiências de (re)industrialização,

turismo, infraestrutura e conectividade, coordenação de políticas e integração regional – não só dentro do Brasil e da China, mas também na América do Sul e no entorno regional chinês – estão diretamente associados aos interesses da Área da Grande Baía e dos dois países envolvidos, devendo ser pauta ativa entre eles.

A partir da Área da Grande Baía, a China e o Brasil, que têm muito a oferecer um ao outro em várias frentes, devem buscar mais sinergia em suas interações para além do óbvio, tanto nos fóruns e plataformas multilaterais, como o BRICS, quanto nas interações bilaterais, sejam elas interestatais, sejam elas subnacionais — estas, em particular, com um futuro bastante auspicioso e um potencial quase intocado. Isso tende até a robustecer e a dar mais segurança político-jurídica ao relacionamento sino-brasileiro, trazendo estratégias mais conectadas com uma política de

Estado, que leve em conta os interesses mútuos de longo prazo, que somente de governo. No mundo hodierno, mais incerto e imprevisível, saber com quem contar, e em que condições, é fundamental. Nesse contexto, a Área da Grande Baía e as dinâmicas ali avançadas despontam como uma promissora nova fronteira para os próximos 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China.

Referências

CARVALHO, Evandro Menezes de. Fórum de Macau e a Rota da Seda da Língua Portuguesa. China Hoje, 2024. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/forum-de-macau-e-a-rota-da-seda-da-lingua-portuguesa/>.

CGTN. From tea to trade: The growth of the Chinese immigrants in Brazil. CGTN, 2023. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2023-03-25/The-growth-of-the-Chinese-immigrants-in-Brazil-1isy6S0ZLPi/index.html>.

FOLHA DE S. PAULO. Brasil reconhece a China de Mao. Banco de Dados Folha, 1974. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16ago1974.htm.

SEABRA, Leonor Diaz de. Intercâmbio cultural entre Macau e Brasil. Revista de Cultura, n. 46, Edição Internacional, pp. 6-19, 2014.



Maria Luiza Laranjeiras

Formada em Direito pela UnB, pesquisa cultura jurídica chinesa, com foco em legitimidade constitucional. Desde 2022 atua como presidente do GECHINA UnB, onde promove conhecimento acadêmico sobre a China no Brasil.

A cooperação sino-brasileira como expressão de modernização e desenvolvimento

Parceria transcende uma mera aliança estratégica, tornando-se herança de progresso e novo paradigma.

Nas trilhas do tempo, onde a esperança conduz o caminho, emerge o potencial revolucionário das relações sino-brasileiras. Os resultados efetivos de 50 anos das relações bilaterais entre Brasil e China repercutem não apenas nas esferas comerciais mas também como um elemento transformador na nova organização global. Organização essa que passa a priorizar a multipolaridade e a inclusão, oferecendo uma alternativa à hegemonia que por tanto tempo dominou os palcos internacionais. Ao celebrar os 50 anos de uma parceria que transcende uma mera aliança estratégica, tornando-se uma herança de cooperação e progresso, é testemunhada a expressão viva desse novo paradigma.

No presente texto, é buscada a exposição das iniciativas já em curso e também de projetos que, mesmo ainda incipientes, parecem indicados a protagonizar as relações sino-brasileiras nos próximos anos. Os seguintes eixos de atuação foram destacados para análise: economia, tecnologia e meio ambiente.

A cooperação econômica e tecnológica entre Brasil e China, consolidada ao longo de décadas, representa um capítulo crucial na evolução da ordem multipolar. Iniciada em 1984 com a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica², foi reafirmada e fortalecida durante a visita do presidente Lula à China em 2023. Essa iniciativa vai além da transferência de tecnologia e inclui investimentos substanciais, marcados por memorandos de entendimento voltados para pesquisa e inovação. A cooperação industrial se destaca por iniciativas conjuntas e intercâmbio de tecnologias que promovem o desenvolvimento mútuo.

Um exemplo dessa colaboração é o programa CBERS³ (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), iniciado em 1988, cujo projeto foi desenvolvido de forma conjunta e atua na produção de imagens independentes, viabilizando o monitoramento do desmatamento da região amazônica. Nesse sentido, outro aspecto das cooperações está nas

instituições políticas. O Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil (COSBAN) desempenha um papel de facilitador de diálogos, coordena ações e estratégias, possibilitando a implementação de acordos e projetos conjuntos. A existência do COSBAN atesta o comprometimento do Brasil e da China em manter um canal formal e eficiente para promover a cooperação em várias áreas, incluindo a econômica e tecnológica.

Já relativo à questão ambiental, a cooperação surge sob o conceito apresentado pelo presidente Xi Jinping sobre a construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Ambos os países têm se atentado cada vez mais em garantir que seu desenvolvimento atenda padrões de sustentabilidade. Entre as maiores preocupações mútuas no setor estão a redução das emissões de carbono, a segurança alimentar da população e a transição energética. Em abril de 2023, durante a viagem do presidente Lula à China, foi realizada a assinatura da Declaração Conjunta Brasil-China sobre o Combate à Mudança do Clima⁴. Nesse pacto, o Brasil e a China destacaram a urgência de combinar ações climáticas imediatas com a preservação da natureza, visando atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a erradicação da pobreza e da fome. Em adição, a segurança alimentar é pautada pelo desenvolvimento agrícola sustentável, ponto de ênfase das colaborações, considerando que o Brasil integra a rede de segurança alimentar chinesa. Também em 2023, um memorando

de entendimento foi assinado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil e o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China⁵, firmando intenções de cooperação para o desenvolvimento social e rural e combate à pobreza.

Dessa maneira, questões relacionadas à segurança alimentar e à segurança energética são consideradas prioritárias para os dois países. Em 2015, celebraram o Plano de Ação Conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021⁶, manifestando a intenção de direcionar a parceria estratégica para o desenvolvimento sustentável. A busca pela transição para economias verdes e obtenção de fontes alternativas/renováveis de energia é tópico comum de todas as nações em desenvolvimento. A preocupação também se faz presente em iniciativas de cooperação acadêmicas, como foi a criação do Centro Brasil China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia⁷ com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Tsinghua. O objetivo do centro era possibilitar transmissão tecnológica e colaboração entre pesquisadores para o desenvolvimento de efetivas soluções para a transição energética e desenvolvimento sustentável de países do Sul Global.

Além disso, ambos os países têm avançado em suas políticas climáticas e de redução das emissões de carbono, com a China pretendendo alcançar a neutralidade de carbono até 2060 e o Brasil preparando-se para entrar no

mercado de crédito de carbono, podendo essa ser mais uma temática de cooperação em momentos futuros.

É diante do exposto que o conceito de modernização ao estilo chinês, baseado no desenvolvimento pacífico, centrado nas pessoas e na cooperação ganha-ganha, concretiza-se nas relações sino-brasileiras. O alinhamento de ambos os países com esse paradigma demonstra uma visão compartilhada de desenvolvimento, ao fortalecer suas relações, Brasil e China contribuem para a amplificação do poder de decisão e soberania de outras nações em desenvolvimento. Diante desse cenário, os impactos das relações sino-brasileiras transcendem a bilateralidade e os resultados vão muito além dos dois países. Em um contexto mais amplo, revelam-se como elementos fundamentais na construção de uma ordem multipolar, que fortalece a autonomia das nações em desenvolvimento. Os projetos e iniciativas de cooperação entre os dois países expressam oportunidades de desenvolvimento que se desdobram, ecoando como uma sinfonia que não apenas ressoa nos corações de brasileiros e chineses, mas que se estende como um chamado para todos os povos. Na amizade sino-brasileira todos saem ganhando.

Ao considerarmos o sucesso da cooperação e solidariedade Sul-Sul, vislumbramos um progresso humano que vai além dos indicadores econômicos. Nas palavras do presidente Xi Jinping, as nações em desenvolvimento são unidas por “um sonho comum de independência, desenvolvimento e revitalização⁸”, o que ganha vida nessa

colaboração que se expande por cinco décadas. Agora, é uma chance para ambos os países guiarem um caminho para o desenvolvimento que transcende fronteiras e se espalha pelos países do Sul Global. Juntos Brasil e China protagonizam uma jornada que se escreve na escolha acertada da música *Novo Tempo* para a recepção do presidente Lula no país: essas relações concretizam um caminho que, como a letra dessa canção, promete dar frutos por muitos anos, num novo mundo que se constrói a cada acorde da cooperação sino-brasileira.

¹ - Graduada em Direito pela Universidade de Brasília. Atualmente, coordenadora geral do Grupo de Estudos sobre a China, o GECHINA UnB.

² - Cooperação Internacional Bilateral China. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/china.html

³ - CBERS.Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2018. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/>

⁴ - Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima. Nota à Imprensa nº 134. Ministério das Relações Exteriores, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-brasil-china-sobre-o-combate-as-mudancas-climaticas

⁵ - Acordo inédito entre MDA e Ministério da Agricultura Chinês. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/04/acordo-inedito-entre-mda-e-ministerio-da-agricultura-chines>

⁶ - Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021. Ministério das Relações Exteriores, 2015. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11608?TituloAcordo=cbbers&tipoPesquisa=1&TipoAcor do=BL,TL,ML>

⁷ - Centro Brasil China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia, 2024. Disponível em: <https://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/index.php/pt/>

⁸ - Levar as Relações China-Celac para uma nova era. Discurso proferido na ocasião da 3ª Reunião ministerial do Fórum China-Celac. 3 de dez de 2021.



Vinicius Lummertz

Secretário de Turismo e Viagens do Estado de SP. Ex-ministro do Turismo. Ex-presidente da Embratur.

Brasil e China: amigos necessários

Compromissos e responsabilidades conjuntas aumentam em um cenário multipolar e sob demanda de uma economia mais sustentável.

Vantagens mútuas e coexistência pacífica são os termos centrais do singelo comunicado que marcou a retomada das relações bilaterais entre Brasil e China em 1974, há exatos 50 anos. O documento, assinado no Palácio do Itamaraty, preconizava o desenvolvimento de relações amistosas visando o bem comum, a soberania dos países e a não interferência em seus assuntos internos.

Na mesma ocasião, foram estabelecidos acordos comerciais entre as nações. Assim, de maneira premonitória, lançaram-se as bases para um relacionamento entre dois gigantes países, ambos dedicados à paz e ao progresso, em um ambiente de respeito e amizade.

Após 50 anos de cooperação, Brasil e China cresceram juntos. Atualmente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, e o Brasil se tornou um estratégico fornecedor de grande importância para o progresso chinês. Hoje, o mercado chinês contribui em mais da metade do superávit comercial brasileiro, o sexto maior do planeta. Os investimentos chineses crescem e lideram no Brasil.

Quanto ao futuro das relações bilate-

rais, a pergunta que fica é: como serão os próximos 50 anos da relação Brasil-China? Como esses dois países e seus povos se beneficiarão dessas relações presentes e futuras, e como o mundo poderá ganhar com essa pacífica e amistosa construção mútua?

Prever o futuro é difícil, até impossível, mas se projetarmos os próximos 50 anos a partir dos últimos 50, temos um sólido tronco de uma árvore frondosa que cresceu, foi cuidada e nos trouxe colheitas, flores e frutos, além das mais otimistas previsões. Sob tal inspiração, podemos desejar muito mais. À frente, existem diversos novos cenários e premissas planetárias em curso, desde as mais complexas, oriundas da geopolítica, até questões climáticas, energéticas e do “near shore” decorrente.

Há reorganizações da ocupação e do trabalho gerados pelos impactos das tecnologias, especialmente da IA. Independentemente das fontes de desequilíbrio, Brasil e China podem ser forças de homeostase e equilíbrio. A China, pela sua inteligência produtiva, seu capital, mercado e capacidade técnica e executiva; e o Brasil, por ser uma potência verde - o maior exportador de alimentos do mundo, e seu potencial de

exportação de energia verde, especialmente aquela embarcada na neointustrialização do Brasil, da qual a China pode ser uma parceira especial.

Entre os desafios, vale ressaltar que a premissa do “desemprego em massa” no futuro só será desfeita se expandirmos o consumo de bens públicos e privados a mais pessoas de forma sustentável. Em outras palavras, não haverá extinção de atividades humanas se muito mais pessoas tiverem acesso a mais bens e serviços. Quantos ainda não têm acesso à telemedicina, odontologia, cuidados com idosos, boa advocacia ou serviços de engenheiros e arquitetos, além das infraestruturas mais básicas como saneamento e acesso aos meios de produção? A maioria da população mundial não tem tais acessos, e foi justamente a China que deu o exemplo na era moderna daquilo que apenas europeus, norte-americanos e japoneses haviam obtido no século passado: acesso a bens e serviços para milhões em prazos recordes.

Neste mundo multipolar que emerge, temos bilhões de seres humanos despertados para seus próprios desejos de uma fatia do bolo dos progressos da humanidade. Neste novo mundo que dá força ao G20 e ao BRICS ampliado, tanto a China quanto o Brasil terão mais responsabilidades na busca de novas equações de equilíbrio baseadas em novas premissas da interdependência e da desejada afluência econômica sustentável. As respostas deverão ser cada vez mais criativas e depender de grandes financiamentos. Inclua-se aí, sem dúvida, nova visão sobre impostos e globalização, inclua-se a preocupação com o envelhecimento e

a redução da população mundial como outra equação.

Há necessidade de um novo senso de urgência e criatividade para a resolução de grandes problemas. O caso das vacinas para a Covid-19 em prazos recordes foi revolucionário – e esses níveis de urgência podem ser levados para outras esferas, como a construção da Ferrovia para o Pacífico. Testemunhei a cooperação em regime de urgência da empresa Sinovac, responsável pelo desenvolvimento da Coronavac, com o Instituto Butantã, liderada pelo então Governador João Doria, a qual na condição de Secretário Estadual de São Paulo, saudei em artigo na mídia nacional, sob o título “Xie Xie China”, naquele momento vital.

Para uma integração em novos patamares entre a China e o Brasil, teremos que virar mais fortemente a chave do turismo. Alfred Hilton, fundador do grupo Hilton, afirmou que o turismo é uma das maiores conquistas civilizatórias da humanidade. Viajar pelo planeta, que já foi privilégio de nobres e navegadores, hoje é acessível a mais de 2 bilhões de pessoas. Além disso, o dinamismo dos setores de Turismo e Viagens, em todas as suas formas, vai além do seu resultado econômico e social, projetando-se, pelo WTTC, Conselho Mundial do Turismo e Viagens, para a geração de 25% dos empregos globais a serem gerados nos próximos anos.

O papel do turismo e das viagens ultrapassa tudo isso, porque esses setores são o “backbone” da globalização, do comércio, mas, sobretudo, das relações humanas. No turismo de todos os tipos, caem por terra muitos dos ele-



mentos xenofóbicos de nossa era.

No turismo, o “outro” não é um problema, mas sim uma solução e objeto de saudação, curiosidade, aprendizado e tolerância.

Pelo incremento do turismo e das viagens, teremos a condição de construir nossas relações bilaterais em bases ainda mais humanas, pessoa a pessoa. Os próximos 50 anos da relação Brasil-China deverão ir além da integração comercial e dos investimentos e se transformar cada vez mais na integração dos nossos povos. Poderemos nos ocupar de viagens de lazer, estudos, trabalho e cooperação que permitam mais oportunidades para a geração de amizades entre os nossos povos, nas bases e entre pessoas cada vez mais jovens. Isso pode acontecer pelo turismo, na cooperação escolar, nos programas de “Exchange”, no aprendizado de línguas e culturas, na extensão urbana ou rural, nos esportes, artes e tecnologias, e startups etc.

Considero inafastável que grande parte dos problemas da era das na-

ções tenha sido a vilanização do outro a partir do desconhecimento. Hoje, no entanto, se os problemas são globais, vivemos tempos nos quais novas tecnologias poderão tornar exponenciais essas relações para a construção de novas soluções. Confiança se produz pela proximidade e, no caso de brasileiros e chineses, as grandes diferenças entre as culturas serão fator de aproximação real pela curiosidade enriquecedora.

Minha primeira experiência pessoal com a China foi em 1980, aos 20 anos. Exatamente 100 anos depois da missão autorizada por Dom Pedro II, que visitou a China por mais de 400 dias em 1880. Eu estava estudando na Inglaterra, Economia e Política, e inspirado por meu pai, passei meio ano morando em Hong Kong (ainda sob possessão inglesa), mas com data marcada para em 1997 retornar à pátria. Dividia meu tempo entre o apartamento de um grande amigo de meu pai em Kowloon e a ilha de Cheung Chau, e um estágio numa empresa de consultoria em Wanchai.

O Ano-Novo chinês passa a integrar o calendário oficial de eventos após votação unânime na câmara municipal. Em Foz do Iguaçu, fevereiro de 2023.

Foram meses mágicos, quando desenvolvi naturalmente, como fazem os jovens, amizades com jovens chineses no trabalho, além dos amigos do time de futebol de Cheung Chau, uma ilha de pescadores e templos budistas, quase intocada até hoje. Naquele período, visitei a República Popular da China por três vezes, quando ela dava os primeiros saltos em direção à abertura. Shenzhen já era uma zona especial de desenvolvimento dentro da política de um país, dois sistemas. E a Feira de Guangdong, uma pequenina feira. Conheci Pequim, Xangai e Macau. Na época, havia muita simplicidade – as pessoas tinham bicicletas e usavam uniformes azuis e verdes.

Dando um salto no futuro, recordo-me da Expo 2010 em Xangai, onde no Pavilhão da China um mega-audiovisual mostrava o progresso do país nos últimos 70 anos por meio de um olhar para dentro de uma casa de uma família chinesa, desde os bisavós aos bisnetos. Um prodígio civilizatório inaudito.

Viajei outras várias vezes para a China nas últimas décadas devido à natureza do meu trabalho. Como Secretário de Relações Internacionais do Estado de Santa Catarina, ouvi as histórias do amigo então governador Luís Henrique da Silveira, que me relatou a cooperação que ele ensinou, como ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, para o desenvolvimento dos satélites chineses a partir do nosso Intelsat-Embratel nos anos 1980.

Também como presidente da Embratur e ministro do Turismo do Brasil, iniciamos cooperação tripartite com a Argentina, com o então minis-

tro do Turismo Gustavo Santos – hoje diretor da OMT, e as representações da República Popular da China, provocando a irmandade entre Foz do Iguaçu e a Muralha da China. Neste período, realizamos viagens de promoção à China, que por sua vez trouxe o Festival das Lanternas Vermelhas para as Cataratas do Iguaçu.

Mais recentemente, em 2023, recebi o convite do Governo da República Popular da China para integrar o grupo de fundadores da Iniciativa do Turismo dentro da Belt and Road Initiative, na magnífica Jingdezhen, um polo turístico de parques de natureza e temáticos, e da estonteante capital da porcelana chinesa. A estratégia de alinhamento dos 30 municípios turísticos da Rota da Seda, da qual Foz do Iguaçu hoje é integrante, ficou patente na recepção que tivemos e nos magníficos eventos que atendemos.

E cidades brasileiras como Foz do Iguaçu podem se desenvolver ainda mais contando com investimentos chineses, pois há nessas localidades o que os chineses mais procuram como resorts, natureza e entretenimento.

Olhando para o futuro das relações bilaterais entre Brasil e China, o que vemos e sentimos é esperança. Nesta nova etapa, cabe ampliar a integração econômica, mas dando maior prioridade à integração dos nossos povos e regiões. Sim, porque é mais fácil amar o que se conhece. Assim, seremos protagonistas ainda mais positivos para o resto do mundo, liderando pelo exemplo. Podemos então afirmar que a relação Brasil-China será cada vez mais necessária para o planeta.



Dilma Rousseff

Economista, foi presidenta da República Federativa do Brasil por dois mandatos, entre 2011 e 2016. É presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, sediado em Xangai, na China.

Brasil e China no limiar de uma nova era

A parceria global entre Pequim e Brasília é expressão de um novo momento no cenário internacional, com a emergência potente dessas duas vozes do Sul Global.

O ano de 2024 marca a celebração dos 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China. Dificilmente, alguém em Brasília ou Pequim imaginaria em 1974 que, em apenas cinco décadas, as duas nações desenvolveriam um relacionamento com laços tão profundos e marcantes, estabelecendo uma parceria com muitos ganhos. E isso ocorre em meio a um cenário internacional de grandes desafios: mudanças climáticas e conflitos geopolíticos que ampliam a instabilidade em meio à crescente desigualdade econômica e social em diversos países, inclusive desenvolvidos, ao mesmo tempo que ampliam-se oportunidades de construção de um novo momento para o planeta.

O mundo enfrenta crises sobrepostas, enquanto emergem mais vozes no cenário internacional. A própria dinâmica da globalização, embora mais frágil, deu origem a um movimento que vem gerando uma profunda interdependência entre economias e regiões do chamado Sul Global. Estamos a falar de uma interconexão reforçada pelo aumento do comércio internacional entre os mer-

cados emergentes e os países em desenvolvimento, com aprofundamento das cadeias globais de valor e a multiplicação dos fluxos de capitais. Neste cenário, abre-se caminho para a emergência de uma ordem comercial e financeira mais multilateral.

Não seria exagero apontar que a história das relações Brasil-China espelha, de forma perfeita, essa tendência de maior integração do Sul Global. Nesse sentido, a interação entre os dois países serve de modelo a este novo momento que está emergindo. São vários os marcos a serem expostos e salientados. No plano político e diplomático, vale ressaltar que Brasil e China, em 1993, foram os primeiros países em desenvolvimento a alçar suas relações ao grau de parceria estratégica. E aquele movimento evoluiu para uma “parceria estratégica global” em 2012. O marco institucional fundamental foi a fundação em 2004 da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Os fluxos comerciais cresceram de forma geométrica. De US\$ 2,3 bilhões em 2000 para US\$ 157,4 no ano passado. Desde 2009, a China é o maior par-

ceiro comercial do Brasil, assumindo a posição que foi durante 80 anos dos Estados Unidos. Isso mostra que o dinamismo dessa relação comercial tem sido fundamental à sustentação da demanda e ampliação do mercado interno nacional. Por exemplo, o Brasil se beneficia de importações de manufaturas chinesas, que por sua vez responde com aumento de demanda por commodities com cada vez maior densidade tecnológica na sua produção – muito pelo papel que agências como a Embrapa têm jogado no desenvolvimento do país.

Mas o comércio é apenas um pilar dessa parceria e cooperação que também se expressa em diversas áreas. A caminhada de Brasil e da China tem sido intensa, marcando as chamadas relações Sul-Sul ainda em 1984, quando houve a assinatura do ato de criação do programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). O primeiro satélite, CBERS-1, foi lançado em 1999, seguido pelo CBERS-2 em 2003, garantindo também imagens de satélite a alguns países africanos como parte da cooperação Sul-Sul entre as duas nações.

Na sequência, ainda durante o meu governo, os satélites CBERS-3 e CBERS-4 foram lançados, respectivamente, em 2013 e 2014. E, no ano seguinte, Brasil e China assinaram um acordo para o desenvolvimento e lançamento de um sexto satélite, o CBERS-4A, lançado em dezembro de 2019. O programa CBERS tem sido fundamental ao Brasil em diversas áreas, incluindo o controle do desmatamento e monitoramento ambiental na região amazônica, detecção de recursos hídricos, crescimento urbano e ocupa-

ção do solo, além de fins educacionais.

Ainda durante o meu governo, em julho de 2014, houve a consolidação dessa “parceria estratégica global” com a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil. Naquela ocasião, celebramos 56 atos abrangendo muitos níveis de cooperação, desde setores de alta tecnologia, passando pela área industrial, de infraestruturas, defesa. Também consolidamos naquele momento a Embraer como principal fornecedor de jatos de passageiros à China. Vale lembrar ainda a parceria de sucesso entre a própria Embraer e a Harbin Aircraft Industry Group (HAIG). Foram 16 anos de uma joint-venture situada na cidade de Harbin com repercussões positivas nos dois países.

Ao menos três grandes agendas estratégicas estão sendo compartilhadas entre Brasil e China. Os dois países têm buscado enfrentar os desafios da redução da pobreza, da desigualdade e a questão climática. De um lado, o Brasil foi protagonista na execução de políticas econômicas e sociais reconhecidas internacionalmente, responsáveis pela retirada do país do Mapa da Fome das Nações Unidas. Por outro, a China declarou o fim da pobreza extrema no ano de 2022.

No cenário mundial, o Brasil tem uma posição privilegiada em termos de energias limpas e renováveis, com cerca de 50% de nossa matriz energética e 88% do parque elétrico sustentável. Enquanto isso, a China exerce agora a liderança na agenda internacional da descarbonização com investimentos em energia limpa e renováveis maiores que os verificados nos Estados



Unidos e União Europeia, somados.

Tal sinergia tem sido fundamental na promoção de uma agenda centrada na defesa do multilateralismo e de uma ampla reforma no sistema de governança internacional. Não à toa, basta ver como foi construído o mecanismo dos países do BRICS. A expansão do grupo, de cujo núcleo Brasil e China são fundadores, é a resposta à crescente demanda pela democratização da governança global. Nesse sentido, é notável a fundação e a presença do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) como instituição que se propõe como um importante instrumento financeiro do Sul Global. Sediado em Xangai, o banco multilateral criado

pelo BRICS quer ser uma ferramenta de cooperação no desenvolvimento dos países em desenvolvimento e economias emergentes.

Assim, as relações Brasil-China têm potencial para crescer ainda mais do ponto de vista econômico, comercial e tecnológico. Como dois dos mais relevantes países em desenvolvimento do mundo, ambos detêm grandes responsabilidades. Se em meio à crise financeira internacional de 2008 os pacotes fiscais lançados por Brasil e China foram fundamentais na manutenção do crescimento econômico global, atualmente a ação conjunta das duas nações em torno dos interesses dos países em desenvolvimento e

Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping na VI Cúpula do BRICS. Em Fortaleza, 15 de julho de 2014.

A ex-presidenta discursa no 11º Fórum Mundial da Paz. Em Pequim, 2 de julho de 2023.



mercados emergentes é fundamental.

Uma nova era nas relações Brasil e China foi aberta com a visita do presidente Lula à China em maio de 2023, quando foram assinados 15 acordos abrangendo a cooperação em áreas como comércio e indústria, comunicação, inovação, pesquisa e tecnologia. Assim, a ação entre os dois países é decisiva diante das ameaças à globalização. A tendência do surgimento de mercados regionais amparados por sistemas locais de pagamento é uma realidade de nossa época.

O equilíbrio macroeconômico e a elevação do comércio e o investimento entre nossos países serão facilitados à medida que o yuan e o real sejam mais utilizados, como aponta o memorando de entendimento assinado pelos bancos centrais dos dois países em abril do ano passado. Brasil e China já contam com o marco fundamental na substituição do dólar por nossas moedas.

Os laços nas nossas relações comerciais, econômicas, diplomáticas e culturais têm tudo para se aprofundarem ainda mais. A amizade entre os líderes e os povos de de Brasil e China vem se consolidando e ainda temos um longo caminho a percorrer. Os destinos de nossos povos estão entrelaçados e os esforços feitos pelos dois países mostram que estamos avançando.

Certa vez, o grande líder Deng Xiaoping apontou que não existiria o “século da Ásia” sem a China e a Índia fortes. Ele também disse que o mesmo se aplicaria a um “século da América Latina” com Brasil e México soberanos e independentes. Podemos dizer que muito do que chamamos de democratização das relações internacionais tem nas relações entre Brasil e China um grande embrião. Para além dos interesses nacionais de cada lado, é o mundo que necessita do fortalecimento dessa união entre nossos países.



Thais Moretz

Executiva na empresa THAE Consulting. Foi analista da Apex-Brasil. Atuou como chefe de uma empresa brasileira de trading na China e fundou, em Xangai, a sua própria empresa.

Uma nova cultura exportadora para a China

Nova política de exportações é necessária e viável, agregando possibilidades à indústria brasileira.

A China, com seus 9,5 milhões de km² divididos em 22 províncias e uma população diversificada de 1,4 bilhão de habitantes, representa um país heterogêneo. Apesar de concentrar mais de 400 milhões de pessoas da classe média mundial (China Briefing, 2023) e ser um grande consumidor dos produtos básicos brasileiros, como a soja, ainda há oportunidades que podem ser mais bem compreendidas pelos exportadores da indústria brasileira. Cumpre lembrar que a China continua sendo a segunda maior economia do mundo, detentora de reservas cambiais da ordem oficial de US\$ 3,238 trilhões (Safe, 2024), e conta com uma vontade quase que permanente de investir em iniciativas que vão ao encontro de seus interesses.

Contudo, sob o aspecto microeconômico, após a política de Covid-zero e o prolongado e rigoroso fechamento das fronteiras na China, passamos a ver uma significativa mudança no público chinês, que se tornou mais exigente, poupador e orgulhoso de sua indústria doméstica. Para o exportador brasileiro, isso implica na necessidade de modificar as suas estratégias de venda para os chineses, sobretudo quando tratamos de produtos industrializados. Se antes a tendência era a de um consumidor viajado e

global, ávido por consumir produtos estrangeiros, após a Covid passamos a presenciar uma espécie de correção de rumos, com a população se voltando muito mais para dentro. Hoje o chinês valoriza as suas marcas locais e a produção nacional chinesa passou a ser percebida como mais confiável.

Entender o estilo chinês de negociar e de fazer escolhas se tornou mais importante, e adquirir um conhecimento mais aprofundado da cultura chinesa nunca foi tão essencial. Tendo iniciado a minha carreira profissional em empresas de freight forwarder, tive também uma ampla vivência nas questões de promoção comercial na Apex-Brasil, até me mudar para a China em 2015. Na China, cursei o mestrado em Economia Política, e depois passei a atuar para uma empresa de trading brasileira até fundar a minha própria empresa de comércio e consultoria. Foi ao residir na China que compreendi melhor a dinâmica da sociedade e da economia chinesa e pude desmistificar as noções culturais fantasiosas que anteriormente envolviam minha percepção sobre o país. Percebi que a China é um país complexo, marcado por contrastes e divergências, e também por uma natureza dura e pragmática. E é com base nesse conhecimento antropológico sobre a Chi-

na que afirmo que é possível e necessário desenvolver uma nova política de cultura exportadora para a China, que agregue possibilidades de exportação para a indústria brasileira.

No setor de alimentos e bebidas, por exemplo, há anos o Brasil se engaja em uma tentativa de vender mais produtos industrializados para os chineses, incentivando a sucessiva ida de empresas desse setor para a SIAL, famosa feira de alimentos em Xangai, entre outros eventos e missões de negócios do mesmo ramo. Participando de algumas dessas feiras como visitante, pude observar a falta de adaptação dos produtos brasileiros ao mercado chinês. Isso ficou evidente na insistência em comercializar o açaí sem ajustes para o paladar local, bem como na tentativa de promover o “queijo de minas” sem oferecer uma explicação clara sobre as origens e as particularidades desse tipo de queijo.

Além disso, compreender e se adaptar ao estilo chinês de negociar tem sido, para o brasileiro, um desafio que gera longas batalhas, muitas vezes por questões pequenas. Em uma das minhas interações com um cliente brasileiro e uma empresa na China, presenciei um problema fundamental em entendimento de cultura de negócios. No caso, o brasileiro, ao desenvolver uma nova marca de produtos na China, encontrou problemas na fabricação das embalagens. Enquanto insistia que os produtos tinham que ter o design proposto por ele, os chineses, buscando eficiência, negavam-se a usar tantas formas e cores no produto. Esse embate rendeu semanas de conversas, até que os chineses persuadiram o brasileiro a modificar o projeto e aderir ao

design mais simples que haviam proposto. Para o brasileiro, o episódio significou uma negociação perdida e um desperdício de energia, além de não ter favorecido a construção de um relacionamento de confiança com a empresa na China.

A não compreensão dos elementos culturais em sua profundidade, e o apego a questões de cultura mais supérfluas, como “segure os cartões de visita com as duas mãos”, “troque presentes”, “participe de jantares regados a baijiu (o famoso licor branco chinês)”, podem inviabilizar o sucesso de parcerias mais significativas. Como a presença de empresas brasileiras na China é limitada, e a maioria dos empresários apenas vai à China em viagens de curta duração, só conseguem adquirir esse conhecimento superficial sobre a cultura. As pequenas e médias indústrias relutam em entrar no mercado chinês, por medo de perder dinheiro. Ou o consideram “um luxo para as empresas maiores e mais fortes”. Algumas vezes, porém, até as grandes empresas se sentem despreparadas para a China. O resultado é que prestadores de serviços especializados em China acabam optando por atuar como traders de mercadorias mais básicas, em vez de desenvolver projetos estratégicos para adaptação de marcas à China.

Apesar de todas essas dificuldades, revisitando a minha experiência no mercado chinês, encontro alguns exemplos de sucesso. Entre eles o de um colombiano chamado Davi que tinha passado anos tentando exportar tequila e cachaça da América Latina para a China. Quando Davi foi morar em Xangai, ele mudou por completo a percepção do negócio. Por estar lá, passou a frequentar bares e res-

taurantes, não só em Xangai, como também no interior, e adquiriu flexibilidade para remanejar o seu empreendimento. Em vez de insistir em vender uma bebida desconhecida dos chineses, ele passou a fabricar gin na China, com uma receita que mescla ingredientes latinos com outros da cultura local chinesa. Davi não desistiu da cachaça e da tequila, mas, por meio de seu conhecimento in loco, sobre as regras e a cultura, percebeu que ele precisa atrair o consumidor para a sua empresa, para depois entrar com um produto inovador.

Para criarmos mais exemplos como o de Davi, porém de empreendedores brasileiros, precisamos de novos esforços coordenados para uma cultura exportadora que reverta os entraves atuais. Por exemplo, um programa da Apex/MDIC/MRE e Sebrae, voltado para auxiliar na ida de empresários à China e em proporcionar-lhes algumas primeiras vivências empresariais locais, com pequenos negócios e experiências reais em comércio. Hoje, com USD 5,000.00 e com o cumprimento de pequenas formalidades, é possível abrir uma empresa na China e obter a licença comercial em até três meses. Com ela, pode-se abrir caminho para conhecer as regras e a cultura chinesa de negócios, além de ser um passo efetivo para encontrar parceiros chineses confiáveis.

A busca por parceiros, aliás, é outra grande dificuldade que escuto dos meus clientes. Ao fortalecer a comunicação com brasileiros experientes na China e

promover programas de imersão cultural e empreendedora, é possível criar uma nova cultura exportadora para a China, orientada para a indústria, e abrir caminhos para superar esses entraves. Uma política comercial que destaque elementos culturais, incluindo a formação de profissionais especializados em China é crucial.

Em suma, as relações comerciais entre o Brasil e a China são sólidas e expressivas, principalmente no que diz respeito às exportações brasileiras de commodities. Entretanto, as experiências reais dos operadores de exportação de bens e serviços revelam desafios, receios, incertezas e, por vezes, oportunidades de negócios mal-sucedidas, especialmente nas exportações de produtos industrializados. A compreensão limitada da cultura e filosofia chinesas é um fator que contribui para a subutilização dessas oportunidades. Ao desenvolvermos uma nova política de cultura exportadora, incorporando efetivamente a cultura chinesa nas atividades de promoção comercial para a China, podemos confrontar essas adversidades.

Referências

1. China Briefing (2023). China's Middle Class Growth, Policy, and Consumption. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/china-middle-class-growth-policy-and-consumption>

2. SAFE (2024). Reservas cambiais da China aumentam para USD 3,238 trilhões. <https://portuguese.news.cn/20240107/f7fbb050f75940d8be3a9548bed35139/c.html>

*Este artigo foi originalmente publicado na Funcex, em formato expandido, em fevereiro de 2024.



Javier Vadell

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Mudanças qualitativas na história do relacionamento China-Brasil

Acordos e movimentos recentes sugerem encaminhamento para uma relação interestatal de benefícios mútuos.

1 - A reaproximação histórica sino-brasileira na contemporaneidade

O relacionamento diplomático contemporâneo entre China e Brasil tem sido marcado por várias interrupções, mas também por expressivos momentos de evoluções. Esses movimentos dialéticos, opostos e ainda assim em reforço mútuo podem ser distinguidos a partir da perspectiva das mudanças qualitativas e quantitativas. Como apontado por Engels, as conclusões de Hegel sobre a transformação das mudanças quantitativas em qualitativas expressa a variação dos elementos de um sistema (Marx, 1987, p. 356 e ss.). Lenin continuou essa análise, articulando que o que diferencia uma transição dialética de uma simples acumulação de elementos é a sua natureza intrinsecamente contraditória (Lenin, 1962, p. 262).

O processo de reaproximação histórica das relações China-Brasil foi caracterizado por movimentos simultâneos de fortalecimento dos laços diplomáticos bem como pela posterior interrupção, esta provocada por contratendências de ordem geopolítica. Ao longo do tempo, a acumulação de propensões internas pode ser melhor descrita como um acú-

mulo quantitativo, levando a uma mudança qualitativa no vínculo bilateral, e correspondendo a estágios separados na interação bilateral.

Em retrospecto, o relacionamento sino-brasileiro pode ser dividido em três estágios distintos de intensa transformação e desenvolvimento. O primeiro contato formal entre a República Popular da China (RPC) e o Brasil ocorreu durante a reaproximação dos artistas, jornalistas e membros dos corpos diplomáticos latino-americanos em meados dos anos 1950. Tanto o Brasil como a China começaram a confrontar o modelo estadunidense de cooperação para o desenvolvimento. O engajamento da China através de iniciativas multilaterais com os países em desenvolvimento desempenhou papel central na realização da Primeira Conferência Asiático-Africana, realizada em Bandung, Indonésia, em abril de 1955. De sua parte, o Brasil começou a opor a posição dos Estados Unidos na América Latina.

Na China, o impacto geopolítico causado pelo rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética levou o PCCh sob a liderança de Mao Zedong a desenvolver a Teoria dos Três Mundos.

A China adotou a firme posição nas suas relações exteriores na defesa do princípio de coexistência pacífica e da não-intervenção.

2 - O estabelecimento de laços bilaterais após o reconhecimento formal da China

Na sequência do reconhecimento da RPC como a representação diplomática formal do Estado perante as Nações Unidas, o Brasil, por sua vez, reconheceu o governo de Pequim em 1974. Este evento demarca o primeiro de três estágios do engajamento diplomático sino-brasileiro, momento este que demarcamos até 1993. Durante este período, nenhuma conexão comercial substantiva foi estabelecida. Entretanto, o foco no relacionamento Sul-Sul ajudou a formar uma visão de mundo comum conectando as políticas externas dos países em desenvolvimento.

A parceria sino-brasileira neste estágio objetivava a ação comum em tópicos compartilhados, voltando-se ao desenvolvimento de uma agenda internacional. O reconhecimento de uma agenda comum e a compreensão da existência de uma ampla agenda comum pela China cimentou as possibilidades para um engajamento comercial futuro. A política de reforma e abertura da China criou o ambiente econômico necessário para a integração da força de trabalho chinesa no mercado mundial, ao passo que permitiu a relocação de diversos setores manufatureiros para a China.

O relacionamento sino-brasileiro foi marcado por grandes oscilações durante a primeira metade da década de 1990. Foi durante o mandato do presidente

brasileiro Itamar Franco (1992-1995) que novas políticas permitiram o fortalecimento dos nexos entre Brasil e China, criando o ambiente propício para o segundo estágio do relacionamento diplomático sino-brasileiro.

3 - Um novo ciclo de cooperação bilateral: relações sino-brasileiras durante e após o boom comercial

O segundo estágio do engajamento diplomático sino-brasileiro foi caracterizado pela discordância política e pela continuidade das iniciativas de cooperação e pela implementação de políticas comuns. Num primeiro momento, assuntos domésticos obstaram a evolução do laço bilateral. Ainda assim, esses posicionamentos não impediram ambos os governos de implementarem várias iniciativas de cooperação.

O terceiro estágio do relacionamento bilateral sino-brasileiro inicia-se durante os anos 2000, com um boom nas relações comerciais e o início do investimento chinês no país. Este investimento localizou-se principalmente nas áreas de recursos naturais, alimentares e energéticos. As críticas à política comercial do Brasil para com a China se elevaram dentro do governo, uma vez que as limitações da indústria doméstica começaram a ser expostas pelos índices comerciais, levando o Brasil a um resultado negativo na balança comercial com a China em 2006 e 2007. O comércio internacional era o principal vetor do relacionamento econômico entre os dois países, com um fluxo anual que saltou de US\$ 2,3 bi. em 2000 para US\$ 135,6 bi. em 2021.

Desde 2009 a China permanece como o principal parceiro comercial brasileiro.



Samuel Spellmann

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A China também tem consolidado a sua posição como o principal mercado de destino das exportações brasileiras. Este relacionamento não para por aí. A China também ocupa a primeira posição como o principal ponto de origem das importações brasileiras, figurando também como a principal fonte de investimento externo direto da América Latina. Compreender este fator é crucial para a apreensão dos principais determinantes do relacionamento diplomático bilateral China-Brasil, particularmente em relação à disputa entre modelos de desenvolvimento a serem adotados no Brasil.

A assimetria na composição do comércio sino-brasileiro evoluiu, portanto, de um dos principais pontos de atenção de meados dos anos 2000 para um aparente *fait accompli* em meados dos anos 2020. Os analistas brasileiros seguem outros experts latino-americanos em sua preocupação comum a respeito do perfil geral do agregado comercial da região para a China. Em particular, ainda que o Brasil demonstre um forte crescimento das exportações, este foi provocado por uma concentração setorial nos principais insumos básicos brasileiros, particularmente soja, minério de ferro e petróleo cru.

Em linha com a evolução dos laços comerciais e financeiros durante os anos 2000, diversas iniciativas de cooperação envolvendo tanto o Brasil como a China foram estabelecidas na década seguinte. Discussões sérias sobre a coordenação do engajamento financeiro começaram na Conferência dos BRICS em Sanya de 2011. Ao abrir em janeiro de 2016, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) também contava com

o Brasil como um dos seus membros fundadores não-regionais. Ainda assim, levou cerca de seis anos para o Brasil finalizar os procedimentos domésticos necessários à regularização do acordo. A aparente falta de interesse do Brasil no AIIB pode ser atribuída às circunstâncias políticas domésticas do período.

4 - Questões Atuais e Perspectivas.

O Brasil tem demonstrado uma propensão a afetar-se por suas relações comerciais com a China. Pontos sobre um potencial choque político e diplomático entre a administração do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro (2019-2022) e os diplomatas da RPC provaram ser uma razão para preocupação de exportadores brasileiros. Apesar disso, a balança comercial registrada entre 2019 e 2021 sugere que tais questões têm sido deixadas de lado.

Ainda assim, o período indicou que o aprofundamento da cooperação sino-brasileira é condicionado pelas preferências do governo do Brasil. Isto ocorre inclusive num momento em que a China tem ocupado durante a Pandemia de COVID-19 uma posição de destaque.

De maneira geral, o retorno à presidência do Brasil de Luís Inácio Lula da Silva em 2023 está elevando a relação bilateral com China num outro patamar frete às turbulências da geopolítica e às claras sinalizações de mudança estrutural do sistema internacional. Esse movimento teve como pano de fundo a visita do presidente Lula à China com uma delegação de políticos e empresários que não teve precedentes. Além do sucesso do encontro bilateral entre Lula e Xi Jinping, o Brasil e a China assinaram 15

acordos de cooperação que envolvem: diversificação comercial, tecnologia, inovação e transferência tecnológica, combate à fome e a comunicação¹. Este processo parece ser parte de uma nova tentativa de se atingir concretamente uma relação interestatal de benefícios mútuos, com vias ao desenvolvimento.

Referências

LENIN, V. I. (1962) Lenin's Collected Works. Vol. 14: 1908, Moscow: Foreign Language Press.

MARX, K., and Engels, F. (1987) Karl Marx Frederick Engels Collected Works. Vol. 25. Engels, Oxford: International Publishers.

¹ - <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>



Créditos iconográficos

Abrapa: Carlos Rudiney.....	89
Agência Brasil: Valter Campanato.....	83
ApexBrasil: Carolina Antunes.....	75; 77
Arquivo Pessoal:	36; 53; 73; 100; 101; 128; 135; 181; 187; 191
Diogo Moreira/A2IMG:.....	66
Fundação Perseu Abramo: João Heitor.....	51
Imageplus: Liu Junfeng/FeatureChina/	
AP Photo.....	102
INPE: CBERS/Divulgação.....	105; 143; 144
João Bosto:	149
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:	
Wesley Sousa/Ascom	81
Palácio do Planalto: Ricardo Stuckert/PR	
.....	79; 117
Shutterstock: Kelvin H. Haboski	60/61;
Unifor: Isis Rebouças.....	145
USP Imagens: Marcos Santos	145
Vale:.....	99
Vice-Presidência da República: Cadu Gomes.....	10
Demais imagens fazem parte do acervo da Embaixada da China	



EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL
中国驻巴西使馆

巴西
中国

RBCChina

Rede Brasileira
de Estudos
da China